



01

A EUROPA EM QUE ESTAMOS

abril
2025



FICHA TÉCNICA

AD ASTRA

REVISTA ONLINE DA UNIVERSIDADE ABERTA

Diretora

ANA PAULA AVELAR 
Universidade Aberta (UAb)

Editores

ANA PAULA AVELAR 
Universidade Aberta (UAb)

PEDRO FLOR 
Universidade Aberta (UAb)

Conselho Editorial

CÉLIA DIAS FERREIRA 
Universidade Aberta (UAb)

ISABEL HUET SILVA 
Universidade Aberta (UAb)

JOÃO SIMÃO 
Universidade Aberta (UAb)

MARIA DO ROSÁRIO LUPI BELO 
Universidade Aberta (UAb)

MARIA DO ROSÁRIO ROSA 
Universidade Aberta (UAb)

PEDRO FLOR 
Universidade Aberta (UAb)

PEDRO PESTANA 
Universidade Aberta (UAb)

Conselho Consultivo

BIAGIO D'ANGELO 
Universidade de Brasília (UnB)

DIONÍSIO VILA MAIOR 
Universidade Aberta (UAb)

FERNANDO COSTA 
Universidade Aberta (UAb)

JOÃO LUÍS CARDOSO 
Universidade Aberta (UAb)

KENNETH DAVID JACKSON 
Yale University

LUÍSA LEAL DE FARIA 
Universidade Católica Portuguesa

SANDRA CAEIRO 
Universidade Aberta (UAb)

SORAYA VARGAS CÔRTEZ 
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

TÂNIA FONSECA 
Kingston University

WALTER LEAL 
Hamburg University of Applied Sciences (HAW Hamburg)

Produção

Serviços de Produção Digital da Universidade Aberta

ISSN

3051-6773

DOI

<https://doi.org/10.34627/adastra.v1i1.348>





ÍNDICE

PALAVRAS PRÉVIAS

EDITORIAL

DOSSIER TEMÁTICO - A EUROPA EM QUE ESTAMOS

JOÃO VIEIRA BORGES

Europa: Desafios, Ameaças e Devir

Europe: Challenges, Threats and Future

LUÍSA LEAL DE FARIA

Desacertos culturais: idadeísmo, sexismo, localismo. Uma agenda cultural para a Europa no século XXI

Cultural lags: ageism, sexism, localism: A Cultural Agenda for Europe in the Twenty First Century

ANDRÉ MATOS E LUÍS MARTINS

Uma interpretação derrideana das dinâmicas de interação identitária entre a União Europeia e a Turquia no quadro do processo de alargamento

A Derridean Interpretation of Identity Interaction Dynamics between the European Union and Turkey within the Framework of the Enlargement Process

JOÃO RELVÃO CAETANO

Memória e Democracia: Reflexão sobre a política contemporânea

Memory and Democracy: Reflection on Contemporary politics

JORGE TRIGO

Entre a Memória e a Realidade: o “Mito Fundador” do Holocausto e a União Europeia do Século XXI

Between Memory and Reality: The Founding Myth of the Holocaust and the European Union in the 21st Century

MARGARIDA MARTINS

Descolonização: língua, poder e a consciencialização histórica

Decolonisation: language, power and historical consciousness

FERNANDO COSTA E JORGE BUESCU

A Matemática na sociedade europeia e a Sociedade Europeia de Matemática

Mathematics in the European Society and the European Mathematical Society

FÁTIMA ALVES E DIOGO GUEDES VIDAL

Interdependências das sociedades e da natureza nas inovações democráticas para a transição ecológica no contexto do New Green Deal - o caso do Projeto H2020 Phoenix

Interdependencies between societies and nature in democratic innovations for the ecological transition in the context of the New Green Deal - the case of the H2020 Phoenix Project

VARIA

MARIA DE JESUS PEREIRA

Emigração para o Brasil na segunda metade do século XIX na imprensa diária portuguesa

Portuguese emigration to Brasil through the daily press on the fifth and sixth decades of the 19th century

ANDREIA GONÇALVES; ELIZABETE FERNANDES; SÓNIA RODRIGUES; TÂNIA CAIANO

Liberdade e rebeldia pela voz de Maria Teresa Horta

Freedom and Rebellion Through the Maria Teresa Horta's



ISABEL HUET, DIOGO CASANOVA, GLÓRIA BASTOS

O Papel das Microcredenciais na Formação Contínua de Professores: uma análise do Projeto CRED4TEACH

The Role of Micro-Credentials in the Continuing Professional Development of Teachers: an analysis of the CRED4TEACH project

RECENSÕES

STEFFEN DIX

Uwe Wittstock (2024), Marseille 1940: Die grosse Flucht der Literatur, München: C.H.Beck

PEDRO PESTANA

The Future Soundscape: How Pierre Schaeffer's Radical Ideas Still Need to Shape Music

TESTEMUNHO(S)

FERNANDO COSTA

Reminiscências sobre Rafael Sasportes (1960-2024)



PALAVRAS PRÉVIAS

AD ASTRA* é o nome da nova revista online da Universidade Aberta que, de forma simbólica, adota o título do nosso hino.

Desenhada para “*dar largas ao pensamento, desenvolver ciências, letras, artes, música!*” e, “*Pelo fulgor do génio humano*” promover a diversidade de ideias, incentivar a produção científica e cultural da Comunidade Universitária, aprofundando temas em diferentes áreas do conhecimento e procurando desafiar os leitores a refletir sobre o mundo e a sociedade de ontem, de hoje e de amanhã.

Este projeto é tributário do empenho e dedicação de toda a equipa editorial, cujo entusiasmo, criatividade e intenso trabalho foram fundamentais para o lançamento do primeiro número desta revista semestral online, com chancela UAb.

Vocacionada para ser um espaço de expressão, reflexão e partilha de saberes transdisciplinares e comprometida com os valores e princípios do escrutínio crítico por pares, a revista AD ASTRA, enquanto projeto digital aberto e plural de produção e divulgação de conhecimento científico e saberes socioculturais, pretende contribuir para dizer “*NÃO à ignorância, à intolerância, ao pessimismo, à arrogância!*”. Nas suas páginas, os leitores irão encontrar artigos científicos em diferentes áreas do conhecimento, ensaios, reflexões críticas e análises sobre temas contemporâneos, resultantes da investigação realizada no âmbito de diferentes atividades académicas.

Nesta NOTA PRÉVIA gostaria de expressar os meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que contribuíram para a criação desta nova revista da UAb, agradecendo aos estudantes, professores e colaboradores todo o intenso, dedicado e criativo trabalho. E, também, aos futuros colaboradores e leitores, cuja curiosidade e paixão pelo Conhecimento irão contribuir para a expansão e reconhecimento da revista AD ASTRA.

*Hino da UAb, letra de Armando Rocha Trindade, mentor, fundador e primeiro reitor da Universidade Aberta



EDITORIAL

A EUROPA EM QUE ESTAMOS

Este número da Revista AD ASTRA é o primeiro de muitos outros momentos em que se concretiza um projeto, o que visou a criação de um espaço de reflexão plural, transdisciplinar e de disseminação da investigação produzida, nas múltiplas áreas científicas, no seio da Universidade Aberta. Esta publicação semestral, oferecida em formato digital, está particularmente vocacionada para a divulgação de ensaios elaborados por especialistas, estudantes e jovens investigadores/as, sempre seguindo as boas práticas científicas e académicas.

Esta revista é fruto de uma intensa, muito participativa colaboração entre todos os que, fazendo parte do seu Conselho Editorial, foram trabalhando no sentido de dar corpo a este projeto, salientando igualmente todo o minucioso trabalho de conceção e edição do site e da revista online.

Aberta à sociedade, privilegiando a partilha do conhecimento, ela não se fecha em si própria e abre-se a toda a comunidade científica, fazendo jus ao seu signo identitário, o qual toma o da divisa da Universidade Aberta. É na inovação que construímos a continuidade.

Este é, pois, um espaço plural e aglutinador de saberes, onde se desenvolvem múltiplos diálogos interpares, valorizando-se a ativa participação dos/das investigadores/as. Ao longo dos vários números, e naquele que é o seu dossier temático, oferecemos olhares cruzados sobre temas cuja atualidade e importância marcam o nosso quotidiano, dirigidos tanto a especialistas como a um público mais geral.

Assim, num tempo assolado por constantes, por vezes, radicais e intempestivas mudanças, não poderíamos deixar de escolher como primeiro tópico temático deste número “A Europa em que estamos”, ainda que esta proposta de reflexão sobre este nosso

presente, seja, no contexto em que vivemos, profundamente transitivo.

Ao longo das páginas do nosso dossier temático é possível entender alguns dos pesados *desafios* e *ameaças* que vivemos, a par de *desacertos culturais* que se vão impondo neste nosso século XXI, perspetivando no contexto europeu diferentes *dinâmicas identitárias*, revisitando alguns exercícios sobre *Memória e Democracia* ou entre a *Memória e a Realidade*. Paralelamente, é possível compreender fenómenos como a *descolonização*, as *interdependências* das sociedades no que concerne a *transição ecológica*, ou perceber a evolução de *saberes matemáticos* no espaço europeu.

Mas, para além destes olhares sobre a Europa e de como a formação contínua, nomeadamente a adquirida através da frequência de Microcredenciais, é um instrumento de valorização, é ainda oferecido ao leitor como no século XIX se noticiaram fluxos migratórios e como uma voz, a de Teresa Horta, expressou a liberdade e rebeldia. Convites à leitura de obras e à fruição de novas atmosferas musicais preludiam, enfim, as reminiscências de um longo e saudoso encontro.

Ana Paula Avelar

Março de 2025



Resumo

Neste primeiro número da revista AD ASTRA o dossier temático debruça-se sobre o tema “A Europa em que estamos”, composto por vários olhares, cujo enfoque passa por contextos políticos, culturais, sociais, históricos ... sobre o nosso transitivo presente. A par desta múltipla abordagem, os ensaios que corporizam a secção *Varia* propõem várias viagens, desde as oferecidas por novas formações educativas e por vozes literárias aos percursos de antigas diásporas. Nas secções *recensões* e *testemunhos* convidamos à leitura, à fruição musical e a uma memória que nos acompanha.

Palavras-Chave: Europa, Humanidades, Ciências, Cultura, transdisciplinaridade

Abstract

In this first issue of AD ASTRA journal, the thematic dossier focuses on the theme: ‘The Europe we are in’, that offers various perspectives, focussing on political, cultural, social and historical contexts... on our transitive present. Alongside this multiple approach, the essays of *Varia* section reveal different journeys, from new educational trainings to literary voices, and itineraries of former diasporas. The reviews and testimonies sections invite the reader to get acquainted with subjects regarding literature and music as well as the memory we carry along with us.

Keywords: Europe, Humanities, Sciences, Culture, transdisciplinarity



DOSSIER TEMÁTICO
A EUROPA EM QUE ESTAMOS

Europa: Desafios, Ameaças e Devir*Europe: Challenges, Threats and Future***João Vieira Borges****Resumo**

Começamos por caracterizar, muito resumidamente, a Europa de hoje, seguindo-se a identificação dos desafios e ameaças que colocam em causa o seu devir. Este está diretamente relacionado com a competitividade e o desenvolvimento, num mundo crescentemente global e marcado pela conflitualidade entre blocos com diferentes valores e objetivos. Terminaremos com as necessárias mensagens de e para o futuro, com a noção de que “a Europa só poderá continuar a construir-se como um ato de vontade e inteligência”, consciente da importância da segurança e defesa para a autonomia estratégica no novo sistema político internacional.

Palavras-Chave: Europa, Desafios, Ameaças, Segurança, Defesa

Abstract

We begin by very briefly characterizing today’s Europe, followed by identifying the challenges and threats that call its future into question. This is directly related to competitiveness and development, in an increasingly global world marked by conflict between blocks with different values and objectives. We will end with the necessary messages from and for the future, with the notion that “Europe can only continue to build itself as an act of will and intelligence”, aware of the importance of security and defense for strategic autonomy in the new international political system.

Keywords: Europe, Challenges, Threats, Security, Defense

João Vieira Borges

Comissão Portuguesa de História Militar

 [0000-0002-8805-8607](https://orcid.org/0000-0002-8805-8607)

*Este artigo foi escrito antes da tomada de posse de Donald Trump como 47º presidente dos EUA, que teve lugar a 20 de janeiro de 2025.

1. Introdução

Desafiado a escrever sobre a Europa de hoje e de amanhã, na perspectiva dos seus desafios e ameaças, em plena mudança do sistema político internacional, acelerada por uma guerra na Europa e outra no Médio Oriente, é tarefa difícil, e seguramente mais ajustada a futurólogos do que a estrategistas.

No entanto, para quem normalmente elabora estudos estratégicos, que têm em consideração os recursos das instituições (humanos e materiais), os objetivos a atingir (da satisfação dos clientes aos cidadãos em geral) e as ameaças e desafios que constituem os obstáculos a contornar ou a “atingir”, torna-se mais fácil fazer prospetiva, apesar do “Poder das Circunstâncias” de Adriano Moreira estar sempre presente e constituir justificativo para o diferencial entre as previsões e a realidade. No caso da análise do sistema político internacional em geral e da Europa em particular (também ela dividida e não separável do resto do Mundo – em pleno processo de globalização), as variáveis são muitas, mas agrupáveis de modo a facilitar o estudo.

Neste sentido, começaremos por caracterizar muito resumidamente a Europa de hoje, seguindo-se a identificação dos desafios e ameaças que colocam em causa o seu futuro mais idílico. Terminaremos com as necessárias mensagens de e para o futuro, com a consciência de que “a Europa só poderá continuar a construir-se como um ato de vontade e inteligência e não como produto de simples necessidade ou automatismo” (Pires, 1994, p. 19).

O relatório sobre o futuro da competitividade europeia, elaborado por Mario Draghi e publicado em setembro de 2024, constitui uma fonte importante deste trabalho, do mesmo modo que a Bússola Estratégica, aprovada em março de 2022, documento que constitui um plano de ação ambicioso para reforçar a política de segurança e defesa da União Europeia até 2030. Mas a Europa é muito mais do que a União Europeia

dos 27, em especial no novo quadro geopolítico mundial, em que só será competitiva se garantir segurança aos seus cidadãos e dispor de uma capacidade autónoma em termos de defesa. A Europa geográfica dos 50 vai ser trabalhada como a Europa democrática, estandarte dos valores que representa uma história ancestral e um futuro em que pretende ser ator do sistema político internacional. Mas para que a Europa reforce o seu papel enquanto ator das relações internacionais neste segundo quartel do século XXI, já constatámos que não basta investir na economia, no bem-estar dos seus cidadãos e no respeito pelo direito internacional. É preciso investir na defesa, pois só assim garantirá condições para a competitividade, assegurando maior liberdade de ação em face do necessário reforço do seu potencial estratégico. Mas esse investimento tem de ser coerente com os desafios e ameaças mais prováveis e mais perigosos, de modo a ser dissuasor no conjunto de um espaço de contrastes unido por valores ou desunido por narrativas mais ou menos imperialistas (casos da Rússia e da Bielorrússia).



Fig. 1. Com a Bússola Estratégica da União Europeia, aprovada em março de 2022, os Estados-Membros chegaram a acordo sobre uma visão estratégica comum para o papel da UE na segurança e na defesa.

(Fonte: <https://www.eeas.europa.eu/sites/default/files/documents/2023/2023-03-Strategic%20Compass.pdf>)

2. A Europa Hoje

A Europa de hoje é a mesma de ontem em termos geográficos, mas muito diferente em termos geopolíticos ou geoeconómicos.

A Europa física continua a compreender a península ocidental da Eurásia, e separa-se da Ásia[2] a leste pela divisória de águas dos montes Urais, o rio Ural, o mar Cáspio, o Cáucaso, e o mar Negro a sudeste. Apesar disso, é bom recordar que tem cerca de 10.530.000 km² e que só ocupa cerca de sete por cento das terras emersas (a Ásia ocupa 30%, a América 28% e África 20%), apesar da distância que medeia Lisboa e os Urais ser de cerca de 4.300 km. Tem um misto de mundo continental e oceânico, com saídas para o Mediterrâneo (sul – com vários mares interiores) e o Atlântico (a oeste e a norte), que por sua vez se desdobra em mares costeiros como o mar do Norte, o mar Báltico e o mar Branco. Em termos orogénicos constitui um corredor alargado entre maciços e cadeias divergentes, o que explica as várias invasões militares (bárbaras no sentido leste-oeste, suecas, napoleónicas e teutónicas no sentido oeste-leste). O corredor de planícies tem sido fator de fertilidade, mas também de comércio, de movimento, de disputa e de conflito. Em suma, “a Europa é muito aberta ao exterior pelas vias do mar, mas também por essa via aberta interiormente” (Pires, 1994, p. 32), situação exponenciada pelo clima favorável à indústria e à civilização dos povos (Estrabão).

Em termos geopolíticos temos uma Europa já muito diferente daquela que tínhamos no final do século XX. Já em 2010, Henrique Raposo referia que “A Europa pesa cada vez menos na demografia global e na economia mundial” e que a “a capacidade militar europeia também pesa cada vez menos no xadrez geopolítico” (Raposo, 2010, p. 14).

A Europa de hoje tem grandes vulnerabilidades a nível demográfico. Com uma população da ordem dos 742,3 milhões de cidadãos, com diferentes línguas e culturas (o país mais

populoso é a Rússia, com 141 milhões), a tendência de evolução dos últimos anos tem sido no sentido do envelhecimento da população (e redução da população economicamente ativa) e na redução da taxa de natalidade. É um processo de “transição demográfica” com poucas exceções, decorrente da melhoria das condições de vida e do incremento da urbanização. Como consequência, e para manter o nível de desenvolvimento e crescimento, a Europa (sobretudo a do sul) tem-se socorrido da emigração, em crescendo (nem sempre controlada). Também por isso é urgente e importante que a Europa no seu conjunto altere o seu perfil populacional, apoiando os jovens com políticas dirigidas no sentido do aumento das taxas de natalidade.

Relativamente à questão política, a Europa de hoje, que já não constitui um eixo central da política internacional, está maioritariamente unida em torno de projeto comum: a União Europeia[3]. Este sonho antigo, consegue hoje unir em torno de um ideal político, 27 países de um total de 50. Alguns dos restantes, só não fazem parte do projeto porque ainda não dispõem de condições políticas, económicas e financeiras para integrarem a organização. A UE atua através de um sistema de instituições supranacionais independentes e de decisões intergovernamentais negociadas entre os Estados-membros, o que torna a praxis política complexa e lenta. O reforço da coesão da organização, decorrente da invasão da Ucrânia pela Rússia, tem levado, inclusivamente, a uma maior ligação a países que já foram membros (Reino Unido) ou que pretendem fazer parte da mesma (9 candidatos) e a um afastamento claro da Rússia e da Bielorrússia[4]. É como se tivéssemos duas Europas, uma ocidental ou democrática, defensora dos valores conquistados na sequência de duas guerras mundiais e de uma guerra fria e plasmados na carta das nações unidas e na declaração universal dos direitos do homem e outra (que para além dos dois países já referidos tem apoiantes na Hungria e na Sérvia), a oriental ou a autocrática, defensora de uma nova ordem, desrespeitadora do Direito Internacional Humanitário e

de muitos dos valores defendidos pela União Europeia como a liberdade, a democracia e o Estado de Direito.

Em termos geoeconómicos, a Europa, que durante séculos constituiu o maior centro económico do planeta, possui ainda hoje uma das economias mais avançadas do mundo, com amplo dinamismo e avançados graus de tecnologia e inovações científicas. Situada entre a Ásia, a África e a América, tem todas as condições para continuar a ser um ponto de passagem obrigatório de conhecimento, tecnologia e comércio. Entretanto, depois de duas guerras mundiais, e da crescente dependência energética, viu o seu domínio declinar em relação aos Estados Unidos, ao Japão e mais recentemente à República Popular da China[5]. Apesar de tudo, entre as dez economias mais desenvolvidas do Mundo em 2024 (divulgado pelo FMI – tendo por base o PIB nominal dos países), a Europa contempla a Alemanha (3.º, depois dos EUA e da China), o Reino Unido (6.º, depois do Japão e da Índia), a França (7.º) e a Itália (8.º – seguida do Brasil e do Canadá)[6].

No seu conjunto, a União Europeia continua a ser o maior bloco comercial do mundo, com um PIB total de 17 biliões de Euros. É o maior exportador mundial de bens e serviços e o maior mercado de importação para mais de 100 países. O comércio livre entre os seus países foi um dos princípios fundadores da UE, o que é possível graças sobretudo ao mercado único (a moeda única – o euro – é moeda oficial de 20 países). Os serviços representam 72 % do PIB da UE e a indústria quase toda a percentagem restante. A UE é o maior exportador mundial de bens manufacturados e de serviços. Garante cerca de 14 % do comércio mundial de mercadorias. Os EUA são o principal destino das exportações de mercadorias da UE e a China, o país de onde provém a maior parte das importações de mercadorias. Os principais parceiros comerciais da UE no setor dos serviços são os EUA e o Reino Unido. Na prática a UE contribui para cerca de 17% do PIB mundial (valores próximos aos da China

e atrás dos EUA, que tem valores da ordem dos 26%)[7], a que poderemos acrescentar cerca de 7% dos restantes países europeus (que incluem a própria Rússia). No entanto, e tal como é referido no relatório Draghi, o futuro da competitividade europeia passa por colmatar o défice de inovação em relação aos EUA e à China, por um plano conjunto e coordenado para a descarbonização e a competitividade e finalmente por aumentar a segurança e reduzir as dependências.

E finalmente, em termos militares, podemos referir que a Europa tem sérias limitações, independentemente de França e Reino Unido serem potências nucleares. Durante mais de três décadas, a Europa desinvestiu na defesa, em particular depois da queda do muro de Berlim, socorrendo-se da proteção dos EUA, em especial no âmbito da NATO. Com o enfase dado ao combate ao terrorismo transnacional a partir de 2001 e com as dependências crescentes dos EUA em armamento e tecnologia, da Rússia em energia e da China em componentes e matérias-primas, a Europa chegou à invasão da Ucrânia pela Rússia (24 de fevereiro de 2022) numa situação muito debilitada em termos militares. Como refere Mario Draghi no seu relatório, apesar de coletivamente a UE ser o segundo maior gastador militar do Mundo, isso não se reflete na força da sua capacidade industrial de defesa. Mesmo com um volume de negócios de 135 mil milhões de euros (dados de 2022), com fortes volumes de exportações (mais de 52 mil milhões de euros em 2022) e com cerca de 500.000 pessoas empregues no sector da defesa, as despesas com a defesa em termos de percentagem do PIB são claramente insuficientes no atual ambiente geopolítico.

Para ganhar a necessária “autonomia estratégica” é fundamental que a Europa ocidental e democrática invista na sua indústria de defesa, motor essencial da inovação e da economia e condição prévia para o necessário crescimento sustentável. Se a Europa pretende continuar a ser um ator no sistema político internacional, não pode investir exclusivamente nas componentes políticas

e económicas e manter-se como um anão na componente da segurança e da defesa, com crescentes dependências dos seus competidores, seja a nível tecnológico (dos EUA), seja a nível das matérias-primas (da China).

Em plena alteração do mapa geopolítico e geoeconómico do Mundo em geral e da Europa em particular, é altura da Europa democrática tomar medidas para o futuro mantendo os seus valores como estandarte de um modo de vida exemplar para a humanidade.



Fig. 2. O relatório de Mario Draghi sobre o futuro da competitividade europeia analisa os desafios enfrentados pela indústria e pelas empresas no Mercado Único, com especial e oportuno destaque para as indústrias de defesa, pois não haverá desenvolvimento e competitividade na Europa sem segurança e defesa.

(Fonte: https://commission.europa.eu/topics/strengthening-european-competitiveness/eu-competitiveness-looking-ahead_en)

3. Desafios e ameaças para a Europa

Em termos globais e tal como referido na *National Security Strategy 2022* dos EUA[8] ou no Conceito Estratégico da NATO do mesmo ano, podemos caracterizar as seguintes ameaças ao Mundo dito ocidental em geral:

- A “Competição Estratégica” e o confronto global entre Democracias e Atores Autoritários: tendo a Rússia, como a mais significativa ameaça à Segurança e à Paz, perturbadora nos flancos Leste e Sul da Europa; a China, como competidor estratégico e desafio aos interesses, segurança e valores do Ocidente; e o Irão e a Coreia do Norte, como criadores de instabilidade regional e global e que apoiam a construção de Uma Nova Era Russo-Chinesa...
- As “Ameaças Compartilhadas” como o terrorismo, a explosão demográfica, as alterações climáticas, a transição energética, a insegurança alimentar, as pandemias, a luta pelos recursos estratégicos, a (des)informação, o ciberespaço e as Tecnologias emergentes e disruptivas...

Ao nível da UE, a Bússola Estratégica para a Segurança e a Defesa (também aprovada em 2022, na sequência da invasão da Ucrânia pela Rússia) começa por sublinhar “o regresso da guerra à Europa, com a agressão não provocada e injustificada da Rússia contra a Ucrânia” a par das “importantes mudanças geopolíticas”, que estão a colocar em causa a “capacidade para promover a nossa visão e defender os nossos interesses”. Estabelece um elevado nível de ambição para a agenda de segurança e defesa, comprometendo-se a realizar ações prioritárias concretas, em quatro vertentes de trabalho: agir; garantir a segurança; investir; e parcerias[9].

Em 2022, com o início da guerra, a UE demonstrou união, coesão e determinação na defesa dos seus valores e interesses, apoiando de modo claro e objetivo a Ucrânia. No entanto, as democracias não estão preparadas para guerras longas, pois têm ciclos eleitorais em que os populismos facilmente encontram espaço decorrente das consequências nefastas da guerra. E ao fim de quase três anos de guerra (se não falarmos de 2014 com a invasão da Crimeia e os combates no Donbass[10]) a Europa democrática começa a sentir esses efeitos populistas.

Entretanto, já em 2022 as ameaças e desafios estavam explícitos e implícitos no documento, após a caracterização do novo Mundo, marcado pela competição estratégica e pelas ameaças compartilhadas (tal como nos documentos estratégicos dos EUA e da NATO). Na caracterização do denominado “Mundo que enfrentamos”, o documento aborda “o regresso da política de relações de força num mundo multipolar disputado”, “o ambiente estratégico” e “as ameaças e desafios emergentes e transnacionais”, para terminar com as “implicações estratégicas para a União”.

Vejamos então as ameaças (explícitas e implícitas) para a União Europeia constantes no documento:

- o aumento dos conflitos, dos atos de agressão, das fontes de instabilidade e do reforço dos dispositivos militares, não só na nossa vizinhança, mas também em regiões mais afastadas, os quais geram um enorme sofrimento no plano humanitário e deslocações da população;
- a Rússia e o seu expansionismo imperialista, associado à tentativa de criação e uma Nova Era em que o Ocidente e os seus valores são colocados em causa;
- as ameaças híbridas (ciberataques, campanhas de desinformação, interferência direta nas eleições, coerção económica, instrumentalização dos fluxos de migração irregular, etc.), que aumentam tanto em termos de frequência como de repercussões e o regresso à política de relações de força e até mesmo à agressão armada;
- a interdependência, que está a tornar-se cada vez mais um fator de conflito e a capacidade de influência usada como arma;
- o terrorismo e o extremismo violento em todas as suas formas, que constituem uma grave ameaça para a paz e a segurança, dentro e fora da EU;

- a proliferação de armas de destruição maciça e dos seus vetores, tal como ilustram nomeadamente os programas nucleares da Coreia do Norte e do Irão e a expansão do arsenal nuclear por parte da Rússia (com ameaças frequentes no âmbito da guerra na Ucrânia) e da China.

Relativamente aos desafios, podemos destacar:

- as vacinas, os dados e as normas tecnológicas como instrumentos de concorrência política;
- o acesso ao alto mar, ao espaço exterior e à esfera digital, cada vez mais disputado;
- o crescendo de tentativas de coerção económica e energética;
- o efeito potenciador que as alterações climáticas produzem nos conflitos e na instabilidade.

Entre as várias ações a desenvolver para fazer face às ameaças e desafios destacam-se:

- investir na segurança e defesa;
- reforçar a relação transatlântica e de cooperação UE-OTAN e a cooperação com os parceiros regionais, nomeadamente a OSCE, a UA e a ASEAN;
- assegurar o acesso livre e seguro a domínios estratégicos mundiais;
- manter um ciberespaço aberto, livre, estável e seguro em vez de domínio de concorrência estratégica;
- assegurar a segurança marítima no mar Báltico, no mar Negro, no Mediterrâneo e no mar do Norte, bem como nas águas do Ártico, no oceano Atlântico e nas regiões ultraperiféricas;

- controlar, na medida possível, as alterações climáticas, a degradação ambiental, as catástrofes naturais e as crises sanitárias mundiais.

Mais recentemente, e após mais de dois anos e meio de guerra na Europa, o relatório Draghi sobre o futuro da competitividade europeia veio “atualizar” os desafios para UE em particular e para a Europa democrática em geral.

O relatório começa por caracterizar “o Novo cenário para a Europa”, abordando depois os três pontos chave:

1. Colmatar a lacuna da inovação em relação aos EUA e à China, em especial no domínio das tecnologias avançadas;
2. Estabelecer um plano conjunto para a descarbonização e a competitividade;
3. Aumentar a segurança e reduzir as dependências.

Aborda ainda, o financiamento dos investimentos e o fortalecimento da governação, num documento que refere que a era de rápido crescimento do comércio mundial parece ter passado, que as empresas da UE enfrentaram uma maior concorrência externa e um menor acesso aos mercados estrangeiros^[11], que a Europa perdeu abruptamente o seu mais importante fornecedor de energia, a Rússia e que, ao mesmo tempo, a estabilidade geopolítica está a diminuir e as nossas dependências revelaram-se vulnerabilidades.

Para Mario Draghi, se a Europa não conseguir tornar-se mais produtiva, não será capaz de ser líder em novas tecnologias, um farol de responsabilidade climática e um ator independente no palco mundial. E não será capaz de financiar o nosso “modelo social”, assente nos valores fundamentais da Europa, que são a prosperidade, a equidade, a liberdade, a paz e a democracia num ambiente sustentável. Este é assumidamente um desafio existencial!

E adianta ainda, que “a única forma de enfrentar este desafio é crescer e tornarmo-nos mais produtivos, preservando os nossos valores de equidade e inclusão social.”. Mas crescer implica mudar radicalmente!

Na área relativa ao aumento da segurança e redução das dependências, o relatório sublinha que **“a segurança é uma condição prévia para o crescimento sustentável”** e que **“o sector da defesa é também um motor essencial da inovação para toda a economia”**.

A Europa está particularmente exposta, não só em função das matérias-primas essenciais, especialmente da China, mas também das importações de tecnologia digital (75-90% da capacidade global de fabrico de wafers – chips – está na Ásia). Se a UE não agir, corremos o risco de ficar vulneráveis à coação. Por isso precisaremos de uma verdadeira “política económica externa” da UE para manter a nossa liberdade.

Por outro lado, o aumento dos riscos geopolíticos pode aumentar a incerteza e reduzir o investimento, enquanto os grandes choques geopolíticos ou as paragens súbitas no comércio podem ser extremamente perturbadores. À medida que a era da estabilidade geopolítica se desvanece, aumenta o risco de a crescente insegurança se tornar uma ameaça ao crescimento e à liberdade.

Para Mario Draghi, o primeiro e mais importante objetivo da Europa é a Paz. Como as ameaças à segurança física estão a aumentar, teremos de nos preparar e não reagir. “A UE é coletivamente o segundo maior gastador militar do mundo, mas isso não se reflete na força da nossa capacidade industrial de defesa. A indústria de defesa está demasiado fragmentada, dificultando a sua capacidade de produzir em grande escala, e sofre de falta de normalização e interoperabilidade de equipamentos, enfraquecendo a capacidade da Europa de agir como uma potência coesa. Por exemplo, doze tipos diferentes

de carros de combate são operados na Europa, enquanto os EUA produzem apenas um”. Entretanto, “apenas dez Estados-Membros gastam atualmente mais ou igual a 2% do PIB, em linha com os compromissos da NATO, embora as despesas com a defesa estejam a aumentar. Como exemplo, se todos os Estados-Membros da UE que são membros da NATO e que ainda não atingiram a meta dos 2% o fizessem em 2024, as despesas com a defesa aumentariam em 60 mil milhões de euros”. Por outro lado, “em junho de 2024, a Comissão estimou que seriam necessários investimentos adicionais na defesa de cerca de 500 mil milhões de Euros durante a próxima década. Tornar-se mais independente cria um “custo de seguro” para a Europa, mas estes custos podem ser mitigados através de cooperação”.

Neste âmbito, a indústria de defesa da UE é ainda altamente competitiva a nível mundial em domínios específicos. No entanto, e apesar de empregar cerca de 500.000 pessoas e de ter um volume de negócios anual estimado em 135 mil milhões de euros (2022) a defesa pública por parte dos Estados-Membros da UE é insuficiente no atual ambiente geopolítico (representa um terço das dos EUA, com as despesas a aumentarem rapidamente na China - EUA 880 MUSD, China 309 MUSD, UE 288 MUSD). De acordo com o relatório, as principais razões são: limitado acesso a financiamentos; pegada industrial de defesa limitada (escala); falta de coordenação a nível da UE e a normalização dos produtos enfraquecem a base industrial de defesa da UE; um elevado nível de dependência externa (em especial dos EUA em tecnologia e da China em matérias-primas); investimento limitado em investigação, desenvolvimento e inovação; e governança fragmentada e fraca.

Na prática e numa perspetiva mais holística do relatório (que numa visão mais economicista aborda sobretudo os competidores em vez das ameaças), os grandes desafios da União Europeia passam então por:

— acelerar a inovação e encontrar novos motores de

crescimento;

— descarbonizar e reduzir os preços da energia;

— dispor de um plano (conjunto) de competitividade;

— aumentar a segurança, criando maior autonomia e investindo na indústria de defesa;

— reduzir as dependências;

— crescer, tornando-nos mais produtivos;

— e fortalecer a governação através da defesa de valores fundamentais como a prosperidade, a equidade, a liberdade, a paz e a democracia num ambiente sustentável.

Apesar do peso (ainda) elevado da UE na economia global (cerca de 17% do PIB mundial), é grande o risco de perder rapidamente terreno face a choques externos, tensões geopolíticas e avanços tecnológicos. Daí o alerta para que tome medidas estratégicas urgentes, para que se mantenha competitiva e capaz de garantir a sua segurança e prosperidade. Em resumo, a capacidade da UE para aumentar a inovação, equilibrar a descarbonização com a competitividade e reforçar a sua segurança, vai determinar o seu papel na Nova Ordem Mundial em processo rápido de transformação e muito dependente do resultado da guerra da Rússia na Ucrânia.

4. Mensagens

Neste Mundo em mudança, de uma “multipolaridade complexa” (segundo Josep Borrell) para uma guerra morna representativa de um sistema bipolar^[12], a nova Europa geopolítica, em plena Guerra da Rússia na Ucrânia (desde 24 de fevereiro de 2022) e de Israel no Médio Oriente (desde 7 de outubro de 2023), está marcada pela divisão entre uma Europa ocidental e democrática, marcada pela União Europeia, e uma Europa de

leste e autocrática, dominada pela Rússia.

No levantamento das ameaças e desafios à Europa democrática em geral e à União Europeia em particular, usámos como fontes mais relevantes a Bússola Estratégica de 2022 (mais relacionada com a segurança e defesa para 2030) e o Relatório Draghi de 2024 (mais relacionado com a competitividade em termos económicos), documentos estruturantes numa altura de reconfiguração geopolítica e geoeconómica da Europa e do Mundo em geral, que confirma que o conflito, e não a harmonia, é a tendência do nosso tempo.

Nos mesmos documentos, as ações a desenvolver, em jeito de “conceitos de ação estratégica”, estão desenvolvidas em termos muito gerais.

Entendemos deixar algumas mensagens para o devir da Europa, com a consciência de que “a Europa só poderá continuar a construir-se como um ato de vontade e inteligência”. Mas isso não basta! É também com a consciência da importância da segurança e defesa para a autonomia estratégica da Europa democrática no novo sistema político internacional (ou na Nova Era).

Vejamos então algumas das mensagens mais significativas para a Europa e para os europeus (em especial para os mais jovens), na conjuntura atual e sem ter em consideração o sempre imprevisível “poder das circunstâncias”:

- neste Mundo em rápida mudança, devemos continuar a fortalecer os valores (democracia, liberdade, Estado de direito), mas também os direitos e deveres dos cidadãos europeus, que constituem, no seu conjunto, um verdadeiro estandarte de um “modelo social” de indiscutível referência;
- independentemente dos novos desafios e ameaças, a Europa democrática deve continuar a trabalhar arduamente para manter a liderança económica a nível global e para

desenvolver os restantes instrumentos de poder, no sentido de garantir o controlo sobre o seu próprio futuro;

- garantir o controlo do futuro implica, tal como disposto no relatório Draghi, assegurar competitividade sustentável, cuidar da inovação, da investigação e da descarbonização, e investir no reforço da segurança e na diminuição das dependências;
- ao nível a segurança, a Europa deve investir na sua indústria de defesa (de modo mais integrado, normalizado e dirigido às necessidades operacionais e às áreas de liderança tecnológica), no relação transatlântica através da NATO, mas também na educação dos jovens, preparando-os melhor civicamente para as diferentes ameaças e desafios e inclusivamente para servirem nas forças armadas em defesa dos seus espaços e das suas gentes;
- assegurar a “autonomia estratégica” deve constituir um desiderato multidisciplinar e holístico, o que implica a necessária coordenação e integração entre os países da União Europeia e os restantes países democráticos (desde que defensores dos mesmos valores), reduzir a dependência relativamente aos EUA (também para não ser arrastada para conflitos fora dos seus interesses), mas também trabalhar em cooperação com um número crescente de aliados que partilhem valores e o multilateralismo em prol de um mundo melhor e mais justo.

Normalmente, em política internacional, das palavras à praxis vai uma distância enorme, em especial quando falamos de mudanças significativas na transição limpa e digital, na descarbonização através da inovação (e na transformação disso numa vantagem competitiva), na nova industrialização, na redução dos preços da energia, na mobilização do investimento público e privado, na melhoria do ambiente empresarial, na criação de novas competências e no investimento na segurança e defesa. E essa

distância tem relação direta com a “autonomia estratégica” e as dependências (não só de tecnologia, mas também de matérias-primas), situações dependentes do exterior e dos competidores, mas que podemos e devemos reduzir.

E para reduzir as dependências, nada melhor do que continuar a investir nas pessoas, proporcionando-lhes novas competências e preparando-as para a competição e a adversidade com a necessária resiliência. E isso faz-se a dois níveis: formação adaptada aos novos tempos junto dos adultos que já fazem parte do mercado de trabalho; e educação em cidadania junto dos mais jovens, preparando-os para uma nova Europa democrática, que deve constituir exemplo de valores, mas também de competitividade, seja relativamente à Europa autocrática, seja relativamente a outros atores internacionais no âmbito da Nova Era, seja ainda para fazer face às velhas e novas ameaças e desafios.

Só assim teremos uma Europa unida em torno de valores da Vida, da Democracia, da Liberdade, do Estado de Direito, da Tolerância e da Paz, mas sem descuidar o social, a boa vizinhança^[13], a competitividade e a segurança, na linha do sonho de Robert Schuman e Jean Monet.

Referências

BORGES, João Vieira (2024). Estratégia, na Guerra da Rússia na Ucrânia. in Barroso, Luís & Duarte, António Paulo & Ferreira, Pedro. Entender a Guerra Hoje (pp.59-73). Guerra e Paz.

DRAGHI, Mario (2024). The future of European competitiveness. European Commission.

FAZENDEIRO, Bernardo Teles (2022). A guerra quente e a paz fria. Guerra e Paz.

FERNANDES, José Pedro Teixeira (2024). O Fim da Paz Perpétua: Geopolítica de um Mundo em Metamorfose. Livros Zigurate.

GORBATCHOV, Mikhail (2021). Que está em jogo? o futuro do mundo global. Edições 70.

KISSINGER, Henry (2014). A Ordem Mundial: reflexões sobre o Carácter das Nações e o Curso da História. D. Quixote.

MAÇÕES, Bruno (2018). O despertar da Eurásia: em busca da nova ordem mundial. Círculo de Leitores.

MOREIRA, Filipe Arnaut (2023). O Domínio do poder: compreender as causas e os interesses da geopolítica mundial. Planeta.

PIRES, Francisco Lucas (1994). O que é a Europa. Difusão Cultural.

RAPOSO, Henrique (2010). Um Mundo sem Europeus. Guerra e Paz.

RODRIGUES, Teresa Ferreira & Borges, João Vieira (coordenadores e co-autores) (2022). Ameaças e Riscos Transnacionais na Nova Era. Fronteira do Caos.

SOUSA, José Pedro de & Fernandes, Castro Teixeira (2002). A Segurança da Europa Ocidental: uma arquitetura euro-atlântica multidimensional. Fundação Calouste Gulbenkian.

STRATEGIC COMPASS FOR SECURITY AND DEFENCE (2022). European Union.

TELO, António & Borges, João Vieira (2024). A Guerra que aí vem: A Ucrânia num Mundo em Mudança. Tribuna da História.

TELO, António José (2022). Guerra e Mudanças na Europa e no Mundo no Século XXI. Tribuna da História.

TELO, António José & Borges, João Vieira & Pires Nuno Lemos (2018). Dar uma razão à força e uma força à razão. Nexo.

THE WHITE HOUSE WASHINGTON (2022). National Security Strategy.

Sites

<https://ver.pt/os-novos-desafios-da-europa/>

<https://www.portugal.gov.pt/pt/gc24/comunicacao/noticia?i=desafios-que-a-uniao-europeia-enfrenta-impoem-liderancas-fortes>

<https://www.dn.pt/6389668395/5-desafios-para-a-ue-nos-proximos-5-anos/>

<https://observador.pt/opiniao/os-desafios-da-europa-nas-eleicoes-europeias/>

Notas

[1] Major-General do Exército, Presidente da Comissão Portuguesa de História Militar. É doutorado em Ciências Sociais e Mestre em Estratégia e em Ciências Militares.

[2] “A divisão entre a Europa e a Ásia não é uma divisão no espaço, mas no tempo.” (Mações, 2018, p. 27). Mais adiante, Bruno Mações (2018, p. 33) sublinha que “se a Europa emergiu da matriz da Ásia, isso poderá parecer um ato de ousadia e libertação, mas acarreta consigo dois perigos. Primeiro, que a vida europeia se desligue das suas origens. Segundo, existe o perigo constante de que a Europa possa regressar à Ásia.”

[3] Com 4 milhões de km² e mais de 448 milhões de habitantes, que representam 5,6 % da população mundial. Cerca de 41 milhões de residentes na UE são cidadãos estrangeiros.

[4] “Por ironia, muito normal na História, a guerra da Ucrânia transformou-se na grande oportunidade de renascimento da UE, o que implica alterar quase todas as suas políticas” (Telo, 2022, p. 153). Como também refere Arnaut Moreira (2022, p. 214) “A Europa mostrou resiliência, capacidade de acomodar divergências e de operacionalizar soluções. Mas continua sem conseguir resolver a falta de instrumentos de poder”.

[5] A guerra na Ucrânia acelerou a mudança no Mundo. E a evolução, na nossa perspetiva, caminha no sentido de um mundo bipolar, com um polo organizado à volta das democracias da NATO e do Pacífico e outro centrado no entendimento China-Rússia, numa espécie de nova Guerra Fria, infelizmente mais morna entre os poderes e mais quentes entre os seus proxis. “A China e a Rússia proclamaram, um pouco antes da invasão russa da Ucrânia, no início de 2022, uma «parceria sem limites» [...]. Face a este novo mundo de potências contestatórias, que ganha cada vez maiores contornos, a questão que se coloca para a Europa – leia-se, para a União Europeia – é a de saber como se deve posicionar para prosseguir os seus interesses estratégicos, económico-político-militares e de segurança.” (Fernandes, 2024, p. 131).

[6] https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_pa%C3%ADses_por_PIB_nominal

[7] Fonte: IMF, 2024. Share of World GDP (at current prices, 2023).

[8] Nesta NSS e nas anteriores, os europeus não são considerados aliados especiais e prioritários dos EUA. A prioridade americana vem sendo o sistema de alianças do Pacífico e do Índico.

[9] É importante lembrar que “A esmagadora maioria das democracias europeias se convenceu que, a partir de 1991, só tinha de enfrentar pequenas guerras em ambiente multilateral, ligadas a operações de manutenção de paz ou a gestão de crises” (Telo, 2022, p. 143).

[10] “O começo da guerra, em 2014, abalou quaisquer esperanças numa Europa livre de violência entre Estados.” (Fazendeiro, 2022, p. 137).

[11] Apenas 4 das 50 maiores empresas tecnológicas do mundo são europeias e numa base per capita, o rendimento disponível real cresceu quase duas vezes mais nos EUA do que na UE desde 2000).

[12] “Uma ordem mundial que afirme a dignidade individual e a governação representativa e que promova a cooperação internacional segundo normas preestabelecidas pode ser a nossa esperança e deve ser a nossa ambição.” (Kissinger, 2014, p. 425).

[13] “Na política mundial, não há tarefa mais importante – e mais difícil – do que o restabelecimento da confiança entre a Rússia e o Ocidente.” (Gorbachov, 2021. p. 133).

Desacertos culturais: idadismo, sexismo, localismo.**Uma agenda cultural para a Europa no século XXI***Cultural lags: ageism, sexism, localism. A Cultural Agenda for Europe in the Twenty First Century***Lúisa Leal de Faria****Abstract**

When recently reading an autobiographical text by a young English writer, published in 2018, I was struck with a growing difficulty in working out the meanings of countless references that crop up in every page, connected with places, media productions, public personalities and events that make up the daily life of a social group within the Millennial generation. I then tried to isolate the layers of incomprehension that obscured several cultural meaning, and found that one might be due to a generational difference, another to the persistence or the coming back of some gender conventions that were supposed to have been overcome after the turn of the century, and lastly, another might be due to specific meanings given to places that become embedded in trends and fashions specific to very local and socially restricted groups.

Although not invested with earthshattering meanings, these cultural gaps are significant, and to try to bridge them may help bring different generations closer, offer a better understanding of gender roles in contemporary society, and stress the relevance of the local in a globalised world.

Keywords: ageism, sexism, localism, Millennials, cultural gaps.

Luisa Leal de Faria

Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa

 [0000-0002-7645-6712](https://orcid.org/0000-0002-7645-6712)**Resumo**

Ao ler, recentemente, um texto autobiográfico publicado em 2018, de autoria de uma jovem escritora inglesa, vi-me confrontada com um conjunto de dificuldades de interpretação relacionadas com inúmeras referências a lugares, produções televisivas, personalidades públicas e acontecimentos que pautam a vida quotidiana de um grupo social pertencente à geração “Millennial”. Procurei então isolar os diferentes níveis de incompreensão que obscureciam diferentes significados culturais, e identifiquei três: um, possivelmente devido à diferença de gerações, outro à persistência ou ao regresso de algumas convenções de género que pareciam ultrapassadas na viragem do século e, por último, o conjunto de significados atribuídos a lugares e a espaços por grupos sociais específicos que reflectem tendências e modas.

Embora estas questões não tenham importância decisiva na interpretação cultural, tentar negociar os seus significados poderá ajudar a aproximar gerações diferentes, oferecer um melhor entendimento dos papéis de género na sociedade contemporânea, e sublinhar a relevância do local no mundo globalizado.

Palavras-chave: idadismo, sexismo, localismo, “Millennials”, fissuras culturais.

When, a few months ago, I read Dolly Alderton's *Everything I Know About Love* (published in 2018), I found myself having to google, more and more often as the reading proceeded, places, objects, television shows, music and films mentioned in the book in order to try and capture the atmosphere where it is placed and connect with the experiences it conveys. Also, many expressions used by the author in this autobiographical text led me to further inquiries on line just to check whether my understanding of their meanings might still be right; and, to be completely candid, I found words that I did not recognise at all. I put myself through the exercise of checking meanings not only because I thought the book was worth it, but mostly because, as the reading advanced, I became fascinated with what appeared to be a cultural gap engendered by a significant age difference. What about intergenerational relations, a concern that acquires more and more relevance in international and national policies, from the United Nations to the United Kingdom? Should I worry about not getting the meaning of "FOMO", or "hell for leather", "to go on the pull" or "booty call"? Should I be embarrassed about my ignorance? At a second level of approach, how different is the experience of dating now, in the age of online communication and dating apps? Surprisingly, if I may anticipate my findings, not that different from previous generations, as far as feelings and social meanings are concerned, perhaps because the author doesn't rely too much on those devices. And then, another level of cultural difference became gradually perceptible: the difference of space, of inhabiting a different location where daily life is embedded in different codes, from the supermarket chains to the brand of bread you buy, from television networks to the reality shows on display. What about globalization, then? The local is the reality, never mind the international chains that provide a Zara everywhere, or the global media that make Rod Stewart a familiar voice across generations: there is so much more involved in the negotiation of cultural codes.

This may seem matter of fact: of course, different generations

speak differently, social groups develop their specific codes of dress and address; favoured restaurants, bars, dishes and drinks change with time. And the lived experience of a specific time can never be fully recaptured at a different one; or, for that matter, neither can the experience of a particular social group be fully recaptured and understood by a different one, even more so if they live in a different country and speak a different language. And yet, as a reader of English literature, past and contemporary, I always felt that I understood the underlying meanings and the implicit references that shape the discourse of different literary voices. Until now. With Alderton's book I faced several rather alarming possibilities. One, that my reading skills had not kept up with the times; two, that the English culture of the young in the noughties of the 21st century had changed beyond recognition for older generations; three, that in the age of globalization local idiosyncrasies gain unexpected power and shape local micro-cultures that become almost undecipherable to one another.

Stuart Hall famously stated "to put it simply, culture is about "shared meanings" (Hall, 1997, 1). Although this definition is deceptively simple, it helps to focus on the basics: if meanings are couched in elaborate codes, either you master the keys to decipher the codes, or you do not share the culture. The feeling of not sharing some meanings in Alderton's book was all the more annoying and intriguing because there was so much else that spoke directly to me. She is funny, she has the kind of sense of humour that captures the nonsense, the ridiculous and the soundbites of the times in a style that is direct, articulate, insightful, sometimes over the top in a hilarious way. And yet, each page is packed with references to popular culture, like TV shows, movies, music and probably polemics and ways of speaking used in news channels, cultural programs, social media and the day to day life of young white middle-class women and men. In short: I think I did capture the essential meanings of the experiences narrated, but I missed many details.

I need to make an observation right at the start, that functions almost as a disclaimer. This is not a book about race and/or ethnicity, or about class, not even about gender, although the entire book is about a young woman, the author: wealthy middle-class, white, Jewish family, straight. In that sense, it would be worth examining from a feminine, not necessarily feminist, perspective. It is an autobiographical text that qualifies as an object of analysis within the frame of a feminist epistemology which, since the 1970s, has claimed that narrating experience generates knowledge. From Carol Hanish's famous statement that "the personal is political" (Hanish, 1970, 2006), to the more recent examinations of how personal narratives may qualify as truth in a post-truth era, or in a post #MeToo atmosphere (Budgeon, 2021; Baer, 2016; Rivers, 2017; Banet-Weiser, 2018), the possible relevance of looking into seemingly apolitical personal narratives for evidence of significant, yet unacknowledged political realities has begun to be stressed.

This is a coming of age narrative that focuses on a teenager who lives with her parents in a well-to-do London suburb, attends a private school, becomes a young woman, goes to the university (at Essex for a graduate course, then to City University for a Master's), has a lively social life, tries to find out who she is as she drinks heavily and engages in a number of encounters, one night stands and relationships with boys, then with men, looking for love. She is also concerned about finding a job, about being able to support herself, wanting to be totally independent. All the while she is a woman's woman, who values and cherishes her women friends and is uncompromisingly loyal to them. In many ways, she is your regular, normal teenager becoming a young woman. At that level, there are not too many surprises. Of course, a number of behaviours differ widely from what expected behaviour in the same age range used to be in the late twentieth century. But the feelings, the insecurities, the sense of humour are completely relatable.

Still, if we want to read the book from a cultural perspective (not literary, or psychoanalytical) the three levels of interpretation that I mentioned at the start are relevant fields of analysis. The first has to do with a pervasive characteristic of Alderton's writing which consists in the use all sorts of references to popular texts of all kinds – literature, film, television, music – to characterize the people she is talking about. Some references are well known outside of the UK and have acquired an almost classical status. These are a part of the culture that, as a reader, I share. But others are embedded in the daily television shows of English or American provenance, so they are probably quite unfamiliar to people who live elsewhere and never even heard of them. To be fully understood, they need to be explained. They need to be decoded.

The second relates to the state and nature of feminism throughout the first decades of the 21st century as well as the whole idea of a succession of generations, from the Baby Boomers of the late forties to the mid-sixties, then Generation X born 1965-1979, followed by the Millennials, born 1980-1994 and last, Gen Z, born 1995-2012. Some researchers are already talking about a next generation, Gen Alpha, born 2013 – 2025 (University of Southern California, Age Groups, Demographics). Dolly Alderton makes several references to the generational situation, trying to understand her own relative position as a Millennial, already surpassed by the Gen Zs. She doesn't make any theoretic statements on feminism, let alone on gender issues, but her position as a single young woman, living through her twenties and turning thirty, cry out for an examination of the positions she occupies and the views she holds as a young, single woman. This examination can be framed by recent reflections on the last wave of feminism or, maybe, as Angela McRobbie says, the aftermath of feminism (McRobbie 2008; Gill, 2016)

At the third level meanings are more implicit than explicit. They have to do with the deciphering of meanings embedded in

the uses, behaviours, tastes, fashions of everyday life. The first overall level at this point is London itself, the space of the city, invested with a plethora of meanings relating to where you live. Where you live in London or where you would like to live is a function of symbolic space that Michel de Certeau explained on a theoretic level, when he stated that words that give names to places hold a kind of magical power: “Linking acts and footsteps, opening meanings and directions, these words operate in the name of an emptying-out and wearing-away of their primary role. They become liberated spaces that can be occupied. A rich indetermination gives them, by means of a semantic rarefaction, the function of articulating a second, poetic geography on top of the geography of the literal, forbidden or permitted meaning” (de Certeau, 1988, p. 105). This new geography expresses, after all, the symbolic meaning attributed to certain streets or neighbourhoods, connected to class or age group. But then there are other countless references, immediately intelligible to those in the know, but opaque to the others. I will try to select relevant examples to illustrate those points.

Age gap and reading skills

Alderton’s *Everything I know About Love* is a memoir of a sort. It earned a 2018 National Book Award for autobiography and was shortlisted for the 2019 Non-Fiction Narrative Book of the Year in the British Book Awards, among other distinctions. More recently it was adapted into a BBC/Peacock eponymous television drama series, adopting a clearly fictional shape. Although most of the book does, indeed, narrate the author’s experiences and reflections, it also provides recipes, a section with emails pretending to be somebody else, shopping and other lists, and it features a number of hilarious pages that take the shape of collective emails announcing fictional events based on real life occurrences. All these potentially ridiculous situations are filtered by an implacable critical mind and overblown to the level of nonsense. They are not exactly autobiographical

although they are certainly the distillation of numerous events of the same kind that mirror the fashions of the time: vanity projects, grown up dinner parties, Christmas greetings and New Year resolutions, hen parties, weddings and baby showers. In these imaginary emails the reader captures the outlines of fashionable life styles cultivated by well off young women and men of the same age group as the author.



Fig. 1. The cover of Dolly Alderton’s 2018 best seller *Everything I Know About Love*

If these emails are clearly invested with an intention of social commentary, the more autobiographical or introspective chapters in the narrative seem to take for granted that the reader shares the same cultural references; or, if not, the author doesn’t care to explain. This is where the reading became challenging, but not less interesting. I will try to list some of those challenges.

Let me take, as an example, the first group email, dated 10th November, written as Lana, who invites “dear everyone I’ve ever met and a few people I’ve never met” to “an event called Lana’s Literary Salon, taking place in an abandoned car park in Leytonstone. The idea is that the evening will evoke the mind-expanding conversational traditions of the Oxford Union with the atmosphere of *Noel’s House Party*.” (Alderton, 2018, p. 60).

The reader is certainly aware of the existence of the Oxford Union and its rather highbrow profile. Alderton joins it in the same sentence with a BBC “light entertainment series” (I am quoting Google), that was highly popular throughout the nineties of the past century, apparently full of innuendo. In this piece Alderton targets the pseudo-intellectuals, be they aspiring politicians, fashionable television presenters, film or documentary makers, and exposes the ridicules of wokeism and fake camaraderie in talk shows, all the while being complicit with a reader who shares the same sense of humour and, hopefully, the same cultural references.

A few quotes from this text will help illustrate the literary devices that are used throughout the book. “To begin with, there will be some spoken-word poetry written by India Tower-Baggs on the subjects of her recent life-changing haircut, the difficult choice of selecting her default web browser setting and finding her way back to herself through a mix of ayahuasca ceremonies and Zumba classes. She will perform all her work with a slight Jamaican accent despite attending Cheltenham Ladies’ College.” (Alderton, 2018, p. 60) If you don’t know exactly how expensive this College is, just google it, and you will find all the information you need. The articulation of the seemingly seriousness of form with the futility of the content forms part of Alderton’s frequently used comic devices.

The next paragraph of the email concerns “Ollie”, who is starting his own political party, called “Young Clueless Liberals”. He will be reading his manifesto and will be interviewed by journalist “Foxy James” (T4, MTV News). The highly innovative and exciting aims of the party are threefold: “first-time buyers, student fees and the reopening of the Fabric nightclub.” If “Foxy James” may be a fictive name, MTV News did exist for a while, and at some point “evolved to a digital series that covers trending topics from pop culture to [social justice](#) issues to electoral politics and beyond”. The Fabric, or fabric nightclub is also real (my source

for both: Google). The main event of the evening is announced next, and requires a full quotation:

“Then, the headline act: my short film. *No One Minds That Ulrika Jonsson is an Immigrant* explores the themes of cultural identity, citizenship and sovereignty in a future dystopian setting. After the three minute film ends, Foxy will interview me on stage about it for two hours – we will reference the film and its crew (mainly my family) as if it is a universally recognized piece of work and speak with the showbizzy, eye-rolly, in-jokey camaraderie about behind-the-scenes stories as if I were Martin Scorsese giving a director’s commentary on *GoodFellas*”(Alderton, 2018, p. 61). I had to look up Ulrika Jonsson and I quote, from Google: “Eva Ulrika Jonsson (born 16 August 1967) is a Swedish-British television presenter and model. She became known as a TV-am weather presenter, and moved on to present the ITV show *Gladiators*, and later featured as a team captain on the BBC Two show *Shooting Stars*.” The article about Ulrika Jonsson on Google is extensive and she is certainly a very well known TV celebrity both in the UK and in Sweden. No need to explain, I am sure, the sense humour encapsulated in the topics of migration, cultural identity, citizenship and sovereignty applied to a beautiful, blonde, successful, multi-married, mother of 4 Swedish-British woman. But you would miss the fun if you didn’t know who Ulrika Jonsson is. And in the same page she manages to nod to Kerouac: “much like Kerouac I’m just not a morning person”.

The same email is packed with references to social and cultural practices of Alderton’s age and social group that stress their absurdity: in the “venue” there will be “craft beer, brewed by my flatmate on the balcony of our Penge newbuild. The Death of Hackney tastes like a sort of fizzy Marmite and smells like a urinary tract infection and is yours for £13 a bottle. Enjoy” (Alderton, 2018, p. 61).

In fact, although beer is consumed in large quantities in Alderton’s frequent drinking binges, prosecco is the drink of choice for

Dolly and her friends, and this seems to be a taste acquired by Millennials. Alderton herself mentions a job she landed when she was twenty six, as a script assistant on the E4 TV show *Fresh Meat*, “a comedy about student life”, where she was expected to do a “hepcat pass”, that is: “to make sure all the language was in keeping with youth; that it was authentic; that there wasn’t a trace of middle age in the ink.” (Alderton, 2018, p. 337) And she goes on to give examples: “I circled mentions of cava and wrote “they’d drink prosecco” next to it. I advised what texts would have been read on an English course or what albums they might have been listening to” (Alderton, 2018, pp. 337-338). Let me just note that the producers of *Fresh Meat* were born in 1970 and 1971, and still the age gap made a difference (Alderton was born in 1988)

The book is dotted with references to ordinary objects and practices that make up the fabric of everyday life in London like finding apartments on Gumtree, shopping on Etsy, using Bebo pages, mentions of Prezzo restaurants, Hovis bread, Bakewell slices, Marmite, Yule Logs, toffee vodka, foam parties, Mezze sharing platters, the Nisa local, Tammy Girl strapless dresses, fascinators, Mulberry Bayswater handbags, molecule perfume, boarding school tuck shops, nightclubs like Fabric, Fluid or Koko, Caravan King’s Cross, Rosemary Conley videos, Magic FM. I did have to look up what an “Ann Summers nurse outfit” was, among other things.

The countless references to media programs and reality shows imply sharing a knowledge of everyday entertainment that is probably only accessible to those living in England for quite a long time. Some of these shows were broadcast abroad, so chances are that they are known elsewhere. But most were not, to my knowledge. Far from being exhaustive let me just mention a few: Eggheads, Acorn Antiques, Noel’s House Party, Made in Chelsea, Who Wants to Be a Millionaire?, The X Factor, Country Life, Kennan & Kel, Strictly: It Takes Two, Dancing on Ice, Time

Team, Gogglebox, The Archers, Loose Women, East Enders, Happy Days, The Vicar of Dibley, Challenge Anneka, Fresh Meat, the presenters Ant & Dec. Alderton mentions also the American shows Kennan & Kel, Seinfeld, Girls, Friends and, of course, Sex and the City. Also The Sims (game), Desert Island Discs (radio) are some of the media shows and games that apparently don’t require further explanation.

Then, there are all the references to film actors and TV personalities. Just by mentioning them, Alderton needs not explain or describe. Most references are humorous, but only if the reader is in the know. Nigel Harman is Farly’s type of boy, Dolly’s is Charlie Simpson (Alderton, 2018, p. 2); at a party, still in her teens, she sees a boy named Joel and comments: “Joel is a famous North-London heart-throb; a Jewish Warren Beatty with gelled spikes and acne scars; a Danny Zucko of the suburbs.” (Alderton, 2018, p. 24); at some point one of her fictional characters is “Penge’s Carrie Bradshaw” (Alderton, 2018, p. 191); there is this manager of a local restaurant in Italy “who looked like a sixty-something Italian John Candy” (Alderton, 2018, pp. 264-265). After being left by David, she writes: “As the days passed, I felt a combination of loneliness, embarrassment, grief and anger. I felt like an idiot; like a sort of frumpy female character on *The Archers* who gets wooed by a dastardly, beautiful stranger before he leaves, taking all her money.” (Alderton, 2018, pp. 285-286). And David would be referred later as “a wolf in Glastonbury stall-owner’s clothing” (Alderton, 2018, p. 287). Lauren frequents her local vape shop so often that “all the staff greet her like the Fonz” (Alderton, 2018, p. 332). “A sixty something woman with Jilly Cooper hair” (Alderton, 2018, p. 346) crops up, among countless other references of the same kind.

On almost every page we find the names of pop stars, songs, groups. Just a sample: the song “Lover, You Should’ve Come Over”, the group Ministry of Sound, The Dead Kennedys, R.

Kelly's "Ignition", Emo, Beenie Man and Other Dance Hall Legends, John Martyn (her favourite singer), Paul John Weller, Joni Mitchell, Marvin Gaye, Bob Dylan's *Blood on the Tracks*, Phil Phillips "Sea of Love", Blue Man Group, "I would walk 500 miles" by the Proclaimers, "Umbrella" by Rihanna, The London Gay Men's Chorus, Pulp song "Stacks", Jarvis Cocker, among many others, of global fame or not so much.

In the midst of the constant references to objects of popular culture we find, at a subtler level, evidences of a more sophisticated nature that reveal a cultivated mind. Still in her teens, a compulsive user of MSN Messenger, she meets Lauren, they try to start a band, and she comments: "We thought ourselves to be a sort of two-person Bloomsbury Group of early noughties MSN Messenger" (Alderton, 2018, p. 13). "A time when shagging was like potatoes and tobacco, and I, Sir Walter Raleigh" (Alderton, 2018, p. 21), is the metaphor she uses when she discovers sex; lines by T. S. Eliot emerge when she writes "I am so grateful that I fetishized the measured-out-in-coffee-spoons minutiae of adulthood so vividly as a teenager because the relief of finally getting there meant I have found very little of it to be a burden" (Alderton, 2018, p. 107). She drops comments like "a sort of Blanche Dubois hysteria" (Alderton, 2018, p. 111), "someone who could be Patrick Bateman" (Alderton, 2018, p. 181), or "when you approach thirty, married friends will have a sort of amnesia about what being single was like. They will become your Mrs Bennets" (Alderton, 2018, p. 356). If she hints at Tennessee Williams, Brett Easton Ellis and Jane Austen, she explicitly quotes Margaret Atwood (Alderton, 2018, p. 42), Ted Hughes, Sylvia Plath and David Foster Wallace (Alderton, 2018, p. 342) and more surprisingly, at least for me, "The Amorous Shepherd", the English translation of Fernando Pessoa/Alberto Caeiro's "O pastor amoroso". She reads the poem at her friend Alex's wedding in Brooklin and quotes the lines "I don't regret anything I was before because I still am, I only regret not having loved you" and starts to cry.[1] I may be quite mistaken, but this

choice seemed to me quite sophisticated, considering the amount of poems in English suitable for wedding ceremonies.

My provisional conclusion is that the age gap is very relevant when it comes to capturing the feeling of life lived through the particular experience of the subject, in a particular time and place. What Raymond Williams called "the structure of feeling" may be misunderstood, or even missed. So, we should all make an effort to build bridges across generations through discourse.

Being single in the aftermath of feminism

The episodes of Alderton's life narrated in *Everything I Know About Love* do not follow a strict chronology. There are not exactly flashbacks, but the narrative is structured according to topics or series of events that make sense in themselves and may overlap with others, treated in other chapters. The early chapters talk about her teens, her use of MSN Messenger to meet boys, and her wish to overcome that phase of life as quickly as possible, and become a grown up. "I always thought that my fascination and obsession with the opposite sex would cool down when I left school and life began, but little did I know I would just be as clueless about how to be with them in my late twenties as I was when I first logged on to MSN Messenger. Boys were a problem. One that would take me fifteen years to fix." (Alderton, 2018, p. 18) This statement, that closes the chapter intitled "Boys" announces much of what will follow.

Everything I Know About Love follows her narrative of the self until she is thirty, when she seems to come to terms with who she is. The main steps of that trajectory hinge around love, of course, but also bring to the surface the way of life of a young single woman in London, through the first two decades of the twenty first century: going to the university, sharing a flat with friends, going to pubs and to parties, drinking, dating, travelling, all of the above punctuated by references to looking for a job or jobs, and trying to support herself. Although we sense that she comes

from a well off family that might provide a security net, Alderton is a young woman of her generation, one we might call a “Top Girl” (McRobbie, 2007). And, although her story never deals in situations of sexual harassment as it came to the fore after the #MeToo movement, it is deeply embedded in the sexism analysed by Sara Ahmed (Ahmed, 2015).

Angela McRobbie devised a number of expressions to encapsulate the changes in feminism in the late twentieth and early twenty first century from “top girls” to “phallic girls”, finding inspiration in Joan Rivière’s “Womanliness as Masquerade” (Rivière, 1929), which she transformed into “the post-feminist masquerade” in the early decades of twenty first century. To wear womanliness as a mask in order to compete in the professional world of men in the middle decades of the twentieth century, as in Rivière’s analysis, morphs into the apparent normalization of full gender equality in Western culture eight decades later. Now, we seem to take for granted that women have already achieved all the goals that were fought for in the early feminist waves. But, in that sense, women have been the victims of a “new sexual contract”(McRobbie, 2007, 719). “ The meanings which now converge around the figure of the girl or young women (which, from a UK cultural perspective, have global export value including films like *Bridget Jones’s Diary* and *Bend It Like Beckham*), are now more weighted towards capacity, success, attainment, enjoyment, entitlement, social mobility and participation”, writes McRobbie (McRobbie, 2007, p. 721). As a result, women are put under enormous pressures, both from a political environment where they are expected to achieve professional success and from a social environment where they are expected to be beautiful, happy, fulfilled in family and motherhood. And then, there is the individual field of frustrated desires, of the stress of wanting to lose weight, of wanting to conform to the role models seemingly approved by magazines, television shows, movies and general opinion, and falling short. The aftermath of feminism is the moment when women use again the gestures of seduction in

order to achieve power over men, consciously performing the traditional expected roles in a still patriarchal world with the ironical twist of knowing what they are doing: a post-feminist masquerade.

Although contested, post feminism continues to be a relevant analytical category in media and cultural studies. It is a “sensibility” (Gill, 2016, p. 612) and also “a critical analytical term that refers to empirical regularities or patterns in contemporary cultural life, which include the emphasis on individualism, choice, and agency as dominant modes of accounting; the disappearance – or at least muting – of vocabularies for talking about both structural inequalities and cultural influence; the “deterritorialisation” of patriarchal power and its “reterritorialisation” in women’s bodies and the beauty-industrial complex; the intensification and extensification of forms of surveillance, monitoring, and disciplining of women’s bodies; and the influence of a “makeover paradigm” that extends beyond the body to constitute a remaking of subjectivity – what I have recently characterized as a central part of the “psychic life of postfeminism”.” (Gill, 2016, p. 613; Gill, 2017).

In the context of post feminism or the aftermath of feminism, many parts or *Everything I know About Love* are worth analysing. But none more than the reflections on being single. Shelley Budgeon pointed out, already in 2008, that “historically singleness has operated as a marginalized status while heterosexual couples have occupied a privileged position that confers upon its inhabitants a range of social, economic and symbolic rewards” (Budgeon, 2008, p. 301). In spite of all the claims about independence and legitimacy of alternative ways of living produced in the last decades, “the ideological force of couple culture is such that its privileged status is rarely recognized or questioned” (Budgeon, 2008, p. 302). In Alderton’s narrative we find highly amusing parodies of hen parties, bridesmaids roles, weddings and baby showers, that reflect a kind of outsider

position coupled with a fear of being left out. Her narrative takes place within a frame that Catherine Rottenberg calls “neoliberal feminism” (Rottenberg, 2014, 2017), very much aligned with both McRobbie’s and Gill’s conceptions. But in Alderton’s we feel that she is often trying to comply with the expected social norms, while she is knowingly disrupting them. And the expected social norms along the second decade of the twenty first century were still underpinned by an ‘ideology of marriage and family’, “which is based on the assumption that everyone desires a sexual partnership, that a sexual relationship is the only truly important personal relationship, and that those who are in one are significantly happier and more fulfilled than those who are not.” (Budgeon, 2008, p. 302).

During the first part of her twenties, Alderton enjoys being single, being free to go anywhere either alone or with other girls. She even makes a statement that places the narrative very much within the post-feminist “sensibility”. After going to a posh London hotel with a friend who had promised that it was a hotbed for “bored millionaires with buckets of booze who want the company of fun, young people” (Alderton, 2018, p. 45) and surviving the experience, she comments: “My friends and I continued to believe what we were doing was a great act of empowerment and emancipation. My mum often told me this was a misguided act of feminism; that emulating the most yobbish behaviour of men was not a mark of equality. ... But I still think there were moments when those years of partying were a defiant, celebratory, powerful act; a refusal to use my body in a way that was expected of me.” (Alderton, 2018, p. 48). The twenties were the decade when Alderton lived through many of the experiences that are almost textbook for the privileged young women of her generation: partying, drinking, travelling, setting house with friends, dating, and also dieting and going into therapy. Although ridden with bad decisions, with resolves not fulfilled, with insecurities and frustrated expectations, we feel that those were happy years, filled with the joy of sharing life

with true friends and the excuse of youth for every shortcoming.

Yet, on approaching thirty, the mood begins to change. The chapter “Enough” points to a turn in resolve: she stops stalking potential conquest on line; she deletes her Facebook account, she stops with the midnight hours, she invests all her time in her work and friendships (Alderton, 2018, p. 302), among many other signs of a newly found serenity and maturity. “Enough” means not only that she has enough of a rather adventurous life, but also that she is enough for herself: “I don’t need any words or looks or comments from a man to believe I’m visible; to believe I’m here ... Because I am enough. My heart is enough. The stories and the sentences twisting around in my mind are enough. ... And I am more than enough. (I think they call it “a breakthrough”)” (Alderton, 2018, p. 305). So, she follows this chapter with “Twenty Eight Lessons Learnt in Twenty-eight Years”, filled with wisdom and humour, followed by “Homecoming”, where she openly confesses all her perceived shortcomings in the experience(s) of love. Except for one, the most enduring: “Nearly everything I know about love, I’ve learnt in my long-term friendships with women. Particularly the ones I have lived with at one point or another. I know what it is to know every tiny detail about a person and revel in that knowledge as if it were an academic subject. When it comes to the girls I’ve built homes with, I’m like the woman who can predict what her husband will order at every restaurant.” (Alderton, 2018, p. 314). She stresses the same point at the end the book. The last sentence reads:

When you are looking for love and it seems like you might not ever find it, remember you probably have access to an abundance of it already, just not the romantic kind. This kind of love might not kiss you in the rain or propose marriage. But it will listen to you, inspire and restore you. It will hold you when you cry, celebrate when you’re happy and sing All Saints with you when you’re drunk. You have so much to gain and learn from this kind of love. You can carry it with you forever. Keep it as close as you can. (Alderton, 2018, pp. 357-358).

All this is a consequence of turning thirty.

I didn't want to be weird about turning thirty. Being weird about turning thirty is a cliché. It's not feminist, it's not cool, it's not modern or progressive. It's heteronormative, it's hysterical, it's bourgeois, it's suburban. It's very predictable. It's too Rachel Green. It's princessy, precious and completely pathetic. I didn't want to be any of these things. I was a nervous wreck about turning thirty. (Alderton, 2018, p. 329)

On the verge of turning thirty, Alderton feels like living through the last years of a whole generation, the Millennials. After having been the centre of attention from the media – “we fascinated, repulsed, worried, beguiled and formed the zeitgeist” (Alderton, 2018, p. 337) – her generation is being replaced by Generation Z. She describes a new feeling of nostalgia for her lost twenties, finally outgrown but for ever remembered, “rambunctious, restless and ramshackle. Roving, raucous and rebellious. My roaming decade; my roaring twenties.”(Alderton, 2018, p. 349).

Alderton has been called “the millennial Nora Ephron”, “because her body of work (...) taps into one of the most all-consuming fears of the female experience in our 20s, 30s and beyond: the fear of being left-behind”, writes Emma Clifton (Clifton, Capsule, 2022). Alderton calls it “the plight of comparison”: no one wants to be left out, and when your friends “start falling in love, moving in with partners, buying property, having children

... there's something that feels frightening if you don't feel that you're involved, even if it's not something you want”, she says.

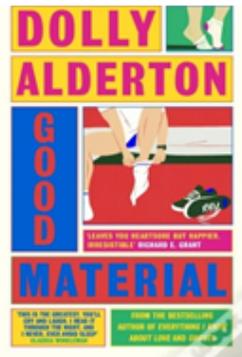


Fig. 2. The cover of Alderton's 2023 novel *Good Material*

Being a millennial has also often been equated with an overwhelming use of social networks and dating apps. But this is again a surprise in Alderton's text. Although it is mentioned in the book, this is not the kind of practice that she favours. In an interview given to the BBC in 2022, referring to Tinder and Hinge, she declared “I feel lucky to be a millennial that dated before apps” (BBC, 7 June, 2022; also Walters, 2021). So, a cultural lag that might prevent a full understanding of the text, is simply not there. Alderton's feelings and experiences are conveyed through the conventions of description, using, it is true, a number of metaphors, metonyms, euphemisms, metalepsis or periphrasis not always intelligible to the older reader, but still not memes.

To finally come to terms with being single by choice at thirty is, probably, the closest to a feminist standpoint in the book. One is reminded of the plight of Bridget Jones, near the end of the twentieth century, also trying to find love and being pursued by the judgement of another generation – her parents and their friends – implying that there must be something wrong with her if at thirty she is not only single, but doesn't have a boyfriend. Even worse, her married friends, the “Smug Marrieds”, “patronize us and make us feel like failed human beings.” Bridget Jones feels like she has turned into Miss Havisham when she is with her married friends and other married couples (Fielding, 1997, p. 40). Or how a negative view of feminism impacted upon television comedies, like *Ally McBeal*, *Sex and the City* or *Desperate Housewives*, transforming Betty Friedan's concept of the “feminine mystique” into the “feminist mystique”: “Whether we ask the Ally McBeals, Carrie Bradshaws, or Bridget Joneses, their collective point is clear: single women are distressed, lonely, and miserable. The women depicted in these series are deeply discontented and utterly confused about why – despite their designer-clad, well-proportioned bodies, meaningful careers, and fat check books – they experience something much like Friedan's eloquent description of a “strange stirring, a sense

of dissatisfaction, [and] a yearning.” (Elizabeth Kaufer Busch, 2009, p. 87)

For Dolly Alderton it is perhaps in the fictional character of Jen, in her recent novel *Good Material*, that she comes to terms with being single, or alone. Although the novel is written from the point of view of a male character, Andy, towards the end there is a shift and Jen, the girlfriend who broke up with him, takes centre stage. The character is thirty five, and she decides, at last, to quit a very successful job and fly to Cartagena, and see where she will end up. Her friend Jane had summarized Jen’s way of being: “You’ve always been alone ... You were alone when I met you, you’re alone in a crowd of people, you were alone when you were with Andy ... don’t have a kid or get married because you’re worried about being alone ... Be alone, Jen. You know how to be alone without being lonely. Do you know how rare that is?” (Alderton, 2023, p. 334)

Shelley Budgeon compared the social implications of being single as a man or as a woman, noting that, “particularly in later life some women do interpret singleness as a personal failure rather than as a choice.” (Budgeon, 2008, p. 308). For men, on the contrary, the word “bachelor” carries the connotations of choice – unlike the “old maid” stereotype – and bachelorhood is seen in a positive way, albeit with a few exceptions, in the cultural imagination. Nevertheless, these social categories may be undergoing a process of readjustment and change. To be single by choice, as a woman, is becoming more and more widely practiced, not only because women postpone marriage and children for the sake of their careers, but also because, like Dolly Alderton, they feel comfortable by themselves.

My provisional conclusion comes in the shape of a couple of questions: are we facing a change of paradigm in the social constructions of “couple culture” and the “production of singleness”? If so, how does the new paradigm impact upon contemporary culture? The condition of women is still not a story

of achievement and complete fulfilment of expectations. We need to be on the lookout.

Local meanings and global impacts

Everything I Know About Love takes place mostly in London, and it takes for granted that the reader shares a kind of subjective knowledge, linked to class, education, social habits, fashion and trends in general, that invests with meaning references to places like dwelling areas, streets, restaurants, shops. We find, in short, a very localised kind of daily experience which, at another level, can be placed in the broader context of London as a global city. Peter Ackroyd, in his magnificent *London: the Biography*, captured the endless meanings of the city as it morphed along the centuries as a living creature into the shape it acquired at the end of the twentieth century. Towards the end of the book, when he is writing about the changes that took place in London in the 1960’s and after, he asks: “And yet what is it, now, to be a Londoner?... Is London, then, just a state of mind?... On more than one occasion in its history, it has been described as containing a world or worlds within itself. Now it has been classified as a ‘global city’, and in Hebbert’s words as ‘a universe with its own rules, which has genuinely burst out of national boundaries’. So it does truly contain a ‘universe’ like some dense and darkly revolving cloud at its centre” (Ackroyd, 2001, p. 767)[2]. It is this mixed atmosphere of the local, for which the reader may need more inside information, and the global, that projects London as a place shared globally, that may require looking into. In fact, from the ‘unreal city’ of T. S. Eliot, to the capital of world finance, London encapsulates such a multiplicity of contradictory or complementary meanings that it would be pointless to try to enumerate them. What I want to stress is just that, for anyone not living in London, not even having visited London for a number of years, there is still the constant visibility of the city through the news, through the permanence of the highly photogenic pageantry that is broadcast to millions on the occasion of events pertaining

to the royal family, through movies and television shows; and also the London that makes up the background of literary texts, too many to count. This idea of London, constructed through its mediated projections, doesn't clash with the closer reading of the London that transpires through Alderton's book. On the contrary, it is enriched by it. Yet, some decoding is required, and not all may be successfully achieved.

First and foremost, London itself is teeming with meanings. The city is the stage of an unstoppable dynamic that reinvents its space at a breathless rate. A piece published in the August 2019 issue of *National Geographic Magazine* called "How London became the center of the world", with the subtitle "Three decades of growth reinvented the urban landscape in London – and transformed it into the preeminent global city", adds a question: but amid growing pains and with Brexit looming, can it stay on top? (Parker, 2019). In 2019, the piece explored the magnificent achievements since the turn of the century, emphasizing that "London is bigger and richer than ever. Three decades of growth transformed London from a fading grande dame into the preeminent global city and a leading center of culture, finance, and technology." The innovation of the past few decades is presented in way that provides a first level of description, relevant if you want to take the next step – interpretation.



Fig. 3. An historic directional sign in Clamp Hill in Stanmore – dismantled in 2010. David Howard - <https://www.flickr.com/photos/satguru/3138718978/>

Where you live in London or, for that matter, anywhere else, is always already encoded in multiple layers of social and economic meanings. If you live in Lisbon, as I do, you know which neighbourhoods are fashionable, affluent, gentrified, popular, low income, whatever, and you know that the suburbs are not necessarily posh. Some are unfortunately slums. In this implicit knowledge is important, because the narrative sometimes hinges upon finding a place to live, sharing a flat with friends, having to move. Right at the start of *Everything I Know About Love*, Alderton states that she spent her adolescence on the internet, and explains why: "I grew up in the suburbs" (Alderton, 2018, p. 4). Being removed, at age eight, from Islington into Stanmore was a "cruel decision" of her parents, that placed her at "the blank margin of the city", transforming her into an "observer of fun, rather than a reveller at the party" (Alderton, 2018, p. 5).

The neighbourhood is clearly affluent but, for Alderton, it is neither urban nor rural – it is just somewhere in between. Perhaps because she attended a boarding school and later Exeter University, Stanmore as a place doesn't occupy much space in the book. Yet the way she describes the feeling of affluent suburbia with the statement "the North London suburbs were a vacuum for identity. It was as beige as the plush carpets that adorned its every home. There was no art, no culture, no old buildings, no parks, no independent shops or restaurants" (Alderton, 2018, p. 5), is indicative of an ideal of a city, London, through its absence. Life in the suburbs is characterized by its homogeneity in the golf



Fig. 4. A Prezzo restaurant

clubs, the branches of Prezzo, private schools, streets, houses, cars, hairstyles, in short, a place where “unless you played golf, wanted your hair highlighted or to browse a Volkswagen showroom, there was absolutely nothing to do.” (Alderton, 2018, pp. 5-6).

The move to London, at twenty four, is vital for Alderton. From then on, in the narrative, London is the main background. And London, through her eyes of Alderton, needs to be decoded. London is a place of the imagination. It elicits a sense of urgency for keeping up, for participating, for not being left out of unknown possibilities:

It is a feeling I grew very used to – panicked and throaty; a sense that everyone in London was having a good time other than me; that there were pots of experiential gold hidden on every street corner and I wasn’t finding them (Alderton, 2018, p. 105).

But London is also a very real city, where to find a place to live when you are young and on a tight budget is difficult.

Where to look within a narrow budget gives clues into the way of life of the author and her milieu. Her first flat, shared with friends “was just off a notoriously dodgy crescent that joined the Chalk Farm end of Camden Town with the Kentish Town end” (Alderton, 2018, p. 109).

“Camden felt like the right place for us to be: it was central, it was near all the nicest parks and, best of all, it was perilously, hopelessly uncool. None of our friends lived there. ... Occasionally, during the years we were there, we’d go for a party or a night out in East London and be surrounded by young, cool, gorgeous people and we’d wonder if this was really where we were supposed to be at our age” (Alderton, 2018, p. 112).

So, East London is where you want to live, if you are cool and in your twenties. Five years later her friends go their separate ways, and she needs to find a place for herself, which was difficult, again due to budgetary limitations. Eventually, she found a place

“right in the middle of Camden” (Alderton, 2018, p. 320).



Fig. 5. A Nisa local in Camden Town

Long gone seem to be the days of cool Sloane Square or affordable Notting Hill. The ‘swinging London’ of the sixties and seventies, with trendy centres like Carnaby Street or King’s Road in Chelsea had already seen a dislocation to the East with the development of the Docklands and Canary Wharf, and to the Southeast, where Peckham and Forest Hill are deemed desirable to live in. Each place can be more or less trendy, more or less desirable according to the unspoken codes of different social groups. Alderton notes, about Camden High Street around 2012, that she and her friends were “confronted with swarms of Spanish teenagers on a school trip or forty-something men with Paul Weller haircuts and winkle-picker shoes who were still waiting for Camden’s glory years of Brit-pop to return” (Alderton, 2018, p. 112). So, Camden had gone from cool to uncool without foreign teenagers or middle-aged men who emulated Paul Weller even noticing.[3]

In her imaginary emails Alderton mentions other locations. Upon being invited to the wedding of “Jack Harvey-Jones and Emily White” (“Jemily”, by the way), she receives an email from the couple on the location, the organization of the wedding and what gifts are expected.

We are aware, Dolly Something Alderton, you are single with an income of £30,000 at best while we have a joint annual earning of £230,000. We also understand that we live in a £700,000 flat in Battersea, the deposit on which was paid in its entirety by our parents, while you struggle to scrape together £668 every month to pay your rent ... (Alderton, 2018, p. 242)

Or, when “Natalia” sends an email on the organization of “Karen’s” baby shower, she writes:

When you arrive at my flat (Karen’s BFF) in Belsize Park, I would like you to really take in its size, layout and period features, because that will make up a large portion of the afternoon’s conversation. I’ll talk at length and with boastful authority about getting my kitchen redone, making every renter in the room feel like a piece of shit, and I’d appreciate it if none of you pointed out that my dad paid for the flat in full (Alderton, 2018, pp. 289-290).

An email addressed to “Dear All” sent in December starts with “Happy Christmas from all of us (just me – I live on my own now) here at SE20’s overpriced and under-maintained 32 Bracken Street!” (Alderton, 2018, p. 190). “So I set up home all by myself in London’s trendy Penge. The area is leafyish – maybe more brachy, actually – and is VERY ‘up and coming’ (Metro, 2016). Which is probably why it is costing me £1,200 to rent a large studio with a mezzanine bedroom above the cooker.” (Alderton, 2018, p. 190).

Such reflections and remarks, poking fun at the expense of living in London or, implicitly, at the vagaries of trends and fashions, place the narrative in a very small niche of privilege. Alderton and her friends may lack funds to rent better flats, but they never go hungry or lack the means to enjoy themselves. The London we read between the lines is affluent and surprisingly safe. The author moves around town in the middle of the night in public transportation, and there is never even a hint of threatening presences or any kind of danger. The same thing happens when she goes to pubs, nightclubs and hotels or houses of people she

doesn’t even know, sometimes by herself. We don’t see or even remotely feel the presence of the dispossessed, the migrants, the homeless sleeping rough that concern public policies in London. Absent are, also, concerns about pollution, the environment or sustainability.

But the book is not about those concerns. London is experienced as the place where Alderton lives, and feels almost like a big village, or a collection of villages, each with its own features and personality. These spaces are also subjected to constant change, moving from almost rural to urban, from industrial to white collar, from residential to touristy, and the social and cultural meanings relating to places like restaurants, bars, hotels, pubs, shops, change according to unspoken codes intelligible to different social groups in different ways. It is those unspoken codes that remain almost impossible to completely decode for a person from a different age group or a different country.

At the same time, London as a global city is highly intelligible and magnificently open to the scrutiny of anyone who cares to know about its history, its conditions of living, its opportunities, its challenges. On a macro level I might risk to say that we can know everything there is to know about London, just by reading the news, watching television, going to the movies and consulting the numerous sites where the Government, Parliament and all sorts of institutions and think tanks publish their transactions. Still, at a micro level, the everyday codes of behaviour and the hierarchies of taste and preference of different social groups remain opaque to those that do not ‘belong’.

Another provisional conclusion points to the need to understand the relations between the local and the global and how they play in the imagination. Should we extract meanings from the obvious absences of social references in a book like Alderton’s? Can we draw implications about a general indifference from Millennials into the state of the world?

In conclusion

In the context of the topic “The Europe Where We Are”, the reflections developed above may seem trivial and possibly totally irrelevant. Yet, beyond the political, economic and social evidences of crisis such as migrations, climate change, wars in Ukraine and the Middle East; beyond, also, the signs of major changes in the life of countries, like the aftermath of Brexit in the UK, or the election of Donald Trump in the USA, culture is about the possibility of sharing meanings, being able to bridge differences and negotiate positions, and it implies a concern with the humble day to day evidences of living.

Dolly Alderton’s memoir deals with serious personal issues with good humour, and in a way is an X-Ray of a generation: the Millennials. The cultural lags I identified, between my experience and those I found in the book, may be evidence that older generations should make an effort to understand the younger, that sexism and feminism are very present still in contemporary culture, that the local may lock meanings in unintelligible discourses that prevent more transparent communication.

On a minor note, I might add that reading about Alderton’s work led me to find realities I thought had been completely overcome in the age of social networks and global media. And yet, here they are: Alderton wrote a dating column for the style segment of *The Sunday Times*, “in which she put herself “on the frontline” of dating “bankers, lawyers, musicians, barmen, taxi drivers and conspiracy theorists” (English, 2022), and later she took on the role of Agony Aunt in the *Sunday Times*. She was very successful in this role, published a book called *Dear Dolly* based on her Agony Aunt experiences, co-hosted *The High-Low* podcast with Pandora Sykes, turned to writing fiction and has already published two novels: *Ghosts* and *Good Material*. Meanwhile, *Everything I Know About Love* has been fictionalized and turned into a major BBC 1 series.

Alderton has been called the Nora Ephron of Millennials, she is considered an expert on the Millennial generation (Rodionova, 2024, Lupino, 2022), “the frankest millennial writer” (Parker, 2024), and in the capacity of an expert on Millennials she even wrote “Seven lies millennials are told” for *The Sunday Times* (Alderton, 2019). In countless interviews she has been sharing her views and experiences, she has contributed to clarify popular and funny aspects of contemporary youth culture, such as “Hun culture” (Ewens, 2019). There is no question that her voice carries weight. Thinking about where we are, in Europe, today, we should also look at the footprint Millennials have left in the culture.

References

- ACKROYD, Peter (2001). *London: The Biography*. London, Vintage.
- AHMED, Sara (2015). Introduction: Sexism, a problem with a name. *New Formations*, issue 86, DOI: 10.3898/nEWF.86.
- ALDERTON, Dolly (2019). “Seven lies millennials are told. Our columnist loves being a millennial, but not everything is good as avocado and Marmite on toast”. *The Sunday Times*, Sunday April 21 2019, 12.01am BST. <https://www.thetimes.com/life-style/food-drink/article/dolly-alderton-seven-lies-millennials-are-told-qkg9tfz7l>
- ALDERTON, Dolly (2019). *Everything I Know About Love*. Penguin, Random House UK.
- ALDERTON, Dolly (2023). *Good Material*. Penguin, Random House UK.
- BAER, Hester (2016). ‘Redoing Feminism: Digital Activism, Body Politics, and Neoliberalism’. *Feminist Media Studies*, 16(1): 17–34.
- BANET-WEISER, Sarah (2018). *Empowered: Popular Feminism and Popular Misogyny*. Durham, NC: Duke University Press Books.

BANET-WEISER, Sarah, Rosalind Gill and Catherine Rottenberg in conversation (2020) Postfeminism, popular feminism and neoliberal feminism? *Feminist Theory*, 2020, Vol. 21(1) 3–24.

BUDGEON, Shelley (2008). Couple Culture and the Production of Singleness. *Sexualities* Vol 11(3): 301–325. DOI: 10.1177/1363460708089422

BUDGEON, Shelley (2016). The ‘problem’ with single women: Choice, accountability and social change. *Journal of Social and Personal Relationships* 2016, Vol. 33(3): 401–418. DOI: 10.1177/0265407515607647.

BUDGEON, Shelley (2021). Making feminist claims in the post-truth era: the authority of personal experience. *Feminist Theory*, 2021, Vol. 22(2): 248–267.

CLIFTON, Emma (2022). Dolly Alderton On The ‘Plight Of Comparison’ in Our 20s & 30s and Why The Celebratory Energy of Female Friendship Is So Important. Capsule’s Substack, November 3, 2022. <https://capsulenz.com/featured/dolly-alderton-2022/>

De CERTAU, Michel (1988). *The Practice of Everyday Life*. Translated by Steven Rendall. Berkley, University of California Press.

ELLEN, Barbara (2024). Changingman Paul Weller reinvents himself again... as an actor in Steve McQueen’s Blitz | Paul Weller | The Guardian. *The Guardian*, Sun 13 Oct 2024 12.00 CEST. <https://www.theguardian.com/music/2024/oct/13/changingman-paul-weller-reinvents-himself-again-as-an-actor-in-steve-mcqueens-blitz>

ENGLISH, Alexandra (2022). “Dolly Alderton: Ask me anything”. *Harper’s Bazaar*, Australia/New Zealand. December 2022. <https://harpersbazaar.com.au/dolly-alderton-interview/>

EWENS, Hannah (2019) A Brief History of the Hun, the Most Relatable Woman in Britain. <https://www.vice.com/en/article/u-ok-hun-culture-history-ladette-gemma-collins/>

FIELDING, Helen (1996). *Bridget Jones’s Diary. A Novel*. London, Picador.

GILL, Rosalind (2016) Post-post-feminism?: new feminist visibilities in postfeminist times, *Feminist Media Studies*, 16:4, 610-630, DOI: 10.1080/14680777.2016.1193293.

GILL, Rosalind (2017). The affective, cultural and psychic life of postfeminism: A postfeminist sensibility 10 years on. *European Journal of Cultural Studies* 2017, Vol. 20(6) 606–626.

HALL, Stuart, ed. (1997). *Representation: Cultural Representation and Signifying Practices*. Milton Keynes, Sage, Open University.

HANISH, Carol (2006). The Personal Is Political: the original feminist theory paper at the author’s web site <https://www.carolhanisch.org/CHwritings/PIP.html>

KAUFER BUSCH, Elizabeth (2009). *Ally McBeal to Desperate Housewives: A Brief History of the Postfeminist Heroine*, *Perspectives on Political Science*, 38:2, 87-98, DOI: 10.3200/PPSC.38.2.87-98.

LAWTON, Megan (2022). Dolly Alderton: Dating apps make insecurities worse. <https://www.bbc.com/news/newsbeat-61704132>

LUPINO, Olivia (2022). Everything Dolly Alderton Knows About Life. *The Cut*: millennials Sept. 1, 2022 <https://www.thecut.com/2022/09/dolly-alderton-everything-i-know-about-love-tv-adaptation-interview.html>.

McROBBIE, Angela (2004). Feminism and the socialist tradition ... undone? A response to recent work by Judith Butler. *Cultural Studies*, 18:4, 503-522, DOI: 10.1080/0950238042000232226.

McROBBIE, Angela (2007). TOP GIRLS? Young women and the post-feminist sexual contract, *Cultural Studies*, 21:4-5, 718-737.

McROBBIE, Angela (2008). *The Aftermath of Feminism: Gender, Culture and Social Change*. Los Angeles, London, Sage.

PARKER, Laura, (2019). London's building boom: How decades of growth transformed the city. *National Geographic Magazine*, August 2019. <https://www.nationalgeographic.com/environment/article/london-population-city-planning>

PARKER, Sam (2024). The global domination of Dolly Alderton. *GQ Magazine*, 31 May 2024. <https://www.gq-magazine.co.uk/article/dolly-alderton-interview-2024>

RIVIÈRE, Joan (1929). Womanliness as a masquerade. *International Journal of Psycho-Analysis*, Vol 9: 303-313.

RIVERS, Nicola (2017). *Postfeminism(s) and the Arrival of the Fourth Wave: Turning Tides*. Basingstoke: Palgrave.

RODIONOVA, Zlata (2024). Dolly Alderton shares her ultimate life lessons on her birthday. The *Sunday Times Style* agony aunt turned 36 last weekend. <https://www.redonline.co.uk/wellbeing/a62117023/dolly-alderton-life-lessons/>

ROTTENBERG, Catherine (2014). The Rise of Neoliberal Feminism. *Cultural Studies*, Volume 28, 2014 – issue 3, Pages 418-437.

ROTTENBERG, Catherine (2017). Neoliberal Feminism and the Future of Human Capital, *Signs*, Winter 2017, Vol. 42, No. 2 (Winter 2017), pp. 329-348.

UNIVERSITY OF SOUTHERN CALIFORNIA, [Age Groups - Demographics - Research Guides at University of Southern California](#)

WALTERS, Meg (2021). Dolly Alderton just nailed the problem with dating apps: “Ghosting is so much more than a break-up. *Stylist*. <https://www.stylist.co.uk/entertainment/dolly-alderton-problem-dating-apps-insecurity/668057>



Notas

- [1] “Não me arrependo do que fui outrora Porque ainda o sou. Só me arrependo de outrora te não ter amado.”
- [2] Reference to Michael Hebbert, author of *London: More by Fortune Than Design*. John Wiley & Sons, 1998.
- [3] Incidentally, Paul Weller has just reinvented himself once more as an actor in the latest Steve McQueen movie *Blitz*, 2024.

Uma interpretação derrideana das dinâmicas de interação identitária entre a União Europeia e a Turquia no quadro do processo de alargamento
A Derridean Interpretation of Identity Interaction Dynamics between the European Union and Turkey within the Framework of the Enlargement Process
André Matos e Luís Martins

Resumo

O presente artigo examina o processo de adesão da Turquia à União Europeia, com foco na problemática da identidade. Utilizando o quadro teórico do pensamento de Jacques Derrida, este estudo pretende analisar a receptividade europeia da identidade turca, nomeadamente através do conceito de *différance* e das noções de identidade, comunidade e democracia. Argumenta-se que as culturas não são intrinsecamente idênticas e que a hospitalidade ao “outro” constitui um elemento essencial para a configuração da própria identidade. Nesse contexto, o artigo explora as origens e as construções históricas da identidade europeia, bem como o conceito de europeização. Por fim, propõe uma desconstrução das dicotomias entre culturas “europeias” e “não-europeias”, sugerindo que o processo de integração turca desafia e redefine as fronteiras tradicionais de identidade da União Europeia.

Palavras-chave: Derrida; europeização; identidade; Turquia; União Europeia.

André Matos
Universidade Aberta; Centro de Estudos Globais; Instituto Jurídico Portucalense.
Luís Martins
Universidade do Minho

 [0000-0002-1259-1915](https://orcid.org/0000-0002-1259-1915)
[0009-0004-9769-4455](https://orcid.org/0009-0004-9769-4455)

Abstract

This article examines Turkey's accession process to the European Union, focusing on the issue of identity. Employing the theoretical framework of Jacques Derrida's thought, this study aims to analyze Europe's receptivity to Turkish identity, particularly through the concept of *différance* and the notions of identity, community, and democracy. It argues that cultures are not intrinsically identical to themselves, and that hospitality toward the “other” is essential to the configuration of one's own identity. In this context, the article explores the origins and historical constructions of European identity, as well as the concept of Europeanization. Finally, it proposes a deconstruction of the dichotomies between “European” and “non-European” cultures, suggesting that the Turkish integration process challenges and redefines the traditional boundaries of European Union identity.

Keywords: Derrida; European Union; europeanisation; identity; Türkiye.

Introdução

O processo de adesão da Turquia à União Europeia está entre os mais complexos (e seguramente o mais longo) da União. Desde o pedido turco de associação à CEE, a 31 de julho de 1959, que a relação entre os dois atores tem flutuado ora em direção à convergência, ora à dissociação. A literatura é abundante quanto aos motivos, de ambos os agentes, para esta dinâmica cíclica de aproximações e afastamentos: interesses materiais, custos económicos, dinâmicas políticas internas, pressão social, estímulos externos, diferenças fundamentais de visões sobre o mundo, entre muitos outros. Embora cada um desses fatores tenha mérito explicativo, menos frequentes são os estudos que têm abordado de forma aprofundada o impacto da questão identitária e da abertura cultural europeia à Turquia, uma questão central e particularmente relevante para compreender os entraves e as possibilidades de integração plena entre os dois.

Assim, o presente trabalho debruçar-se-á sobre a questão da identidade e cultura europeias e a sua abertura à turca, através da exploração de uma dimensão ainda carente de análise detalhada: as representações de identidade e cultura na dinâmica UE-Turquia, avaliadas sob a lente do pensamento de Jacques Derrida. O filósofo da desconstrução oferece uma abordagem teórica inovadora, sugerindo que a identidade cultural é uma construção permeável e dependente da relação com o “Outro”. Tal interpretação é particularmente relevante no contexto da integração turca, porque desafia os pressupostos tradicionais da europeização como um processo uniforme e coeso. Do ponto de vista societal, a análise de uma Europa potencialmente mais inclusiva – capaz de acolher e reconhecer a alteridade – é crucial num momento em que movimentos de exclusão e afirmação de identidades rígidas voltam a crescer no continente.

O pensamento de Derrida desempenha um papel central nesta

análise, na medida em que as suas contribuições enquadram esta problemática do ponto de vista teórico-conceitual. Assim, prevê-se *desconstruir* a dicotomia que se estabelece entre as culturas e identidades europeia e não-europeia – neste caso, turca, colocando a seguinte questão de investigação que orienta este trabalho: *Em que medida o processo de adesão da Turquia à União Europeia desafia e redefine as fronteiras identitárias e culturais da Europa?* Para responder a esta questão, a análise será estruturada em três partes interconectadas.

Numa primeira abordagem, far-se-á uma breve exposição daquele que é o pensamento de Derrida quanto à herança intelectual que, enquanto europeus, recebemos: *différance*; identidade; comunidade; democracia e Europa. Para o filósofo da desconstrução, conforme será explorado mais adiante, a cultura possui uma natureza intrinsecamente não homogénea, ou seja, não pode ser completamente idêntica a si mesma. Tal implica que qualquer cultura é constituída por elementos de alteridade que desafiam a sua própria identidade. Além disso, a conceção derrideana de comunidade repousa numa “impossibilidade” fundamental: uma comunidade verdadeiramente inclusiva é paradoxal, porque exige uma abertura ilimitada ao outro, algo que nunca é plenamente realizável. Esses aspetos destacam o carácter aporético da sua filosofia, que enfatiza a responsabilidade ética e a necessidade de acolher o diferente, sublinhando uma hospitalidade essencial em relação à alteridade.

Posteriormente, elaborar-se-á uma descrição histórica sucinta daquelas que são as putativas origens e pretensos da identidade europeia, emparelhada a uma análise lacónica do significado do termo “europeização”. Nesta secção, prevê-se descortinar o que se quer dizer quando se fala de europeização e quais são as implicações de tal fenómeno na abertura europeia à identidade turca.

Por fim, desconstruir-se-á, à luz do contributo derrideano, o

binómio identidade e cultura europeia *versus* identidade e cultura não-europeia (no caso, turca), de modo a dilucidar que, porventura, o fosso que se estabelece entre os dois conceitos não é tão claro e distinto quanto previamente pensado. Adicionalmente, expor-se-á o porvir que Derrida projetava para a Europa, e como o fenómeno da adesão turca à UE constitui uma instância exemplar da necessidade de, ao mesmo tempo, respeitar o outro e reconhecer o mesmo.

1. Jaques Derrida: Identidade, Comunidade, Europa

1.1. Derrida e a Herança Logocêntrica

Aos olhos de Jaques Derrida, “ser [...] significa herdar” (Derrida, 2006, p. 67-68). Contudo, esta nota que Derrida apresenta não acarreta consigo qualquer “fervor tradicionalista” (Derrida, 2006, p. 68). Desta forma, qualquer tipo de reação chauvinista não passa de uma *interpretação* da “estrutura de herança” (Derrida, 2006, p. 68). O filósofo da desconstrução quer com isto sublinhar que – quer queiramos ou saibamos, quer não – *ser* implica carregar conosco uma bagagem histórica, consequência do legado de pensamento que nos antecedeu. Todavia, esta herança que portamos possui certas idiossincrasias que influenciam, até hoje, o pensamento ocidental.

Na obra derrideana, a história intelectual do ocidente é fortemente vincada por um *etnocentrismo* – “que afirma a superioridade do denominado «Homem Ocidental» face a qualquer outro grupo humano” (Glendinning, 2011, p. 37) –, *fonocentrismo* – “que afirma uma certa prioridade àquilo que se denomina «fala» sobre o que se denomina «escrita»” (Glendinning, 2011, p. 37) – e *logocentrismo* – que enaltece a “inteligência supostamente única ao «Homem» [...] como capacidade para compreender uma ordem pura de inteligibilidade, ou «logos» ideal” (Glendinning, 2011, p. 37). Estas índoles, apesar de terem sofrido permutações ao longo do tempo, ostensivamente acentuam todas as mais relevantes obras do pensamento

europeu, desde Platão à hodiernidade.

Paralelamente, Derrida alega que a tradição que herdamos é, também, fortemente teleológica. Por teleologia entende-se a perspetiva “segundo a qual todos os seres da natureza têm um fim, um objetivo determinado” (Antunes et al., 2005, p. 172). Deste modo, a tradição filosófica ocidental augura uma civilização ou “Homem” final, um “Fim da História”, no qual o ser humano alcançará o paroxismo do seu desenvolvimento e compreenderá, por fim, o derradeiro significado da vida digna e do “Bem”.

Neste quadro, a obra derrideana coloca em questão os supracitados postulados, de modo a fenestrar na tradição um futuro diferente, que não vaticine ou anseie um “Fim da História”, um “Fim do Homem”. Nas palavras de Derrida, “se existe um imperativo categórico, ele consiste em fazer tudo para o futuro permanecer aberto” (Derrida & Ferraris, 2001, p. 83). Não obstante, esta atitude não implica apatia ou passividade quanto àquilo que o futuro guarda. Antes, urge agir aqui e agora para obviar a que tais narrativas que postulam a primazia da fala sobre a escrita; da cultura e identidade ocidental sobre as demais; do *logos* como *uno*, *único* e *singular*; das descrições teleológicas que pressupõem uma destinação final – “destinação que permaneceria prematura em qualquer futuro presente” (Glendinning, 2011, p. 40) – continuem a desempenhar um papel inquestionável na tradição filosófica do ocidente (Glendinning, 2011). Ademais, é impreterível, para Derrida, sublinhar a importância da democracia porvir, na medida em que, na sua essência, a democracia permanentemente continuará *por vir* – ponto que será analisado a fundo adiante.

1.2. Identidade, *Différance*, Desconstrução

Além da índole fonocêntrica, etnocêntrica, logocêntrica e teleológica que Derrida descortina na história do pensamento

ocidental, há ainda uma outra predisposição que deve ser investigada de modo mais aprofundado, a saber: a metafísica da presença. Este termo conota a tendência para “conceber conceitos filosóficos fundamentais como a verdade, realidade [a identidade], e o ser em termos de ideias como a presença, essência, identidade [com] e origem – e no processo ignorar o papel crucial da ausência e diferença” (*Deconstruction | Definition, Philosophy, Theory, Examples, & Facts*, n.d.).

Inegavelmente, na tradição filosófica ocidental, existe uma tendência para a “completa desambiguação daquilo que queremos dizer, [...] do significante”[1] (Glendinning, 2011, p. 54). Isto implica que uma das tarefas principais do filósofo perpassa por aproximar, o mais possível, o significado do significado *per se*, i. e., reduzir ao máximo a fissura que se estabelece entre a representação de um conceito (através de palavras, imagens, sons, etc.) e o conceito em si mesmo. Inúmeros exemplos se encontram, ao longo da história intelectual ocidental, desta tendência. Nomeadamente: a dicotomia platónica entre o mundo sensível (significante) e o mundo inteligível (significado) [2]; e a díade marxista que se estabelece entre a superestrutura (significante) e as relações e meios de produção adstritas à base (significado)[3]. Em ambas as instâncias, o primeiro elemento do binómio assoma-se como uma mera consequência, expressão ou imagem do segundo. Assim, corretamente se afirma, à luz de Derrida, que nestes pares existe uma clara hierarquia de identidade, na medida em que, à primeira vista, o significante depende do significado para existir. Não obstante, grande parte da obra derrideana dedica-se, precisamente, a inverter e demonstrar que tal estrutura piramidal não é tão clara e distinta quanto previamente pensado.

Para o filósofo da desconstrução, “o próprio de uma cultura é não ser idêntica a si mesma” (Derrida, 1995, p. 96) e, em adição, que a única “comunidade possível é a comunidade impossível” (Glendinning, 2011, p. 82) – traços que sublinham a

índole aporética do pensamento derrideano e, ao mesmo tempo, a responsabilidade e hospitalidade quanto ao diferente/outro.

Dito isto, deve-se indagar: de que modo é que conceitos como a realidade e a verdade e o ser são concebidos através de termos como a identidade (com), essência e presença, em detrimento da ausência e diferença? Por um lado, e em jeito de resposta, sugere-se um exemplo. Imagine-se uma Nação A. Como haveremos de a pensar ou identificar? Ora, num primeiro passo, é possível afirmar que a Nação A permanecerá a mesma Nação A – ou seja, será idêntica a si mesma – se, e apenas se, possuir uma série de propriedades *intrínsecas* únicas. Destarte, toda e qualquer outra Nação que não possuir essas mesmas propriedades, decerto não será a Nação A. Logo, a metafísica da identidade aparenta pressupor que “uma coisa tem a identidade que tem apenas enquanto permanece no presente como a mesma” (Glendinning, 2011, p. 60). Por outras palavras, a metafísica da presença obriga a que conceitos como a identidade, a realidade, a verdade, etc., sejam apenas idênticos a si mesmos, na medida em que, presentemente, possuam uma série de propriedades ou requisitos. Se algum dos quesitos fundamentais da Nação A for tolhido, então, com certeza, não estamos mais perante a Nação A. Neste prisma, a tendência logocêntrica também desempenha um papel capital, uma vez que pressupõe que os demais conceitos (como o de Nação A) têm de ser, ao mesmo tempo, dotados de propriedades presentes, e unos, indivisíveis, não suscetíveis de possuírem contradições. Numa nota final, a presença que a metafísica da presença postula não se trata, meramente, de uma presença temporal, mas também espacial. Ou seja, a Nação A será apenas idêntica a si mesma se possuir as propriedades que a identificam de forma independente do tempo e espaço.

Por outro lado, é possível conceber uma noção de identidade que não seja dependente de propriedades *intrínsecas*, mas *relacionais* (Glendinning, 2011, p. 61). Neste caso, a Nação

A será a Nação A, se, e só se, ocupar “posição particular na estrutura de diferenciação geral” (Glendinning, 2011, p. 62). Isto significa que a identidade se assoma em distinção e relação com outrem. Esta noção de identidade aparenta coadunar-se com a visão saussuriana de como os signos adquirem sentido (Saussure, 1994, p. 44). Independentemente, segundo este entendimento, pouco interessa se tal estrutura “é tida como real ou ideal”, importando apenas que “ela permaneça [...] em si mesma como presente” (Glendinning, 2011, p. 62), i. e., que a estrutura de diferenciação se mantenha igual.

Todavia, a conceção derrideana difere de ambas as sobreditas – conquanto se harmonize, ainda que parcialmente, com a segunda – que pensa a identidade como relacional. Para Derrida:

o que faz com que algo seja aquilo que é e não outra coisa (o que lhe garante a identidade que tem) não é (meramente) uma questão da sua relação de diferença com outras coisas num esquema geral ou estrutura geral de diferenciação [,] mas uma questão daquilo que ele denomina auto-diferença, uma diferença consigo mesma. [...] Ou seja, essa «alteridade» que está implícita em toda a identidade não é «o outro que esta não é», mas uma certa alteridade consigo mesma, o outro no mesmo (Glendinning, 2011, p. 62).

Para esclarecer este último ponto, far-se-á alusão ao neologismo frequentemente empregue pelo autor: *différance*. O vocábulo *différance* resulta do amálgama entre a palavra francesa “*différence*” – que significa diferença – e o verbo latino “*differere*”, cujo significado é protelar (Glendinning, 2011, p. 66). *Différance*, no contexto derrideano, assoma-se como a “condição de possibilidade de todas as identidades lexicais e conceptuais” (Glendinning, 2011, p. 65). Assim sendo, com *différance*, Derrida remete para a conjuntura que permite, antes do mais, qualquer *différence* (diferença). Procurando um exemplo ilustrativo deste “jogo sistemático de diferenças, de traços [ou vestígios] de alteridades, do espaçamento através do qual elementos

se relacionam uns com uns outros” (Derrida, 1982, p. 27) – *différance* –, poder-se-ia aduzir que a Nação B é apenas a Nação B porque, primeiramente, não é a Nação A, e que, nesse caso, corretamente se afirma que existe uma certa presença da Nação B, uma vez ela emana uma certa mesmice consigo mesma. Contudo, de mão dada com este último ponto, asseverar a presença da Nação B – ou invocá-la a existir – é reconhecer que tal invocação é “habitada pelos traços de formas que não são pronunciadas” (Culler, 2007, p. 97). Recorrendo à ideia de *fantologia* derrideana, os traços dos conceitos não invocados à existência (no caso anterior, de Nação A, Nação C, etc.) “assombram” a invocação presencial de uma qualquer identidade (Derrida, 2006, p. 202) – invocação que só pode ocorrer devido à *différance*. Deste modo, uma qualquer identidade resulta de diferenças com outras identidades – elemento presente – e, ao mesmo tempo, da expressão subtextual dos traços ou vestígios das formas que tal identidade não diretamente representa – elemento ausente –, i. e., da diferença consigo mesma. Todo este argumento visa sublinhar que a metafísica que privilegia a presença – “a única metafísica que conhecemos” (Culler, 2007, p. 97) – não é capaz de explicar o fenómeno da identidade, e, além disso, depende fundamentalmente do outro componente do binómio (ausência) para existir. Assim, o argumento derrideano categoricamente *desmantela* o raciocínio inerente à metafísica da presença “através de recursos internos à sua própria construção” (Glendinning, 2011, p. 72), efetivamente *desconstruindo-o*[4].

1.3. Comunidade, Democracia e Europa

Tal como demonstrado na secção anterior, grande parte da obra derrideana dedica-se a expor o modo como a tendência logocêntrica e a metafísica da presença, cunhos distintivos da tradição filosófica que herdamos, estão propensas a pensar “o único conceito possível [...] é um conceito que é uno, e conseqüentemente [...] um suposto «conceito» marcado por

polissemia irreduzível é impossível, impensável, estritamente sem sentido” (Glendinning, 2011, p. 80). Em contrapartida, Derrida salienta que “o único conceito possível [...] é o conceito impossível” (Glendinning, 2011, p. 80). A aporia^[5], para o filósofo da desconstrução, não torna o conceito inalcançável, mas afirma-se como a possibilidade da sua existência (Glendinning, 2011, p. 81). Por outras palavras, o assomar do conceito é apenas possível se este incluir, em si mesmo, as condições da sua alteridade. Ergo, o conceito possível é-o apenas em *différance* e num estado de aporia. Estabelecido isto, urge descortinar qual era a visão de Derrida face à comunidade política possível, natureza da democracia e Europa.

A filosofia política, desde a antiguidade até à modernidade – e mesmo hodiernamente –, postulou que a única comunidade possível e desejável é a “comunidade que é *uma*” (Glendinning, 2011, p. 82). É possível encontrar, em Platão, a conceção de que não existe “algum mal para a Cidade do que aquele que a dividir e tornar múltipla, em vez de uma” (Platão, 2017, p. 243). Mais tarde, Jean-Jaques Rousseau glosou que “quem quer que se recuse obedecer à vontade geral a isso será coagido por todo o corpo”, uma vez que “[e]nquanto vários homens reunidos se consideram como um corpo único, eles têm também uma única vontade, relativa à conservação comum e ao bem-estar geral” (Rousseau, 1999, pp. 27-104), enfatizando a noção de que uma qualquer comunidade deverá ser uma, independentemente da individualidade e/ou singularidade de cada um dos seus membros. Em adição, a comunidade política é também suscetível de ser descrita como a partilha de “sangue e solo” (Glendinning, 2011, p. 87), na medida em que os constituintes de tal organismo partilham tais cunhos. Não obstante, em Derrida, todos os pressupostos prévios são questionados. Isto não significa que exista uma renúncia irreversível e definitiva da possibilidade de igualdade entre os membros de uma qualquer comunidade. Antes, Derrida sugere que é imperativo compreender a natureza aporética da mesma, i. e., ter em consideração, ao mesmo

tempo, a “insubstituibilidade absoluta, a unicidade fundamental do outro singular”, por um lado, e a “igualdade de todos”, por outro (Glendinning, 2011, p. 90) – ou seja, a necessidade de coadunar a igualdade e a não-igualdade.

Na senda de Marx – apesar de a desconstrução não ser nem marxista, nem antimarxista (Glendinning, 2011, p. 86) –, Derrida sugere que se deve almejar por uma *Nova Internacional*, uma “aliança [...] sem organização, sem partido, sem nação, sem Estado, sem propriedade” (Derrida, 2006, p. 35). A responsabilidade da persecução desta *Nova Internacional* – “[p]arca merecedora do nome comunidade” e que “pertence apenas à anonimidade” (Derrida, 2006, p. 113) – não recai sobre todos de igual maneira. Pelo contrário, há quem deva responder à sua avocação mais pronta e urgentemente. Dentro de tal conjunto encontram-se: (1) aqueles que conseguiram “resistir a uma certa hegemonia do dogma Marxista” (Derrida, 2006, p. 113); (2) aqueles que “insistiram em conceber e praticar esta resistência sem mostrar qualquer leniência face a tentações reacionárias, conservadoras ou neoconservadoras, anti-científicas ou obscurantistas” (Derrida, 2006, p. 113); (3) aqueles que “prosseguiram incessantemente de forma hiper-crítica, [ou destrutiva], em nome de um novo Iluminismo para o século porvir” (Derrida, 2006, p. 113). Destarte, corretamente se afirma que o aforismo que a *Nova Internacional* gera recai, sobretudo, nos ombros de Derrida e daqueles cuja mundivisão se coaduna a dele.

Porém, no âmbito desta *Nova Internacional*, “aliança sem instituição” (Derrida, 2006, p. 107), não é claro – ainda – como se pode coadunar a singularidade irreduzível de cada um e, ao mesmo tempo, a igualdade entre todos. Neste quadro, Derrida sugere que, ao invés de dar seguimento à “comunidade de amigos”^[6] (Derrida, 2005, p. 19) que dominou a tradição filosófica ocidental até aos dias de hoje, urge dar um novo futuro à herança europeia e ao ocidente. A solução para a conjuntura

aporética que se tem vindo a traçar, perpassa pela democracia, e, mais especificamente, pela “ideia democrática que cada um (todos, alguém) conta como *um*” (Glendinning, 2011, p. 89). Este preceito é solene, na medida em que, se qualquer um e todos contam como *um*, então, de certo modo, partilham uma mesma identidade. No entanto, compreender que, num contexto democrático, todos partilham uma certa identidade, não implica que a irreduzível singularidade de cada um seja tolhida.

Contudo, é crucial analisar este postulado mais aprofundadamente. Como Derrida sugere em *Politics of Friendship*:

Não existe democracia sem o respeito pela irreduzível singularidade ou alteridade, mas não existe democracia sem a «comunidade de amigos» [...], sem o cálculo de maiorias, sem sujeitos identificáveis, estabilizáveis, representáveis, todos iguais. Estas duas leis são irreduzíveis uma à outra. Tragicamente irreconciliáveis e para sempre em ferida. [...] Mais sério que uma contradição, o desejo político é para sempre lastrado pela disjunção destas duas leis (Derrida, 2005, p. 19).

Por conseguinte, a democracia encontra-se num permanente estado de inquietação, incapaz de harmonizar estas duas leis aparentemente inconciliáveis. Ou seja, a democracia nunca foi, não é, e nunca será *uma*. Trata-se, ergo, do “(outro) de qualquer política que seria elaborada em termos de uma conceção teleomessiânica do próprio fim do Homem” (Glendinning, 2011, p. 92). A *fortiori*, portanto, a democracia – devido à sua própria natureza – opõe-se a qualquer conceção política *teleológica* – porquanto nunca *chega* ou *atinge* a humanidade, mantendo-se num constante limbo, consequência das duas contraditórias leis supracitadas –, *logocêntrica* – dado que nunca é *uma*, mas aporética – e marcada pela *metafísica da presença* – posto que nunca é (no presente), estando sempre por vir.

Estas são as âncoras que escoram a visão de Derrida face à Europa. Assim, é imperativo “re-identificar [a] Europa” (Derrida, 1995, p. 128), abri-la ao que “não é, nunca foi nem nunca será

a Europa” (Derrida, 1995, p. 128) e “acolher o estrangeiro para o integrar, mas também para reconhecer e aceitar a sua alteridade” (Derrida, 1995, p. 128). Além do mais, o dever que a *Nova Internacional* engendra requer que a Europa – re-identificada – consiga:

assumir a herança europeia, e *unicamente* europeia, de uma ideia de democracia, mas manda também reconhecer que esta, tal como o direito internacional, nunca é dada, que o seu estatuto não é de uma ideia reguladora em sentido kantiano, mas antes qualquer coisa que resta por pensar e *por vir*: não que ocorra certamente amanhã, não a democracia (...) *futura*, mas uma democracia que deverá ter a estrutura da promessa – e *portanto a memória do que traz o porvir aqui e agora*. (Derrida, 1995, p. 129).

2. Europeização, Origens da Identidade Europeia e o Outro (Turquia)

A primeira identificação do espaço geográfico europeu deve-se aos gregos que classificaram a Europa como a área que se estendia entre os Montes Urais e o Atlântico (Pérez-Bustamante, 1995). Surpreendentemente para o leitor hodierno é não se incluírem a si mesmos em tal classificação, alegando, meramente, que a Europa era aquela região que norteava a Grécia, tocando no oceano Atlântico (Pérez-Bustamante, 1995). Tal região, ademais, possuía (e possui) um “mosaico de paisagens e climas e uma pluralidade de raças, das quais surgiria uma grande diversidade de línguas e culturas” (Pérez-Bustamante, 1995). Num primeiro momento, portanto, é possível diagnosticar uma miríade de alteridades entre os demais povos da Europa, e nenhuma aparente harmonização. Contudo, como Rogelio Pérez-Bustamante (1995) sublinha, o que catalisou a gênese de uma identidade europeia comum:

Foi precisamente o choque das duas civilizações (árabes e Europeus) que, sem dúvida, a consciência de uma certa identidade da Europa, que se reflete na própria denominação do «europeus» (...), e assim designando a comunidade continental que se defendia perante um

inimigo externo (Pérez-Bustamante, 1995, p. 10)

Mais tarde, com a expansão e engrandecer do império Otomano, Eneas Silvio Piccolom (1405-1464) identificou na Europa a nossa pátria, nossa casa (Pérez-Bustamante, 1995: 17). Esta declaração vincou um virar de página marcado pela equiparação da “Europa ao Cristianismo”, e os “europeus aos cristãos” (Pérez-Bustamante, 1995, p. 17).

Já na era moderna, o projeto kantiano – inspirado por Rousseau – que previa a criação de uma “Federação Geral de Estados Europeus” (repúblicas livres) (Pérez-Bustamante, 1995, p. 22), também contribuíram para a consolidação de uma concepção de Europa, concepção que, como Derrida glosaria, herdamos – quer o queiramos ou saibamos, quer não.

Esta brevíssima^[7] compilação de alguns dos mais relevantes legados que fundaram o projeto europeu, serve apenas para enfatizar que a ideia de “Europa”, como conceito *uno e indivisível*, sofreu permutações ao longo do tempo. Adicionalmente, tais alterações, por vezes, não são passíveis de coadunação. Como haveremos de harmonizar, afinal, a concepção primeira, que exclui a Grécia do plano europeu, e a última, cuja possibilidade depende fortemente do contributo intelectual grego para a sua génese? Contudo, seria um equívoco considerar a identidade europeia como a amálgama de preceitos sincréticos e irreconciliáveis – como aduzido na secção anterior pelo filósofo da desconstrução, existe uma “herança europeia, e *unicamente europeia*” (Derrida, 1995, p. 129).

Efetivamente, Derrida afirma que, um dos cunhos fundamentais da identidade europeia hodierna – consequência do legado moderno que herdamos – é ver-se a Europa, a si mesma, “a partir do seu fim” (Derrida, 1995, p. 105). Isto é, a identidade europeia encontra-se escorada numa concepção teleológica – que almeja ou augura um determinado fim, como uma Federação de Repúblicas livres ou como a junção de comunidades cristãs

–, mas também herdeira de regimes norteados por tendências sobretudo logocêntricas^[8].

Não obstante, é irrefragável que a Europa e, especificamente, a experiência da União Europeia denota uma organização inusitada na história dos ordenamentos políticos. De facto, a União Europeia representa um “arranjo político que desafia uma definição ou categorização simples e não se encaixa em ideias ortodoxas sobre política ou governo” (Olsen & McCormick, 2018, p. 13). Por um lado, a UE possui algumas das características comumente atribuídas a organizações internacionais – “os seus membros são estados-nação, a filiação é voluntária, [etc.]” (Olsen & McCormick, 2018, p. 23) –; por outro lado, a União detém alguns cunhos característicos de um Estado – “tem fronteiras internacionalmente reconhecidas [...], existe um sistema [e]uropeu de leis às quais todos os estados integrantes estão sujeitos, [etc.]” (Olsen & McCormick, 2018, p. 23). No entanto, como Olsen e McCormick prontamente sublinham, a UE “não é nem uma coisa nem a outra” (Olsen & McCormick, 2018, p. 23). Noutra termo, a condição da União Europeia aparenta encontrar-se num constante estado de aporia (Lashyn, 2021). Isto porque a UE respeita a singularidade irreduzível de cada membro, sua cultura e identidade e, ao mesmo tempo, redefine o que significa ter uma identidade e cultura comum (Lashyn, 2021).

Num outro prisma, e tal como sobredito, o processo de adesão da Turquia à União Europeia tem-se vindo a mostrar, e recorrentemente, como um dos mais conturbados. Existe uma plethora de fatores que agilizam tal tendência – porém, prevê-se analisar, aqui, apenas os diretamente relacionados com questões de identidade e cultura. Com efeito, como Aristotle Tziampiris (Arvanitopoulos, 2008, p. 67) refere, uma das pedras angulares que alimenta crispações entre defensores e opositores da adesão turca cinge-se à religião dominante na Turquia: o Islão. Como já referido, na génese da identidade europeia encontra-se, precisamente, a ameaça árabe e, mais

tarde, otomana. Portanto, tratando-se a Turquia de uma república que, apesar de secular, é maioritariamente islâmica, desperta, quando menos, relutância quanto à sua adesão à UE, e, quando mais, uma reação adversa fortíssima face à religião em questão – islamofobia (Arvanitopoulos, 2008, p. 71). O mesmo autor aproveita para mencionar, ademais, que os receios que os demais europeus têm quanto ao islão são infundados, conquanto afetem, independentemente, o processo de adesão (Arvanitopoulos, 2008, p. 68). Neste quadro, os muçulmanos e, por extensão, a Turquia, são vistos como o “outro” da Europa (Arvanitopoulos, 2008, p. 68).

Complementarmente, subsiste ainda uma visão monolítica e aleivosa em relação aos islamitas que os caracteriza como “pobres, [com] panos de fundo religiosamente conservadores, muito dependentes do Estado de bem-estar social, hostis quanto à homossexualidade, contrários aos direitos das mulheres, [etc.]” (Arvanitopoulos, 2008, p. 69), bem como terroristas (Arvanitopoulos, 2008, p. 69). Esta percepção, por um lado, ignora a variedade que existe dentro do próprio islão (Arvanitopoulos, 2008: 71), e, por outro lado, alimenta a noção que considera “os muçulmanos como uma potencial fonte de terrorismo jihadista [, concluindo que] são fundamentalmente incapazes (ou pouco dispostos) de se assimilarem à sociedade [e]uropeia dominante” (Arvanitopoulos, 2008, p. 70). Por corolário, liminarmente rejeitam a adesão turca à UE, “mesmo se os critérios de Copenhaga forem cumpridos” (Arvanitopoulos, 2008, p. 70).

Uma visão menos intransigente quanto à adesão turca poderia alegar, contudo, que a europeização da Turquia é condição *sine qua non* para a adesão do país à UE. Uma aceção possível de europeização – definição tendencialmente construtivista (Matos, 2015)[9] –, providenciada por Radaelli (Featherstone & Radaelli, 2003), conceitua a europeização como:

um processo de construção, difusão e institucionalização de regras formais e informais, procedimentos, paradigmas políticos, modos

de fazer as coisas, e crenças e normas partilhadas que são primeiramente definidas e consolidadas na criação das decisões da UE e depois incorporadas na lógica dos discursos domésticos, estruturas políticas e políticas públicas (Featherstone & Radaelli, 2003, p. 30).

Ainda em Radaelli é possível descortinar uma pronunciada tendência para julgar que a “União não é apenas capaz de influenciar estruturas formais, mas também os valores, as normas e os discursos” (Matos, 2015: 64). Ergo, é possível sintetizar a europeização deste modo: “uma série de processos que promovem transformações nos países recipientes para que estes se aproximem e partilhem os padrões europeus político-económicos e socio-culturais” (Matos, 2014, p. 131).

3. Desconstrução e a Abertura da Identidade Europeia à Turca

Na díade identidade-europeia e identidade-não europeia (turca, no caso), o primeiro elemento encontra-se na posição hierárquica superior, devido ao cunho *etnocêntrico* que herdamos e que eleva o “«Homem Ocidental»” sobre os demais (Glendinning, 2011, p. 37). O corolário subentendido na passagem anterior é que a Turquia não faz parte do “Ocidente”. Não obstante, como demonstrado na secção anterior, a identidade otomana – cujo legado alimenta, até hoje, a identidade turca (Arvanitopoulos, 2008, pp. 195-196) – desempenhou um papel fulcral na criação de uma identidade europeia. Isto significa que o segundo elemento do binómio sobredito é tido como, ao mesmo tempo, inferior ao primeiro, mas também como a condição da sua própria existência. A identidade europeia não existiria caso o “outro” otomano (e turco) não existisse.

Simultaneamente, como descrito anteriormente, “o que faz com que algo seja aquilo que é e não outra coisa [é] uma diferença consigo mesma” (Glendinning, 2011, p. 62). Assim, a Europa

possui a identidade que possui porque é detentora de uma diferença consigo mesma. Resgatando o conceito de *fantologia*, a identidade turca “assombra” o próprio conceito de Europa, ou seja, a avocação da identidade europeia arrasta consigo o elemento ausente que é a identidade turca. Por outras palavras, e iterando o mote do parágrafo anterior, a identidade turca constitui a condição de existência da própria identidade europeia – e vice-versa.

Isto serve para sublinhar que, quando chegar o momento de abrir uma cultura à outra, uma identidade à outra, não faz sentido tentar tolher as suas alteridades, porquanto tal significaria a destruição de ambas – opondo-se, portanto, a quaisquer tendências islamofóbicas. Não obstante, isto não implica que a adesão da Turquia à União Europeia, por exemplo, não exija transformações.

Para Derrida, a natureza do conceito de democracia opõe-se às tendências *logocêntricas*, *teleológicas* e marcadas pela *metafísica da presença* (Glendinning, 2011, p. 92). É incauto, contudo, julgar que esta democracia se implementará a si mesma. Antes, é necessário portar a ideia de democracia conosco (Derrida, 1995, p. 129) e agir aqui e agora para obviar a que as tendências referidas singrem (Glendinning, 2011, p. 40). A nossa ação deve ser norteada pela possibilidade de uma “aliança [...] sem organização, sem partido, sem nação, sem Estado, sem propriedade” (Derrida, 2006, p. 35), pseudo-comunidade que dê relevância à identidade partilhada por todos – oriunda do conceito de democracia – e, ao mesmo tempo, à irreduzível identidade de cada um.

Isto requer que o processo de europeização não se trate, *per se*, de um movimento na direção da total equalização da cultura e identidade turca à europeia, no sentido de criar uma comunidade que seja *uma*; mas que seja um processo que vise promover os preceitos da *Nova Internacional* e da democracia derrideana, i. e., que promova instituições e normas que permitam “respeitar a

diferença, o idioma, a minoria, a singularidade, mas também a universalidade do direito formal, o desejo de tradução, o acordo e a univocidade, a lei da maioria, a oposição ao racismo, ao nacionalismo, à xenofobia” (Derrida, 1995, p. 129).

Ao fim e ao cabo, urge que a aporia que alicerça a própria União Europeia (Lashyn, 2021) fenestre no futuro da Europa um porvir que respeite o “dever [que] manda não apenas acolher o estrangeiro [turco] para o integrar, mas também para reconhecer e aceitar a sua alteridade” (Derrida, 1995, p. 128). Por outras palavras, é imperativo que a abertura europeia à identidade e cultura turca se faça sem tolher os inquebrantáveis cunhos da sua identidade e cultura que respeitem, também, os preceitos da *Nova Internacional* e intrínsecos à democracia.

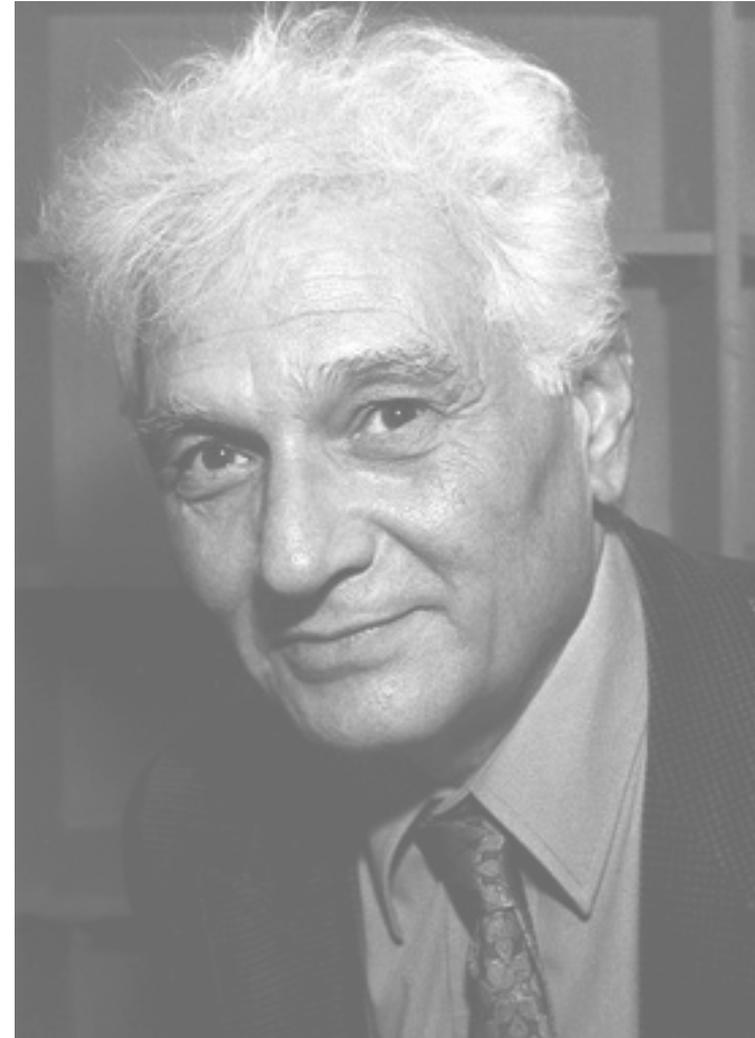
Conclusão

Partindo do contributo seminal e aclarador de Jaques Derrida, mostrou-se que a identidade europeia, ao contrário do corriqueiramente julgado, existe num constante estado de aporia. Neste quadro, as demais identidades não-europeias – designadamente, a turca – servem como condição *sine qua non* para a sua existência. Paralelamente, sublinhou-se, ainda, a importância da democracia como a única organização política capaz de dar um novo futuro à Europa e, latamente, ao Ocidente. Efetivamente, o conceito de democracia, porque se encontra num constante estado de limbo aporético, é contrário aos preceitos *teleológicos*, *logocêntricos* e marcados pela *metafísica da presença* que cunharam e cunham, até hoje, o pensamento que – enquanto europeus – herdamos. Destarte, a democracia e sua promoção devem desempenhar um papel fundamental na abertura da identidade e cultura europeia à turca. Até porque, ademais, a democracia, e apenas a democracia, pode fazer com que as alteridades irreduzíveis de ambos os atores sejam respeitadas e, ao mesmo tempo, promover uma conjuntura na qual todos partilham uma identidade comum: a de alguém e

todos contarem como um.

Porém, apesar de a desconstrução desta quadra promover um cenário altamente respeitoso e tolerante não é claro ainda, tal como supracitado, que essa seja a realidade. Alegar que residem ainda vestígios de intolerância face ao “outro” seria menosprezar a intolerância que hoje peja muitos discursos na Europa. Face a isto, urge agir aqui e agora, no sentido de tolher narrativas que postulem que a europeização se cinge a imperialismo cultural europeu.

Refletindo sobre a abordagem empregue, por fim, é necessário promover a desconstrução sistemática e a nível académico dos discursos que endossam o pior derrideano, de modo a demonstrar que a promoção cega de uma identidade e cultura não causa senão o seu cessamento. Contudo, e numa nota mais crítica, é de sublinhar que a análise aqui realizada não é capaz de descrever uma miríade de outras problemáticas, porquanto não se debruça – pelo menos diretamente – sobre questões matéricas. Destarte, endossa-se, lhanamente, que análises futuras sobre a relação Europa-Turquia combinem, ao mesmo tempo, e aporeticamente, análises materiais e imateriais.



Fotografia do filósofo Jacques Derrida

Referências Bibliográficas

ANTUNES, A., Estanqueiro, A., e Vidigal, M. (2005). *Dicionário Breve de Filosofia*. Lisboa: Editorial Presença.

ARENDT, H. (1979). *The Origins of Totalitarianism*. Orlando: Harcourt Brace & Company.

ARVANITOPOULOS, C. (Ed.). (2008). *Turkey's Accession to the European Union: An Unusual Candidacy (The Konstantinos Karamanlis Institute for Democracy Series on European and International Affairs)*. Atenas: Springer.

BEARDSWORTH, R. (2013). *Derrida and the Political*. Nova Iorque: Taylor & Francis.

BENNINGTON, G. (2000). *Interrupting Derrida*. Nova Iorque: Routledge.

CULLER, J. (2007). *On Deconstruction*. Nova Iorque: Amsterdam University Press.

DERRIDA, J. (1982). *Positions*. Chicago: The University of Chicago Press.

DERRIDA, J. (1992). *Force of law: The 'mystical foundations of authority'*. London: Routledge.

DERRIDA, J. (1995). *O Outro Cabo*. Coimbra: A Mar Arte.

DERRIDA, J. (2005). *THE POLITICS OF FRIENDSHIP*. Londres: Verso.

DERRIDA, J. (2006). *Specters of Marx: The State of the Debt, The Work of Mourning & the New International*. Nova Iorque: Routledge.

DERRIDA, J., e Ferraris, M. (2001). *A Taste for the Secret*. Cambridge: Polity.

DERRIDA, J., e Johnson, B. (2017). *Dissemination*. Londres: University of Chicago Press.

ENCYCLOPEDIA BRITANNICA. n.d. deconstruction | Definition, Philosophy, Theory, Examples, & Facts. [Em linha]. [Consultado em 18 de julho de 2022]. Disponível em <https://www.britannica.com/topic/deconstruction#ref748386>

FEATHERSTONE, K., e Radaelli, C. M. (2003). *The Politics of Europeanization*. Nova Iorque: Oxford University Press.

GLENDINNING, S. (2011). *Derrida: A Very Short Introduction*. Nova Iorque: Oxford University Press.

GLENDINNING, S. (2016). «Derrida and the Philosophy of Law and Justice». *Law and Critique*, 27(2), 187–203. <https://doi.org/10.1007/s10978-016-9183-2>

LAWLOR, L. (2018). Jacques Derrida (Stanford Encyclopedia of Philosophy). [Em linha] Stanford.edu. [Consultado em 18 de julho de 2022]. Disponível em <https://plato.stanford.edu/entries/derrida/>

WOLFF, J. (2003). Karl Marx (Stanford Encyclopedia of Philosophy). [Em linha]. Stanford.edu. [Consultado em 18 de julho de 2022]. Disponível em Encyclopedia of Philosophy. <https://plato.stanford.edu/entries/marx/>

LASHYN, S. (2021). «The Aporia of EU Citizenship». *Liverpool Law Review*, 42(3), 361–377. <https://doi.org/10.1007/s10991-021-09279-y>

MATOS, A. (2014). A Constructivist perspective on EU'S democracy promotion in Turkey. [Em linha]. Repositório Universidade Nova. [Consultado em 18 de julho de 2022]. Disponível em <http://hdl.handle.net/10362/13206>

MATOS, A. (2015). *EU's democracy promotion in Turkey*. Lisboa/Paris: Nota de Rodapé.

MÜFTÜLER-BAÇ, M. (2008). «Turkey's Accession to the European Union: The Impact of the EU's Internal Dynamics». *International Studies Perspectives*, 9(2), 201–219. <https://www.jstor.org/stable/44218542>

OLSEN, J., & McCormick, J. (2018). *The European Union*. Nova Iorque: Van Haren Publishing.

PÉREZ-BUSTAMANTE, R. (1995). *Historia política de la Unión Europea, 1940–1995*. Madrid: Dykinson.

PLATÃO. (2017). *República*. Silveira: BookBuilders.

ROUSSEAU, J.-J. (1999). *O Contrato Social* (4.ª ed.). Mira-Sintra – Mem Martins: Publicações Europa-América.

SAUSSURE, F. (1994). *Course in General Linguistics*. Nova Iorque: Columbia University Press.

Notas

[1] Na semiótica europeia saussuriana – remetente a Ferdinand de Saussure (1857-1913) – o *signo* constitui uma identidade psíquica dual, composta por duas partes inseparáveis: o *significante* e o *significado*. Neste domínio, o signo alude a algo passível de comunicar algo, ao passo que o significante é uma imagem acústica que serve de representante do significado. Ou seja, o significante assoma-se como a imagem ou expressão do significado, i. e., do conceito.

[2] Um dos cunhos fundamentais da obra de Platão é o denominado *dualismo* platónico. Na senda da alegoria da caverna platónica, existe um mundo sensível ou das imagens, acessível pelos sentidos (significante), e um mundo das formas ou ideias, composto por universais e conceitos *unos* e indivisíveis (significado) (Platão, 2017: 243). Neste quadro, tudo quanto é acessível pelos sentidos e, portanto, pertence ao mundo das imagens, constitui apenas uma representação ou expressão daquilo que existe, verdadeiramente, no mundo das formas. É possível, ainda, distinguir um único e indivisível conceito na obra platónica que aparenta escorar as demais formas e, por consequência, o mundo sensível, a saber: a forma do *Bom* (Platão, 2017: 243).

[3] Uma das premissas fundamentais do contributo marxista é que, as mais das vezes, as demais expressões que se encontram na superestrutura (ideologia, religião, estética, moralidade, etc.) de uma qualquer sociedade são contingentes da estrutura económica dessa mesma sociedade. Ergo, “a natureza da estrutura económica de uma sociedade é explicada pelo grau de desenvolvimento das suas forças produtivas, e a natureza da superestrutura [...] é explicada pela natureza da estrutura económica” (*Karl Marx (Stanford Encyclopedia of Philosophy)*, 2020).

[4] Como Barbara Johnson glosa no prefácio da obra *Dissemination* (Derrida & Johnson, 2017):

“Desconstrução não é uma forma de vandalismo textual desenhado para provar que o significado é impossível. Na verdade, a palavra «des-construção» está intimamente relacionada não com a palavra «destruição» [,] mas com a palavra «análise», que etimologicamente significa «desfazer» – um sinónimo virtual para «des-construir». A desconstrução de um texto não se operacionaliza através de uma dúvida aleatória ou um ceticismo generalizado, mas pela cuidadosa provocação de forças antagónicas de significação *dentro do próprio texto*” (Derrida & Johnson, 2017).

Deste modo, a desconstrução assoma-se como o desmantelamento de certos postulados de um qualquer texto. Contudo, como grifado no exergo anterior, a desconstrução tem de se realizar *dentro do próprio texto*. Esta condição *sine qua non* assevera-se, porquanto os textos nos quais a desconstrução opera constituem a única herança que recebemos, e, conseqüentemente, a única *linguagem* passível de ser usada para a sua própria desconstrução. Adicionalmente, a desconstrução procede-se em relação a binómios que pejaram (e pejam) o pensamento filosófico ocidental – como presença e ausência; Homem e animal; natureza e cultura; etc. –, nos quais um dos elementos é visto como hierarquicamente superior. Deste modo, a desconstrução prevê demonstrar que o elemento inferior é, primeiramente, detentor das qualidades que garantem a existência do elemento superior (Bennington, 2000: 11), e que, por consequência, a hierarquia que se estabelece entre os dois elementos da díade não é tão clara e distinta como anteriormente julgada.

[5] O termo *aporía*, etimologicamente, provém do grego *aporos* (Beardsworth, 2013: 32). Semanticamente, o termo conota “algo que é impraticável”, ou um “[p]roblema insolúvel” (Beardsworth, 2013: 32) – um impasse. Ademais, *aporía* não se trata de um “sinónimo requintado de paradoxo”, porquanto “é caracterizada por uma posição oculta e fervorosa no seu próprio âmago” (Lashyn, 2021). O conceito de *aporía* desempenha um papel crucial e inegável na obra de Derrida. O exemplo ilustrado por Lashyn (Lashyn, 2021), em *The Aporia of EU Citizenship*, que sublinha a coexistência da exigência de “preservar a soberania estatal e diferença cultural dos Estados Membros, por um lado, e a necessidade de construir uma união ainda mais próxima e uma identidade comum, por outro lado” (Lashyn, 2021). Neste caso, os dois imperativos embatem um com o outro, impossibilitando uma solução direta e simples – gerando, portanto, uma *aporía*. Contudo, é nesta condição *aporética* que a União Europeia é possível.

[6] Em *The Politics of Friendship* (2005), Derrida glosa que, tradicionalmente, toda e qualquer comunidade política havia sido concebida como uma “comunidade de amigos” (Derrida, 2005: 19), i. e., como um agrupamento de indivíduos que partilham uma qualquer identidade. Ou seja, a comunidade era entendida um ajuntamento de amigos, cuja conexão se devia à partilha de uma qualquer identidade. A reversão modal derrideana perpassa, em compensação, por sublinhar a importância da ausência e não-identidade. Donde o filósofo da desconstrução endossar que a convencional noção de comunidade deve ser substituída por uma que, ao mesmo tempo, e aporeticamente, dê importância à identidade partilhada e a irredutível identidade de cada um – movimento que Derrida epitetou de *Nova Internacional* (Glendinning, 2011: 86-87).

[7] Para uma leitura mais aprofundada ver: *Historia política de la Unión Europea* (1995), por Pérez-Bustamante.

[8] Neste caso, o recurso ao logocentrismo prende-se à conceção de que a identidade europeia deve constituir uma *unidade indivisível*, que se volve sobre características ráticas, ideais, linguísticas, etc. Para ilustrar que – hoje – somos herdeiros de tal conceção apresenta-se um exemplo: a Alemanha nazi previa, tal qual qualquer outro regime totalitário, a total uniformização e unidade dos elementos irreduzivelmente singulares da sociedade alemã (Arendt, 1979). Deste modo, a individualidade de cada um dever-se-ia tolher no sentido da construção da unidade, unidade que se assumiria nas mãos do Estado (Arendt, 1979). Esta tendência totalitária ilustra a preocupação de Derrida face ao “pior”. Para Derrida, o pior significava a tendência para “fazer com mais do que um apenas um, fazer, a partir de uma divisão, uma soberania indivisível” (Jacques Derrida (Stanford Encyclopedia of Philosophy), 2021). Ou seja, o pior acontecia “quando o outro ao qual alguém se relaciona é completamente apropriado ou completamente dentro do alguém” (Jacques Derrida (Stanford Encyclopedia of Philosophy), 2021). Isto significa que não há lugar para “polissemia irreduzível” (Glendinning, 2011: 80) ou para a singularidade indomável de cada um. Logo, face à Europa, o filósofo urge que devemos “também antecipar e guardar o cabo, porque, sob o motivo, que pode tornar-se slogan, do inatencível ou do absolutamente novo podemos temer ver retornar o fantasma do pior” (Derrida, 1995: 100).

[9] Fez-se recurso a uma aceção de cunho construtivista, apesar de ser possível que alguns dos postulados chave ontológicos e epistemológicos não se coadunem, totalmente, com a investigação efetivada aqui, porquanto a definição compreende que a UE e, mais especificamente, o processo de europeização tem efeitos tangíveis (materiais) e intangíveis (imateriais) sobre as culturas e identidades abordadas (Matos, 2015: 63). Em adição, prevê também um processo de “internalização” que excede a “mera importação” da “identidade e discurso” (Matos, 2014: 330), por parte dos destinatários da europeização. Porém, como já exposto, a indagação aqui efetivada é extremamente cética quando à desejabilidade da adoção descomedida de “padrões socioculturais” (Matos, 2014: 131) europeus por parte de outras culturas, aquando do processo de europeização. Como Simon Glendinning (Glendinning, 2011) explica, “[a Lei], Derrida argumenta, é ainda assim a melhor maneira, a maneira mais *justa*, que nós temos para organizar uma resposta [...] às [irreduzíveis] singularidades” (Glendinning, 2011: 97). Isto significa que, aos olhos do filósofo da desconstrução, o modo mais profícuo e justo para assegurar que o pior e sua tendência homogeneizadora não sucedem é através da Lei (na aceção garantida no Direito). Esta Lei encontra-se em constante aporia com a ideia de Justiça, porquanto a Lei deve ser aplicada universalmente, ao passo que a Justiça será sempre singular, aplicável caso-a-caso (Glendinning, 2011: 97). Ainda assim, como Derrida consubstancia, “a justiça incalculável requer que calculemos” (Derrida, 1992: 28). Adicionalmente, como Simon Glendinning adiciona, é possível obter progresso “através de lutas político-jurídicas contra a inadequação experienciada de leis prevalecentes, e tais avanços são reais e necessários” (Glendinning, 2016). Contudo, é imperativo tolher o potencial universalizador e, conseqüentemente, homogeneizador da Lei. O que implica que, fitando o caso em questão, a europeização deve promover a estrutura que permita a operacionalização aporética da irreduzibilidade singular de cada um e, ao mesmo tempo, a calculabilidade da Lei. Não obstante, não se deve silenciar e interromper as ídoles da cultura e identidade turca que se coadunam com tal estrutura. I. e., a europeização não deve incidir sobre o foro não contrário à operacionalização aporética sobredita. Feito que, sublinhe-se, a União Europeia tem conseguido efetivar nos demais países pertencentes, permitindo a continuação das suas línguas, culturas, etc., chegando até a enaltecê-las. Numa palavra, é necessário: “respeitar a diferença, o idioma, a minoria, a singularidade, mas também a universalidade do direito formal, o desejo de tradução, o acordo e a univocidade, a lei da maioria, a oposição ao racismo, ao nacionalismo, à xenofobia” (Derrida, 1995: 129).

Memória e Democracia: Reflexão sobre a política contemporânea

Memory and Democracy: reflection on contemporary politics

João Relvão Caetano

Resumo

Este ensaio é uma reflexão crítica sobre a política contemporânea. Procura-se perceber as condições de funcionamento dos sistemas políticos português e europeu e a sua relação com o tempo. O seu contributo principal consiste na proposta de uma hermenêutica que permita a análise da realidade política, apoiada nas ideias de democracia, direitos humanos e virtude. É um estudo interdisciplinar, em que se exploram os valores e os comportamentos humanos no âmbito da cultura política. O ensaio apresenta exemplos históricos, filosóficos e literários que evidenciam a natureza do tempo político e os seus elementos constitutivos, seja o conhecimento do passado ou a ação humana transformadora. É uma reflexão sobre a política, o poder e o desenvolvimento humano. É uma reflexão sobre Portugal e os portugueses como comunidade de destino e uma memória própria inserida na Europa e no mundo. É uma reflexão sobre as condições para que as pessoas possam viver juntas, apesar das suas diferenças, uma possibilidade que está fortemente ameaçada.

Palavras-chave: Memória, Política, Democracia, Direitos Humanos, Virtude, Portugal, União Europeia.

João Relvão Caetano

Departamento de Ciências Sociais e Gestão, Universidade Aberta, Lisboa, Portugal

 [0000-0002-2833-5107](https://orcid.org/0000-0002-2833-5107)

Abstract

This essay is a critical reflection on contemporary politics. It seeks to understand the functioning conditions of the Portuguese and European political systems and their relationship with time. Its main contribution lies in the proposal of a hermeneutic framework for analyzing political reality, grounded in the ideas of democracy, human rights, and virtue. It is an interdisciplinary study that explores human values and behaviours within the scope of political culture. The essay presents historical, philosophical, and literary examples that highlight the nature of political time and its constitutive elements, such as the knowledge of the past and transformative human action. It is a reflection on politics, power, and human development. It also reflects on Portugal and the Portuguese people as a community of destiny and a unique memory embedded in Europe and the world. It examines the conditions under which people can live together despite their differences, a possibility that is currently under significant threat.

Keywords: Memory, Politics, Democracy, Human Rights, Virtue, Portugal, European Union.

1. Uma hermenêutica de leitura da realidade política contemporânea

O pensamento político contemporâneo é dominado pela desconfiança e pelo ceticismo sobre a capacidade humana de resolver os conflitos e problemas existentes[1]. Da guerra da Ucrânia ao conflito israelo-árabe, passando pelas crises ambiental e migratória e a pobreza endêmica, os recursos políticos escasseiam, tanto na política interna como europeia e internacional. Assistimos a uma fragmentação política e social, caindo por terra as esperanças na democracia e nos direitos individuais. Abundam os radicalismos e perde-se a crença na possibilidade da vida em comum[2].



Fig.1. Alegoria do Bom Governo. Lorenzetti Ambrogio, séc. XIV, Siena, Itália.

Foi por isso que o sociólogo Peter Rossi disse que atualmente “há muitas ironias no fogo” (Weigel, 2024)[3], ou seja, problemas que, embora possam parecer simples, possuem um potencial de contradição ou surpresa que só se revelará com o tempo. São problemas em que as coisas não são o que parecem ou cujas tentativas de resolução estão em desacordo com as expectativas individuais e o direito.



Fig. 2. Bandeira da União Europeia

Na política e na sociedade, importa ser capaz de conhecer a realidade e propor respostas inovadoras às contradições do tempo.

Este ensaio propõe uma hermenêutica de aproximação à realidade, ou seja, chaves com que possamos abeirar-nos da vida. A abordagem do tempo proposta apoia-se no tríptico democracia, direitos humanos e virtude, os dois primeiros mais óbvios do que o terceiro, mas todos em crise.

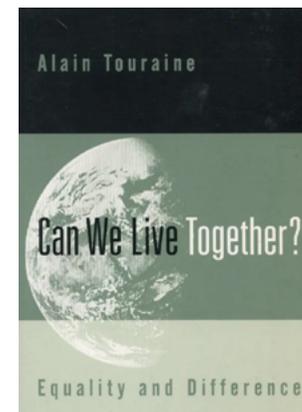


Fig. 3. Capa de livro de Alain Touraine

Assumimos, com Romano Guardini, que o tempo não é apenas um conjunto de momentos que se sucedem, mas uma dimensão essencial da vida humana, em que cada pessoa é chamada a viver com um propósito[4]. Vive-se no presente, mas com a consciência do passado, (Guardini, 2000) para poder construir um futuro com sentido. Guardini aceita o tempo em que vive, com o objetivo de o transformar. Para ele, a pós-modernidade deve ser capaz de aceitar o que de bom teve a modernidade, mas rejeitar o

que teve de mau. O autor alemão dá-se conta do tempo fragmentário e secularizado das sociedades contemporâneas, onde falta a dimensão ética. Por isso, destaca a importância da responsabilidade moral e o papel do ser humano dentro da sociedade[5].

Nesta perspetiva (Guardini, 2000), a política é uma dimensão fundamental da vida humana, onde devem pontificar as virtudes cívicas e a responsabilidade moral. Ela não pode ser reduzida a questões pragmáticas ou económicas, mas ser vista como a procura da justiça, do bem comum e da promoção da dignidade humana. A política é um espaço de convivência e de busca do bem, não apenas de poder, que precisa de ser repensado.

A virtude está no centro da reflexão sobre a política e a democracia. Mais do que uma qualidade individual, ela é uma exigência coletiva. A virtude é a disposição interior para agir moralmente, sendo essencial para a construção de uma sociedade justa e progressiva.

De acordo com esta perspetiva, o tempo, a política, a democracia e a virtude estão ligados numa visão ética da vida. O tempo é o espaço onde a ação moral acontece, a política é o campo onde as ações se expressam coletivamente e a virtude é a base moral que suporta a prática política e a convivência democrática. Para que os sistemas democráticos contemporâneos sejam fortes e resilientes devem apoiar-se na virtude de cidadãos que possuem uma aguda consciência ética, reconhecendo o valorizando o tempo e as escolhas morais que se fazem[6].

Entendemos que a história não se escreve de uma vez para sempre, pelo que há que ter memória para poder ter consciência da realidade e propor decisões estratégicas para os problemas do nosso tempo, tanto em Portugal como na Europa. Este ensaio investiga as condições para que esse caminho se faça democraticamente e com respeito pelos direitos das pessoas. Não procuramos números que coincidam com as necessidades

humanas, uma tentativa denunciada por Febvre (2001) nas suas célebres reflexões sobre a Europa no Colégio de Bruges; apenas procuramos, ainda de acordo com o grande historiador francês, não ignorar a história, para poder identificar os males e propor caminhos possíveis de superação[7].

O ensaio parte da análise do tempo político português, para defrontar o tempo político europeu e internacional, através de um caminho cultural comum de séculos onde grandes intuições foram sendo produzidas e que são particularmente úteis ao conhecimento da política e sociedade contemporâneas.

2. O tempo na política portuguesa contemporânea

Nos inícios de 2006, num artigo publicado no Jornal de Notícias, o escritor e crítico literário Francisco José Viegas detetou o fim de um ciclo político e cultural em Portugal, marcado pela eleição de um novo presidente da República[8].

As suas palavras são esclarecedoras sobre o modo como encara o dilema do tempo português, nos inícios do século XXI. É, na sua opinião, um tempo trespassado pelo medo sentido pelas pessoas de que a vida não caiba na memória, ou de que a vida lhes escape. Diríamos que é algo semelhante à ausência de fissão nuclear, com a matéria a desaparecer sem desencadear energia. Mas isso não bate certo, no seu espírito de investigador dos factos que moldam as instituições políticas e sociais[9]. Em reação a essa atitude que deteta nos portugueses, diz o autor que não vale a pena insistir “em parlamentar com o passado, em ajustar contas com o passado, em esgrimir com o passado, sem se dar conta de que [Portugal é hoje uma democracia e de que] o processo democrático português leva 30 anos de avanços e de recuos, mas que a sua “normalização” [às exigências do futuro] não significa empobrecimento, nem banalização, nem entristecimento. Pelo contrário, simboliza a sua idade madura, a normalidade com que os eleitores e os cidadãos (uma coisa sem outra é impossível) encaram mudanças inadiáveis

ou continuidades insuspeitas. E a idade madura é demasiado importante para a deixarmos à solta. Ela é a nossa idade”.

Este era o passo lógico que lhe era necessário dar para poder propor ao futuro presidente da República[10] o seu “projeto Manhattan”, de “construção da bomba atómica”[11].

Na verdade, Francisco José Viegas logo acrescenta que a doença dos portugueses é a consequência de um “trauma de classe”, em que a mudança permanente de interlocutores e de projetos, típica de um estado já ultrapassado da democracia de partidos, não produz benefícios para as pessoas concretas. A sua proposta é a de que a política deixe de fazer parte exclusivamente do domínio do sonho e da moral, para poder ser compreendida, de uma vez por todas, com elevado sentido de responsabilidade, sem ressentimentos nem fugas. Isso exige, a seu ver, um choque de realidade: ser português não é apenas ser grande e viver na euforia; é ser grande e pequeno, e é viver tanto a euforia como o quotidiano. Daí a sua conclusão, numa altura em que em Portugal se vivia em pleno período de campanha eleitoral para as eleições presidenciais, de que “[v]otar num candidato presidencial não é votar num símbolo, mas escolher um diagnóstico o mais correto possível da situação em que nos encontramos”.

Esta visão da política mais como substância do que como ruído, mais como continuidade do que como mudança (mesmo quando feita de profundas mudanças), mais como proposição de medidas exequíveis e aceitáveis do que como encenação, radica no pressuposto de que os mistérios da vida se repartem naturalmente pelos dias da semana, sem necessidade de se recorrer a artificios, do tipo de se dizer que a política é irresistível porque as pessoas são irresistíveis. No artigo citado, Francisco José Viegas dá o exemplo da sobrevalorização pela comunicação social do “herói das multidões”, ou seja, aquela pessoa que se evidencia publicamente pela adesão momentânea que tem na rua, por parte de quem passa, sem que, no entanto,

isso signifique nada de novo no dia seguinte.

Francisco José Viegas sentencia que os portugueses são pessimistas, porque a vida que lhes é apresentada pelos agentes políticos não faz sentido. A sua tese é a de que a vida dos portugueses, como derivação da política que existe, é uma aparência não real, uma mentira; e uma vaidade de séculos, a que só se pode pôr termo com a devolução do poder aos eleitores, aos cidadãos, e com a concomitante passagem dos factos grandes, eloquentes e revolucionários que povoam os discursos e fazem os medos das pessoas a um novo capítulo dos manuais de História Contemporânea. A novidade da sua tese é a afirmação de que a democracia portuguesa já é madura para dar esse passo, com a indicação do modo como isso se fará: não serão mais as grandes personagens, mas as pessoas comuns, que empreenderão a viragem de rumo. A sua opção metodológica é muito evidente: inscreve-se (mesmo sem o confessar) na chamada Nova História[12]. Ele é um “historiador” do presente, de “uma só perna”[13], o que leva a privilegiar a História do presente em detrimento da História do passado. E sabendo que “o morto continua assolapado na atualidade, [a] assedia e [a] determina”[14], facto esse que ele vê como “resistência” ao desenvolvimento de um tempo intermédio ao tempo voluntarista, progressista e nítido que advoga, verifica também que, apesar disso, a história, ao repetir--se, continua a avançar, evoluindo em espiral, andando e vindo atrás, em um tempo que é simultaneamente enganador e cheio de sinuosidades[15]. A sua posição não deixa de ser a do típico amador ou consumidor da História, de que fala Jacques Le Goff, que procura permanentemente respostas para o famoso quadro de Gauguin: “Quem somos, donde vimos, para onde vamos?”[16] [17]

Fora do que é habitual, Francisco José Viegas raciocina sobre a História – num sentido que julgamos próximo ao projeto da chamada *História do tempo presente*, de Antonio Rodríguez de las

Heras[18] – procurando orientar os seus contemporâneos para a ação. O interesse do seu pensamento está na heterodoxia. Para Viegas, a História é menos um património político e cultural do que uma curiosidade intelectual[19]. Ela faz-se nas voltas das vidas das pessoas, com um saber muito diversificado. A ele, homem de cultura, interessa-lhe saber, pragmaticamente, as razões por que se vence na vida. E dá uma resposta. Vence-se na vida porque se é melhor ou mais inteligente do que os outros, não porque se tem uma história melhor. No plano político, isso leva-o a defender que os agentes políticos devem correr os mesmos riscos dos restantes cidadãos.

A dúvida que nos surge desta promessa de desenlace com o passado é a seguinte: e qual é o futuro? Será que os portugueses acham mesmo que estão a ser oprimidos e só esperam uma oportunidade para derrubarem o jugo que lhes foi imposto? E será que o podem ou têm de derrubar em bloco, dispensando a possibilidade de apreciarem o que de bem e mal se fez até hoje? Será que a única alternativa que têm é também a de adotarem o futuro em bloco? Será que o debate político, com outros meios, pode escancarar assim as portas ao futuro? E não existirá uma contradição no seu discurso quando liga esse momento emancipatório à eleição de um novo presidente da República? Há, porventura, adesão popular mais momentânea do que a que se produz numa eleição presidencial, que são a provisoriedade por natureza? E se assim é, como pode o presidente da República entronar os portugueses como senhores do seu tempo, sem que ele mesmo se assuma como um representante da nova realidade viva e um símbolo do novo tempo? Ou será que o presidente da República vem para ser um homem mortal e espancado[20], como todos os outros?

O presidente da República de que fala Viegas é a antítese do dogmático bom republicano, denunciado por Eça de Queirós, que amava e reverenciava a Revolução Francesa como um bloco, porque não era capaz de criticar nada que antes tivesse sido

mal feito. O bom republicano acabava por oprimir, em nome da liberdade. Mas fora o excesso de paixão dogmática, que é substituída pela racionalidade, o português comum de Viegas olha para o futuro da mesma forma: olha para “os homens todos, as festas todas, os heróis e os canalhas” (Queirós, s/d, p. 160) [21]. Tal como o bom republicano inevitavelmente apeado, pelo decurso do tempo, da sua coluna e recolocado entre a mediana humanidade não é um deus nem um demónio, mas um homem capaz de sublimidade e de perversidade, também o homem comum de que fala Viegas é um homem “cheio de ideias grandes e de ideias mesquinhas, de qualidades baixas e de qualidades magnânimas”[22].

Talvez os portugueses sejam mesmo pessimistas e Francisco José Viegas (Queirós, s/d, p. 165) tenha razão. E quem diz os portugueses, diz os europeus, atendendo à crise dos sistemas políticos dos países mais influentes na Europa contemporânea. Que significa o pessimismo dos portugueses e de onde vem?[23] E como relacionar com a vaidade na vida pública? É por isso tão necessário perceber o que caracteriza os tempos novos.

3. A natureza do tempo político e social

É possível fazer uma primeira correção da atualização feita por Francisco José Viegas (ainda que não explicitamente) do pensamento de Eça de Queirós: por um lado, podemos pensar que os tempos atuais são de heróis, ainda que de heróis simples, compreensíveis, fáceis de reconstruir, e, muitas vezes, sem os trabalhos profundos para que o nosso tempo é impróprio (Queirós, s/d)[24]; por outro lado, podemos pensar que a posição de Eça de que o passado é tema de “dissertas teses, bem documentadas, com notas e glossários”, mas que deixou de conservar “o vivificante calor das [...] discussões [numa comunidade política] abandonada e sem defesa contra a goela tragadora do Tempo” (Queirós, s/d, p. 166) [25], que certamente seria subscrita por Francisco José Viegas, não está

de acordo com a realidade, porque o futuro não é indiferente ao passado e ao presente.

É isso que procuraremos demonstrar. Depois disso, estaremos em condições de retomar a apreciação da posição de Francisco José Viegas sobre o papel da vaidade[26] no sistema político português, que ele associa explicitamente ao pessimismo das pessoas comuns e à falta de progresso, o que se afigura particularmente relevante. A nossa tese é que só podemos compreender o problema sabendo a natureza do tempo.

4. Poder, valores e comportamentos políticos

Carmen McRae escreveu um poema que relata uma situação psicológica labiríntica de uma personagem que se considera irresistível e que artificialmente o procura demonstrar, que bem poderia ter sido posto na boca de Nero, quando contemplava Roma a arder:

Quero o teu coração. Quero a tua alma. Quero-te todo. E não me digas que não sou capaz. Porque serei sempre capaz de te ter. Até mesmo de te reduzir a um artifício. Ao fogo que explodirá. Quando e como eu quiser. E se eu quiser. Sou irresistível. Para ti. Não tens como fugir do artifício. Do fogo. Estás preso na noite. Como eu. Mas eu sou uma mulher. Não há artifício maior.[27]

Segundo o relato de Tácito, nos *Anais*, Nero mandou incendiar a cidade de Roma (em 64 d.C.) em consequência de se ter deixado seduzir por ela[28]. Nero é o exemplo do “herói das multidões” de que fala Francisco José Viegas: é o homem que está fora da cidade, porque, atormentado pelo passado[29], não cabe nela. Não é por acaso que, simbolicamente, se representou Nero a ver Roma a arder de um ponto alto da cidade – do teto do palácio imperial –, [30] [31] porque isso significa o seu desprezo por Roma – traduzido na multidão de pessoas que, sem razão, perseguiu, e na multidão a que quis egoisticamente agradar – [32] e o torna antiurbano. Porque ser urbano é falar com delicadeza ou

graça, quer dizer, com o sentido da exigência[33]. A exigência é uma medida de atração, aproximação – neste sentido, de irresistibilidade[34]. Mas não necessariamente como Nero[35]. Referindo-se explicitamente ao topos simbólico “incêndio de Roma/Nero”, Camões e o padre António Vieira estão de acordo, num ponto fulcral: a urbanidade perfeita, imune ao balanço da crítica, não existe. O comportamento verdadeiramente urbano situa-se algures no meio entre a honestidade e a desonestidade (Camões, 2002)[36], na afeição respeitosa[37].

No Canto III, estrofes 91 a 93, d’Os *Lusíadas*, Camões distingue o comportamento indecoroso de Nero do comportamento descuidado do rei D. Sancho II. Fá-lo através de uma atenta adjetivação, de várias comparações e de um juízo final. Ao Nero homossexual, incestuoso, tirano e inumano, opõe o Sancho descuidado (embora manso), pau-mandado e vicioso (Camões, 2002) [38]. Em comparação com Nero, Sancho II não foi nem tão desonesto, nem tão cruel, nem tão mau (Camões, 2002) [39]. (Enquanto o primeiro ateou dolosamente fogo à sua cidade, o segundo deixou-se negligentemente “queimar” pelos vícios do mundo) (Camões, 2002) [40]. Em conclusão, já não num registo adjetivo ou comparativo, mas substantivo, centrado na figura do rei D. Sancho II, Camões remata dizendo que aquele não foi tirano nem inumano, mas que também não foi verdadeiramente soberano nem excelente, e que, por essa razão (por lhe faltarem as virtudes da boa governação: de se fazer obedecer e respeitar, como o melhor entre todos), foi justamente destituído (Camões, 2002) [41]. A estrofe 94 é já uma comparação absoluta entre as capacidades de governo de D. Sancho II (“sempre ao ócio dado”) e as do seu irmão D. Afonso III, que lhe sucedeu (que “segurou” o Reino e “em dilatá-lo cuidou” e, só depois (de o ter feito), “Bravo se chamou”) (Camões, 2002) [42]. Enquanto o primeiro “da vida se apartou” (um dos significados de apartar é descer), o segundo foi excelente (em consequência de ter governado bem, foi “depois alçado por rei”)[43]. A virtude política tem no texto camoniano uma hierarquia claramente

secular: são os grandes homens que completam a lei de Deus (Camões, 2002) [44]. Mais do que pecadores ou santos, eles são a Credulidade, cujo sinal é a visão pelos deuses da sua excelência à qual se rendem (Camões, 2002) [45]. A fortuna de Sancho II terá sido apenas (e apenas em relação a Nero) a da salvação eterna, dado que era “manso”.

Também o padre António Vieira fala de Nero e do fogo, ao buscar a natureza da felicidade humana[46]. É o mesmo tema de Camões[47], mas o jesuíta acrescenta-lhe a encenação que o transfigura. Nero não é para Vieira, ao contrário do que é para Camões, um centro de destruição e de perseguição de figuras excêntricas[48]. Ele é um entre os homens que, numa sociedade moralmente desorganizada, se abeiram da necessidade de salvação[49]. Esta redução ontológica da política ao homem comum é necessária para demonstrar a grandeza do homem que se salva, ou seja, etimologicamente, do homem que passa bem[50], em perfeita sintonia consigo próprio e com os outros[51].

Em *O sermão com o Santíssimo Sacramento exposto*, o centro temático não é Nero, mas a mensagem cristã da salvação, pregada em finais do século XII, em Roma, por S. Domingos, numa época de grande turbulência na Europa[52]. A história de Vieira coincide com o relato de Tácito, que faz referência à autoconsciência dos cristãos romanos de que estavam no centro no mundo. Mas as coincidências não se ficam por aqui. Tal como, segundo Tácito, Nero se perde pela mão de inúmeras mulheres, também agora, segundo Vieira, a salvação se dá pela mão de uma mulher. É verdade que Tácito realça o modo como a influência negativa das mulheres sobre Nero se repercutiu na destruição física de Roma, enquanto António Vieira realça a influência negativa das mulheres sobre os homens no plano moral. Mas a descrição deste também tem um alcance político, aliás eminentemente político: na sociedade romana desorganizada, os homens e as mulheres, ainda que sejam reais inimigos íntimos,

são vizinhos. O que significa que o poder está ainda nas suas mãos, e muito particularmente nas mãos das mulheres.

No sermão já referido, Vieira (s/d, Sermão VII, p. 12) afirma que Nero não foi o pior dos homens, porque pior do que ele foi uma meretriz: “Chamava-se esta mulher Catarina, e não houve Catilina, nem tirano algum de Roma, que tanto a destruísse e arruinasse, como esta tirana a arruinava e destruíra”[53] [54]. E explica: “Nero pôs fogo a Roma, mas não lhe abrasou mais que os edifícios: esta tirana também punha fogo a Roma, mas abrasava-lhe as almas. Nero atormentava os mártires, mas mandava-os para o céu; esta tirana também atormentava os homens, mas mandava-os para o inferno. Nero fazia adorar os ídolos, e violentava os homens para que o fizessem: esta tirana ela mesma era o ídolo, e fazia-se adorar sem violência”[55]. E é assim que Nero é, por sinédoque, como imperador de todos (Vieira, s/d, Sermão VII, p. 12) os romanos, empurrado a visitar a cidade de Roma destruída pela mão desta mulher. Catarina é o meio da realidade, a procura do sentido: “No meio deste descuido da alma, no meio deste esquecimento do céu, no meio desta desbaratadíssima vida, com que aquela pobre mulher corria tanto à rédea solta pela estrada larga da perdição, no meio de tantos vícios e tantas misérias, tinha conhecido uma coisa boa, que era ser inclinada a ouvir sermões” (Vieira, s/d, Sermão VII, p. 12) [56]. Era S. Domingos[57] que pregava na cidade de Roma. Mas o que de facto se destaca é o encontro de Catarina com “o mais gentil homem [...] que vira em sua vida, e porventura que nunca se tinha visto no mundo tão grande gentileza. Travaram prática os dois, e quando Catarina mais via e ouvia, o companheiro tanto mais se lhe ia afeiçoando e rendendo-lhe a alma. Experimentava, porém, nesta afeição e neste amor muito diferentes efeitos que nos outros seus, porque era uma afeição cheia de respeito, e era um amor cheio de reverência, e se bem os afetos eram os maiores que podiam ser, todos se continham dentro das raias do coração, nenhum passava ao apetite”. [Catarina pediu-lhe] que lhe fizesse favor

de querer ir cear a sua casa aquela noite, o que ele aceitou e agradeceu, e apartaram-se”.

Segundo Vieira, é na salvação que se joga a natureza do poder dos homens. Nessa reflexão, está um contributo importante para a presente investigação. O poder é concebido em forma de uma “carroça”, com um duplo sentido, ascendente e descendente. Trata-se de um movimento relacional das virtudes da excelência – que significa “elevar-se acima”, em qualidade ou grau[58], à semelhança do peixe de Tobias (Vieira, s/d, Sermão de Santo António aos peixes, pp. 8-9) [59] – e da exigência – que significa “conduzir ou empurrar para fora” e, neste sentido, “aproximar-se”. Empurra para fora quem age com justiça e misericórdia: num primeiro momento é Cristo, mas logo depois são os homens. A carroça de Roma é uma “carroça mal guiada”, por causa da desonestidade dos homens (cuja causa são as mulheres). Inspirado em S. Bernardo, Vieira refere que a carroça se desloca em quatro rodas, puxadas por dois cavalos, sob a direção de um cocheiro. A carroça (da sensualidade) move-se em quatro rodas: a abundância, a gula, a ociosidade e a delícia. Os dois cavalos fortes e bem pensados que a puxam são o gosto do presente e o esquecimento do futuro. O cocheiro que os dirige é o apetite, que, além de ser cego de nascimento, caminha com os olhos vendados. Não utiliza as rédeas, porque os cavalos não respondem a rédeas, mas apenas a incessantes açoites, que os despertam a correr furiosamente, para que se precipitem.

Na dramatologia vieiriana, não se fala apenas da fé – mas da fé, dos santos e dos pecadores. Segundo o jesuíta, a fé encontra-se na “afeição respeitosa”, como encenação de quem sobe para cuidar, e que aí encontra a razão para descer. Quem desce não se apaga, mas, pelo contrário, arde, aproxima, incendeia.

A afeição respeitosa é o que permite a convivialidade, o que faz dela não só um elemento constitutivo da política, mas também indispensável à eficácia das ordens normativas em geral. A afeição respeitosa resulta do encontro entre a urbanidade –

de quem vive na cidade ou é cidadão – e a defesa zelosa dos interesses confiados (de quem se refugia num lugar elevado, como pessoa individual e patrocinada), o que não se resolve ignorando o passado de conflitos, mas interpretando-o sabiamente.

No conhecimento da vida confluem o passado, o presente e o futuro – o tempo todo. Assim como o sentido crítico e o comportamento moral.

A célebre resposta de Dom António a Frei Agostinho é magistral, ao afirmar a força da crítica contra as práticas erradas:

“- Calai-vos, meu senhor, que vos perdeis!

- Eu se me calo, amigo, é que me perco!” (Sena, 1986, Ato IV) [60]

Esta reflexão sobre o tempo na política é transversal a todas as épocas históricas e sociedades, nomeadamente a sociedade europeia.

Em maio de 1948, no Congresso do Movimento Europeu, Winston Churchill disse, com perfeita atualidade, que o projeto de construção europeia deve apoiar-se nos valores europeus históricos e numa moral pública consolidada, que possa servir para a construção de um futuro de unidade entre as nações europeias e os cidadãos europeus. Eis as suas palavras:

“O Movimento de Unidade da Europa deve ser uma força positiva que retire a sua coragem do nosso sentido de comunidade de valores espirituais. É uma expressão dinâmica da crença democrática fundada em conceções morais e inspirada por um sentido de missão. No centro do nosso movimento está uma Carta dos Direitos Humanos, protegida pela liberdade e sustentada pelo direito. É impossível separar a economia e a defesa da estrutura política geral. A ajuda mútua no campo económico e a defesa militar conjunta devem inevitavelmente ser acompanhadas, passo a passo, por uma política paralela de

maior unidade política.

Diz-se com verdade que isto envolve alguns sacrifícios ou uma fusão das soberanias nacionais. Mas também é possível e não menos agradável vê-lo como a assunção gradual por todas as nações envolvidas de uma soberania maior, a única que pode proteger os seus costumes e as suas características distintas e diversas, assim como as suas tradições nacionais” Council of Europe, p. 7-11, tradução nossa) [61].

Já em 11 de agosto de 1945, participando na sessão de abertura da Assembleia Consultiva do Conselho da Europa, em Estrasburgo, Churchill proferira um discurso sobre a necessidade de criação de um exército europeu, com a participação da República Federal da Alemanha, em nome da “liberdade e civilização da Europa Ocidental”. Macmillan, que estava com ele, escreveu no seu diário, a 10 de agosto, que Churchill precisou de quatro dias para escrever o discurso, e remata: “Não se pode deixar de admirar a extraordinária atenção ao pormenor e desejo de aperfeiçoar e melhorar” (Gilbert, 2002, p. 646) [62]. Essa é uma função essencial da política, simultaneamente crítica e construtiva. Churchill defendia a ideia de criação de um exército europeu como “real frente defensiva” resultante do compromisso de cada país de “arcar com a sua parte e dar o seu melhor”. E se os alemães assumiam o compromisso de se juntar ao esforço comum de conciliação entre antigos beligerantes e de resistência à ameaça soviética, mereciam a solidariedade dos demais. E fez então um juízo de natureza ética sobre a unidade europeia e o valor da democracia: “Aqueles que servem as causas supremas não devem considerar o que podem obter, mas o que podem dar. Que essa seja a nossa rivalidade nos anos que estão á nossa frente” (Gilbert, 2002, p. 646) [63]. Disse ainda que era por vaidade, fraqueza e medo que se repetiam os erros do passado, por falta de vigilância e cultura cívica.

5. Responsabilidade ética e transformadora

Estamos em condições de retornar a Francisco José Viegas. O argumento usado por este autor para centrar a análise da política no presente e no futuro – porque o homem carregado de passado não é real – tem um ponto fraco. Não existe uma história de pessoas isoladas no tempo e no espaço. A história faz-se do entrelaçamento de pessoas e gerações, donde brota a possibilidade de responsabilidade ética e transformadora.

Nas palavras de Guardini (2000), a ética é uma exigência universal que afeta o conjunto da existência, em todos os seus âmbitos[64]. O contrário do comportamento ético é a desorganização, a desordem, o caos.

Seja por decisão individual, no caso das comunidades de pertença, ou como facto objetivo externo, no caso da sociedade, o indivíduo é influenciado por um conjunto de relações que se prolongam no tempo. Mesmo uma comunidade ou sociedade nova decorre de coletividades anteriores, pelo que não há forma de um indivíduo se desligar do passado.

Segundo Guardini, as unidades coletivas estão presas pelo ético. A ética das unidades é tanto mais próxima do *ethos* individual quanto mais reduzido é o número dos seus elementos e quanto mais estes se conhecem pessoalmente. Por exemplo, a ética da relação no casal, entre pais e filhos ou entre amigos.

Já o Estado é o povo organizado e capaz de atuar com base em laços genéticos, geográficos, nacionais ou históricos. O Estado tem um carácter pessoal que se enraíza nas gerações de pessoas que se vinculam politicamente (Guardini, 2000) [65]. O nacional de um Estado é herdeiro da sua história, tanto quanto pode transformar a comunidade política.

Para não ser vazio de sentido, o futuro depende do passado e presente. A realidade é também símbolo e convicção, que, etimologicamente, são recuperação filosófica de um espírito

comum, reconversão, perdão, reparação do barco que permite navegar.

É certo que em todas as épocas históricas houve quem sublevasse as consciências e se erigisse em dono da verdade, para os mais diversos fins, o que, além de ser um vício e erro, é ignorância e negação da virtude.

É um facto que, antes e depois de Nero, outros mandaram atear fogos. Recordemos a ação de Cipião Emiliano[66], que, em 146 a.C., cumprindo o mandato do senador Catão para a destruição de Cartago, incendiou a cidade e espalhou sal em todo a cidade, para que jamais alguma coisa nela crescesse. Podemos recordar também factos que nos são ainda próximos, e de que há ainda testemunhas vivas[67]: no início da Guerra Civil espanhola, em julho de 1936, o republicano anarcossindicalista Buenaventura Durruti, à frente da coluna Durruti-Farrás, mandou incendiar sistematicamente os lugares por onde passou; e os seus inimigos praticaram atos semelhantes, de que o mais célebre foi a destruição da cidade basca de Guernica, em 26 de abril de 1937, que se consumou num grande incêndio que durou mais de um dia para apagar[68]. Também a ilegalização do partido comunista alemão, em 1933, pelo governo liderado por Hitler, surgiu na sequência do grande incêndio que, em 28 de fevereiro desse ano, destruiu a quase totalidade do parlamento alemão[69]; e, na década de 1990, no auge da guerra dos Balcãs, a cidade de Dubrovnik, na Croácia, famosa pelos seus monumentos medievais, foi em grande parte destruída pelo fogo, na sequência dos bombardeamentos da marinha e da força aérea sérvias... Os conflitos na Ucrânia, Síria e Médio Oriente são novas cenas da mesma História.

Todos estes factos poder-nos-iam levar a uma interpretação, se não pessimista, pelo menos cautelosa da História, no sentido de que cautela significa, em simultâneo, segurança e desconfiança em relação ao passado[70]. No entanto, há que perceber que, mesmo em tempo de servidão, não há nenhum país totalmente

injusto ou desorganizado, que não se possa reerguer. O drama humano e intelectual está em pensar que as coisas são de um determinado modo para sempre, que não há recomeço possível, o que só acontece quando acaba o esforço ou falta o ânimo. Que o digam Churchill e os demais resistentes na 2.ª Guerra Mundial. Houve sempre tempos de histerias coletivas, de perda do sentido da razão. Mas não é esse o nosso tempo, porque, apesar de tudo, existe algo objetivamente como sujeito de atribuição e, nessa medida, de crítica. Portugal existe, tal como a Europa existe. E ambos existem como uma realidade que luta por ser justa[71], porque são democracias e Estados de direito[72] [73]. É certo que também existe, e nesse ponto concordamos com Francisco José Viegas, o perigo de dissolução da realidade – mas, bem vistas as coisas, esse perigo não é de hoje, nem sequer do regime político ou, menos ainda, da democracia portuguesa ou europeia. Esse perigo é a própria existência humana, que não dispensa o conhecimento do passado e do presente e uma ação humana consequente. É uma tarefa difícil, que se consuma numa história com sentido.

Como escrevia Manuel Antunes, em novembro de 1969, “[e]xistir é hoje um grande, um enorme defeito. [...] Por isso, aqueles que da realidade partem, quer para a conservar quer para a transformar, terão sempre a vida difícil. [Porque isso só se faz] [a]través do [conhecimento do] vasto mundo” (Antunes, 2008, p. 25) [74]. Nesse mesmo ano, Manuel Antunes pronunciou-se também sobre o “herói das multidões” de que fala Viegas, mas para retirar conclusões diferentes. Referimo-nos a um artigo de 20 de abril de 1969, publicado em 1973, no qual cria, a partir dos escritos de David Riesman e Herbert Marcuse, o conceito de “multidão solitária” (Antunes, 2008, p. 190) [75]. Esta é um “conglomerado ou um conjunto de homens unidimensionais numa sociedade multidimensional; [é um conjunto] de homens funções de uma rede complexíssima cujo valor é medido exclusivamente pela competência técnica e pela capacidade de manipular tanto as coisas como os seus semelhantes; [é um conjunto] de

homens hétero-determinados, [como lhes chama David Riesman], cheio de substância teórica e de substância empírica e de nada mais”. No fundo, o “herói das multidões” pode ser irresistível, mas não necessariamente como Nero. A sua irresistibilidade decorre do facto de se aproximar de cada um dos membros da multidão para conhecer as suas vidas e influenciá-las. Neste caso, a aproximação traduz-se no facto de lhes falar e de transformar as suas vidas, sugerindo-lhes razões de viver, potenciando o seu autoconhecimento e inserindo-os na história comum. Isto significa que a política não é substancialmente técnica, e que tem um valor simbólico. Estamos aqui perante uma fala que é assumida como sagrada, num mundo dessacralizado, entre outras razões pela consideração unidimensional da técnica. Quanto a este último ponto, as posições de Francisco José Viegas e de Manuel Antunes afastam-se. Ao contrário do primeiro, o segundo valoriza na política o sonho e a moral, não como dimensões impositivas de umas pessoas sobre as outras, mas como elementos da qualificação da existência em comum, mesmo quando existem (e porque existem) percursos de vida diferentes e opiniões contrárias. Segundo Manuel Antunes, o homem forma-se “pessoa” não como técnico, profissional ou burocrata, mas como ser ativo, portador e criador de ideias e de valores, de formas e de conhecimentos novos, de estilos e de sentimentos de vida verdadeiramente humanizadores (Antunes, 2008) [76]. É um elogio da simplicidade e da democracia contra a vaidade, vista como um fator de opressão das consciências e da virtude (Antunes, 2008) [77].

Num artigo de 25 de novembro de 1969, Manuel Antunes escreveu este trecho extraordinário, para mais sendo ele um sacerdote jesuíta que vivia num regime autoritário, cuja anunciada abertura claramente denunciava[78]:

Escreveu um dia esse homem lúcido e insubornável, que se chamou Albert Camus, que “*tudo o revolucionário termina ou como opressor ou como herege*”. Para ele e para os seus semelhantes. Muito melhor seria que esta segunda hipótese se verificasse: opressor ou herege

de si mesmo.

Porquê? Porque o herege exige sempre, para existir, uma sociedade pluralista e aberta, uma sociedade respeitadora das minorias e das consciências, uma sociedade em que não seja imputado a crime o simples facto de dissentir. Menos ainda o de existir (Antunes, 2008, p. 26) [79].

Em 1975, lia-se nas ruas do Porto o seguinte slogan: “Se Deus existe, por que não se recenseou?” E logo se dava a resposta: “Deixa de fazer perguntas pouco católicas”[80]. Quase que podíamos dizer, utilizando linguagem muito usual nessa época, que, enquanto a pergunta é revolucionária, a resposta é reacionária. É uma interpretação que é alheia à proposta política do *graffiti*, da autoria de um grupo de estudantes universitários de extrema-esquerda, que, como tal e para efeitos do presente trabalho, não nos interessa; o que nos interessa, e que o *graffiti* paradoxalmente evidencia, é o facto de que em Portugal se estava então a implantar uma democracia pluralista de tipo ocidental, baseada na liberdade de expressão e em que o Estado deixava de se poder arrogar o direito de definir o comportamento correto – nomeadamente em matéria religiosa – dos portugueses. Foi assim verdadeiramente uma revolução, porque os portugueses sentiram que tinham um poder que antes não tinham, que era o de escolherem os seus representantes e de se pronunciarem sobre o futuro do país, fazendo as perguntas que entendessem necessárias. Por essa altura, Miguel Torga dizia também que os portugueses tinham nas suas mãos “o terrível poder de recusar”[81]. É a defesa dos direitos fundamentais do homem contra a tirania da mentira. E foi Spínola, como exemplo do “homem a cavalo” (o homem que toma decisões)[82], por muitos considerado como uma personagem de direita, que, na qualidade de líder do Movimento das Forças Armadas (MFA) e de presidente da República[83], tomou nas suas mãos a missão de democratizar Portugal. Ao invés de se perguntar se é uma razão suficiente para considerar alguém de direita o facto de tomar decisões, importa perceber e refletir sobre outro facto,

esse sim relevante: a revolução portuguesa de 1974 fez-se com um mínimo de homens e mulheres de qualidade, que tiveram a consciência e a liberdade de reerguerem os portugueses na sua humanidade, o que passou, entre outras coisas, pela sua capacidade de tomar decisões, considerando o passado e perspetivando o futuro.

Nos anos imediatamente anteriores a 1974, à semelhança do que se passava nas democracias europeias, Portugal crescia economicamente (mais até do que os restantes países) e os direitos sociais difundiam-se (ainda que numa primeira fase, e timidamente) (Serrão, 1985) [84]; mas faltava algo essencial aos portugueses, que não era do reino estritamente material, mas filosófico, moral e político, destinado a unir o que estava separado, dividido. Esse problema era antigo, reportando a situação portuguesa à Europa e ao pensamento europeu, sobretudo dos dois últimos séculos: a Kant, Hegel, Marx, Freud, Kierkegaard e Nietzsche, entre outros. Foi por isso que Portugal, na sua nova qualidade democrática, rapidamente tomou como suas as feridas europeias, num intenso debate político e ideológico que ainda não terminou. É de realçar o facto de que se tratou de um esforço político, literário, histórico e filosófico, no qual participaram pessoas de quadrantes muito diferentes. À direita e à esquerda, o país foi guiado por homens e mulheres de cultura, que fizeram com que o país passasse a uma nova fase histórica, algures entre o condicionamento e as peias dos tempos autoritários passados e as utopias do seu próprio tempo, socialistas e revolucionárias, também com raízes no passado.

Foram tempos de uma irrenunciável dimensão pessoal, e por isso contraditória, mas que, ainda assim, pela sua natureza pacífica, foi pouco dada ao exibicionismo e à vaidade[85]. O que como novidade ficou da revolução foi a ideia da democracia pluralista, sendo que não há pessoa ou grupo de relevo que hoje a rejeite.

No entanto, a pressão revolucionária, como início de uma

crise que, por definição, é uma ação discriminadora de valores, mantém-se atual. Nas primeiras décadas após a revolução, Portugal beneficiou do trabalho de muitas pessoas, de que já é conhecido, pelo menos em parte, o contributo para a interpretação dos sinais dos tempos e para o estabelecimento da democracia, de que uma das dimensões foi a aposta na integração europeia. Os partidos políticos e o povo português não questionam a pertença do país à União Europeia, mas há muita incerteza. Vários Estados europeus, incluindo Estados que não pertencem à União Europeia, enfrentam dificuldades em resultado da degenerescência dos sistemas políticos e partidários e agudizam-se as tensões ideológicas, em parte importadas dos Estados Unidos.

E agora? O que se exige à política e ao direito? O que é condição do seu conhecimento? No dizer de mais de sessenta anos de Manuel Antunes, é este ainda um “tempo intervalar” e de “crise”, entendida esta como um momento pessoal e de fixação de valores, que aponta para um conjunto de tópicos de investigação relativos a toda a comunidade política: intensidade da vida vivida; amplitude e solidez da cultura dos agentes políticos; competência profissional das pessoas; energia de decisão; iniciativa criadora. “Só assim as trevas – conclui Manuel Antunes – poderão ser iluminadas, só assim se poderá agir junto da frouxa vontade dos homens, só assim se poderá contribuir eficientemente para a modificação das estruturas” (Antunes, 2008, p. 265) [86]. A liberdade de expressão e a liberdade de investigação académica, para dar dois exemplos, devem ser vistas como uma deslocação do sujeito em relação aos demais, em procura da unidade do género humano e da verdade. O respeito pelas diferenças culturais é crucial para se conhecer o outro, mas não é possível obter resultados sem acordo sobre os valores e princípios básicos da convivência.

Nas democracias europeias existem visões políticas convergentes, mas também diferenças, tanto no plano nacional como no plano

européu. Os parlamentos e a comunicação social continuam a garantir condições de debate e pluralidade, mas as ameaças crescem, pelo que há que aumentar a exigência.

Em Portugal, tem-se entendido que é necessário garantir acordos de regime em matérias de soberania, designadamente sobre a política europeia, mas é a própria soberania que precisa de ser repensada. Isso é evidente em matéria de segurança e defesa europeia, em que poderá ser necessário haver uma maior partilha de soberania pelos Estados no seio da União Europeia, atendendo às ameaças externas. Mas é também verdade em matérias que, sendo em princípio da competência dos Estados, têm sido objeto de regulação europeia, pelo seu impacto na criação do mercado interno europeu. É o caso da educação e ciência, em que muito se procura inovar contemporaneamente. Ora, tal só acontecerá com um sentido de unidade claro e evidente para as pessoas, pelas implicações práticas que comporta.

A exigência de unanimidade nos processos decisórios da União Europeia tem sido substituída, em sucessivas revisões dos tratados, pela exigência de maioria, na maior parte dos casos maioria simples, sobretudo quando envolve os Estados[87], ou, em situações mais complexas, maioria qualificada[88], como forma de dar eficácia aos processos político e legislativo. No entanto, a falta de unanimidade pode vir a causar perda de equilíbrio político, dadas as fragilidades, que estão à vista, do projeto de construção europeia. Em vários países, tem-se feito apelo à necessidade de novos equilíbrios dinâmicos, não já apenas interpartidários, mas interinstitucionais, para responder às exigências do tempo presente, sejam conflitos armados ou problemas sociais. Como que o sentido das reformas económicas, sociais e políticas deixou de se captar naturalmente, exigindo-se uma forte cooperação estratégica entre os órgãos do poder, o que nem sempre existe e torna a política assaz difícil.

Neste contexto, ganha primazia a necessidade de aprofundar

as exigências morais de construção de uma Europa unida, como assinalam, em artigo recente, Eva Grosfeld, Daan Scheepers e Armin Cuyvers (2024, p. 282) [89].

6. Conclusões

Neste estudo, partimos da verificação da desconfiança e do ceticismo das pessoas nas instituições políticas, em particular nas instituições políticas nacionais, mas, por arrasto, nas instituições políticas europeias e internacionais, as quais vêm dando sinais de fraqueza, dominadas por crescentes clivagens ideológicas. Acresce a incerteza decorrente da degradação das condições geopolíticas internacionais e da descrença na capacidade de os Estados se entenderem em matérias essenciais, com impactos em matéria de desenvolvimento. Este último facto é particularmente evidente na União Europeia. No caso português, Francisco José Viegas, refletindo a propósito da eleição do presidente da República, reclama um sobressalto cívico, que permita afastar o pessimismo e inaugurar um tempo novo. Propositadamente, este é um exemplo do passado recente, mas que se mantém atual.

Procurámos perceber se é possível inaugurar um tempo novo através de uma eleição presidencial ou se devemos procurar uma perspetiva de tempo mais ampla. Numa análise deliberadamente interdisciplinar, procurámos perceber as fundações culturais da política, convocando pensadores políticos e outros autores, desde a Antiguidade Clássica até à atualidade. Percebemos que o problema do pessimismo e da vaidade, denunciado por Francisco José Viegas como inibidor do desenvolvimento de Portugal, deve ser combatido com a compreensão dos fatores que tornam a política não só eficaz, mas com sentido aos olhos dos membros da comunidade política.

Partimos da realidade de um Portugal e de uma União Europeia democráticos e defensores dos direitos humanos, para procurar perceber as razões dos erros da ação política e da descrença das pessoas. Para o efeito, construímos um modelo de compreensão

da realidade com base em três ideias fortes estruturantes do sistema político português e europeu: democracia, direitos das pessoas e virtude.

Mostrámos em as três estão em crise, por razões há muito debatidas nos estudos de cultura política e que o elemento de unificação é o tempo. É nossa tese que é preciso começar por conhecer a realidade, para poder transformá-la. A realidade impõe-se objetivamente às pessoas, porque o passado existe e o futuro depende do seu conhecimento. Porém, a realidade é transformável através das pessoas, que devem atuar eticamente.

Defendemos que o tempo é uma dimensão essencial da vida humana. As pessoas vivem no presente, mas, desde que tenham consciência do passado e uma consciência moral, podem construir o futuro. De acordo com esta perspetiva, o tempo, a política, a democracia e a virtude estão ligados numa visão ética da vida.

Demos vários exemplos históricos, filosóficos e literários dos valores que moldam uma sociedade resiliente simultaneamente com passado, presente e futuro. As virtudes cívicas e a responsabilidade moral são próprias de uma cultura política caracterizada pela procura da justiça, do bem comum e da promoção da dignidade humana. Vimos que a virtude está no centro da reflexão sobre a política e a democracia e que, mais do que uma qualidade individual, ela é uma exigência coletiva.

Para ser consequente, a política precisa de mulheres e homens capazes de conhecer e agir sobre o tempo, como no-la demonstra a história dos portugueses e dos europeus.

Não há democracia sem memória. O tempo é o espaço onde a ação moral acontece, a política é o campo onde as ações se expressam coletivamente e a virtude é a base moral que suporta a prática política e a convivência democrática. Para que os sistemas democráticos contemporâneos sejam fortes e resilientes devem apoiar-se na virtude de cidadãos que possuem

uma aguda consciência ética, reconhecendo o valorizando o tempo e as escolhas morais que se fazem, seja na valorização da vida quotidiana ou na proteção dos grandes ideais que suscitem projetos coletivos civilizacionais.

A humanidade vive tempos conturbados, pelo que é preciso aprofundar as razões para que possamos viver juntos, seja como portugueses, europeus ou membros ativos no mundo, sob pena do regresso da barbárie.

Referências bibliográficas

ADDRESS given by Winston Churchill at the Congress of Europe in The Hague. Council of Europe. Congress of Europe. The Hague, 7-11 May 1948. Strasbourg: Council of Europe, April 1999. p. 7-11.

ANTUNES, Manuel (1960). *Do espírito e do tempo*. Lisboa: Ática.

ANTUNES, Manuel (1973). *Educação e sociedade*. Lisboa: Sampedro.

BARÓN CRESPO, Enrique (2005). *Europa. Pasión Y Razón*. Pref. de José Luis Rodríguez Zapatero e Jacques Delors. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva.

CAETANO, Marcello (1955). *Ciência Política e Direito Constitucional*. Coimbra: Coimbra Editora.

CALAPRICE, Alice (Org.) (2005). *Querido Professor Einstein*. Prólogo de Evelyn Einstein; trad. de Jorge Palinhos. Porto: Edições Asa.

CAMÕES, Luís de (2002). *Os Lusíadas*. Com. e anot. por Henrique Barrilaro Ruas. Lisboa: Rei dos Livros.

DAVIS, William Stearns (Ed.) (1913). *Readings in Ancient History: Illustrative Extracts from the Sources*. Boston: Allyn and Bacon. Vol. II (Rome and the West).

FEBVRE, Lucien (2001). *A Europa. Génesse de uma civilização*. Trad. de Telma Costa. Lisboa: Teorema.

FERREIRA, António Gomes (1983). *Dicionário de Latim-Português*. Porto: Porto Editora.

FURET, François (1988). *Pensar a Revolução Francesa*. trad. de Rui Fernandes de Carvalho. Lisboa: Edições 70.

GILBERT, Martin (2002). *Churchill: Uma vida*. Trad. de Vernáculo: Gabinete de Tradução. Lisboa: Bertrand.

GROSFELD, Eva, SCHEEPERS, Daan e CUYVERS, Armin. "Mapping the moral foundations of the European Union: Why a lack of moral diversity may undermine perceived EU legitimacy". *PNAS Nexus*, Volume 3, Issue 8, August 2024, p. 282, <https://doi.org/10.1093/pnasnexus/pgae282>

GUARDINI, Romano (2000). *Ética, Lecciones en la Universidad de Múnich*. Trad. cast. de Daniel Romero y Carlos Díaz. 2ª ed. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos.

HERAS PÉREZ, Antonio Rodríguez de las (2000). "La historia del tiempo presente y las tecnologías de la comunicación". In *Actas del II Simposio de Historia Actual*. Logroño, 26-28 de noviembre de 1998, coord. por Carlos Navajas Zubeldia, pp. 83-100.

HOURS, Joseph (1979). *O valor da História*. Trad. de Rosa Henriques. Coimbra: Almedina.

LACORDAIRE, Henri-Dominique (1989). *La vie de saint Dominique*. Introd. de André Duval. Paris: Éditions du Cerf.

LE GOFF, Jacques [et al.] (1986). *A Nova História*. Trad. de Ana Maria Bessa. Lisboa: Edições 70.

MACHADO, José Pedro (Coord.) (1991). *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 6 vols.

MCRAE, Carmen (2000). *Carmen McRae's Finest Hour*. USA: Verve. 1 disco (CD).

MOURA, José Souto (2006). "Consciência, pluralismo e opções políticas". *Brotéria*. 1:163, pp. 7-23.

ANTUNES, Padre Manuel, sj (2008). *Obra Completa, t. II – Paideia: Educação e Sociedade*, Edição crítica, coord. cient. José Eduardo Franco, Lisboa: FCG.

QUEIRÓS, Eça de. "A propósito de *Termidor*". In *Cartas familiares*, IX. Porto: Lello & Irmão Editores, s/d. p. 161.

REIS, Alberto dos. [Citação e comentário ao "Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 26 de Março de 1926"]. *Revista de Legislação e Jurisprudência*. Ano 59, p. 50.

SAPINHO, Joaquim (2006). *Diários da Bósnia*. Portugal. Documentário cinematográfico.

SENA, Jorge de (1986). *O Indesejado (António, Rei)*. 3ª ed. Lisboa: Edições 70.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1985). *Confidências no exílio*. 8ª ed. Lisboa: Verbo.

SILVEIRA, Ricardo dos Reis. "A vaidade como causa da disputa entre os homens na obra política de Hobbes". In *Revista Jurídica*, [S.l.], v. 4, n. 49, nov. 2017, pp. 101-115. <<https://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/2287>>

SMITH, Peter D. (2005). *Einstein*. trad. de Melissa Silva e Paula Alves. Porto: Edições Asa.

SUETÓNIO (2005). *As vidas dos doze Césares*. Estudo introd. e notas de Victor Raquel; trad. de Angelina Pires. Lisboa: Sílabo.

TÁCITO (1952). *Anais*. Trad. de José Liberato Freire de Carvalho. São Paulo: Jackson Editores.

TÁCITO. *The Annals*. Transl. by Alfred John Church and William Jackson Brodribb. Disponível em <http://classics.mit.edu/Tacitus/annals.html>.

TACITUS. *Annales*. s/d.

THOMAS, Hugh (1964). *The Spanish Civil War*. London: Eyre & Spottiswoode.

TORGA, Miguel (1958).“Flor da Liberdade”. In *Orfeu Rebelde*. Coimbra: Ed. do autor, pp. 52-53.

TOURAINÉ, Alain (2000). *Can We Live Together? Equality and Difference*. Trad. inglesa de David Macey. Stanford: Stanford University Press.

VARNER, Eric (2000). “Grotesque Vision: Seneca’s Tragedies and Neronian Art”. In HARRISON G. (Ed.). *Seneca in Performance*. Duckworth: Wales Classical Press, pp. 119-136.

VIEGAS, Francisco José. “O estaleiro”. *Jornal de Notícias*. (19.01.2006).

VIEIRA, Padre António. *Sermão de Santo António aos peixes*. Biblioteca Digital/Colecção Clássicos da Literatura Portuguesa/Porto Editora. pp. 8-9. Disponível em <http://www.portoeditora.pt/bdigital/pdf/NTSITE99/SerStoAntPeix.pdf>.

VIEIRA, Padre António. *Sermão VII. Com o Santíssimo Sacramento exposto*. In VIEIRA, P. António. *Sermão de Santo António aos peixes*. Biblioteca Digital/Colecção Clássicos da Literatura Portuguesa/Porto Editora. Disponível em <http://www.cce.ufsc.br/~nupill/literatura/BT2803059.html>.

WEIGEL, George. “Ironies in the Fire”. *GEORGE WEIGEL*. [Consult. 13.09.2024]. Disponível em <https://www.georgeweigel.com/ironies-in-the-fire/>

WILSON Richard W. “The Many Voices of Political Culture. Assessing Different Approaches”. In *World Politics* 52 (January 2000), pp. 246-73.

Notas

[1] Para uma análise dos elementos da cultura política contemporânea e as razões da desconfiança e do ceticismo, ver Richard W. Wilson, *The Many Voices of Political Culture. Assessing Different Approaches*, in *World Politics* 52 (January 2000), pp. 246-73. Procurando estabelecer critérios de avaliação da política, diz este autor que “The earliest definitions of political culture noted the embedding of political systems in sets of meanings and purposes, specifically in symbols, myths, beliefs, and values. Pye later enlarged upon this theme, stating that political culture “encompasses both the political ideals and the operating norms of a polity... [It] is thus the manifestation in aggregate form of the psychological and subjective dimensions of politics.” And as he concluded: “A political culture is the product of both the collective history of a political system and the life histories of the members of that system” (pp. 246-247). Acrescenta o autor que o desenvolvimento económico nas sociedades pós-materialistas em que vivemos conduziu a mudanças estruturais presentes, por exemplo, na urbanização e na educação de massas, assim como a mudanças de atitudes, com a crescente desconfiança e o ceticismo em relação às instituições hierárquicas, que ameaçam a democracia. Cf. Richard W. Wilson, *The Many Voices of Political Culture. Assessing Different Approaches*, cit., p. 260.

[2] Neste sentido, veja-se Alain Touraine, *Can We Live Together? Equality and Difference*, trad. inglesa de David Macey, Stanford University Press, Stanford, 2000. O texto é premonitório da política contemporânea.

[3] Cf. George Weigel, “Ironies in the Fire”. George Weigel. [Consult. 13.09.2024]. Disponível em <https://www.georgeweigel.com/ironies-in-the-fire/>

[4] Cf. Romano Guardini, *Ética, Lecciones en la Universidad de Múnich*, trad. cast. De Daniel Romero y Carlos Díaz. 2ª ed, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 2000, pp. 111 e ss. e 416 e ss.

[5] Cf. Romano Guardini, *Ética, Lecciones en la Universidad de Múnich*, cit., pp. 262 e ss.

[6] Estabelecendo uma ligação forte entre a capacidade moral pública e a democracia, ver Richard W. Wilson, *The Many Voices of Political Culture. Assessing Different Approaches*, cit. Na p. 261, referindo-se a Gross, Wilson diz que “Strong political morality states that collective action to remedy injustice requires that citizens have both moral insight and the cognitive capacity to recognize injustice”.

[7] Lucien Febvre, *A Europa. Gênese de uma civilização*, trad. de Telma Costa, Lisboa, Teorema, 2001, pp. 338-339.

[8] Francisco José Viegas, “O estaleiro”, *Jornal de Notícias*, edição de 19 de janeiro de 2006. As citações que se seguem no corpo do texto são deste artigo.

[9] Francisco José Viegas é autor de vários romances policiais. E é esse o género literário que, como autor, prefere.

[10] Francisco José Viegas é autor de vários romances policiais. E é esse o género literário que, como autor, prefere.

[11] Alusão à carta enviada por Einstein (mas escrita com Szilard), em julho de 1939, ao então presidente norte-americano, Franklin Roosevelt, em que dava conta do adiantado estado das investigações alemãs tendentes à construção da bomba atómica e em que pedia para que os Estados Unidos *acelerassem* as pesquisas experimentais sobre a fissão nuclear, de modo a se anteciparem à Alemanha. Essa carta levou à investigação intensiva em Los Alamos e à construção, pelos Estados Unidos, da primeira bomba atómica. “Projeto Manhattan” foi o nome de código dado ao projeto científico de construção da bomba atómica. Sobre a questão da aceleração da história, pedida por Einstein a Roosevelt, e a função social dos cientistas, ao serviço da democracia e da paz, vide Peter D. Smith, *Einstein*, trad. de Melissa Silva e Paula Alves, Edições Asa, Porto, 2005, pp. 137 e ss.

[12] A Nova História, ou História dos *Annales*, é a mais importante corrente historiográfica do século XX. Surgida em França, sob a influência pioneira de Lucien Febvre e de Marc Bloch, caracteriza-se, sumariamente, por falar de uma nova maneira de ser historiador. Deixou de se fazer uma História acontecimental, dos “grandes homens” e das “grandes sínteses”, para se privilegiar a história das pessoas e das mentalidades, tanto do passado como do presente.

[13] A expressão é de Philippe Ariès, que diz que “o historiador contemporâneo só tem uma perna”. Cf. Jacques Le Goff et al., *A nova História*, trad. de Ana Maria Bessa, Lisboa, Edições 70, 1986, p. 28.

[14] São palavras de Michel de Certeau in *A Nova História*, ob. cit., p. 28.

[15] É também de Michel de Certeau a distinção entre estes dois grandes paradigmas de tempo. *Idem et ibidem*.

[16] É também de Michel de Certeau a distinção entre estes dois grandes paradigmas de tempo. *Idem et ibidem*.

[17] É por certo uma pergunta que pode ser feita por qualquer português, dentro ou fora das fronteiras de Portugal, ou por qualquer não português que viva em Portugal. As respostas serão diferentes consoante se trate de um jovem português com poucos estudos que viva em Portugal, de um emigrante português no Luxemburgo ou de um cidadão belga com qualificações que trabalhe em Portugal. Mas do cruzamento dessa cópia de perguntas pode bem surgir a aproximação a verdades desconhecidas até hoje.

- [18] Vide Antonio Rodríguez de las Heras Pérez, “La historia del tiempo presente y las tecnologías de la comunicación”, *Actas del II Simposio de Historia Actual*, Logroño, 26-28 de noviembre de 1998, coord. por Carlos Navajas Zubeldia, 2000, pp. 83-100.
- [19] Em sentido próximo, vide Joseph Hours, *O valor da História*, trad. de Rosa Henriques, Coimbra, Almedina, 1979. Em sentido contrário, realçando a forte relação de dependência entre o passado e o presente, veja-se a obra clássica de François Furet, *Pensar a Revolução Francesa*, trad. de Rui Fernandes de Carvalho, Lisboa, Edições 70, 1988. Segundo Furet, não basta ao historiador da Revolução Francesa ser competente; tem, além disso, de ter uma ideologia e anunciá-la: tem de dizer de onde fala, o que pensa e o que procura. Ele distingue aliás duas categorias de factos históricos: os que exigem o conhecimento da opinião do historiador e os que não o exigem. Para o autor, a Revolução Francesa, como “recitativo da origem” da nação e “celebração” de um conjunto “adquirido” de princípios é um dos casos que o exige. A opinião funciona aqui como uma condição histórica e epistemológica do verdadeiro conhecimento, por propiciar o debate. Daí a sua afirmação de que tal não pressupõe a veneração de nenhuma realidade histórica metafísica (pp. 15 e ss.).
- [20] Alusão às dificuldades do dia-a-dia dos portugueses. A expressão “homem mortal e espancado” é de Eça de Queirós, e insere-se numa reflexão muito interessante sobre a dupla natureza de homem e símbolo dos protagonistas políticos: “Eu nunca soube quem fosse esse homem assustador [Lissagaray, político revolucionário francês], nem mesmo se era um homem ou um símbolo como Ferrabrás e Polifemo. [...] Em todo o caso, símbolo social ou homem mortal e espancado, Lissagaray nessa noite devia vir. Eça Queirós, “A propósito do Termidor”, in *Cartas familiares*, IX, Porto, Lello & Irmão Editores, s/d, p. 161.
- [21] Eça de Queirós, “A propósito de Termidor”, *cit.*, p. 160.
- [22] Eça de Queirós, “A propósito de Termidor”, *cit.*, p. 165.
- [23] Reproduzimos de seguida, pelo seu paralelismo, parte de uma carta escrita em 1946 por uma criança sul-africana a Einstein, na qual dizia o seguinte: “Por causa da Bomba Atómica o mundo percebeu que temos de manter a paz a todo o custo. A melhor e única maneira de o conseguir, parece-me, é aceitar a tolerância universal com base na igualdade da Humanidade. E é isso que me intriga. Estou a crescer num país que não acredita na igualdade de todos. Os nativos deste país não têm direitos de cidadania iguais e nunca terão. Aqui todos crescemos sendo ensinados a desprezar os nativos. Isso parece-me mau. Mas que solução acharemos? A nossa história toda anda à volta do ódio aos nativos. Mas isto é só um exemplo. E o resto do mundo? O homem branco acha-se superior ao asiático e o asiático acha-se melhor do que o europeu. O nativo acha que está a ser oprimido e espera uma oportunidade para derrubar o jugo do homem branco. Talvez eu seja pessimista. O que acha? Por favor, responda”. Não se sabe se Einstein respondeu ou não a esta carta. Mas sabemos que lhe respondeu indiretamente, quer na carta de 1939 que escreveu a Roosevelt, quer em uma outra, de 7 de janeiro de 1943, que dirigiu a uma criança de nome Bárbara e na qual assumiu a sua condição de “herói”. Cf. Alice Calaprice (Org.), *Querido Professor Einstein*, trad. de Jorge Palinhos, pref. de Evelyn Einstein, Porto, Edições Asa, 2005, p. 88.
- [24] Eça de Queirós, “A propósito de Termidor”, *cit.*, p. 167.
- [25] Eça de Queirós, “A propósito de Termidor”, *cit.*, p. 166.
- [26] A vaidade é causa da desagregação do estado da natureza na obra de Hobbes, que assim a elevou a categoria política e a usou como justificação para a criação do Leviatã. Neste sentido, ver Ricardo dos Reis Silveira, “A vaidade como causa da disputa entre os homens na obra política de Hobbes”, in *Revista Jurídica*, [S.l.], v. 4, n. 49, nov. 2017, pp. 101-115. Disponível em: <<https://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/2287>>. Acesso em: 05 dez. 2024. Outros autores defenderam essa ideia com outros argumentos.
- [27] Cf. Carmen Mc Rae, no CD intitulado *Carmen Mc Rae's Finest Hour*, USA, Verve, 2000. Procedemos à identificação de Nero com uma mulher, não só por fidelidade ao texto original, mas também propositadamente (sabendo que nada nos proibia de alterarmos o género do agente do poema), para mostrarmos que é uma realidade objetiva que Nero ateou fogo a Roma.
- [28] O autor atribui esse facto à influência de Tigelino, que, entretanto, substituíra Séneca nas funções de preceptor do imperador. Enquanto Séneca se distinguia pela “sua arte de ensinar a eloquência, e pelas graças e honesta amenidade de carácter” (*Annales*, XIII, 2), Tigelino era um homem de carácter infame e espírito dissoluto, influenciando Nero à prática de inúmeras atrocidades, no contexto de um mau governo (*Annales*, XIV, 48). Segundo o uso argumentativo de Tácito, quase todas as mortes violentas perpetradas por Nero se deram no período em que Tigelino está presente na sua narrativa (entre 62 e 66 d.C.), o que compreende a data do incêndio de Roma (64 d.C.). O mau governo de Nero (com a destruição e as mortes que trouxe) é, segundo Tácito, a consequência do ambiente de adulação e delação que se vivia em Roma. E é precisamente a delação de Tigelino (que fora escolhido por Nero por preferir os seus favores – inclusive sexuais – ao apreço das tropas e do povo, em oposição a Fénio Rufus, seu contemporâneo e que caiu em desgraça junto de Nero) que precipita a queda do imperador em 68 d.C. Cf. Tacitus, *Annales* (considerámos também a trad. em língua ingl. de Alfred John Church e William Jackson Brodribb, *The Annals*, disponível em <http://classics.mit.edu/Tacitus/annals.html>, e a trad. em língua port. de José Liberato Freire de Carvalho, *Anais*, São Paulo, Jackson Editores, 1952).

[29] A suposta maldição sobre os imperadores que o tinham antecedido (Tibério e Calígula tinham sido considerados loucos e Nero temia que isso lhe acontecesse), a apontada imoralidade do incesto perpetrado com a mãe e o posterior assassinato desta (em 59 d.C.), etc. Sobre este tema, vide Suetônio, *De suetonio Vita Caesarum*, que, com um estilo e uma linha argumentativa diferentes, corrobora os factos invocados por Tácito, nomeadamente a violenta perseguição aos cristãos, mas já não no que se refere às motivações e à autoria do incêndio de Roma (existe trad. port.: *As vidas dos doze Césares*, com estudo introdutório e notas de Víctor Raquel, tradução de Angelina Pires, Lisboa, Sílabo, 2005).

[30] É a tese de William Stearns Davis, ed., *Readings in Ancient History: Illustrative Extracts from the Sources*, Boston, Allyn and Bacon, 1913, vol. II (Rome and the West), p. 191. Segundo outros autores, incluindo a voz autorizada de Tácito (*Annales*, XV, 49), Nero ter-se-á refugiado em Anzio, sua cidade natal (situada a 50 Km de Roma, na costa mediterrânica). Uma das provas (ver Eric Varner, “Grotesque Vision: Seneca’s Tragedies and Neronian Art” in *Seneca in Performance*, G. Harrison (Ed.), Duckworth, Wales Classical Press, 2000, pp. 119-136) é que o palácio imperial – a *Domus Transitoria* – ardeu. A tese de Davis é pouco provável, mas tem um elevado simbolismo. Baseia-se, provavelmente, nas seguintes palavras de Tácito, imediatamente anteriores ao relato do incêndio que ele atribuiu a Nero: “Nero, para retirar benefícios do facto de dizer [publicamente] que nada mais o divertia do que a capital, ofereceu banquetes em lugares públicos, e fez uso de toda a cidade como sua casa privada” (*Annales*, XV, 47, tradução nossa do original latino). Certo é que, de acordo com Tácito, logo após ter deflagrado o incêndio, Nero regressou a Roma. Essa é uma das provas da sua culpa, aliada à inculpação falsa dos cristãos. Subrio Flavo acusou Nero, pouco antes de este morrer, de ser um “incendiário” (*Annales*, XV, 44, 58).

[31] A figuração central de Nero inscreve-se na tradição artística dominante em Roma entre os séculos I a.C. e I d.C., sobretudo neste último. Vejam-se, paradigmaticamente, a *Alegoria da morte* (caveira sobre uma roda encimada pelo tecto de uma casa de madeira: referência à ideia de movimento e ao material das casas romanas) e a *Máscara* (uma personagem de tragédia rodeada de flores). São ambos mosaicos de estilo romano originários de Pompeia. O primeiro é do séc. I d.C. e o segundo de 100 a.C. (da Casa do Fauno de Pompeia). Para mais informações, ver: www.artehistoria.com/historia/contextos/692.htm.

[32] Tácito fala não só da “enorme multidão” (“multitudo ingens”) dos cristãos perseguidos (*Annales*, XV, 44), como também do desejo de Nero, após ter regressado a Roma, de reconstruir rapidamente a cidade para manter boas relações com o povo. Nas palavras de Tácito, logo após o incêndio, “para acalmar o povo deslocado e sem casa, mandou abrir o campo de Marte e os monumentos de Agripa, assim como os seus próprios jardins, e mandou construir casas provisórias onde se pudesse acolher a multidão que ficou sem recursos” (“... et subitaria aedificia exstruxit, quae multitudinem inopem acciperent”) (*Annales*, XV, 39, tradução nossa).

[33] Do latim *urbanus*, a, um, que significa “relativo à cidade”, “da cidade de Roma” (como lugar plano e aberto) [1]; “de boas maneiras” [2]. O adjetivo “urbano” deriva do substantivo *urbs*, *urbis*, que significa “cidade” [1]; “a cidade por excelência, Roma” [2]; “os habitantes ou a população de uma cidade”, “os cidadãos” [3]. De notar que a cidade (de Roma), como terra ou pátria do Direito, se opõe ao “campo” – *rus*, *ruris* – e à “cidadela” – *arx*, *arcis*. Particularmente, a cidadela é o “lugar de defesa e refúgio situado na parte mais alta da cidade” [1]; é um “lugar elevado”, uma “eminência”, são “as colinas de Roma” [2]; é o “ponto principal ou capital” [3]. Cf. António Gomes Ferreira, *Dicionário de Latim-Português*, ob. cit., pp. 133, 1025, 1193. Já dissemos que é uma descrição simbólica a que refere que Nero, após ter mandado atear fogo à cidade de Roma, assistiu ao terrível espetáculo no topo do palácio imperial, situado sob uma das colinas de Roma. Os cristãos invocaram este episódio ao representarem Nero como um homem soberbo, fechado sobre si mesmo. Ora, não há dúvidas históricas de duas coisas: de que Nero retirou ganhos políticos ao atribuir o incêndio aos cristãos; e de que estes – e por isso citámos o Padre António Vieira – sempre se referiram ao incêndio de Roma como a prova cabal da injustiça de não poderem exprimir livremente a sua fé.

[34] O verbo *delicio*, *is*, *ere*, significa “atrair”, “seduzir”. Atrai-se ou seduz-se alguém prodigalizando-lhe “delícias” (*deliciae*, *arum*). As expressões têm um sentido ambivalente, que vai desde a perversão carnal até à afeição espiritual. No entanto, analisando outras palavras provenientes da mesma raiz etimológica, verifica-se que há um sentido moral e jurídico predominante. É o que resulta da análise do adjetivo “delicado” (*delicatus*, a, um) e do advérbio “delicadamente” (*delicate*). O primeiro significa o “que agrada aos sentidos”, “atraente”, “ameno” [1]; o que é “de gosto difícil, apurado, ou exigente” [2]; o segundo significa “delicadamente” [1]; “com doçura” [2]. Cf. António Gomes Ferreira, *Dicionário de Latim-Português*, ob. cit., p. 353.

[35] É muito interessante analisar o número e o tipo das representações contemporâneas do fogo na cidade de Roma. Em contraponto à representação tradicional de Nero, existe a tendência para representar uma figura humana no centro do fogo, mas agora no centro da cidade de Roma e com uma atitude de serviço. Veja-se, por exemplo, em www.contrasto.it/reportage/dettaglioprod.asp?idprod=283, a representação de um bombeiro voluntário combatendo um fogo no centro de Roma.

[36] Cf. Luís de Camões, *Os Lusíadas*, ob. cit., Canto III, 90 e ss., max. 92, pp. 125 e ss.

[37] P. António Vieira, *Sermão VII. Com o Santíssimo Sacramento exposto*, disponível em <http://www.cce.ufsc.br/~nupill/literatura/BT2803059.html>.

[38] Cf. Luís de Camões, *Os Lusíadas*, ob. cit., Canto III, (sucessivamente), 92, 2-3; 92, 3-4; 93, 1-2, a contrario; 93, 3-4; 91, 1-3; 91, 4; 91, 6-8, pp. 125-126.

[39] Cf. Luís de Camões, ob. cit., Canto III, (sucessivamente), 92, 1-4; 92, 5-6; 92, 7-8, p. 126. O poeta faz aqui, tecnicamente, o uso de comparativos relativos – Sancho II foi menos cruel do que Nero (ou Nero foi mais desonesto do que Sancho II), etc. –, que evidenciam a incorreção dos comportamentos de ambos.

[40] Cf. Luís de Camões, ob. cit., Canto III, (sucessivamente), 92, 6; 91, 6-8, pp. 125-126.

[41] Cf. Luís de Camões, ob. cit., Canto III, 93, 1-8 (max. 5-8), p. 126.

- [42] Cf. Luís de Camões, *ob. cit.*, Canto III, (sucessivamente), 94, 4, 6, 7, 5, p. 126.
- [43] Cf. Luís de Camões, *ob. cit.*, Canto III, (sucessivamente), 94, 3-4; 94, 1-2, p. 126.
- [44] Vide, Luís de Camões, *ob. cit.*, v.g., Canto VII, 25, max. 6-8, p. 265.
- [45] Cf. Luís de Camões, *ob. cit.*, Canto IX, 45; 46, p. 340.
- [46] Cf. P. António Vieira, *Sermão VII. Com o Santíssimo Sacramento exposto, ob. cit.*
- [47] O relato da excelência dos trabalhos lusitanos recompensada na Ilha dos Amores encontra em Vénus uma estrela de muitos anos (Luís de Camões, *ob. cit.*, Canto IX, 18, 4, p. 331). Ora, a Felicidade é a boa estrela, a abundância. Cf. António Gomes Ferreira, *Dicionário de Latim-Português, ob. cit.*, p. 479. A boa estrela dos portugueses é reconhecida como excelência, tanto pelos homens como pelos deuses. Vide, em termos sugestivos: Canto VI, 1, 1-8, com a atribuição pelo rei de Melinde a D. Manuel I do apanágio de rei “[d]as Europeias Terras abundantes / A Ventura” (C. VI, 1, 6-8), atitude na qual Henrique Barrilaro Ruas (Luís de Camões, *ob. cit.*, p. 221, nota (1)) vê o desejo de Camões de ver chegada a hora da Paz universal, com o entendimento entre pagãos, cristãos e muçulmanos. A verdade é que o desejo do Poeta nunca foi concretizado até hoje, salvo na ecuménica e utópica Ilha dos Amores, no convívio entre os deuses e os navegantes portugueses. Ainda aqui, Camões distingue os portugueses que simulam justiça e integridade, mas que amam somente mandos e riqueza (que da feia tirania e aspereza fazem direito e vã severidade e somente vendem adulação – C. IX, 28, 3-6; 27, 6-8, p. 334) dos que “[t]rabalhando, cantando estão de amores, / Vários casos em verso modulando: / Melodia sonora e concertada, / Suave a letra, angélica a soada” C. IX, 30, 5-8).
- [48] Os cristãos estavam fora da ci(vili)dade. Segundo Tácito, “Nero atribuiu a culpa e infligiu as mais esquisitas torturas a uma classe odiada pelas suas abominações, à qual a população chamava cristãos, [porque eles tinham encontrado] em Roma o seu centro e aí se tornado populares” (*Annales*, XIV, 54 – tradução nossa).
- [49] Os cristãos estavam fora da ci(vili)dade. Segundo Tácito, “Nero atribuiu a culpa e infligiu as mais esquisitas torturas a uma classe odiada pelas suas abominações, à qual a população chamava cristãos, [porque eles tinham encontrado] em Roma o seu centro e aí se tornado populares” (*Annales*, XIV, 54 – tradução nossa).
- [50] No referido *Sermão com o Santíssimo Sacramento exposto*, diz Vieira que Catarina, a protagonista, “saiu um dia a espaço, como dizem em Itália, [...] indo passeando por uma daquelas formosas estradas que se estendem pelos arrabaldes de Roma”.
- [51] O verbo “salvar” tem, em latim, duas formas: uma intransitiva (*salveo, es, ere*), que significa “estar de boa saúde”, “passar bem”, que só se emprega como forma de delicadeza, para saudar alguém, e uma transitiva (*salvo, as, are*), que significa “conservar”. Ambas as formas provêm dos adjetivos *salvus, a, um*, e *solidus, a, um*, que significam, quase indistintamente, “intacto, inteiro, de boa saúde, consistente, completo, real, cheio”. Cf. António Gomes Ferreira, *Dicionário de Latim-Português, ob. cit.*, pp. 1034 e 1078.
- [52] Para o enquadramento das viagens apostólicas de S. Domingos a Roma, com um magnífico retrato da Europa, veja-se a famosa obra de Henri-Dominique Lacordaire, *La vie de saint Dominique*, de 1840, de que existe uma excelente edição das Éditions du cerf, com introdução de André Duval, o.p., de Maio de 1989. A obra começa por ser uma crítica poderosa à Igreja Católica daquele tempo, acoçada pela invasão da simonia, do fausto e da avaria do clero, e que não era senão, segundo Lacordaire, um governo secular titulado pelos favorecidos do mundo. Foi nesse contexto que decorreu a ação reformadora, entre outros, de S. Bernardo, de S. Pedro de Blois e de S. Domingos.
- [53] Cf. P. António Vieira, *Sermão VII. Com o Santíssimo Sacramento exposto, ob. cit.*, VIII, p. 12.
- [54] Catilina tanto pode ser a mãe de Nero como, com bastante maior probabilidade, a Catilina que, em 63 a.C., no Consulado de Cícero, foi julgada por conspiração contra a República senatorial romana, acusada, entre outras coisas, de ter tentado pôr fogo a Roma. Já a referência ao tirano que tinha destruído e arruinado Roma é evidentemente feita a Nero.
- [55] Cf. Padre António Vieira, *Sermão VII. Com o Santíssimo Sacramento exposto, ob. cit.*, VIII, p. 12.
- [56] *Idem et ibidem*.
- [57] Fundador da Ordem dos Pregadores – Ordem Dominicana – e pregador como Vieira, é retoricamente assumido por Vieira como alter-ego, de justificar a sua ação apostólica. “[P]or que são ou devem ser sentinelas os pregadores? Porque têm as mesmas obrigações e os mesmos encargos. A sentinela está vigiando do alto para toda a parte, e se vê vir os inimigos, dá rebate, toca a arma e avisa a cidade a grandes brados. Esta é a sua obrigação. E os encargos quais são? Os que logo declarou o mesmo Deus ao profeta. Se vires o perigo, e não a avisares à cidade, perderás a cidade, e tu também perderás, porque te hei de pedir conta dela, e de todos os seus moradores. Porém, se tu avisares como deves, e a cidade se não armar nem defender, ela se perderá por sua culpa, e tu, porque a não tiveste, ficarás livre. Tão perigoso como isto é o ofício de pregador, e tanto igualmente o perigo dos ouvintes, se não se aproveitarem do que ele lhes pregar”. Cf. P. António Vieira, *Sermão VII. Com o Santíssimo Sacramento exposto, ob. cit.*, I, pp. 1-2.
- [58] Cf. José Pedro Machado (Coord.), *Grande Dicionário da Língua Portuguesa, ob. cit.*, Volume III, p. 6, *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, ob. cit.*, I Volume, p. 1628.
- [59] Cf. Padre António Vieira, *Sermão de Santo António aos peixes*, Biblioteca Digital, Coleção Clássicos da Literatura Portuguesa, Porto Editora, pp. 8-9, disponível em <http://www.portoeditora.pt/bdigital/pdf/NTSITE99/SerStoAntPeix.pdf>.
- [60] Jorge de Sena, *O Indesejado (António, Rei)*, 3.ª ed., Lisboa, Edições 70, 1986. Acto IV.
- [61] Council of Europe. Congress of Europe. The Hague, 7-11 May 1948. Strasbourg: Council of Europe, April 1999. p. 7-11, tradução nossa.

[62] Martin Gilbert, *Churchill: Uma vida*, trad. port. de Vernáculo, Gabinete de Tradução, Lisboa, Bertrand, 2002, p. 646.

[63] Martin Gilbert, *Churchill: Uma vida*, cit., p. 646.

[64] Cf. Romano Guardini, *Ética, Lecciones en la Universidad de Múnich*, cit., especialmente pp. 120 e ss., 262 e ss. e 416 e ss. O filósofo alemão reflete sobre o sentido da vigência, que é de um tempo simultaneamente coletivo e individual. O cidadão de um Estado ou a pessoa que vive numa determinada época não pode desligar-se das condições de existência objetivas que a ultrapassam, mas pode conhecer a realidade e atuar sobre ela. O conhecimento consiste na captação da essência e do sentido do existente na vigência, independentemente dos fins físico-psíquicos do cognoscente, mas este, dotado desse conhecimento e com uma consciência livre, tem a capacidade de assumir responsabilidade pela sua ação.

[65] Cf. Romano Guardini, *Ética, Lecciones en la Universidad de Múnich*, cit., pp. 264-265.

[66] Publius Cornelius Scipio Aemilianus Africanus, o Jovem (185 a.C. – 129 a.C.). Foi o comandante das tropas romanas na 3ª Guerra Púnica (149 a.C. – 146 a.C.), contra Cartago, que culminou na destruição do império cartaginês, após mais de cem anos de guerras entre a República Roma e a República de Cartago.

[67] O “herói das multidões”, de que fala Francisco José Viegas, parece ser aquela personagem a que os antigos chamavam “perverso”, por, num determinado lugar ou contexto, “inverter” [1], “modificar”, “mudar” [2], “alterar” [3] “deitar abaixo”, “derrubar” [4], os outros e os costumes. No fundo, o herói que Viegas contesta é um demagogo: fala apenas para se alcaundar nos outros (para o que precisa de espaço), não para dizer o que possa ser útil aos outros. Quem fala para ser útil a si mesmo, como é o seu caso, nega o direito. Na verdade, em latim, “perverter” é “inverter” (verbo *inverto, is, ere, verti, versus*). Ora, o processo de “inversão” dá-se através de uma falsa “imputação” ou “atribuição” a si próprio de algo que não lhe pertence, “afastando-se” ou “desviando-se” assim a pessoa do direito (verbo *verto, is, ere, verti, versus*, que, arcaicamente, se grafava *vorto*, de onde deriva a palavra portuguesa “vórtice” – *vertex* ou *vortex, icis* –, que significa “turbilhão” (de água ou de fogo), “redemoinho” (de vento, de pó), “voragem” (de palavras), “sorvedouro” (de dinheiro), “abismo” [1]; mas também “cimo da cabeça”, “cabeça” [2]; “cimo” (de um edifício) [3]; “cume” [4]; “o mais alto grau”, “o auge” [5]). Cf. António Gomes Ferreira, *Dicionário de Latim-Português*, ob. cit., pp. 634, 1214, 1215. O “pervertido” é assim, etimologicamente, 1) o que pensa a destruição, 2) o processo de destruição, 3) a própria destruição. Com esta particularidade: a destruição é tanto mais perfeita quanto é produzida a partir de cima, porque é mais fácil a quem está num lugar cimeiro (por ter poder, dinheiro, ciência, etc.) enganar os outros, inventar factos. Ora, a existência de testemunhas vivas, de que falamos no corpo do texto, torna inviável a invenção (no sentido de “inversão”). Nas palavras do cineasta Joaquim Sapinho, autor do documentário *Diários da Bósnia* (2006), que relata os acontecimentos trágicos vividos na Bósnia-Herzegovina, em 1996, aquando da guerra civil entre as facções sérvia, croata e muçulmana, quando se podem fazer perguntas e obter respostas de pessoas vivas que experimentaram a guerra, não é possível ficcionar. Isto é: não é possível interpretar subjetivamente os factos. Porque todos se vestem de igual modo e aparentam a mesma etnia a que efetivamente pertencem. (Só os telhados das casas – com quatro águas os das casas “muçulmanas” e com duas os das casas “sérvias” – e o facto de os homens serem ou não circuncidados – os homens muçulmanos são circuncidados – permitiam distinguir as pessoas). Sapinho não faz referência ao facto de os “muçulmanos” serem maioritariamente “sérvios” e “croatas”, ou de 92 por cento da população ser etnicamente servo-croata (a despeito de 40 por cento ser muçulmana, 35 por cento cristã ortodoxa e 15 por cento católica), ou de todas as pessoas falarem como língua materna o servo-croata. Só por si, esse facto viabilizaria um juízo da realidade diferente daquele que motivou a guerra. Na verdade, esteve-se perante a negação ou afastamento do Direito, como limite cultural, e não, ao contrário do que sustentaram as diferentes facções em guerra, perante um confronto entre direitos potencialmente oponíveis. No entanto, ao relatar algo até aí inédito na sua vida de cineasta (a experiência da guerra vivida por diversas pessoas), Sapinho mostra isso mesmo, de outra maneira: que o direito existe com um determinado sentido, à prova das invenções humanas. O que se fez na Bósnia foi “um desvio”. É muito interessante o seu caminho de perceção da guerra. Tudo começou com as imagens televisivas da guerra. Mas foi ao ver ao vivo as cidades destruídas, com os seus espaços vazios (o caso do parlamento de Serajevo), as pilhagens, e, muito particularmente, os álbuns de família abandonados, que percebeu o mais importante: que, numa guerra em que as fotografias de família não interessam a ninguém, as mortes são inúteis. É certo que as árvores continuaram a crescer, mas as palavras deixaram de fazer sentido. Como se o planeta não necessitasse das pessoas... No chão positivista ninguém se entende. É esta a suprema ironia da grande demagogia que só as testemunhas vivas desmentem.

[68] Existem posições contrárias sobre quem terá destruído Guernica. A posição largamente dominante é a de que a cidade – imortalizada pelo quadro homónimo, desse mesmo ano, de Pablo Picasso – foi destruída pelos bombardeamentos da Legião Condor, comandada pelo oficial alemão Wolfran von Richthofen, numa espécie de exercícios preparatórios da II Guerra Mundial. No entanto, vários autores defendem uma posição contrária, veiculada, entre outras, pela obra de Hugh Thomas *A guerra civil espanhola* (cf. Hugh Thomas, *The Spanish Civil War*, Londres, Eyre & Spottiswoode, 1964), que teve em Gustavo Corção, se não o maior, pelo menos o seu mais eloquente defensor na literatura política de língua portuguesa.

[69] A autoria do incêndio foi atribuída ao militante comunista holandês Marinus van der Lubbe.

[70] Do latim *cautela, ae*, substantivo derivado do participio passado do verbo *caveo, es, ere, cavi, cautum*, que, numa das suas aceções, simultaneamente transitiva e intransitiva, significa “tomar cautela”, “desconfiar” [1], “tomar providências para”, “cuidar de si ou da sua própria segurança” [2]. Cf. António Gomes Ferreira, *Dicionário de Latim-Português*, ob. cit., pp. 209-210.

[71] Quaisquer que sejam os contornos da atual crise do Estado, denunciada por muitos autores, há que reconhecer que os membros da comunidade política portuguesa têm, à semelhança dos advogados – mesmo se hoje, *et pour cause*, tanto se discutem os limites da liberdade de expressão em tribunal, o que se mostra nos múltiplos processos intentados contra os mandatários judiciais, por suposta violação dos deveres deontológicos, designadamente o de urbanidade –, o dever/direito de apreciarem, discutirem e criticarem tudo quanto julgarem conveniente ao bom desempenho das suas vidas, ou, na feliz expressão de Osório de Castro, de “dizer[em] tudo quanto possa ser útil ao bom direito”. Cf. Citação e comentário ao “Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 26 de Março de 1926” por Alberto dos Reis, *Revista de Legislação e Jurisprudência*, Ano 59, p. 50.

[72] “[V]ivemos hoje num Estado que é de direito ou pelo menos num Estado que aspira a ser cada vez mais um Estado de Direito”. E que além disso é democrático, porque exige o reconhecimento e a aceitação do poder legítimo. “[N]o nosso contexto cultural, o respeito pelo valor de cada um – a «inalienável dignidade inerente a toda a pessoa humana» - implica que se não aceitem as limitações que advêm ao cidadão em virtude do exercício do poder político, senão numa lógica de mandato”. Cf. José Souto Moura, “Consciência, pluralismo e opções políticas”, *Brotéria*, 1, vol. 163, julho de 2006, pp. 7-23.

[73] É certo que nem todos os Estados europeus são Estados de direito. Falamos de Europa como o projeto político-cultural corporizado historicamente na União Europeia, que está subordinado ao Direito.

[74] Cf. Padre Manuel Antunes, sj, *Obra Completa, t. II – Paideia: Educação e Sociedade*, Edição crítica, coord. cient. José Eduardo Franco, Lisboa, FCG, 2008, p. 25.

[75] Cf. Padre Manuel Antunes, sj, *Obra Completa, t. II – Paideia: Educação e Sociedade, ob. cit.*, p. 190.

[76] Cf. Padre Manuel Antunes, sj, *Obra Completa, t. II – Paideia: Educação e Sociedade, ob. cit.*, p. 287.

[77] Cf. Padre Manuel Antunes, sj, *Obra Completa, t. II – Paideia: Educação e Sociedade, ob. cit.*, p. 131.

[78] Referimo-nos à “primavera marcelista”, anunciada por Marcello Caetano, aquando da sua ascensão, em 1968, às funções de presidente do Conselho de Ministros.

[79] Cf. Padre Manuel Antunes, sj, *Obra Completa, t. II – Paideia: Educação e Sociedade, ob. cit.*, p. 26.

[80] Informação do conhecimento do autor, fruto do contacto com testemunha ocular.

[81] Cf. Miguel Torga, poema “Flor da Liberdade”, in *Orfeu Rebelde*, Coimbra, ed. do autor, 1958, pp.52-53; também em *Poesia Completa*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2000, 2.ª edição, 2002, p. 560.

[82] Sobre o tema, vide Carlos Alexandre Morais, *António de Spínola, o homem*, Lisboa, Editorial Estampa, 2007.

[83] António de Spínola demitiu-se do cargo em 28 de setembro de 1974, pouco mais de cinco meses depois de ter assumido funções. No entanto, esse facto não prejudica o argumento invocado.

[84] Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *Confidências no exílio*, 8ª ed., Lisboa, Verbo, 1985, pp. 273 e ss., máxime pp. 276-277.

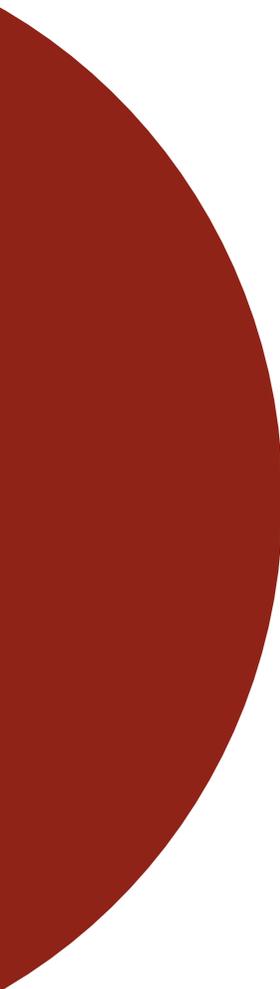
[85] Não é esse o entendimento de Marcello Caetano. Em 1978, quando estava exilado no Rio de Janeiro, analisando a situação política em Portugal, confia a Joaquim Veríssimo Serrão: “Para fazer discursos e enganar as massas, talvez os políticos sejam precisos. Mas para governar bem uma Nação há que recorrer a estadistas que, acima dos interesses dos partidos, coloquem os da Nação. Um homem de Estado faz-se ao longo dos anos, por meio do estudo e da seriedade”. E acrescenta: “Chega a ser ridículo, para não dizer confrangedor, como hoje se recrutam os ministros ao sabor das vaidades e ambições das clientelas políticas”. Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *Confidências no exílio, ob. cit.*, p. 264. O nosso argumento baseia-se na capacidade de colaboração entre os novos agentes políticos saídos da revolução, com vista a definirem um caminho novo para o país. Sobre as condições necessárias para aferir a capacidade de existência e atuação da comunidade política, vide Marcello Caetano, *Ciência Política e Direito Constitucional*, Coimbra, Coimbra Editora, 1955, p. 3. O processo de instituição da democracia pluralista não se fez sem sobressaltos ou unanimemente, mas houve uma maioria clara que a desejou e concretizou.

[86] Cf. Padre Manuel Antunes, sj, *Obra Completa, t. II – Paideia: Educação e Sociedade, ob. cit.*, p. 265.

[87] As maiorias referendárias em matéria europeia são um bom exemplo do que dissemos. Mas podemos também referir, ainda em matéria europeia, os atos de transposição do direito europeu para o direito nacional ou os atos de adequação do direito nacional ao direito europeu, que, na maior parte dos casos, são aprovados pelo governo ou pela maioria parlamentar que o suporta.

[88] Por exemplo, a maior parte das decisões do Conselho de Ministros da União Europeia.

[89] Cf. Eva Grosfeld, Daan Scheepers, Armin Cuyvers, Mapping the moral foundations of the European Union: Why a lack of moral diversity may undermine perceived EU legitimacy, *PNAS Nexus*, Volume 3, Issue 8, August 2024, p. 282, <https://doi.org/10.1093/pnasnexus/pgae282>



**Entre a Memória e a Realidade: o “Mito Fundador”
do Holocausto e a União Europeia do Século XXI**
*Between Memory and Reality: The Founding Myth of the
Holocaust and the European Union in the 21st Century*
Jorge Trigo

Resumo

A União Europeia, ao adotar o Holocausto como o seu “mito fundador”, pretendeu consolidar uma identidade supranacional baseada nos valores de paz, direitos humanos e democracia, esperando que estes ideais fossem amplamente aceites por todos os seus Estados-Membros. No entanto, a Europa contemporânea é marcada pelo aumento do extremismo de direita, do antissemitismo e dos crimes de ódio. A discrepância entre os princípios simbólicos da memória do Holocausto e as realidades políticas e sociais atuais suscita dúvidas sobre a eficácia desta narrativa como meio para promover a união e a paz no espaço europeu.

Palavras-chave: União Europeia, Memória coletiva, Holocausto, Direitos Humanos

Abstract

The European Union, by adopting the Holocaust as its “founding myth,” sought to consolidate a supranational identity based on the values of peace, human rights, and democracy, with the expectation that these ideals would be widely accepted by all its Member States. However, contemporary Europe is marked by the rise of right-wing extremism, antisemitism, and hate crimes. The discrepancy between the symbolic principles of Holocaust memory and current political and social realities raises doubts about the effectiveness of this narrative as a means to promote unity and peace within the European space.

Keywords: European Union, Collective memory, Holocaust, Human Rights

Jorge Trigo

Centro de Estudos Globais da Universidade Aberta (Investigador Colaborador)

 [0009-0006-5720-2553](https://orcid.org/0009-0006-5720-2553)

Introdução

A vasta produção académica e cultural centrada no Holocausto, bem como na sua memória, ou seja, artigos científicos, dissertações, livros, filmes, documentários, entre outros, permitem certamente afirmar que este é um dos eventos históricos mais conhecidos da nossa atualidade. Contudo, a sua grande visibilidade impõe um paradoxo, o da pluralidade e complexidade do estabelecimento de uma memória ou narrativa única e abrangente, visto que esta é fortemente influenciada pelos interesses e expectativas de quem estuda, representa ou relembra o Holocausto.

No seguimento desta problemática, e no contexto da União Europeia, Magdalena Pasikowska-Schnass e Philippe Perchoc (2020), sob o aval do European Parliamentary Research Service, e consequentemente do Parlamento Europeu, apresentam uma narrativa delimitadora e orientadora deste evento, pretendendo que esta seja aplicável a todos os Estados-Membros e instituições:

The term Holocaust refers to the mass murder of 6 million European Jews, Roma and other persecuted groups, whom the Nazi regime and its collaborators sought to annihilate. The expropriation, state-sponsored discrimination and persecution of the Jews by the Nazi regime began in 1933, followed by pogroms and their mass incarceration in concentration camps. Ultimately, this policy was extended to all Nazi-controlled European territories and countries during World War II, culminating in mass summary executions ('Holocaust by Bullets') and extermination in death camps (Pasikowska-Schnass e Perchoc, 2020, p.1).

A definição proposta, ainda que se assemelhe à memória histórica deste evento, apresenta desde logo desafios epistemológicos que se centram sobretudo na questão da abrangência da narrativa proposta. Mais concretamente, e perante o conceito apresentado, se é possível de se afirmar se a memória coletiva do Holocausto, tal como acima exposta, é aceite universalmente

no seio desta instituição supranacional, sendo reconhecida igualmente por todos os Estados-Membros da União Europeia?

Ao longo da sua história, a Europa estabeleceu uma identidade marcada pela diversidade cultural e histórica. A União Europeia, fruto deste longo processo, é um projeto ambicioso e de certo modo utópico, como argumenta Franco (2023), que almeja conciliar a integração económica, política e cultural de diferentes países, tentando com isto preservar as suas identidades nacionais e culturais. No entanto, a coexistência de interesses divergentes, especialmente em tempos de crise, gera tensões e desafios para a coesão desta união.

Num longo e ininterrupto processo de esquecer e lembrar desta memória, o Holocausto adquiriu uma importância acrescida no seio da União Europeia, alcançando o estatuto de “mito fundador” (Littoz-Monnet, 2013), sendo paralelamente usado como estandarte de todos os valores e ideais que esta apregoa e pelos quais se identifica, para com isto estabelecer uma união cada vez mais inclusiva, uma união de povos que respeita a alteridade e os direitos humanos.

Porém, a edificação deste mito, mais concretamente, o enaltecimento desta memória, gerou mais um dilema: a necessidade dos países de Leste, após décadas de controlo por parte do regime autoritário soviético, serem reconhecidas no seio da união as suas identidades nacionais e regionais, bem como as narrativas históricas, que anteriormente foram reprimidas.

Perante este cenário, e focando novamente a diversidade interna da União Europeia, cada vez mais exacerbada com os alargamentos ocorridos nas primeiras décadas do século XXI, bem como o grande fluxo de migrantes, ocorridos nas primeiras décadas do século XXI, outras questões surgem perante a leitura da definição apresentada, sendo uma destas a possibilidade das diferentes identidades nacionais e grupais existentes no

seio da União Europeia influenciarem a aceitação e manutenção da memória do Holocausto, tal como esta é imposta por esta entidade supranacional.

Coadjuvante a esta questão, e perante os ideais e valores perpetuados nos direitos humanos, marco identitário da União Europeia, e promovidos com base na premissa do *nie wieder* (“nunca mais”) perpetuada na grande visibilidade do Holocausto, interroga-se se o relembrar e comemorar desta memória evita o surgimento de novos genocídios ou demais atentados à integridade do ser humano no seio do território dos Estados-Membros? No que respeita o racismo, xenofobia, entre outros crimes contra a dignidade humana, promove esta memória a aceitação do indivíduo, que não se enquadra nos parâmetros identitários das maiorias, por parte das diferentes populações e grupos sociais que constituem a União Europeia?

É no seguimento desta dialética que se foca o presente texto, que tem como objetivo primário, responder à questão central orientadora do mesmo, ou seja: Como é relembrada a memória do Holocausto no seio da União Europeia do século XXI?

Para que tal objetivo seja exequível, será apresentada uma breve revisão histórica do processo de estabelecimento de uma memória coletiva para a União Europeia, processo este que é paralelo à crise identitária e busca de uma razão de ser desta instituição, bem como será apresentado como através do Parlamento Europeu, esta conseguiu atribuir um papel central à memória coletiva do Holocausto.

Por fim, e antes de concluir o presente trabalho, será ainda realizada uma breve análise da suposta eficácia desta memória, sendo para isto expostos exemplos, tanto positivos como negativos, considerados relevantes para ilustrar como a sociedade europeia se posiciona perante o respeito e desrespeito não só da memória em questão, mas também perante todos os valores europeus que esta simboliza.

1. Uma memória para a União Europeia: Em busca do “mito fundador”

Ainda que o passado histórico da Europa tenha um papel central na questão identitária da União Europeia, a sua importância surgiu numa fase mais tardia do processo de integração europeia. O mesmo pode ser afirmado sobre a memória coletiva do Holocausto que de todo foi ignorada aquando da criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), tanto na Declaração de Schuman de Maio de 1950, como também pelo Tratado de Roma. De facto, no Preâmbulo deste documento o foco de atenção é a promoção do crescimento económico e o bem-estar da população dos então Estados-Membros, bem como a paz na Europa, quebrando com isto, e aqui parafraseando Ribeiro (2013), o ciclo vicioso de conflitos originados pela diversidade e divergência política, religiosa e étnica europeia, que ocorram durante vários séculos.

A atualmente apelidada por “hora zero” (Prutsch, 2013), certamente estabelecida, conjuntamente com a ideologia dos “pais fundadores” da União Europeia, como resultado de um revisionismo histórico ocorrido nos anos 90 do século passado, demonstra como o surgimento da CECA é igualada a uma oposição direta à Segunda Grande Guerra, sendo um primeiro passo na tentativa de evitar eventos semelhantes em solo europeu.

Contrariando esta narrativa, Wæhrens (2011) aparenta ser mais realista ao apontar como tanto a CECA quanto a Comunidade Económica Europeia (CEE) demonstraram inicialmente pouco interesse por temas relacionados à memória e ao passado, focando-se principalmente na estabilidade económica, no armamento e na oposição ideológica entre as democracias liberais e o regime soviético. O fim da Guerra Fria é apresentado pela mesma fonte como sendo o momento histórico crucial na mudança de paradigma perante as questões do passado europeu.

Esta informação aparenta ser mais fidedigna visto ir ao encontro das iniciativas ocorridas nas décadas de 70 e 80 do século passado, onde se verifica um despertar para a importância da temática da memória coletiva e da questão da identidade europeia. A paz e a então integração económica, bem como o aumento do bem-estar das populações, não mais eram suficientes para justificar esta união.

De forma a alcançar o “O Sonho Europeu” (Rifkin, 2004), foi necessário definir um “património comum”, onde o Dia da Europa (1985), a criação da Bandeira e do Hino Europeus, juntamente com iniciativas como a do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, as Capitais Europeias da Cultura e a Cidadania Europeia, surgiram como símbolos e políticas na formação da identidade europeia (União Europeia, 2013; Rocha, 2017).

Ainda assim, é de importância acrescida mencionar que a suposta marginalização do Holocausto e da sua memória nas primeiras décadas da existência da CECA e CEE, não significa que esta temática tenha sido completamente esquecida no seio dos diversos Estados-Membros. Contudo, alguns obstáculos surgem na tentativa de identificar ou padronizar uma tendência transversal no relembrar desta em todo o território europeu, sendo este desafio principalmente justificado pelos diferentes papéis que os diferentes Estados detiveram no conflito armado, assim como no próprio Holocausto.

Seguindo esta linha de pensamento, Varon-Vassard (2019) expõe como os países e regiões ocupados e controlados pelo regime nacional-socialista foram marcados por um silêncio que levou ao esquecimento do evento. O ‘Síndrome de Vichy’, que caracterizava esses Estados, contribuiu para a perpetuação de uma visão simplificada do Holocausto, que atribuía a responsabilidade quase exclusivamente à Alemanha nacional-socialista, obscurecendo a complexidade das dinâmicas de colaboração e participação das populações locais. A dificuldade em distinguir os eventos da Segunda Guerra Mundial

do Holocausto, como aponta Critchell (2016) no caso do Reino Unido, bem como a grande ocupação da Europa de Leste e a existência de numerosos campos de concentração neste território (Yad Vashem, 2020), são também fatores que apresentam um obstáculo significativo para o relembrar desta memória histórica.

Se esta discrepância é verificada no microcosmo dos Estados-Membros, a nível supranacional este passado negro da história recente do continente europeu foi novamente ignorado aquando da fundação da União Europeia. Ainda que o Tratado de Maastricht estabeleça a área da cultura sobre a jurisdição desta instituição, as medidas implementadas nesta área recaíram no promover de narrativas e memórias positivas e heroicas com o intuito de legitimar e promover a integração europeia e uma identidade para a UE. A obra de Jean-Baptiste Duroselle, na opinião de Kowalski e Törnquist-Plewa (2016), é considerada como um exemplo do estabelecimento de um novo eurocentrismo, uma visão da Europa, e consequentemente União Europeia, como sendo o berço da civilização e da modernidade.

O excerto do texto da autoria de Acílio Estanqueiro Rocha, intitulado Identidade Europeia, reforça esta ideia, ao afirmar que:

A Europa é, acima de tudo uma “invenção cultural”, cujos princípios genesíacos radicam nesse mito do rapto de Europa. A Identidade Europeia apreende-se melhor nas grandes correntes que moldaram a sua civilização; há uma Europa romana um pouco por todo o continente, como há uma Europa gótica, uma Europa bizantina, uma Europa do Renascimento; há uma Europa do Barroco, esta com pujança na Europa peninsular, como há uma Europa das Luzes e a Europa do Romantismo -todas sempre mais europeias que nacionais. Assim se explica que seja o europeu, frequentemente, o primeiro a não ver a unidade de sua cultura por entre a diversidade das suas manifestações, paradoxalmente, é fora da Europa que se percebe melhor essa identidade – “a Europa ao longe” -, seja os templos barrocos do Brasil ou do México, os bairros de Buenos Aires e Montevidéu, e tantos outros lugares espalhados pelo mundo

- qual rapto de Europa. (Rocha, 2017, p.214)

Ironicamente, e ainda que seja promovido na atualidade, por exemplo, em muitos currículos acadêmicos, o enaltecimento deste passado glorioso europeu continuou a ser ineficiente para legitimar a UE perante os sucessivos alargamentos.

Sobre este ponto, Ribeiro (2013) destaca que essa tentativa foi ineficaz por não conseguir unir todas as culturas e patrimônios históricos e culturais da União Europeia. A escolha de memórias e narrativas, como o Renascimento ou a civilização grega, por exemplo, teve o efeito secundário de estabelecer uma distinção implícita entre “nós”, os europeus, e os outros Estados e grupos que não compartilham esse mesmo património ou passado. Existia assim a necessidade de adotar configurações mais híbridas, ou seja, narrativas que captavam a diversidade que caracteriza o espaço europeu (Ribeiro, 2013).

A urgência de estabelecer uma narrativa histórica europeia comum mais abrangente, que superasse os limites da ideologia eurocêntrica, levou à elevação do Holocausto como um evento histórico e uma memória a ser enaltecida. Esta escolha foi influenciada pela guerra na Bósnia, entre 1992 e 1995, conflito este que, como apontado por Wæhrens (2011), atraiu significativa atenção internacional. Em causa estava a divulgação de imagens de campos de prisioneiros na Sérvia, que apresentavam notáveis semelhanças com as imagens conhecidas dos campos de concentração estabelecidos pelo regime nacional-socialista. Estas semelhanças suscitaram paralelismos entre o conflito bósnio e o Holocausto, desencadeando, conseqüentemente, uma mudança nas políticas adotadas pelos governos da Europa Ocidental, bem como na forma como essas nações lidavam e defendiam as memórias de seu passado.



Fig. 1. Campo de concentração de Auschwitz

A aposta no Holocausto baseava-se na crença de que esta memória seria aceite de forma abrangente e igualitária por todos os atuais EM, bem como Estados que se encontravam em processo de adesão. Ao atribuir a esta o estatuto de “mito fundador”, ou “mito mobilizador” (Martins, 2009), a União Europeia tentou estabelecer a ideologia de que é possível estabelecer uma memória coletiva supranacional, que no seio da diversidade que a caracteriza é possível encontrar pontos ou eventos históricos que unem os diferentes contextos e passados histórico-culturais, em todos os pontos cardeais do território europeu (Shanos, 2015).

No seguimento desta lógica, tanto as guerras do século XX, bem como os crimes do comunismo e o legado do colonialismo europeu são recordados como marcos importantes a não repetir, assumindo um papel central e orientador na Identidade Europeia e no impulso à agenda política dos direitos humanos (Littoz-Monnet, 2013), bem como tornando-se medida pelo qual todos os outros acontecimentos atuais são comparados.

2. A promoção e (ab)uso do “Mito” fundador da EU

O Parlamento Europeu é apontado como a instituição responsável pela edificação do estatuto especial da memória coletiva do Holocausto no seio da União Europeia, sendo o dia 3 de julho de 1995, data da promulgação da “Resolução sobre o Dia Comemorativo do Holocausto”, apontado como o marco mais significativo deste processo.

Essa resolução, curiosamente, não foi pioneira no contexto das políticas de memória, uma vez que já em 1993 havia sido aprovada uma resolução que reconhecia os campos de concentração como monumentos históricos. O principal objetivo dessa resolução era garantir apoio financeiro aos Estados-Membros, permitindo-lhes preservar o significado especial desses locais, colocando-os sob proteção europeia e internacional. A utilização do termo “Holocausto” era contudo inexistente neste documento, sendo apenas utilizada em 1995, na resolução acima mencionada, não apenas ao longo do texto, mas também no seu título (Wæhrens, 2011).

Com esta resolução, uma nova ideologia surgiu, e com esta a crença de que a democracia europeia moderna emergiu como resultado das *lessons learned* do Holocausto. Conforme afirma Littoz-Monnet (2013), o Holocausto tornou-se, para a União Europeia, “o evento que transformou os valores das sociedades europeias”. Esta narrativa foi de tal modo eficaz que, em apenas duas décadas, mais concretamente de 1989 a 2009, o Parlamento Europeu promulgou oito resoluções e duas declarações sobre o tema, além de inúmeros debates, votações e emendas relacionadas a esta temática (Wæhrens, 2011).

Com a promulgação destas resoluções e o foco contínuo no Holocausto, a União Europeia conseguiu institucionalizar esta memória como parte integrante da memória coletiva europeia. Mais importante ainda, como observam Milošević e Trošt (2021), embora as posições do Parlamento Europeu não sejam

juridicamente vinculativas e possuam um caráter simbólico, estas foram amplamente adotadas pelos diversos Estados-Membros.

Com isto ocorre o estabelecimento de uma responsabilidade “pan-europeia” pelos crimes do Holocausto (King, 2012). Aos ideais de paz e prosperidade económica, princípios primários da CECA e CEE, associaram-se também a promoção e proteção dos direitos humanos, a valorização da diversidade cultural e étnica europeia e o respeito, aceitação e tolerância do outro (Milošević & Trošt, 2021).

As diferentes resoluções promulgadas pelo Parlamento europeu tornaram a memória coletiva do Holocausto cada vez mais abstrata e universal, desprovida de um lugar e intervalo de tempo concreto e específico. Exemplo disto pode ser verificada em abril de 2015, uma vez que, em consequência de um crescente sentimento negativo contra os ciganos, e ainda, como consequência de um crescente antissemitismo, racismo e xenofobia na Europa (Pasikowska-Schnass, 2020), o Parlamento Europeu adotou uma nova resolução, estabelecendo um dia comemorativo específico, o Dia Europeu em Memória dos Ciganos vítimas do Holocausto, a 2 de agosto, para relembrar as vítimas do genocídio Roma e Sinti, coadjuvante do já existente dia 27 de Janeiro, estabelecido e comemorado desde 1995.

Para além do simbolismo já apontado, esta memória foi usada como uma arma nos debates que centravam a questão da Identidade Europeia, nacionalismo e história (Ray & Kapralski, 2019), ao mesmo tempo que incentivou ideologias pós-nacionalistas de integração política europeia e onde os federalistas europeus interpretaram a guerra que deu origem à CECA como sendo originária dos impulsos nacionalistas dos Estados (Littoz-Monnet, 2012).

O relembrar do Holocausto surge como uma oposição a estas ideologias destrutivas, uma vez que promove uma integração europeia fortemente inclusiva. Este evento histórico torna-se numa

memória coletiva com uma índole fortemente paradigmática, ao tentar ser uma “memória orientadora do futuro” (Ray & Kapralski, 2019), ao tentar estabelecer um espaço europeu livre de todo e qualquer tipo de totalitarismo, antissemitismo, racismo e xenofobia.

O utopismo da integração europeia é assim fortemente impulsionado pela memória do Holocausto, tornando-se a União Europeia cada vez mais:

(...), uma utopia pacifista de unidade sonhada por muitos pensadores idealistas dos séculos passados. Unindo nações, instalando paulatinamente um superestado- ou uma autoridade transnacional com alguma força -, partilhando soberania, integrando a diversidade de culturas e procurando, nessa multiplicidade, um fio condutor comum. Tudo isto de uma forma extraordinariamente única até ao momento: de forma pacífica, sem recurso ao braço militar. (Franco, 2023, p.117)

Esta “força”, bem como “fio condutor comum”, tal como foram apresentados por Franco (2023), encontram-se assim representados na memória deste evento, podendo esta ser considerada a figura antagónica, pelos crimes contra a dignidade humana que representa, de todos os valores liberais que definem a UE e de todos aqueles que a esta pertencem e querem aderir. De facto, e em consequência do estabelecimento desta característica identitária, surgiu a expectativa, ou mesmo exigência, de todos os atuais Estados-Membros reverem as suas narrativas sobre este evento histórico, bem como de assimilarem e celebrarem o dia 27 de janeiro, tal como estabelecido pela União Europeia e a Organização das Nações Unidas.

Ainda que isto tenha ocorrido a “várias velocidades”, num processo que se estendeu desde 1995 até princípios do novo século, como representado no relatório da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (2015), verificou-se uma aderência a estes ideais.

A revisão histórica exigida pela União Europeia ultrapassou também as suas fronteiras, sendo utilizada como um “bilhete de entrada” à união e dando a origem a uma onda de “arrepentimentos” nos discursos políticos um pouco por toda a Europa (King, 2012). A sua cada vez maior visibilidade política e social, levou a que eventos atuais fossem constantemente associados ao Holocausto, ou a figuras que a este estão associadas, como aconteceu recentemente na Alemanha durante a pandemia onde recorrentemente foi evocada a figura de Anne Frank (*Frankfurter Rundschau*, 2020; *ZDF*, 2020).



Fig. 2. Bandeira União Europeia

Para além do que foi exposto, outros casos de abuso desta memória foram identificados no campo social, como sendo o uso de imagens do Holocausto por ativistas dos direitos dos animais. Este uso resultou na decisão do Tribunal Constitucional alemão, em 2009, de proibir esta prática, alegando que ela comprometia a dignidade humana das pessoas retratadas nas imagens, não esquecendo que para além disso desrespeitava o significado histórico do evento. De acordo com Morrow (2020), práticas semelhantes, envolvendo o uso descontextualizado de imagens do Holocausto, são comuns em muitos museus, que as utilizam para complementar outras exposições.

Com o enaltecimento desta memória por parte da União Europeia, a visibilidade do Holocausto tornou-se cada vez maior no quotidiano e narrativas históricas das diferentes sociedades europeias, dando isto origem ao uso e abuso desta memória por diversos atores políticos e sociais.

3. A eficácia da memória coletiva do Holocausto

No passado dia 1 de setembro de 2024, os habitantes do estado federal alemão da Turíngia elegeram um novo parlamento estadual, resultando na vitória do partido de extrema-direita *Alternative für Deutschland* (AfD). Com 32,8% dos votos, este tornou-se, pela primeira vez, o partido mais forte numa eleição estadual (Die Zeit, 2024). No mesmo dia, na Saxónia, apesar de ter ficado em segundo lugar, a AfD não deixou de suscitar preocupações a nível nacional e internacional sobre o estado da sociedade alemã, ao aumentar a sua visibilidade e representatividade política, ao obter 30,6% dos votos nesta região (Ehl, 2024).

Infelizmente, o caso alemão não pode ser isolado de uma tendência internacional que se apresenta bem visível no seio do espaço europeu e União Europeia. Tal como pode ser visto em países como a Itália, no passado mês de setembro de 2022, o partido Irmãos de Itália, sob a liderança de Giorgia Meloni, foi eleito para formar governo com 43% dos votos da população (Tidey & Marques da Silva, 2022). Também em Portugal, o Chega, que no princípio de 2022 já tinha aumentando a sua presença parlamentar (Abecasis, 2022), nas legislativas de 2024 tornou-se o terceiro partido com mais representação no Parlamento, com 18% dos votos, ou seja, 50 deputados (Público, 2024).

Também o caso francês é digno de ser apontado, visto que as eleições europeias ocorridas no passado dia 9 de junho de 2024, resultaram numa vitória do partido de extrema-direita União Nacional, com 31,37% dos votos, bem como 33,2% na primeira

volta das eleições legislativas, convocados por Emmanuel Macron como reação aos resultados eleitorais europeus (Schickler, 2024).

A informação acima exposta, ou seja, o aumento de poder de partidos políticos com ideologias racistas e xenófobas, permite questionar se todos os valores promovidos pela memória coletiva do Holocausto, dos princípios democráticos e cosmopolitismo inerentes a esta, são verdadeiramente eficazes, podendo ainda se questionar, se esta mesma memória se encontra em risco.

Em consequências de várias mudanças a nível político e social, ocorridos na Europa, o United States Holocaust Memorial Museum, publicou em setembro de 2021, um documento intitulado de *Holocaust Memory at Risk: The Distortion of Holocaust History across Europe*, onde é exposto como vários políticos atacam publicamente os valores europeus promovidos pela União Europeia. Um dos exemplos apontados é o do Primeiro-Ministro da Hungria, Viktor Orbán, e do Presidente da Polónia, Andrzej Duda, que atacaram diretamente a memória do Holocausto, alterando a lei de forma a manipular as narrativas históricas envolventes a este evento.

Mais concretamente, no caso polaco, através da promulgação de uma nova lei do Holocausto, o governo polaco tenta estabelecer um novo sentimento nacionalista, onde não existe qualquer arrependimento pelas ações da população polaca, sendo proibido afirmar ou sugerir que a Polónia esteve envolvida no Holocausto. O infringir desta lei, noutras palavras, afirmar que existência de indivíduos e/ou grupos polacos que colaboraram com o regime nacional-socialista alemão, ou ainda, mencionar, sugerir, ou acusar a nação polaca de qualquer responsabilidade no genocídio do povo judeu, pode resultar apenas no pagamento de uma multa, estendendo-se a pena até três anos de prisão (Bethke, 2018).

Contrariando a informação anterior, se o colaboracionismo é oficialmente repudiado pelo Estado polaco, há exemplos

em que este é exaltado por certos grupos da sociedade, tal como pode ser visto em março de 2018, na Lituânia, durante uma manifestação em que foram homenageados indivíduos que colaboraram com Alemanha nacional-socialista durante o Holocausto. Na manifestação em causa, slogans como “Nós sabemos quem são os heróis da nossa Nação” foram visualizados na rua (United States Holocaust Memorial Museum, 2021).

Outros exemplos merecem ainda ser destacados, como é o caso do Nordic Resistance Movement, um movimento de extrema-direita sueco com um discurso fortemente antissemita. Sendo inicialmente composto por um pequeno grupo de ativistas e seguidores, o movimento conseguiu, em 2015, registrar-se como um partido político oficial, tendo obtido mais tarde, em 2018, dois mil votos nas eleições legislativas, participando, segundo Walt (2019), no encontro anual de partidos políticos da Suécia.

Embora outros exemplos pudessem ser aqui mencionados, estes não trariam nada de novo à exposição aqui efetuada, reforçando apenas a ideia de que se verifica um aumento, alarmante, da adesão a ideologias antissemitas e discursos de ódio e discriminação nos últimos anos, tanto na Europa quanto no espaço da União Europeia. Estes discursos, no entanto, não se limitam apenas a ideologias de extrema-direita, verificando-se um pouco por todo o espectro político, sendo partilhados, no caso concreto do antissemitismo, por grupos religiosos extremista, grupos islâmicos e outros (United States Holocaust Memorial Museum, 2021).

De acordo com os dados fornecidos por Walt (2019), discursos antissemitas foram verificados em França durante os protestos dos “Coletes Amarelos”. Discursos de ódio contra judeus e o uso de estereótipos e narrativas que promovem a ideia da existência de um “lobby judeu” foram, segundo a mesma fonte, promovidas e repetidas durante estes eventos.

O discurso de ódio mencionado, lamentavelmente, não se limitou

a este grupo, sendo outras minorias alvos destes ataques, tal como a comunidade LGBTQ+ e os Roma e Sinti. Sobre este último grupo, e mesmo perante o estabelecimento de um dia comemorativo para relembrar todas as vítimas do Holocausto, como acima apresentado, verifica-se uma sociedade europeia altamente dividida entre os ideais europeus e as narrativas e interesses nacionais. De facto, e possivelmente resultado de uma discriminação de origens históricas, o reconhecimento deste grupo social como sendo também vítimas do Holocausto não é plenamente aceite, chegando isto a ser negado por vários Estados e grupos políticos (Trejbalova, 2016). A Bósnia, Geórgia e Lituânia, exemplos citados por Pasikowska-Schnass (2020), reconhecem unicamente os judeus como sendo as vítimas do Holocausto.

Para além disto, nem todos os países adotaram internamente a comemoração do dia 2 de agosto como data específica para relembrar o genocídio dos Roma e Sinti. Mesmo reconhecendo oficialmente este, muitos destes Estados optaram por homenagear todas as vítimas do Holocausto no dia 27 de janeiro, como é o caso da Alemanha, Finlândia, Irlanda, Espanha e Portugal. Esta discrepância permite levantar a questão de que esta prática pode ser uma das razões pelas quais o genocídio dos Roma e Sinti permaneça pouco conhecido ou ausente da memória coletiva em muitos Estados-Membros da União Europeia.

A crescente islamofobia, consequência da crise dos refugiados, pode também ser apontado como um exemplo destas tendências negativas das diferentes sociedades europeias, originando vários conflitos a nível das diferentes instituições da União Europeia e entre Estados-Membros (Gordon & Perra, 2016). A grande falta de solidariedade europeia verificada neste período, como aponta Ferreira (2016), foi coadjuvada com a evocação de estereótipos de “nós europeus” e “os outros” não pertencentes a este território. O estabelecimento de campos de refugiados, bem como as condições degradantes de muitos destes, foi algo

fortemente criticado pela mesma autora.

A hostilidade dirigida aos judeus, acima apresentada, vai além do discurso de ódio, estando também em causa a integridade física de muitos membros desta comunidade. Segundo dados fornecidos pela polícia alemã, verificou-se um aumento de cerca de 60% de 2017 para 2018, dos crimes violentos motivados por ideologias antisemitas. Dos crimes em questão, segundo a mesma fonte (*Deutsche Welle*, 2019), 62 casos foram ataques violentos, contrastando com os 37 casos registados em 2017. No que respeita a crimes não violentos, verificou-se um total de 1646 crimes, representando isto um aumento de 9,4% de 2017 para 2018. Uma situação análoga pode ser verificada em França e onde se verificou em 2018 um aumento de cerca de 74% nos crimes cometidos contra judeus.

Ainda que ataques a sinagogas ocorram recorrentemente e sejam noticiados um pouco por toda a Europa, tal como aconteceu no passado dia 5 de abril de 2024, em Oldenburg, Alemanha (*Deutsche Welle*, 2024), os dados obtidos apontam para uma população ignorante sobre estes crimes. Dos indivíduos questionados, apenas 36% aparenta ter perceção desta realidade, sendo estes dados comparados pelo Eurobarómetro, aos 89% da perceção dos membros da comunidade judaica (*Deutsche Welle*, 2019).

Ainda a acrescentar a esta questão do antisemitismo e sua visibilidade no seio da sociedade europeia contemporânea, verifica-se que perante a elevada quantidade de informação disponível, não esquecendo todo o esforço realizado pela União Europeia e suas instituições, os dados expostos pela CNN, apontam para uma realidade na qual, no seio de 7000 entrevistados, o estereótipo sobre os judeus se mantém, apontando um quinto destes indivíduos, que a comunidade judaica detém uma influência excessiva na política e finanças do Estado, ou ainda, e de forma mais assustadora, 34% afirmar desconhecer ou deter pouca informação sobre o Holocausto, ou

ainda, e como afirmam 32% destes indivíduos, que os judeus abusam da memória do genocídio com o intuito de obter proveito social e político deste (*Deutsche Welle*, 2019).

A relação dos europeus com os locais de memória do Holocausto é ainda outra faceta que se considera importante abordar nesta temática da eficácia e onde se constata que mesmo se verificando um elevado reconhecimento sobre a necessidade de proteger os locais onde estas catástrofes humanitárias ocorreram, resultado do crescimento exponencial do que se apelida por turismo negro (Brown, 2014), os comportamentos e atitudes perante estes locais são questionáveis.

Com as resoluções do Parlamento Europeu mencionadas anteriormente, vários foram os locais de memória “naturais” e “artificiais” restaurados e criados. As *Stolpersteine* de Gunter Demning, as pedras de calçada colocadas em várias ruas onde as várias vítimas do Holocausto viveram, pode ser apontando como exemplo de investimento efetuado nesta área (Brown, 2014).

Outro exemplo é o *Denkmal für die ermordeten Juden Europas*, o memorial em Berlim idealizado por Peter Eisenman, inaugurado em maio de 2005, onde inúmeros relatos de desrespeito ao seu simbolismo podem ser identificados, sendo estes atentados efetuados tanto por parte da população como de turistas. Entre os comportamentos inadequados, destacam-se a realização de sessões fotográficas, tanto privadas como com fins comerciais, e até a sua utilização como campo de treino para a polícia municipal (*Deutsche Welle*, 2021). Tal como aponta Hucal (2019), problemas semelhantes podem ser identificados noutros monumentos ou locais de memória, como por exemplo, entre outros, em Auschwitz.



Fig. 3. Memorial aos Judeus Mortos da Europa em Berlim

Após esta exposição, poder-se-ia assumir que a memória coletiva do Holocausto é incapaz de alcançar o objetivo que a esta foi incumbido. Ainda assim, e perante esta visível e enorme ineficácia, acredita-se de elevada importância apontar que vários exemplos positivos são verificados um pouco por toda a União Europeia. Esta entidade supranacional tem investido ao longo dos últimos anos esforços enormes para, e aqui parafraseando Ursula von der Leyen, promover e estabelecer uma União da Igualdade. O do Plano Europeu de Ação contra o racismo 2020-2025, é um dos muitos exemplos que se podem apontar do esforço e programas estabelecidos e implementados pela União Europeia, que vão desde a luta contra o racismo, inclusão social de pessoas portadoras de deficiência ou ainda igualdade de género (Comissão Europeia, 2020; Comissão Europeia, 2021).

A esfera social também é rica de exemplos, onde se podem apontar o clube de futebol Borussia Dortmund (BVB), primeiro a ser reconhecido, no ano de 2020, como tendo adotado a definição de antissemitismo tal como promovida pela Aliança Internacional para a Memória do Holocausto, tendo investido esforços enormes em educar e sensibilizar os adeptos sobre o evento histórico (Tamsut, 2020). Outro exemplo, de menor visibilidade, mas de igual importância, é o de Delphine Horvilleur, rabi, que preside regularmente orações conjuntas entre comunidades judaicas e muçulmanas francesas (Walt, 2019), um claro exemplo de que não é necessário investir muito dinheiro, nem de grandes medidas ou planos ambiciosos, para fazer a diferença e promover o ecumenismo.

Mais recente, e em reação à cada vez maior representatividade política do partido de extrema-direita alemão, apontam-se as manifestações ocorridas no princípio de 2024, em várias cidades da Alemanha. Milhares saíram à rua para defender os ideais e valores de democracia, direitos humanos e diversidade (*Die Zeit*, 2024), mostrando assim que, apesar do quadro negativo exposto nos últimos parágrafos, existe esperança para o futuro e para a edificação final do sonho e utopia europeia.

Considerações finais

O mito mobilizador de que necessitamos na Europa contemporânea exige a compreensão da “comunidade de memória” que se repercute na legitimidade democrática complexa, que resulta da convergência entre os povos, de que decorre uma nova e inédita realidade supranacional. Identidade e identidades definem uma pluralidade de pertenças e uma integração aberta, em que temos de nos empenhar. Eis porque a realidade europeia tem de ser entendida como uma “comunidade plural de destino e valores” (Martins, 2009, p.158).

O Holocausto, ou melhor, a memória coletiva deste evento histórico promovida pela União Europeia, estabelece assim

esta “comunidade de memória”, detendo o papel central de não só atribuir uma identidade a esta instituição supranacional, mas também definir os valores pelos quais esta se rege e simultaneamente impõe ao território que a compõe, bem como às sociedades que se encontram fora das suas fronteiras.

A necessidade de respeitar e proteger a diversidade do espaço europeu, promover os ideais de paz, liberdade e alteridade, ou por outras palavras, evitar uma nova catástrofe humanitária, o *nie wieder* que se encontra subjacente a esta memória, são os marcos principais pelo qual o Holocausto é lembrado pela União Europeia e no seio desta. Estas características identitárias respondem assim à questão colocado no princípio do presente texto, “como é lembrada a memória do Holocausto no seio da União Europeia do século XXI”, indo para além das narrativas históricas perpetuadas por Pasikowska-Schnass e Perchoc, anteriormente apresentadas.

A estratégia da União Europeia centrou-se na construção de uma memória coletiva do Holocausto cada vez mais abrangente, cosmopolita e híbrida, concebida como um ‘mito fundador’. No entanto, esta abordagem não obteve o sucesso esperado, não apenas pelos argumentos anteriormente expostos, mas também, como defende Shanos (2015), por estabelecer uma memória coletiva assente em práticas de exclusão e simplificação, incapaz de incluir todos os povos europeus, bem como os seus passados históricos e patrimónios culturais.

De forma geral, todos os Estados-Membros reconhecem oficialmente o Holocausto e comemoram pelo menos um dos dias implementados para lembrar esta memória. Contudo, discrepâncias são verificadas nestas comemorações, não existindo um consenso no seio da União Europeia, com exceção ao dia 27 de janeiro, no que diz respeito às outras vítimas do Holocausto ou memórias de igual importância. A aceitação, ou melhor, a assimilação desta memória coletiva, tal como idealizada pela União Europeia, entra em confronto e é influenciada pelas

diferentes identidades nacionais e narrativas já existentes.

De facto, não existem dados que apontem para uma relação direta entre o reconhecimento e proteção dos direitos humanos e a grande visibilidade e enaltecimento da memória coletiva do Holocausto. As reações contra conflitos armados, crises humanitárias ou ainda reações de repúdio de crimes contra a dignidade humana, aparentam ser mais consequência de um multiculturalismo e cosmopolitismo das sociedades europeias promovidos pela crescente globalização das últimas décadas.

No entanto, e também como consequência destas tendências de um cada vez maior contato cultural no seio dos territórios europeus, é possível de se verificar um aumento do racismo, antissemitismo e xenofobia, bem como crimes motivados por estas ideologias, tanto no campo social como no campo político, na União Europeia. Apesar do esforço desta instituição em elevar o estatuto da memória do Holocausto e em reconhecer as vítimas dos crimes estalinistas, bem como os Roma e Sinti, os homossexuais, os indivíduos com deficiência, entre outros, a eficácia na promoção dos valores europeus que a caracterizam é inexistente.

A aposta na ideologia do “nunca esquecer” e no processo de lembrar constantemente esta memória, especialmente numa época em que muitas vítimas e testemunhas já pareceram, embora nutra uma importância elevada na atribuição de um património histórico e cultural para a União Europeia, revela-se insuficiente na sensibilização e resolução dos problemas sociais existentes no seio da mesma. Assim, e em forma de conclusão, e não esquecendo os exemplos positivos apontados nem a esperança projetada anteriormente para um futuro promissor para o espaço europeu, considera-se necessário encontrar uma nova estratégia para promover, de forma eficaz e definitiva, os valores de igualdade, justiça e paz, defendidos e protegidos pela União Europeia e grande parte da sua população.

Referências bibliográficas

ABECASIS, T. (2022, janeiro 31). Quem ganhou mais deputados, onde e a quem os conquistou? Uma análise aos resultados distrito a distrito. CNN Portugal. <https://cnnportugal.iol.pt>

BETHKE, S. (2018, fevereiro 16). Poland is trying to rewrite history with this controversial holocaust law. *The Conversation*. <https://theconversation.com/europe>

BROWN, L. (2014). Memorials to the victims of Nazism: the impact on tourists to Berlin. *Journal of Tourism and Cultural Change*, 13 (3), 244-260. <https://doi.org/10.1080/14766825.2014.946423>

COMISSÃO EUROPEIA (2020). Comissão lança novo plano a 10 anos para apoiar os ciganos na Comunicado de https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/ip_20_1813 *Impressa*

COMISSÃO EUROPEIA (2021). *Citizens, Equality, Rights and Values program*. https://ec.europa.eu/info/departments/justice-and-consumers/justice-and-consumersfunding-tenders/funding-programmes/citizens-equality-rights-and-valuesprogramme_en

COMISSÃO EUROPEIA (2021). *Declaração da presidente Ursula von der Leyen antes do Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto* https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/statement_21_187

COMISSÃO EUROPEIA (2021). *União da Igualdade: Estratégia sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência 2021-2030*. <https://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=1484&langId=pt>

CRITCHELL, K. (2016). Remembering and Forgetting: the Holocaust in 21st Century Britain. *Quest, Issues in Contemporary Jewish History*, n.º 10, 23-59. <https://doi.org/10.48248/>

[issn.2037-741X/813](https://doi.org/10.48248/issn.2037-741X/813)

DEUTSCHE WELLE (2019, fevereiro 15). *Antissemitismo cresce na Europa*. <https://www.dw.com/pt-br>

DEUTSCHE WELLE (2021, Janeiro 11). *Berlin police apologize Holocaust memorial press-ups scandal*. <https://www.dw.com/en>

DEUTSCHE WELLE (2024, abril 5). *Sinagoga na Alemanha é alvo de tentativa de incêndio*. <https://www.dw.com/pt-br>

EHL, D. (2024, setembro 1). AfD wird stärkste Kraft in Thüringen, CDU gewinnt in Sachsen. *Deutsche Welle*. <https://www.dw.com/>

FRANCO, J.E. (2023). A Europa enquanto utopia. In Graziani, M., & Rita, A. (Eds.), *Europa: um projecto em construção*. Firenze University Press. <https://doi.org/10.36253/979-12-215-0010-3>

FRANKFURTER RUNDSCHAU (2020, novembro 17). *Querdenker-Wirbel: Elfjährige fühlt sich „wie bei Anne Frank“ – „Greifen jetzt gezielt nach Kindern“*. <https://www.fr.de/>

FERREIRA, S. (2016). Orgulho e Preconceito: A resposta europeia à crise de refugiados. *Relações Internacionais*, n.º 50, 87-107. http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S164591992016000200007&lng=pt&nrm=eu

GORDON, R. S., & Perra, E. (2016). Holocaust Intersections in 21st Century Europe: An Introduction. *Quest, Issues in Contemporary Jewish History*, n.º 10, 23-59. <https://doi.org/10.48248/issn.2037-741X/35>

HUCAL, S. (2019). When a selfie goes too far: How Holocaust memorial sites around Europe combat social media disrespect. *abc News*. <https://abcnews.go.com/>

KING, C. (2012). Can There Be a Political Science of the Holocaust?. *Perspectives on Politics*, Volume 10, Issue 2, 323-341.

<https://doi.org/10.1017/S1537592712000692>

KOWALSKI, K., & Törnquist-Plewa, B. (2016). Heritage and Memory in a Changing Europe. Introductory Remarks. In Kowalski, K., & Törnquist-Plewa, B. (Eds.), *The Europeanization of Heritage and Memories in Poland and Sweden* (pp. 15-31). Jagiellonian University Press.

LITTOZ-MONNET, A. (2012). The EU Politics of Remembrance: Can Europeans Remember Together. *West European Politics*. Volume 35, n.º 5. <https://doi.org/10.1080/01402382.2012.706416>

LITTOZ-MONNET, A. (2013). Explaining Policy Conflict across Institutional Venues: European Union-Level Struggles over the Memory of the Holocaust. *Journal of Common Market Studies*, Vol. 51, n.º 3, 2013, 489-504. <https://doi.org/10.1111/j.1468-5965.2012.02317.x>

MARTINS, G. d'O (2009). Ponto de encontro de identidades. In Gil, I.C. (Eds.). *Identidade Europeia: Identidades na Europa* (pp. 155-159). Universidade Católica Editora.

MILOŠEVIĆ, A., & Trošt, T. (2021). Introduction: Europeanisation and Memory Politics in the Western Balkans. In Milošević, A., & Trošt, T. (Eds.), *Europeanisation and Memory Politics in the Western Balkans* (pp. 1-19). Palgrave Macmillan.

MORROW, P. (2020, Janeiro 21). Is it ethical to show Holocaust images? *The Conversation*. <https://theconversation.com/europe>

ORGANIZATION FOR SECURITY AND CO-OPERATION IN EUROPE (2015). Holocaust Memorial Days : an overview of remembrance and education in the OSCE region. Organization for Security and Co-operation in Europe.

PASIKOWSKA-SCHNASS, M., & Perchoc, P. (2020, janeiro 24). The European Union and Holocaust remembrance. *European*

Parliamentary Research Service. <https://epthinktank.eu/>

PRUTSCH, M. (2013). European Historical Memory: Policies, Challenges and Perspectives. *Parlamento Europeu*. <https://www.europarl.europa.eu/studies/>

PÚBLICO (2024). *Legislativas 2024*. <https://www.publico.pt/>

RAY, L., & Kapralski, S. (2019). Introduction to the special issue -disputed Holocaust memory in Poland. *Journal of Holocaust Studies*, Volume 25, n.º 3, 209-219. <https://doi.org/10.1080/17504902.2019.1567657>

RIBEIRO, R. (2013). Narratives of Redemption: Memory and Identity in Europe. In Cabecinhas, R. & Abadia, L. (Eds.). *Narratives and social memory: theoretical and methodological approaches*. (pp. 221-231). <https://doi.org/10.13140/2.1.2198.3680>

RIFKIN, J. (2004). *The European Dream: How Europe's Vision of the Future is Quietly Eclipsing the American Dream*. Polity Press.

ROCHA, A. (2017). Identidade Europeia. In Brandão, A. P., et al. (coord.), *Enciclopédia da União Europeia* (pp. 212-215). Petrony Editora.

SCHICKLER, J. (2024, junho 30). Resultados das eleições francesas mostram vencedores e vencidos em Paris. *Euronews*. <https://pt.euronews.com/>

SHANOS, A. (2015). Divided Memories for a United Europe? The European Capitals of culture and the Search for European Unity. (Dissertação de Mestrado, Utrecht University, Utrecht, Países Baixos). <https://studenttheses.uu.nl/handle/20.500.12932/20978>

TAMSUT, F. (2020, outubro 30). Dortmund adopt IHRA anti-Semitism definition. *Deutsche Welle*. <https://www.dw.com/en/>

[top-stories/s-9097](#)

TIDEY, A., & Marques da Silva, I. (2022, setembro 29). O que significa o resultado das eleições italianas para a UE? *Euronews*. <https://pt.euronews.com/>

TREJBALOVA, T. (2016). Differences in Denials of the Holocaust: Comparative Study of Two Case Studies. *Gdańskie Czasopismo Humanistyczne*, n.º 6, 69-84. <https://czasopisma.bg.ug.edu.pl/index.php/JednakKsiazki/issue/view/>

UNIÃO EUROPEIA (2013). Declaration on European Identity. *Bulletin of the European Communities*, Dezembro 1973, n.º 12, 118-122. https://www.cvce.eu/obj/declaration_on_european_identity_copenhagen_14_december_1973-en-02798dc9-9c69-4b7d-b2c9-f03a8db7da32.html

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM (2021). *Holocaust Memory at Risk: The Distortion of Holocaust History across Europe. Summary of Findings and Recommendations*. September 2021. <https://www.ushmm.org/m/pdfs/USHMMHolocaust-Memory-at-Risk-2021.pdf>

VARON-VASSARD, O. (2019). The Emergence and Construction of the Memory of the Shoah in Greece (1945-2015): From Oblivion to Memory. *Historein*, Vol.18 n.º 1. <https://doi.org/10.12681/historein.14399>

WÆHRENS, A. (2011). Shared Memories? : Politics of Memory and Holocaust Remembrance in the European Parliament 1989-2009. *DIIS Working Paper*, Issue 6. <http://hdl.handle.net/10419/122232>

WALT, V. (2019, junho 29). Europe's Jews are resisting a rising tide of Anti-Semitism. *Time*. <https://time.com/>

YAD VASHEM (2020). *And the World Remained Silent: the Allies*

and the Holocaust- Part II: a Yad Vashem Podcast. [Episódio do podcast em áudio]. In *On the Holocaust – a Yad Vashem Podcast*. <https://www.yadvashem.org/podcast/and-the-world-remained-silentpart-ii.html>

ZEIT, Die (2024, setembro 12). *Endergebnis bestätigt: AfD stärkste Partei in Thüringen*. <https://www.zeit.de/>

ZEIT, Die (2024, fevereiro 17). *Tausende protestieren bundesweit gegen Rechtsextremismus*. <https://www.zeit.de/>

ZWEITES DEUTSCHES FERNSEHEN (2020, novembro 23). *„Fühle mich wie Sophie Scholl“ – Querdenker blamieren sich*. <https://www.zdf.de/>

Descolonização: língua, poder e a consciencialização histórica

Decolonisation: language, power and historical consciousness

Margarida Martins

Resumo

Em 2012 Eve Tuck e K. Wayne Yang publicaram o artigo “Decolonisation is not a Metaphor” que desconstruía a ideia de que a descolonização poderia ser um termo aplicável a todos os tipos de desigualdade e de injustiça social. Descolonização, como os autores argumentam, refere-se unicamente à experiência indígena da colonização e o processo pelo qual o que lhes foi retirado é restituído. Com base nessa premissa, este ensaio explora o vocabulário e gramática colonial e pós-colonial com o intuito de clarificar termos e a sua utilização como base para uma consciencialização sobre o que é e o que pode ser a descolonização.

Palavras-chave: descolonização, povos indígenas, colonialismo, pós-colonialismo, consciencialização.

Abstract

In 2012 Eve Tuck and K. Wayne Yang wrote the influential article, “Decolonization is not a Metaphor” which deconstructed the idea of decolonization as a term which can be applied to all inequalities and social injustice. Decolonization, as the authors argue, refers solely to indigenous peoples experience of colonialism and the process through which what was stolen from them is restituted. Taking this premise as a starting point, this essay explores the vocabulary and grammar of colonialism and postcolonialism with the aim of clarifying terms and their usage as a basis for a consciousness of what decolonization is and what it can be.

Keywords: decolonization, indigenous peoples, colonialism, postcolonialism, consciousness.

Margarida Martins

Universidade Aberta | Centro de Estudos Anglísticos da Universidade de Lisboa

 [0000-0002-3534-6787](https://orcid.org/0000-0002-3534-6787)

Introdução

A artista e escritora portuguesa Grada Kilomba começa o seu livro *Memórias da Plantação* (2019) com um glossário que tem como objetivo elucidar sobre vocabulário que carrega o peso de uma herança colonial e a violência do seu significado. Kilomba propõe uma rearticulação do vocabulário à luz da consciência de um passado que deve ser reparado, começando pelo repensar e reformular da base da construção do discurso: o vocabulário. Segundo a autora, “a língua, por mais poética que possa ser, tem também uma dimensão política de criar, fixar e perpetuar relações de poder e de violência, pois cada palavra que usamos define o lugar de uma identidade” (Kilomba, 2019, p.14). A língua perpetua relações de poder, assim como as grandes narrativas e cânones literários utilizados para explicar e justificar o percurso que trouxe o mundo à divisão e desigualdade em que se encontra. No entanto, essa mesma língua, as narrativas e os lugares em que se constrói o conhecimento podem, e devem ajustar-se, de modo a criar o espaço necessário para outras perspectivas e versões, tornando a história mais inclusiva e mais abrangente. Não obstante a importância de um novo vocabulário no discurso e pensamento europeu, o uso destes termos é inseparável de uma responsabilidade ética. Não se pode, nem deve falar de colonização e descolonização sem perceber, de facto o significado do conceito e, sobretudo, não se deve utilizar estes termos de forma ligeira pois representam processos históricos pesados.

Em 2012 Eve Tuck e K. Wayne Yang publicaram o artigo, “Decolonization is not a Metaphor”, texto radicalmente influente ao situar a descolonização como política que defende os direitos de povos indígenas. O artigo é também fundamental para quem quer uma definição epistemologicamente válida do conceito (e termo) e em relação ao seu uso devido e indevido, bem como às questões ética e politicamente corretas associadas a essas utilizações. Neste artigo Tuck e Yang defendem que

“descolonização” não deve ser um termo utilizado de forma genérica em discursos corretivos para tudo que se considera errado e/ou injusto do ponto de vista da igualdade e de direitos na sociedade e no mundo. Citando do artigo,

Paralelamente a este trabalho, temos pensado sobre o significado de descolonização do que quer e do que precisa. Uma tendência de que nos apercebemos, com uma crescente apreensão é a facilidade com que a linguagem da descolonização tem sido superficialmente adotada na educação e outras ciências sociais, passando por cima de formas anteriores de se falar sobre justiça social, metodologias críticas, ou abordagens que descentralizam perspectivas coloniais. A descolonização, que nós afirmamos ser um projeto distinto de outros projetos de direitos humanos e civis de justiça social, é demasiadas vezes inserida nas diretrizes desses projetos, sem nenhuma consideração em relação ao facto de que a descolonização procura algo diferente desses projetos (Tuck & Yang, 2012, p.12)[1].

A descolonização, segundo os autores, refere-se estritamente aos direitos indígenas, sejam esses relacionados com a devolução de terrenos apropriados por colonos ou a contribuições de académicos, intelectuais, escritores e artistas indígenas para esta área do conhecimento. Indígenas, respeitando a definição de Tuck e Yang são “aqueles que têm histórias da criação, e não da colonização, histórias que contam como nós/eles[2] vieram a estar num lugar – e como nós/eles se tornam no lugar. O nosso/seu relacionamento com o lugar (terra) constitui as nossas/suas epistemologias, ontologias e cosmologias” (Tuck & Yang, 2012, p.6)[3]. Essa é a utilização correta do conceito e aquela que se deve respeitar. Outras utilizações contribuem para “domesticar a descolonização” (Tuck & Yang, 2012, p.3) ou para tornar a descolonização num “significado vazio que se preenche por qualquer percurso que leve à libertação”[4] (Tuck & Yang, 2012, p.7). A apropriação do termo dessa forma implica a sua subversão e reposição no centro da teoria colonial. Nessa base, os autores contendem que “a descolonização não é uma metáfora” para ser utilizada de toda e qualquer defesa da

justiça social, mesmo que de uma perspectiva crítica anticolonial e antirracista, ou mesmo para fins de redenção, atenuando a angústia e o sentido de culpa da parte dos Europeus, de um passado de opressão.

Apesar da base robusta em que assentam os princípios e argumentos de Tuck e Yang, o próprio colono (ou sociedade e cultura herdeiras de um passado colonial), precisa de mudar as suas crenças e realinhar a perspectiva crítica no que diz respeito a políticas, educação e cultura anticolonial e descolonial. É uma questão pedagógica de responsabilidade social cujo percurso tem como ponto de partida a alteração do vocabulário, do discurso e das narrativas, como afirma Grada Kilomba. Esse é o início da consciencialização que leva à modificação significativa de vários ramos da sociedade e do conhecimento que darão lugar a uma possível descolonização. O alvo dessa reformulação linguística e semântica, bem como de uma compreensão mais profunda dos significados dos termos, é a consciência e social que engloba diversas perspectivas e experiências.

Nesse sentido, este artigo pretende contribuir para este debate, defendendo um vocabulário, “novo” no discurso europeu. E a partir desse vocabulário a construção de uma gramática “nova” que dê lugar a outras narrativas e a uma história diferente. O referido vocabulário não é propriamente novo, pois conceitos como “outro”, “escravo”, “negro” ou “subalterno” já existem desde a antiguidade. O que é proposto é que esses termos, e como são utilizados, mereçam uma atenção e reflexão, passando, por exemplo, de “escravo” para “escravizado”, evitando a categorização identitária do sujeito pela condição que lhe foi imposta (Kilomba, 2019, p.20). É tanto uma questão de semântica quanto uma questão de evolução consciente do discurso, dos acontecimentos históricos, de quem é representado e de quem dá a voz. Da mesma forma, devemos ser críticos na interpretação do “pós” quando nos referimos ao colonialismo. A premiada escritora indiana, Arundhati Roy, afirma não se sentir

confortável com a palavra “pós-colonial” por não ter a certeza se esse período da história é realmente passado, “eu reflito sobre o termo pós-colonial. Eu também já o tenho usado, mas será que o colonialismo é mesmo “pós-”?” (Roy, 2017)[5].



Fig. 1. Vikramjit Kakati
-Arundhati Roy, Man
Booker Prize winner

Na discussão destes temas são referidas e citadas diferentes obras do século XX e XXI, ficção e não ficção, que contribuem para a consciencialização de conceitos complexos como raça, indígenas, desigualdade e marginalização. Os autores que procurei incluir no presente artigo trazem diferentes perspectivas sobre o tema em questão identificam como indígenas, como africanos, como indianos, como portugueses, como ingleses ou outra denominação. Através da descentralização da literatura pretende-se uma maior representatividade de vozes, dando lugar a uma reconfiguração epistemológica do passado e do presente. A Europa é um continente com uma história imperialista pesada. O passado não se corrige, mas é possível adotar atitudes reparadoras no presente que contribuam para a descolonização da cultura, do conhecimento, dos direitos e para um discurso mais inclusivo e justo.

1. Explicar a descolonização

Descolonizar é o processo pelo qual se eliminam as estruturas coloniais. Atualmente, o termo é utilizado para definir uma metodologia crítica aplicada ao ensino e à investigação que tem como objetivo a descentralização e (des) europeização do pensamento, da história e da literatura. Ouvimos falar nos media e lê-se em diversas obras, em trabalhos científicos e em programas universitários de: descolonizar o currículo, descolonizar a mente, descolonizar as metodologias de ensino e de investigação. Estas propostas metodológicas descolonizadoras pretendem formas de interpretar e conhecer a língua, a literatura, as artes, a cultura e a história que contribuem para a desconstrução de ideologias coloniais que têm dominado estas áreas científicas. A descolonização curricular implica um debate académico que tem envolvido escritores, académicos, investigadores, artistas, estudantes e ativistas e que tem como objetivo alargar a oferta de programas universitários, tornando-os mais inclusivos de vozes BAME (Black, Minority and Ethnic), sobretudo no campo da literatura e da reinterpretação da história, mas não só.

O século XX testemunhou o fim do domínio colonial europeu de muitas nações em África, no Médio Oriente, na Ásia, e nas Caraíbas enquanto países europeus assistiram à criação de “novas” nações independentes. A América do Sul já teria passado pela descolonização do Brasil e de outros estados ocupados pelo Império Espanhol no século XIX. Com o fim da era colonial nasceu um discurso pós-colonial que se estendeu pelos meios culturais, literários, académicos e políticos que defendia o nascimento de novos territórios (que não eram novos, mas agora desocupados) novas culturas de apropriação de formas e línguas num ideal pós-colonial. Frantz Fanon, pensador e psicanalista, nascido na Martinica em 1925, foi uma figura importante nos movimentos anticoloniais e descoloniais em África. Teve um papel influente na Guerra da Independência Argelina entre 1954 e 1962 e através dos seus escritos, onde denunciava a violência

dos colonizadores franceses na Argélia, despertou a consciência social e política de sujeitos colonizados. Obras de Fanon como *Pele Negra, Máscaras Brancas* (1952) e *Os Condenados da Terra* (1961) são fundamentais na definição do pensamento anticolonial e descolonial. Como Fanon, outros autores tiveram influência nos movimentos que levaram ao fim da era colonial e a gerar uma corrente de pensamento e discurso pós-colonial e descolonial. No entanto existe uma afirmação comum entre críticos de que as sociedades pós-coloniais continuam, de uma certa forma, sujeitas a neocolonialismos, mesmo que estes se manifestem de forma subtil, e que a independência não resolveu a questão colonial (Ashcroft, Griffiths & Tiffin, 2006, p.5). Gayatri Spivak, pensadora e académica na área dos estudos subalternos e feministas, também já afirmou que o processo de descolonização na Índia tende para as estruturas coloniais a que a nação e o povo estiveram sujeitos. Estas tendências contrariam o princípio que rege o processo de descolonização e o discurso pós-colonial que tinha como objetivo eliminar o legado colonial e reconstruir as identidades culturais a nível local quanto nacional das nações descolonizadas.

2. O que se entende por pós-colonialismo?

O pós-colonialismo procurava “encontrar o vocabulário apropriado para descrever as experiências e histórias de um grupo específico de indivíduos e grupos sociais que tinham sido desapropriados e explorados pelo colonialismo europeu”^[6] (Morton, 2009, p.3). No contexto cultural, eram idealizados cenários pós-coloniais da reapropriação de terras, do (re) nascimento da nação, da reorganização da ordem social e sistemas políticos, como no caso da Índia e das ex-colónias portuguesas no continente africano. No entanto, o período a que se refere o pós-colonial (depois do colonial) carrega ainda uma presença, e um peso desconfortável, do imperialismo, visível nas estruturas, instituições e na divisão e desigualdade social, assim como no racismo sistémico enraizado na sociedade e no

sistema político. Pós-colonialismo, em termos culturais e artísticos, serviu como marca genérica para definir a produção criativa de artistas, escritores e realizadores de cinema que surgiram com a independência, assim como a literatura de base teórica que acompanha estas expressões culturais e artísticas. Essas manifestações culturais e artísticas, no entanto, não se conseguiram distanciar das formas e da língua introduzidas (impostas) pelos colonizadores. Pelo contrário, a produção literária, sobretudo, mas também de outras artes, apropriou-se da linguagem dos colonizadores, também como forma de resistência, numa tentativa de reconstrução da identidade nacional. A utilização da língua e das formas trazidas pelos colonizadores resultava também da procura por mercados ocidentais e da expectativa de que autores teriam de ganhar maior visibilidade e público a nível internacional. Nesse sentido, uma nova identidade, que se definiu pela apropriação da língua e formas do colonizador, como expressão de resistência e de identidade pós-colonial, emergia num contexto pós-colonial no sentido de “the empire writes back (with a vengeance)” (Ashcroft, Griffiths & Tiffins, 1989; Rushdie, 1982).

A “gramática e vocabulário” num contexto pós-colonial surgiu como forma de representação das mudanças sociais, políticas e culturais na literatura após a independência. O termo “pós-colonial” tornou-se numa metáfora para um ideal de mundo novo onde as desigualdades, a opressão e a instabilidade trazida pelos colonizadores deixa de existir. No obstante, as contradições e ambiguidades persistiam. Romances e poesia, escritos na língua do colonizador – Inglês, Francês, Português – agarravam-se às heranças coloniais e seguiam as regras e demanda de um público ocidental. Esta tendência, embora sustentasse uma autonomia face ao colonizador, também refletia uma relação de dominado/dominante que perdurava mesmo num contexto histórico e político pós-colonial. Já avançadas duas décadas do século XXI, e quando muitas das nações que foram colonizadas já têm a independência há mais de 50 anos, é difícil

pensar ainda em termos pós-coloniais como uma classificação para a literatura oriunda de países como Índia, Angola, Nigéria, Moçambique, Argélia, entre outros. Faz mais sentido, talvez, referirmo-nos a literaturas escritas na língua do colonizador como anglófonas, lusófonas ou francófonas. E, além disso, o discurso pós-colonial ou falar no pós-colonial como classificação para toda a produção artística, literária e teórica que surge após a época colonial, já não é nem suficiente nem coerente no debate atual. É importante alargar o espaço e o pensamento de forma que literaturas escritas em línguas vernáculas, artes tradicionais e mesmo práticas orais e rituais sejam reconhecidas e representativas dos grupos sociais que compõem países que foram colonizados. O local, indígena e o vernáculo estão a acomodar-se no vocabulário e gramática do discurso pós-colonial, descolonial e anticolonial. O enfoque estende-se além do “pós” para uma melhor compreensão do “antes” e “durante” da presença colonial para revelar, como argumenta Elleke Boehmer, que não existiu uma invasão e destruição total da identidade local. A possibilidade da coexistência de uma pluralidade de identidades culturais contribui para a desconstrução do pensamento colonial, de relações de poder, de hierarquias e das grandes narrativas que têm vindo a dominar os meios culturais e académicos na Europa (e Ocidente).

Presentemente, o pós-colonialismo representa uma forma de consciencializar para a violência psicológica, social e política do colonialismo e repercussões que se verificam nas sociedades contemporâneas. Tem também como base fundamental o objetivo de criar o espaço para vozes previamente silenciadas se manifestarem (se assim entenderem, porque seria mais uma vez uma atitude opressora dos países colonizadores, se isso acontecesse pela imposição) sobre experiências do passado e presente e de como estas duas posições interagem. Assim como na literatura pós-colonial, o princípio continua sendo o da resistência e de apropriação de uma autoria perdida durante o colonialismo, e agora recuperada. No entanto, há uma mudança

na forma como se manifesta essa resistência, que tem como base a noção de agência, de voz e de interação com o espaço que se habita.

3. Equívocos da descolonização

É difícil escrever sobre estes temas, conhecendo a sua relevância, crendo nos seus princípios, mas simultaneamente sabendo que o que me define como académica portuguesa, é um passado de escravatura e de colonização. Como argumentou Janet Mawhinney na sua tese (1998)[7], há um privilégio branco no discurso antirracista e nas pedagogias que pretendem a libertação do pensamento opressivo, mas cujas ideias, por mais verdadeiras e urgentes que sejam, não passam da teoria e não são postas em prática fora da sala de aula. Mawhinney fala do que ela classifica como “*moves to innocence*”, ideia subsequentemente desenvolvida por Tuck e Yang, que consiste de diferentes formas em que descendentes de culturas/nações de colonos tentam redimir-se com o passado. A autora defende o pós-estruturalismo pela sua capacidade de desconstruir ideias universais e transversais que tendem a homogeneizar a experiência. Citando, a autora, “a força do pós-estruturalismo, no meu entender, reside na análise complexa de operações de poder no desenvolvimento da subjetividade, experiência e sabedoria” (Mawhinney 1998, 11)[8]. Tuck e Yang elucidam sobre seis tipos de atitudes que eles consideram como exemplos de “*move to innocence*”. Uma dessas, que se encaixa nos argumentos aqui apresentados, define-se pelo discurso “equivocado” (Tuck & Yang, 2012) utilizado frequentemente no meio académico e sociopolítico. Por equivocação, os autores entendem, a generalização dos conceitos, como por exemplo, na classificação de todas os tipos de opressão como “colonização” sem especificar a relação entre colonizado e colonizador (Tuck & Yang, 2012, p.17). Na mesma lógica, e ainda segundo os argumentos de Tuck e Yang, a “banalização” do conceito de descolonização também gera equívocos e ambiguidades.

Outro equívoco é situar o discurso num enquadramento teórico descolonial sem nunca pôr em prática essa epistemologia. Estamos a falar de uma ocupação histórica de lugar/terra que pertencia a outros e da possível saída dos “brancos” ou “colonos” dos territórios que ocuparam. A questão nem é se isso seria uma hipótese praticável ou não, mas que simplesmente não é se quer uma hipótese considerada. A descolonização não passa de um conceito abstrato, de uma metáfora.

Considerando a dificuldade na concretização do projeto descolonial, não deixa de ser essencial a educação para a consciencialização anticolonial, anti-racial e antidiscriminação. No seu artigo, Tuck e Yang, parafraseando Alexander (2002, 91), referem a importância da “fluência” no conhecimento das histórias e lutas de cada um (2012, p.30). Não obstante, esse conhecimento e consciencialização, segundo os autores, por si só não conduz à descolonização. Contudo, modificar a abordagem, alargar a perspetiva e repensar os programas curriculares, a literatura, as artes, a história, a cultura e as metodologias, é um ponto de partida fundamental para o início do combate contra a violência do colonialismo. Neste sentido, vários escritores, académicos, ativistas e estudantes, envolveram-se em movimentos pela descolonização, como metáfora, mas também como ponto de partida para uma verdadeira possibilidade de descolonizar. Arundhati Roy, Hanif Kureishi, Kamila Shamsie, entre outros escritores anglófonos pós-coloniais uniram as suas vozes em protesto pela descolonização dos departamentos de literatura inglesa. Como argumenta a académica Priyamvada Gopal “monoculturas não resultam em bom pensamento e são por si uma forma política identitária letal ausente de marcação” (2021, p.887)[9]. Este grupo de escritores exigem que os programas curriculares se estendam para além dos limites existentes alegando, que a cultura não deve ser construída sobre uma base colonial. Nesse sentido, percebe-se que ainda há muito por descolonizar e o conceito adquire um novo objetivo aplicável à cultura dentro do território

do colonizador e colonizados. Como argumenta Gopal, utilizar a descolonização como conceito aplicado às universidades e programas curriculares, “não é uma panaceia, e não é, certamente, um substituto para restituições materiais, sejam essas a favor pela remoção de terras ou da escravidão, e não é um escape para o que muitas vezes se chama indiferentemente de ‘culpa pós-colonial’. Não é um processo reconfortante e só pode ser um processo, uma interrogação contínua, e não um estado terminado ou final” (2021, p.880). Descolonizar a mente, descolonizar a universidade, descolonizar os museus, são partes importantes de um processo contínuo pela descolonização. O movimento cultural e artístico foi especialmente relevante e marcou o início da descolonização como processo que desafia estruturas coloniais nas universidades, instituições, museus e de outros espaços públicos (Craps, 2020, n.p.).

4. #Rhodes Must Fall



Fig. 2. Desmond Bowles – Removal of the statue of Cecil Rhodes (sculptor: Marion Walgate) from the campus of the University of Cape Town, 9 April 2015

O movimento estudantil *Rhodes Must Fall* começou com um protesto violento de estudantes na Universidade de Cape

Town em 2015 que exigiam a remoção da estátua de Cecil Rhodes. Rhodes foi um político e homem de negócios do império britânico que teve um papel fundamental na apropriação de terrenos na África do Sul, e no negócio de diamantes (BBC). Muitos sul africanos, estudantes e académicos, vêm a estatua dele como forma de perpetuar atitudes racistas que defendem a supremacia branca. Derrubar a/uma estátua é um gesto simbólico, mas uma metáfora importante na transformação da(s) universidade e outras instituições criando espaços mais inclusivo. O movimento recebeu atenção mundial e depressa se estendeu a outras instituições na Europa e Estados Unidos da América, incluindo as Universidades de Oxford e de Harvard, provocando um debate sobre a descolonização das instituições de ensino superior do mundo e dos programas curriculares. Este movimento tem vindo a ganhar terreno na esfera intelectual e nas redes sociais com o hashtag #RhodesMustFall e a incorporar outras áreas da esfera cultural, social e política, e a unir estudantes, académicos, escritores, artistas, e políticos numa causa comum.

O movimento foi iniciado por estudantes BME [Black and minority ethnic] que se sentiam deslocados culturalmente em instituições de Ensino superior por não se identificarem com os conteúdos programáticos das disciplinas de história, nos estudos de língua, literatura e cultura. O pressuposto que defendiam era que o que é ensinado nas disciplinas de história e de literatura deveria ter uma abordagem mais ampla e abrangente, mais representativa de todos os envolvidos na construção dessas narrativas até então centradas na perspectiva europeia e, consequentemente, resultando e perpetuando numa visão colonial. Isto não implicava necessariamente que a história colonial fosse retirada dos programas universitários, mas que fosse alargada de forma a acomodar outras perspetivas e experiências, nomeadamente dos povos colonizados. A própria história colonial pode e deve ser interpretada da perspetiva dos colonizados, dos escravizados e dos oprimidos durante esse período da história mundial e não só de uma perspetiva eurocentrista e ocidentalizada. Alargar

a história à representação de sujeitos previamente excluídos e silenciados, é, como argumento Gopal, uma questão de responsabilidade moral; não fazê-lo é não só politicamente incorreto como demonstra defeito intelectual (Gopal, 2021, p.887).

5. Raça como construção social

A questão de raça é complexa e sofre de uma carga histórica pesada, marcante e estigmatizante que dificilmente se altera com atitudes reparadoras como a reformulação da língua e dos seus significados. Contudo, essa redefinição ou consciencialização da forma como utilizamos a língua é um passo importante no processo da descolonização do pensamento (fazendo referência à obra de 1986 *Decolonizing the Mind* de Ngũgĩ wa Thiong'o) e na construção de um caminho para alguma mudança possível.

Regressando aos argumentos de Tuck e Yang, os autores entendem a questão de raça como uma construção social que resultou/a na inferiorização de povos indígenas e grupos étnicos ao longo dos séculos, e ainda atualmente, de acordo com o interesse do colonizador e escravagista. No que diz respeito à pigmentação de pele, a “negritude” (*blackness*), tende a manter-se de geração para geração, mesmo a “expandir” (Tuck & Yang, 2012, p.12) por exemplo na questão racial dos afro-americanos nos Estados Unidos, enquanto no caso de povos indígenas, pela questão da legitimidade à terra, o grau de “indigenização” tende a diminuir. Desta forma, o direito à terra perde-se com a redução de indigeneidade, segundo a lógica do colono. Como afirma o escritor e crítico Thomas Chatterton Williams no seu livro *Self-Portrait in Black and White – Unlearning Race* (2019) “I have spent my whole life earnestly believing the fundamentally American dictum that a single “drop of black blood” makes a person “black” primarily because they can never be “white”. I say fundamentally American, because elsewhere it is not the same. In Brazil, for example, a drop of “white blood” makes someone

not-black” (2019, p.2)[10]. Esta citação, assim como os exemplos de Tuck e Yang demonstram como a questão de raça se constrói de acordo com interesses políticos e/ou económicos sobre quem tem acesso a quê e ligados a alegações de legitimidade ou falta de legitimidade à terra. Essa construção social estende-se à conotação ideológica que é aplicada na língua aquando a classificação de pessoas.

Existe, nos tempos atuais, uma crescente preocupação com o politicamente correto, com a língua, com o discurso e com os termos utilizados, resultante de uma cultura “woke”. Preservar um discurso que reflete heranças coloniais é sinal de falta de consciência dos horrores do passado pode ter impacto no presente, sobretudo numa sociedade onde tudo é público. Falar do horror da época colonial ecoa as palavras do Coronel Kurtz na novela de Joseph Conrad, *Coração das Trevas* (1902) (*Heart of Darkness*) sobre a colonização e escravização no Congo, adaptado a cinema no filme realizado por Francis Ford Coppola, *Apocalypse Now* (1979) “o horror, o horror”. E é desse horror da racialização da humanidade, da escravização, da discriminação, da marginalização, da opressão e dominação de “negros” africanos, de indígenas “americanos”, e de indianos do sudoeste asiático, para mencionar só alguns exemplos do passado (para não falar de formas atuais de escravatura e colonização), para qual é necessária uma atitude reparatória e de restituição do que lhes foi retirado (roubado) ao longo dos anos.

Assim como Grada Kilomba, outros autores incluem prefácios, glossários e notas introdutórias onde explicam a utilização de termos que classificam e que definem pessoas pela história (e consequência dessa história) e de como ficaram marcados. Williams, por exemplo, inicia o seu livro com uma nota onde se lê,

Neste texto, tentei criar suspeita e rejeitar termos (e os seus sinónimos) como “branco,” “negro,” “mestiço/misturado,” “bi-racial,” “Asiático,”

“Latino,” “monoracial,” etc. Escrevi esses termos entre aspas. Mas, por uma questão de compreensão, inevitavelmente tenho de me sujeitar às convenções descritivas da língua e, nalgumas instâncias, identificar as pessoas da forma como são conhecidas na linguagem comum.” (2019, xii)[1 1]

Acredito que esta forma de explicar o vocabulário que é utilizado nos textos é fundamental para a clarificação de termos, da sua história, da sua correta utilização em linguagem comum e académica. A palavra “Negro”, que pode causar desconforto pelo seu significado histórico associado a violência, foi introduzida pelos Portugueses e Espanhóis e ficou “negro” na língua inglesa. Esta palavra entrou em desuso entre os anos 1960 e 70 e é, atualmente, considerada ofensiva em países de língua inglesa. Tem sido substituída por outra terminologia como *Afro-American*, *African American* e por *Black* (com maiúscula) que se tornou num termo identitário e de empoderamento deste grupo social. No entanto, na língua portuguesa, e é importante mencionar este facto, a tradução de “black” é negro e não “preto” (também ofensivo em português), sendo este um termo que carrega um fardo de violência e de inferiorização, e que, infelizmente, mantém a língua portuguesa num contexto de discurso colonial. Estas são algumas das definições que constam no glossário de Kilomba previamente mencionado neste artigo.

6. Histórias silenciadas



Fig. 3. Jacques Etienne Arago - Castigo de Escravos, 1839

O historiador João Pedro Marques, no seu livro *Escravidão – Perguntas e Respostas* (2017) assim como Kilomba e Williams, também esclarece os termos que utiliza, e como são utilizados, no seu livro. No prefácio do livro o autor escreve, “Não quero terminar este prefácio sem deixar uma nota sobre a palavra “escravidão”, de que abusamos e que geralmente usamos de forma confusa ou muito imprecisa” (Marques, 2017, p.15). *Escravidão*, continua Marques, significa o comércio ou tráfico de pessoas (*escravos*). “Escravidão”, a condição de ser “escravo” muito mais do que a perda de liberdade, significa a perda total da condição humana, e do estatuto de pessoa. Um “escravo” é considerado propriedade de outra pessoa e não tem posse sobre a sua vida e destino. Como afirmam Tuck e Yang, o escravo é uma comodidade desejável, mas não o corpo ou pessoa que está por baixo (2012, p.6). Esse pode ser punido, violentado e morto.

O escravo, assim como o indígena colonizado, são pessoas condenadas a um silêncio histórico. Embora hoje se conheçam as condições desumanas a que foram sujeitos, há poucos ou nenhuns relatos e testemunhos da sua experiência. Kilomba usa a máscara como exemplo literal e metafórico do silenciamento forçado dos escravos. A autora conta a história de Anastásia, levada de Angola para o Brasil como escrava e forçada a utilizar uma máscara de ferro na cara que a impedia de falar (Kilomba, 2019, pp.35-36). Essa imagem da máscara de ferro é, mais um símbolo do “horror” do colonialismo e da escravidão pelo qual pessoas foram violentamente excluídas da história, proibidas de falar da sua experiência, de denunciar toda a agressão a que foram sujeitas e impedidas de exprimir a sua dor e sofrimento físico e psíquico. “Ainda assim,” como escreve Marques, “existem suficientes elementos indirectos para se perceber a enorme dor psicológica que o tráfico implicava. A angústia, a ausência de esperança, a perda das pessoas queridas, associadas a grande debilidade e agonias físicas” (2017, p.69).

O silêncio representa a ausência e falta de representação (autêntica) destes grupos subordinados na história, na literatura, no cinema e outras artes. As suas vozes foram silenciadas, e não existem vestígios da sua presença – inclusive, e nem que fosse, no papel que tiveram no desenvolvimento da agricultura, da indústria e na riqueza dos impérios. Enquanto há estátuas de figuras como Cecil Rhodes nos campus universitários, não há nem estátuas nem quadros de escravos nos corredores das universidades ou das instituições culturais e políticas. A inclusão da história dos oprimidos não tem de substituir as grandes narrativas das vitórias e conquistas eurocentristas, mas devem ser documentadas, conhecidas e estudadas.

O realizador de cinema Neozelandês Taika Waititi, no seu discurso no evento de “The Hollywood Reporter – Raising Our Voices” em 2023 falou da questão de diversidade e inclusão que também está a “invadir” a produção de cinema. Waititi fala do perigo de se querer ser demasiado inclusivo em Hollywood, de quem tem o direito de decidir como é feita essa inclusão e quem dá voz a quem. Retirando partes do discurso do realizador de cinema para exemplificar este argumento, cito:

Instead of diversification of the screen, the thing that I really want to see, what I strive for and hope for, is a term coined by my mentor, Merata Mita, who was the first indigenous and first female filmmaker to come out of New Zealand and she was an activist and she paved the way. She blazed the trail and I'm blaze-trailing her. She was the one who started it all and the term she loved to use was “decolonizing the screen”. (...) but don't put a Polynesian in your thing just because you feel you need to. It has to make sense. (...) What I really want to see is a fully Polynesian controlled, Polynesian story, that's written by and show-run by, show-run by (...) don't give us a white showrunner to tell us the rules and tell us how to do things. Let us figure it out and let us figure out the structure of the story in our own way from our own experience. And by decolonizing the screen, what I mean is: just don't make it so white. (Youtube, 2023) [12]

Como já foi aqui discutido, a descolonização é um processo histórico, mas isso não significa que existe uma fórmula pela qual os acontecimentos se desenrolam e todo o mal é resolvido. Numa lógica de materialismo dialético existem aqui duas forças opostas, mas a sua dialética não resulta necessariamente numa resolução fácil. Também não há nenhuma varinha mágica (Tuck & Yang) que desfaça toda a história da colonização e apague os horrores e violência cometida. É um processo histórico, sim, mas, longo e que envolve cedências, diálogo e abertura. Na continuação do seu discurso, Waititi faz afirmações que podem parecer polémicas e radicais, mas dentro da lógica da descolonização, representam a vontade legítima de quem foi silenciado, marginalizado, excluído e violentado ao longo dos séculos.

Conclusão

Frantz Fanon argumenta que a descolonização implica a urgência de desafiar a condição colonial (2004, p.2). Apesar do fim da escravatura e do fim da era colonial referenciados pela história, muitas das estruturas que definiram essas eras perduram. Persiste a urgência de desafiar a condição colonial sobre qual Fanon escreveu em 1961, condição essa que desumanizou homens e mulheres, retirou-lhes a identidade, o estatuto e a sua terra. A colonização foi alcançada com meios violentos, com a imposição de um estado de privação total, a destruição do “fabrico indígena social” [13] e cultural, mas a descolonização não precisa de ser concretizada da mesma forma. Se considerarmos em termos Marxistas que a descolonização é um processo histórico, então há desde já a certeza de que essa mudança vai acontecer. No meu entender, são necessárias três fases do processo: 1) uma consciencialização de ambos os lados – do lado do colonizado, essa consciência já existe há décadas, mesmo séculos, 2) a coragem de se olhar, e aceitar, um futuro diferente para ambos lados e 3) uma reformulação do discurso e dos sistemas que os gerem, mesmo que isso passe por uma

reorganização das instituições (educação, cultura, política).

A consciencialização passa por um acordar e re-conhecer da condição humana do colonizado, “nesse mesmo momento quando descobrem a sua humanidade, começam a afiar as armas e a garantir a vitória” (Fanon 2004, p.8). É curioso que neste processo de consciencialização há dois momentos importantes. O primeiro é a consciência da diferença, da inferioridade, imposta pelo colonizador como parte do seu projeto imperial. O pequeno livro *Consciência Negra* (2020) escrito por Paulo José Miranda conta a história de Zumbi, sucessor de Ganga Zumba, líder do Quilombo de Palmares na Serra da Barriga no Brasil, e do momento em que tomou consciência da sua “negritude”. Citando o livro, “Francisco^[14] não sabia que era negro. Esse conhecimento, o conhecimento de que existia uma coisa chamada negro, aconteceu no dia fatídico em que entraram pela igreja adentro, interromperam a missa da tarde, uns soldados que se preparavam para subir à serra, em busca de conseguirem capturar alguns escravos” (Miranda, 2020, p.15). Foi nesse momento que Francisco “levou com duas palavras em cima, que lhe abriram buracos fundos na cabeça” (Miranda, 2020, p.16). Essa consciência da sua condição imposta de “escravo”, “negro”, “animal”, “objeto” leva a um segundo passo na consciencialização de que seria necessária uma revolução que levasse à mudança e ao fim do estado de colonizados. A partir desse momento, Francisco abandona a sua vida junto do Padre Jesuíta e vai juntar-se a Ganga Zumba no Quilombo de Palmares, passando a chamar-se Zumbi “aquele que volta dos mortos” (Miranda, 2020, p.21). Esse despertar da consciência é um passo fundamental no processo da descolonização, mas que se tornou, infelizmente, consequência de outra consciência devido a uma condição imposta.

É difícil não continuar a pensar nestas questões e em como ideologias coloniais resultantes de relações de poder continuam a resultar na ocupação de territórios, em guerras violentas e

na morte de milhares de civis e inocentes. Para a grande parte das pessoas que defendem a descolonização, possivelmente esse conceito, de facto, não passa de uma metáfora, ou uma abstração vista ao longe, e a possibilidade de restituir terras e direitos a essas terras fica cada vez mais difícil de concretizar com interesses políticos e económicos. A consciencialização parte de uma mudança radical no vocabulário de todos nós, no discurso e no pensamento europeu e mundial, mas também que essa gramática que se espalha pelo mundo dê origem não só a uma mudança intelectual, mas uma mudança na prática, nos sistemas políticos e sociais e alimente a esperança de um mundo mais justo. A descolonização é uma questão semântica, ontológica e epistemológica, mas de nada adianta se não for alcançável na prática.

Referências bibliográficas

ASHCROFT, B., Tiffin, H., Griffiths, G. (1989). *The Empire Writes Back – Theory and practice in post-colonial literatures*. Routledge.

ASHCROFT, Bill et al, (2006). “General Introduction” *A Postcolonial Studies Reader*. Routledge, p. 1- 4.

COPPOLA, F.F. (Diretor). (1979). *Apocalypse Now*. [filme].

CRAPS, S. “Decolonizing English Literature.” *Collateral*. 25 Nov 2020. <https://collateral-journal.com/index.php?cluster=26> [1.10.2024].

FANON, Frantz. (2004). *The Wretched of the Earth*. (Richard Philcox, Trad.) Grove Press

GOPAL, P. (2021). On Decolonisation and the University. *Textual Practice*, 35(6), 873–899. <https://doi.org/10.1080/0950236X.2021.1929561>

KILOMBA, Grada. (2019). *Memórias da Plantação – Episódios de Racismo Cotidiano*. (Jess Oliveira, Trad.) Cobogó.

MARQUES, J.P. (2017). *Escravidão. Guerra e Paz*.

MAWHINNEY, J. (1998). 'Giving up the Ghost': Disrupting the (Re)production of White Privilege in Anti-Racist Pedagogy and Organizational Change. National Library of Canada.

MIRANDA, P.J. (2020). *Consciência Negra*. Nova Mymosa.

MORTON, S. (2009). *States of Emergency: Colonialism, Literature and Law*. Liverpool University Press

PARKINSON, J. "Why is Cecil Rhodes such a controversial figure?" BBC, 1 de Abril 2025. <https://www.bbc.com/news/magazine-32131829> [29.09.2024].

ROY, A. & Sejpal, A. (2019). "How to Think About Empire" *Boston Review*. <http://bostonreview.net/literature-culture-global-justice/arundhati-roy-avni-sejpal-challenging-%E2%80%9Cpost-%E2%80%9D-postcolonialism>

THE HOLLYWOOD REPORTER. (2023). Taika Waititi Addresses Hollywood's Issues in Diversity & Inclusion: "What's Taking So Long?" <https://www.youtube.com/watch?v=IwR8AuwQ7Cw>

TUCK, E. & Yang, K.W. (2012). Decolonization is not a metaphor. *Decolonization: Indigeneity, Education & Society*. Vol.1, No. 1, 2012, pp. 1-40.

WILLIAMS, T.C. (2019). *Self-Portrait in Black and White – Unlearning Race*. W.W. Norton & Company.

Notas

[1] Tradução do autor. No original: Alongside this work, we have been thinking about what decolonization means, what it wants and requires. One trend we have noticed, with growing apprehension, is the ease with which the language of decolonization has been superficially adopted into education and other social sciences, supplanting prior ways of talking about social justice, critical methodologies, or approaches which decenter settler perspectives. Decolonization, which we assert is a distinct project from other civil and human rights-based social justice projects, is far too often subsumed into the directives of these projects, with no regard for how decolonization wants something different than those forms of justice. (Tuck & Yang 2012, 12)

[2] Eve Tuck e Wayne K. Yang fazem esta distinção de pronomes devido ao facto de Eve Tuck ser uma académica indígena e Wayne Yang um académico “colono” a escrever em conjunto, como explicam no próprio artigo.

[3] “Indigenous peoples are those who have creation stories, not colonization stories, about how we/they came to be in a particular place - indeed how we/they came to be a place. Our/their relationships to land comprise our/their epistemologies, ontologies, and cosmologies.” (Tuck & Yang 2012, 6)

[4] Tradução do autor. No original: “Decolonization as metaphor allows people to equivocate these contradictory decolonial desires because it turns decolonization into an empty signifier to be filled by any track towards liberation” (Tuck & Yang, 2012, p. 7).

[5] Tradução do autor. No original: And then I wonder about the term postcolonial. I have often used it, too, but is colonialism really post-? (Roy 2019)

[6] Tradução do autor. No original: “find the critical vocabulary that is appropriate to describe the experiences and histories of particular individuals and social groups, who have been historically dispossessed and exploited by European colonialism.”

[7] Tive conhecimento desta tese no artigo de Tuck e Yang. A tese está disponível em repositório aberto pela Biblioteca Nacional do Canadá em <https://hdl.handle.net/1807/12096>

[8] Tradução do autor. No original: “The strength of poststructuralism, in my view, lies in a complex analysis of the operations of power in the development of subjectivity, experience and knowledge” (Mawhinney 1998, 11).

[9] Tradução do autor. No original: “Monocultures do not produce good thinking and are in themselves a lethal form of unmarked narrow identity politics.” (Gopal, 2021, p.887).

[10] Tradução do autor. No original: “Monocultures do not produce good thinking and are in themselves a lethal form of unmarked narrow identity politics.” (Gopal, 2021, p.887).

[11] Tradução do autor. No original: I have tried to cast doubt on and reject terms (and their synonyms) such as “white,” “black,” “mixed,” “biracial,” “Asian,” “Latino,” “monoracial,” etc., throughout this text. I have frequently placed them in quotation marks. But for comprehensibility’s sake, inevitably I also have to fall back on our language’s descriptive conventions, identifying people in some instances as they are commonly understood.” (2019, xii)

[12] Taika Waititi Addresses Hollywood’s Issues in Diversity & Inclusion: “What’s Taking So Long?” <https://youtu.be/lwR8AwuQ7Cw>

[13] No texto original lê-se, “indigenous social fabric” (Fanon 2004, 6).

[14] Zumbi foi comprado aos 6 anos por um Padre Jesuíta que o batizou de Francisco, ensinou a ler e escrever.

A Matemática na sociedade europeia e a Sociedade Europeia de Matemática

Mathematics in the European Society and the European Mathematical Society

Jorge Buescu

Fernando Pestana da Costa

Resumo

Apresenta-se uma brevíssima panorâmica do surgimento e desenvolvimento da Matemática no espaço europeu, bem como uma breve referência às organizações científicas (academias e sociedades) relevantes para as ciências matemáticas na Europa, terminando com uma secção sobre a fundação e as atividades da Sociedade Europeia de Matemática (EMS), incluindo reminiscências sobre o papel da Sociedade Portuguesa de Matemática da autoria do representante de Portugal no ato fundador da EMS.

Palavras-chave: História da Matemática, Europa, Sociedade Europeia de Matemática

Abstract

A very brief overview of the emergence and development of mathematics in Europe is presented, as well as a brief reference to the scientific organizations (academies and societies) relevant to the mathematical sciences in Europe, ending with a section on the foundation and activities of the European Mathematical Society (EMS), including reminiscences about the role of the Portuguese Mathematical Society by the Portuguese representative at the founding of the EMS.

Keywords: History of Mathematics, Europe, European Mathematical Society

Jorge Buescu

Universidade de Lisboa, Faculdade de Ciências, Departamento de Matemática e Centro de Estudos Matemáticos

Fernando Pestana da Costa

Universidade Aberta, Departamento de Ciências e Tecnologia, e Universidade de Lisboa, Instituto Superior Técnico, Centro de Análise Matemática, Geometria e Sistemas Dinâmicos

 [0000-0001-5444-5089](https://orcid.org/0000-0001-5444-5089)
[0000-0002-9072-797X](https://orcid.org/0000-0002-9072-797X)

* Os autores agradecem o apoio financeiro da FCT/Portugal através dos projetos UIDB/04459/2020 com identificador DOI 10-54499/UIDP/04459/2020, e UIDB/04561/2025.

1. O lento despertar da Matemática na Europa

A Matemática, a par com a Astronomia a mais antiga atividade humana atualmente classificada como Ciência, é, claramente, muito mais antiga do que o conceito geopolítico e cultural a que chamamos Europa. É também mais universal: em todas as civilizações, de uma forma ou outra, houve desenvolvimento de atividades matemáticas, seja para fins eminentemente práticos (coleta de impostos, demarcações territoriais, etc.) seja para fins mais simbólicos, mas não menos importantes na vida dessas sociedades (previsões de efemérides astronômicas, formação cultural das elites, ou pura curiosidade intelectual).

Esta característica espaço-temporal da matemática (simultaneamente mais antiga e global) reflete-se nas contribuições historicamente importantes e fundacionais que tiveram civilizações como a egípcia, babilônica, Hindu, Chinesa e, naturalmente, a da Grécia antiga (Estrada, Sá, Queiró, Silva, Costa, 2000), (Katz, 1998). Todas elas antes, algumas mesmo muito antes, de existir algo que remotamente se pudesse reconhecer como Europa.

De fundamental importância para a matemática tal como se veio a desenvolver até à atualidade, como atividade lógico-dedutiva, foi o *corpus* de conhecimentos desenvolvido pela civilização grega clássica, uma parte apreciável do qual foi compilado por Euclides (c. 300 a.C.) nos *Elementos* (Elements 2002), o mais importante, influente e longo livro científico jamais escrito, usado para o estudo da matemática durante bem mais de dois milênios e influenciando determinadamente a estrutura interna e o modo de exposição próprio das ciências matemáticas.



Fig. 1. Papiro de Oxyrhynchus (P.Oxy. I 29) com um fragmento dos *Elementos* de Euclides. (fonte: Wikipedia)

O estudo e transmissão dos *Elementos* e de outros textos matemáticos gregos, quer anteriores quer posteriores (Greek Works I & II), deve muito à sua beleza racional, onde resultados progressivamente mais sofisticados vão sendo deduzidos a partir de hipóteses simples e “naturais” por uma argumentação cujo rigor lógico só viria a ser ultrapassado no século XIX (Hilbert, 1899).

Como a história europeia do século XX nos ensinou, e alguns acontecimentos atuais reforçam, a Civilização e a Cultura são conquistas notavelmente frágeis que, não sendo praticadas ativamente, depressa retrocedem para o domínio privado ou desaparecem. Tal processo é tanto mais fácil quanto, na ausência de imprensa de reprodução mecânica, os textos são sempre em número reduzido e as cópias, feitas à mão, são sempre demoradas. O triunfo do Cristianismo e a queda do Império Romano do Ocidente foram processos que tiveram um efeito cataclísmico sobre grande parte da cultura da Antiguidade Clássica, e sobre a Matemática em particular. A Matemática, deixando de ser praticada em grande parte do mundo da Antiguidade Tardia,

teve muitos dos seus textos perdidos para sempre^[1]. A situação só não foi historicamente mais calamitosa devido à ação cultural da civilização árabe na conservação e estudo da herança da Antiguidade Clássica, bem como nos progressos feitos pelos próprios árabes e incorporados na tradição herdada (Al-Khalili, 2010), (Katz, 1998), e que foram sendo passados à Europa Ocidental cristã pelos contactos que continuavam a ocorrer ao longo do Mediterrâneo, em particular na Sicília (Mallette, 2010) e na Hispânia Árabe (Martos Quesada, 2001).

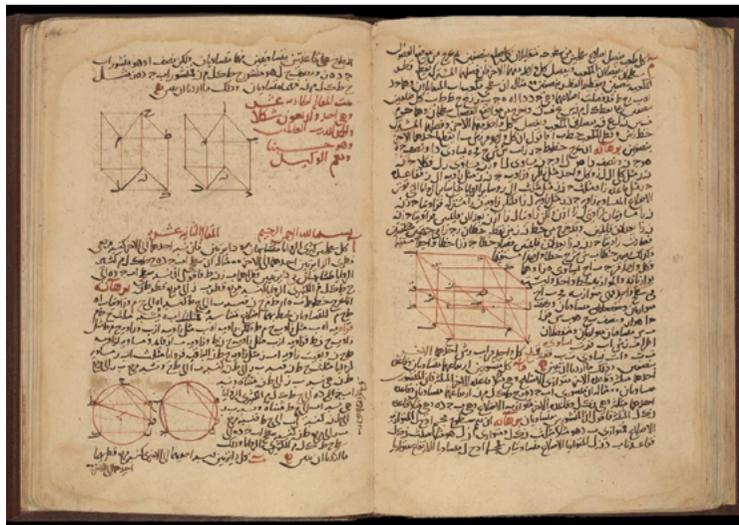


Fig. 2. Tradução árabe dos *Elementos*, por Ishaq Ibn Hunayn (1270, provavelmente Bagdad) sendo visível o final do livro 11 e início do livro 12. (fonte: Wikipedia)

Nos sete séculos que separam os últimos matemáticos da tradição helénica, trabalhando em Alexandria, como Pappus (fl. 350 d.C) ou a famosa Hipátia (fl. 415 d.C), da Baixa Idade Média, quase não há registo de qualquer atividade matemática original digna desse nome no espaço que hoje chamamos Europa (com a óbvia exceção da Hispânia Árabe (Martos Quesada, 2001).) O único problema importante e com conteúdo

matemático que ocupou os estudiosos destes séculos na Europa cristã foi o cálculo da data da Páscoa (Katz, 1998). O estudo da matemática reduzia-se ao *quadrivium* (aritmética, geometria, música e astronomia), e o ensino, centrado em instituições da Igreja, era apoiado em versões incompletas dos *Elementos* e em alguns outros limitadíssimos recursos bibliográficos. O que esta longa época na história europeia contribuiu de mais relevante para o conhecimento (e para o conhecimento matemático em particular) foi o trabalho de cópia de trabalhos gregos e latinos produzido nos mosteiros (Graham, 1925).

A situação começa lentamente a alterar-se a partir do século XII, altura em que os primeiros resultados matemáticos originais além pireneus começam a surgir em trabalhos sobre Trigonometria (van Brummelen, 2009), e em estudos do que atualmente classificamos como Álgebra, fortemente influenciados pela matemática árabe, como foram os famosos trabalhos *Liber Abaci* e *Liber Quadratorum* de Leonardo de Pisa, comumente conhecido por Fibonacci (c. 1170-1250).

Uma das primeiras grandes figuras da matemática europeia foi Nicolas Oresme (1320-1382), trabalhando em Paris, com os seus estudos sobre a matemática do movimento, um problema importante originado da tentativa de quantificar as ideias de Aristóteles sobre o movimento e que teve também relevantes contribuições de outros estudiosos em Paris e Oxford. Oresme teve diversas contribuições originais importantes, mas destacamos aqui apenas o facto de que foi um dos primeiros a estudar séries infinitas: a sua elegante demonstração de que a série harmónica diverge (Kline, 1972) é ainda aquela que, quase sete séculos depois, é estudada, nas aulas de Análise Matemática, pelos alunos do 1º ano da universidade.

O lento despertar da matemática na Europa começa, enfim, a tomar velocidade: nos dois séculos seguintes a matemática na Europa cristã consegue finalmente começar a autonomizar-se face à herança da Antiguidade Clássica e à matemática árabe.

2. O nascimento de uma Europa matemática

A primeira grande contribuição europeia para a matemática ocorreu em Itália, situou-se no domínio da Álgebra e teve a sua origem, por um lado, no acesso aos resultados das investigações da matemática árabe e, por outro, na necessidade de técnicas práticas de cálculo sentidas pelos mercadores devido ao desenvolvimento do comércio nos estados da península itálica. Compilações de grandes coleções de exercícios, quer genuinamente oriundos de situações comerciais, quer de natureza “recreativa”, com os respetivos métodos de resolução, usadas para o ensino dos filhos dessa classe mercantil, foi um dos resultados dessas necessidades. Intimamente relacionadas com estas compilações mas bastante mais importantes e historicamente relevantes foram três outros desenvolvimentos: a difusão do novo sistema de numeração indo-arábico que substituiu progressivamente (mas não sem grande resistência) a numeração romana, o desenvolvimento de simbologia matemática própria[2], e a extensão das técnicas árabes de resolução de equações para equações de grau mais elevado que o segundo por vários algebristas italianos, a qual culminou na resolução da equação cúbica independentemente por Scipioni del Ferro (1465-1526), Niccolò Tartaglia (1499-1557) e Gerolamo Cardano (1501-1576), que a publicou pela primeira vez do seu livro *Ars Magna*; o primeiro grande resultado da matemática europeia pós-Antiguidade e o primeiro progresso significativo relativamente à álgebra árabe (Katz, 1998), (Klein 1972).



Fig. 3. Página de rosto da *Artis Magnæ, Sive de Regulis Algebraicis*. (fonte: Wikipedia)

Um quarto desenvolvimento importantíssimo feito pelos algebristas italianos do século XV, mas atualmente considerado exterior à matemática, foi a invenção de novos métodos de registo de transações comerciais, como a contabilidade de dupla entrada, primeiro introduzida por Luca Pacioli no seu livro *Summa de Arithmetica, Geometrica, Proportioni et Proportionalita*, de 1494.

Esta fervilhante atividade nos séculos XV e XVI não era exclusiva da Itália: nos outros países europeus a atividade em matemática e no que se designava, então, por Filosofia Natural ganhava ímpeto e o registo histórico evidencia a existência de crescentes interações e trocas de informações entre os vários intervenientes. Portugal não foi exceção a esta panorâmica: portugueses, no país ou radicados no estrangeiro, participaram desta dinâmica

e para ela contribuíram, por vezes em temas relacionados com astronomia[3] e navegação, outras vezes com contribuições mais propriamente matemáticas (Gomes Teixeira, 1934), como sejam Rolando de Lisboa (fl. 1424) (Leitão, 2011) ou Francisco de Melo (ca. 1490-1536) (Melo, 2014). O mais conhecido foi, indubitavelmente, Pedro Nunes (1502-1578), possivelmente o maior matemático português de sempre e um matemático da mais alta craveira internacional na sua época (Oceanos, 2002). O contexto europeu, e não meramente português, destes matemáticos é claramente atestado pelos locais das suas formações (Paris, para Rolando e Melo, Lisboa e Salamanca, para Nunes) e pelos contextos internacionais em que se moviam, ou os contactos que mantiveram, durante as suas carreiras. No que se refere à matemática, a Europa começava, claramente, a ser uma realidade.

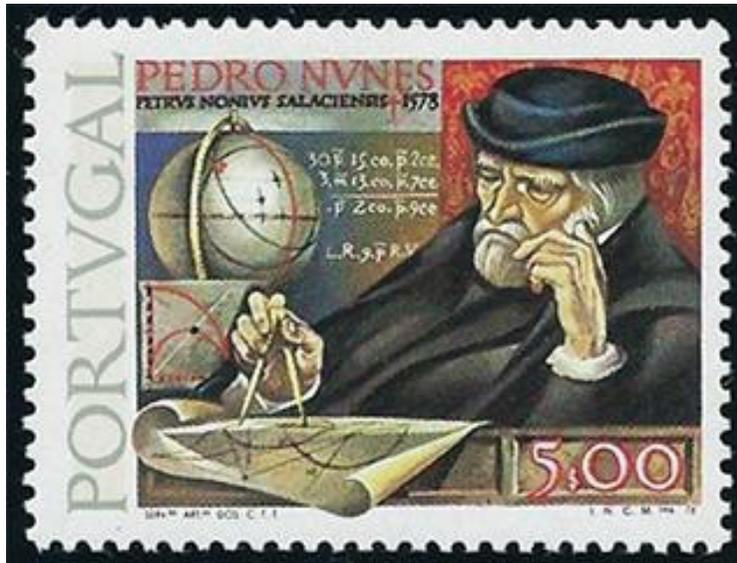


Fig. 4. Pedro Nunes (1502-1578) num selo dos Correios de Portugal (1978) (fonte: <https://mathematicalstamps.eu/>, Sociedade Portuguesa de Matemática / British Society for the History of Mathematics)

O período dos séculos XIV e XV teve continuidade natural nos séculos XVI e XVII, que, não por acaso, correspondem à era usualmente designada como o período da Revolução Científica, uma época de acelerado progresso em todas as áreas da Filosofia Natural e em praticamente todas as regiões da Europa (Porter, 1992) com nomes que atualmente consideramos como fundacionais em várias disciplinas científicas: Nicolau Copérnico (1473-1543), polaco, na astronomia; Garcia de Orta (1501-1568), português, na botânica; Galileu Galilei (1564-1642), italiano, na astronomia e física; Johannes Kepler (1571-1630), alemão, na astronomia e matemática; René Descartes (1596-1650), francês, na matemática e física; Blaise Pascal (1623-1662), francês, na matemática e física; Robert Boyle (1627-1691), irlandês, na química; Christiaan Huygens (1629-1695), neerlandês, na física, matemática e astronomia; Nicolaus Steno (1638-1686), dinamarquês, na geologia; e, já na transição do século XVII para o XVIII, os dois gigantes da matemática (e de muitas outras áreas do conhecimento) Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716), na Alemanha, e Isaac Newton (1643-1727) na Inglaterra.

Este impressionante fervilhar de novas ideias que se prolongou pelo século seguinte (o “Século das Luzes”) foi, para a matemática, a época do seu renascimento como Ciência: as extraordinárias criações matemáticas de Newton e Leibniz, agrupadas sob a designação de Cálculo Infinitesimal, bem como a sua utilização numa nova mecânica matematizada e a destruição da separação entre a física celeste e a física terrestre pela nova física, desde então chamada física newtoniana, foi apenas o início de um século de extraordinário progresso na matemática e na física (que, à época, eram, em muitos casos, essencialmente indistinguíveis e praticadas pelas mesmas pessoas).

No século XVIII assistiu-se a um progresso nas ciências matemáticas sem paralelo histórico (Katz, 1998), (Klein, 1972). Inúmeros matemáticos ficaram registados para a história

emprestando o seu nome para designar teoremas, fórmulas, ou métodos e cujos nomes são conhecidos de todos os que alguma vez estudaram matemática ao nível do primeiro ciclo universitário (d'Alembert, Daniel, Johann e Nicolaus Bernoulli, Lagrange, Laplace, Legendre, Maclaurin, Taylor, Ricatti, Stirling) e mesmo em Portugal, nesta época já longe dos seus tempos de proeminência nas ciências, surge um matemático de invulgar estatura: José Anastácio da Cunha (Domingues, 2023a, 2023b). Nesta plêiade um nome merece particular destaque: Leonhard Euler (1707-1783), o matemático e físico suíço que foi um dos mais extraordinários matemáticos de todos os tempos e cujo nome está ligado a imensos resultados em variadas áreas da matemática e da física (Calinger, 2016).

Num artigo que gira em torno dos matemáticos e da matemática na Europa, talvez seja esta a altura adequada para ilustrar o génio de Euler apresentando (sem demonstração!) o que é, talvez, o mais curto e surpreendente dos resultados associados ao seu nome: a identidade de Euler, que é um caso particular da fórmula de Euler que relaciona as funções trigonométricas seno e cosseno com a exponencial no corpo complexo. A fama da identidade de Euler reside, talvez, na forma como relaciona entre si os cinco mais importantes números da matemática (0 , 1 , a razão entre o perímetro e o diâmetro da circunferência π , a base dos logaritmos neperianos e , e a unidade imaginária $i = \sqrt{-1}$) em uma fórmula de uma beleza e simplicidade desarmante: $e^{i\pi} + 1 = 0$.



Fig. 5. Jakob Emanuel Handmann: Leonhard Euler, 1753. (fonte: Kunstmuseum Basel, Wikipedia)

Servindo os ombros dos gigantes dos séculos anteriores, e nomeadamente os do século XVIII, de bases sólidas nas quais novos gigantes (Abel, Bolyai, Bolzano, Cantor, Cauchy, Dirichlet, Fourier, Gauss, Klein, Liouville, Lobachevskii, Poincaré, Riemann, Weierstrass, e tantos outros...) se puderam erguer, o progresso da matemática na Europa no século XIX prosseguiu a um ritmo acelerado. Mas o século XIX não foi “apenas” uma continuação dos séculos anteriores: o rápido progresso da matemática no século anterior e, em particular, o do cálculo infinitesimal tinha assentado em bases que não eram logicamente tão sólidas quanto eram, ou, pelo menos, pareciam ser, as dos *Elementos* de Euclides. Um dos feitos notáveis da matemática do século XIX foi o de, progressivamente, tornar rigorosas noções e entidades que eram usadas, mas cuja definição, quando explícita, não era inteiramente rigorosa. Tal veio a reconhecer-se como particularmente premente no cálculo infinitesimal, e deu origem, na segunda metade do século, ao processo de aritmetização da Análise Matemática, o qual esteve também na origem da

criação do segundo feito notável: a Teoria dos Conjuntos (Gray, 2015). O terceiro feito notável foi a criação das geometrias não-euclidianas, revolucionando profundamente a Geometria, uma área da matemática que se julgava essencialmente “terminada” desde a Antiguidade (Gray, 2011).

O processo de abstração e aprofundamento dos fundamentos da matemática iniciado no século XIX, a que Jeremy Gray chamou a «transformação modernista da matemática» (Gray, 2008), vai continuar a aprofundar-se no século XX, com o surgimento de ramos inteiramente novos (embora, naturalmente, com origem em áreas mais clássicas), tais como a Topologia, a Geometria Algébrica, as Ciências da Computação, os Sistemas Dinâmicos, a Análise Funcional, e também no imenso e revolucionário desenvolvimento de áreas clássicas, como a Lógica, a Geometria Diferencial, as Equações Diferenciais, ou a Álgebra, num processo que continua neste primeiro quartel do século XXI e de que não se vislumbra abrandamento.

Desde a Renascença até ao final do século XIX a matemática mundial foi, essencialmente, matemática feita na Europa. A situação começa a alterar-se no final do século XIX com o aparecimento de importantes trabalhos matemáticos provenientes dos Estados Unidos (e.g.: por Josiah Gibbs (1839-1903) e George Hill (1838-1914)) e prossegue aceleradamente no século XX, com importantes, por vezes geniais, contribuições provenientes do resto do mundo, como por exemplo por Srinivasa Ramanujan (1887-1920), indiano; Chen Jingrun (1933-1996), chinês; Kiyosi Itô (1915-2008), japonês, entre muitos outros. O número de importantes contribuições provenientes de matemáticos não-Ocidentais aumentou à medida que o século XX se transformou no XXI. Nesta altura, há muito que a Europa deixou de ser hegemónica na produção de conhecimento matemático. Continuando a ser um continente com uma importante quantidade de profissionais matemáticos trabalhando na academia e na indústria, com criação de matemática do mais

elevado nível, há já várias décadas que o centro de produção matemática mundial se deslocou para os Estados Unidos, e, mais recentemente, conta também com importantes centros de pesquisa em países do chamado Sul Global, como o Brasil, a Índia, ou a China.

A produção matemática deixou, assim, de ser um exclusivo da Europa e tornou-se novamente global, enriquecida com os saltos gigantescos produzidos pelos europeus nestes últimos seis séculos.

3. Os matemáticos na sociedade europeia

Se bem que, até meados do século XX, os matemáticos trabalhassem, usualmente, sós, não estavam isolados: Nos séculos XVII e XVIII os contactos epistolares entre (sobretudo) homens que atualmente designaríamos por intelectuais, incluindo matemáticos, que se tinham iniciado na Baixa Idade Média e incrementado durante o Renascimento, tornaram-se ainda mais frequentes: a «República das Letras» constituía uma comunidade pan-Europeia (incluindo também as colónias na América) que possibilitava a troca de ideias e de novidades científicas e culturais ultrapassando as por vezes agitadas águas políticas do continente europeu (Edelstein, 2017), (Simon, 2020).

Foi também nesses séculos que surgiram as primeiras instituições nacionais dedicadas ao cultivo das Ciências, como a *Accademia Nazionale dei Lincei* (1603), em Roma, a *Royal Society* (1660), em Londres, a *Académie des Sciences* (1666), atualmente parte do *Institut de France*, em Paris, a Academia de Ciências da Prússia (1700), em Berlim, a Academia das Ciências de São Petersburgo (1724), a Academia Real de Ciências da Suécia (1739), ou a Academia de Ciências de Lisboa (1779). Tendo como antecedentes os círculos privados de cidadãos (normalmente homens) interessados em partilhar conhecimentos e experiências sobre aspetos da Filosofia Natural, a evolução interna destas academias humanistas renascentistas e a dinâmica própria das sociedades absolutistas de que faziam parte resultou na

sua institucionalização como entidades oficiais sob o Antigo Regime (Frängsmyr, 1990, pp. 3-12), (McClellan III, 1985), (Ornstein, 1928). Os matemáticos tiveram, desde o início, uma participação ativa nas classes de Ciências dessas academias e as publicações dessas instituições passaram a ser um importante veículo de difusão de novos resultados, tendo, algumas delas, evoluído para se tornarem atualmente das mais prestigiadas revistas científicas mundiais. Um caso paradigmático foi Leonhard Euler, o qual fez toda a sua carreira na Academia de Ciências de São Petersburgo (1727-1741 e 1766-1783) e na Academia de Ciências da Prússia (1741-1766), tendo mesmo exercido funções administrativas importantes (Calinger, 2016), e quando Euler deixou Berlim foi substituído pelo matemático italiano Joseph-Louis Lagrange^[4] (1736-1813); estes casos estão longe de serem singulares: as academias de ciências eram instituições nacionais com uma filiação internacional, o que, na época, essencialmente significava europeia.

Tal internacionalismo na constituição das academias não impedia que as mesmas estivessem ao serviço do Estado que as patrocinava, o qual, no continente europeu, era, à época, absolutista. Esta tendência para uma nacionalização destas instituições, presente desde a sua criação em paralelo com o cosmopolitismo herdado da República das Letras, vai, aliás, incrementar-se com as convoluções despertadas pela Revolução Francesa, com o surgimento do período romântico e com a cristalização de ideologias nacionalistas ao longo do século XIX (cf., e.g., (Porter, 1992, cap. 9) e (Frängsmyr, 1990, pp. 95-119).)

É precisamente na segunda metade do século XIX que surge na Europa uma forma de organização dos matemáticos mais independente dos poderes dos estados (pelo menos em princípio) e também mais especificamente dedicada à matemática: as sociedades matemáticas. A mais antiga sociedade matemática da Europa ainda atualmente ativa é

a Real Sociedade Matemática dos Países- Baixos (*Wiskundig Genootschap*), fundada em 1778, mas após esta data é preciso esperar pela década de 1860 para que sociedades nacionais de matemáticos surgissem na Chéquia, então parte do Império Austro-Húngaro, (*Jednota českých matematiků a fyziků*) em 1862, na Rússia (Московское математическое общество) em 1864, em Inglaterra (*London Mathematical Society*), em 1865, e na Finlândia, então parte do Império Russo, (*Suomen Matemaattinen Yhdistys*), em 1868. Esta dinâmica continua nas décadas seguintes do século XIX e no século XX, com os matemáticos dos diversos países europeus a organizarem-se de acordo com filiações nacionais, mas também, mais recentemente, de especialidade dentro da matemática, surgindo em muitos países sociedades de estatística, de investigação operacional, de matemática aplicada e/ou industrial, de lógica, etc. Portugal não foi exceção a esta tendência e várias sociedades científicas ligadas à matemática foram criadas a partir de meados do século XX e atualmente mantêm atividades em aspetos ligados à investigação, ensino e divulgação, bem como à intervenção pública junto das autoridades políticas e do tecido empresarial: Sociedade Portuguesa de Matemática (1940), Associação Portuguesa de Investigação Operacional (1978), Sociedade Portuguesa de Estatística (1980), Associação Ludus (2006) e Sociedade Portuguesa de Lógica (2022).

Um estudo sobre as sociedades nacionais de matemática na Europa, o seu papel na organização dos profissionais de matemática e a sua intervenção no espaço social, análogo aos que existem sobre as academias (como sejam (McClellan III, 1985) e (Ornstein, 1928)) está ainda por fazer e informação sobre estes temas tem atualmente de ser recolhida nos sítios na internet das sociedades (que, por vezes, são parcos em informações), ou nos breves artigos que foram sendo publicados entre 1991 e 2022 na revista *Newsletter/Magazine of the European Mathematical Society* (<https://ems.press/journals/mag/read>) sobre as cinquenta sociedades matemáticas de países europeus

(e de Israel) que são (ou foram à data de publicação do artigo) sócios (*full members*) da Sociedade Europeia de Matemática (*European Mathematical Society*). Esta sociedade, criada apenas em 1990, tem o objetivo de aproximar e estimular a cooperação entre matemáticos e sociedades matemáticas dos vários países europeus e a próxima e última secção deste trabalho pretende apresentar, em breves traços, a sua história e os principais sucessos conseguidos nas suas pouco mais de três décadas de vida.

4. A Sociedade Europeia de Matemática

A *European Mathematical Society* (EMS) foi criada em 1990 com o objetivo de promover a cooperação matemática na Europa (*Thirty Years, 2020*) (Wallace, 1999). A ideia da criação de uma sociedade europeia começou a ser discutida em 1976, durante os esforços da *European Science Foundation* (ESF) para promover a cooperação entre sociedades matemáticas nacionais na Europa. Os esforços resultaram na formação do *European Mathematical Council* (EMC) inicialmente composto principalmente por representantes de países ocidentais, tendo posteriormente evoluído para incluir delegados da Europa Oriental e Ocidental.

O contexto em que se desenvolveu a ideia de uma sociedade matemática europeia foi o da Guerra Fria. Esta limitou consideravelmente os intercâmbios entre matemáticos, e cientistas em geral, do lado de trás da Cortina de Ferro e da Europa Ocidental. Dois exemplos típicos do impacto de tal situação: em primeiro lugar, quando participaram no Congresso Internacional de Matemáticos (ICM) de 1978, em Helsínquia, os matemáticos soviéticos ficaram num navio soviético estacionado no porto, enquanto Gregori Margulis não pôde estar presente para receber a Medalha Fields; e, em segundo lugar, o adiamento do ICM que se realizaria em Varsóvia, em 1982, para o ano seguinte, devido à Lei Marcial. Nas palavras de Jean-Pierre Bourguignon, um dos delegados franceses à Assembleia Geral

da União Internacional de Matemática realizada em Varsóvia em 1982, era claro o elevado nível de tensão causado pela situação política, que induziu graves limitações à liberdade de circulação. Outro exemplo das dificuldades extremas que os matemáticos soviéticos enfrentavam para viajar são os esforços extraordinários que foram necessários para conseguir que o matemático soviético Israel Gelfand participasse na reunião dedicada ao Património Matemático de Élie Cartan, em 1984, em Lyon, e o facto de ter sido acompanhado por um acompanhante que tinha de se certificar das pessoas com quem se encontrava.

É ainda mais notável que, no ICM de Helsínquia de 1978, alguns matemáticos se tenham reunido para discutir o que poderia ser uma estrutura europeia que ajudasse a ultrapassar esta separação tão prejudicial. Estabeleceram a base para a EMS, uma estrutura continental, uma vez que, para abordar este problema, a Europa tinha de ser entendida da forma mais alargada possível. Nessa altura, a União Europeia era constituída por 9 países.

Em 1986 começaram a ser dados os primeiros passos para a constituição de uma sociedade europeia de matemática, inspirada na Sociedade Europeia de Física. O projeto de estatutos foi discutido no *Mathematisches Forschungsinstitut Oberwolfach* em 1988, sendo subsequentemente revisto pelas várias sociedades participantes.

Madralin, situada numa zona arborizada a cerca de 20 quilómetros de Varsóvia, é o local de uma atraente residência de campo da Academia das Ciências da Polónia. Foi este o palco para a reunião fundadora da EMS, em 1990.



Fig. 6. Sir Michael Atiyah assinando a carta fundadora da EMS em Madralin, 1990. Outros são, da esquerda para a direita: Fritz Hirzebruch, László Marki, Aatos Lahtinen, Jean-Marc Deshouillers, Andrzej Pelczar, e Chris Lance (fonte: foto de Prof. Ivan Ivansic em (Thirty Years, 2020))

Durante a reunião em Madralin houve algumas divergências sobre a forma como a Sociedade Europeia de Matemática deveria ser organizada. No entanto, após intensas discussões, foi acordado que a discussão sobre os objetivos e atividades poderia acontecer em conjunto com a análise dos estatutos.

Houve um total de 28 sociedades matemáticas representadas em Madralin, das quais 27 expressaram o desejo de se tornarem membros de pleno direito da EMS. A Sociedade de Matemática da antiga República Democrática Alemã seria dissolvida devido às alterações políticas da época.

Após um almoço e comemorações, o EMC foi formalmente dissolvido e os delegados reorganizaram-se como o Conselho da EMS. Nesse momento, a EMS foi oficialmente constituída de acordo com a legislação finlandesa, com sede em Helsínquia.

Foram eleitos, de acordo com os Estatutos, um Presidente (Friedrich Hirzebruch (1927-2012)) e uma Comissão Executiva, da qual fazia parte o matemático português António St. Aubyn (1937-2016).

Assim, a EMS foi fundada como uma organização que busca promover a cooperação entre as sociedades matemáticas europeias e impulsionar o desenvolvimento da matemática na Europa. No final deste artigo incluímos umas breves reminiscências do delegado de Portugal nesse importante evento, o prof. José Francisco Rodrigues, da Universidade de Lisboa, à data vice-presidente da Sociedade Portuguesa de Matemática.

Um dos primeiros projetos que a Comissão Executiva da EMS promoveu foi a criação de uma revista científica de alto nível, o *Journal of the EMS*. Inicialmente publicado pela Springer-Verlag, pôde encontrar a sua forma atual graças à generosa parceria oferecida pelo ETH Zurich, que permitiu a criação da EMS Publishing House (EMSPH).

Uma das iniciativas cruciais de uma primeira fase da EMS, já sob a presidência de Jean-Pierre Bourguignon (n. 1947), foi a de estabelecer uma parceria com a Heidelberg Akademie der Wissenschaften, o Fachinformationszentrum sediado em Karlsruhe e a Springer-Verlag como parceiro da base de dados Zentralblatt MATH. A questão era nada mais nada menos do que a sobrevivência da base de dados. Isto aconteceu depois de uma tentativa falhada de desenvolver uma parceria com a Mathematical Reviews, que a American Mathematical Society (AMS) rejeitou, pois só aceitaria uma aquisição. A parceria entre EMS e a Zentralblatt MATH, institucionalizada no European Mathematical Information Service (EMIS), (Wegner, 2015), proporcionou uma maior visibilidade à base de dados e deu outra dimensão à sua ação. O acesso à base de dados foi um dos serviços oferecidos pelo EMIS aos membros da EMS. Atualmente, não apenas a Zentralblatt MATH é competitiva face à MathSciNet, a versão digital da Mathematical Reviews, como, em

certos aspetos, assumiu a liderança: com o apoio das estruturas públicas alemãs, o *Zentralblatt MATH*, rebatizado *zbMATH Open*, passou a ser de domínio público em 2021 (<https://zbmath.org/>). Assim, qualquer pessoa, em qualquer lado do Mundo, com apenas um acesso à rede, tem acesso a toda a informação constante da base de dados, o que a torna uma ferramenta poderosíssima para qualquer matemático.

A EMS tem desenvolvido com sucesso muitas outras atividades: escolas de verão, apoio às mulheres na Matemática (e nunca se deve deixar de sublinhar que a Matemática continua a ser uma das disciplinas científicas que envolve das mais baixas percentagens de mulheres, apesar de alguns progressos recentes), embora a situação em Portugal seja, neste aspeto, notavelmente melhor do que a europeia (Castro e Mendes Lopes, 2018), uma Comissão de Ética cuja primeira tarefa foi editar um “Código de Prática”, uma Comissão para os países em desenvolvimento, uma plataforma para empregos na Matemática, entre muitas outras. A sua revista, até 2020 chamada *Newsletter of the EMS* e a partir daí *EMS Magazine*, tornou-se uma referência entre os matemáticos europeus e as várias sociedades matemáticas nacionais devido ao seu conteúdo muito substancial e atual.



Fig. 7. Capa do número 128 (junho de 2023) do EMS Magazine. (fonte: <https://euromathsoc.org/magazine/issues/128>)

Um dos pontos de intervenção mais marcantes da EMS foi a criação da sua Editora (*EMS Publishing House*) em 2001, em Zurique. O objetivo sempre foi o de melhor servir a comunidade matemática, assumindo o controlo do processo de publicação e retirando o controlo das publicações às grandes editoras comerciais.

Em 2019 a editora mudou-se para Berlim e foi refundada como *EMS Publishing House GmbH*, uma empresa pertencente à EMS. Esta organização criou uma marca: a *EMS Press*. A editora é supervisionada por um conselho de supervisão da EMS, que se reúne semestralmente e autoriza as principais decisões da empresa. Atualmente, a *EMS Press* publica mais de 20 revistas científicas, entre as quais a *Portugaliae Mathematica*, propriedade da Sociedade Portuguesa de Matemática. Publica também cerca de 15 livros por ano, contando com uma lista de cerca de 200 títulos.

Neste momento, a *EMS Press* funciona com um modelo de publicação inovador, o chamado *Subscribe to Open (S2O)*: em cada ano, a partir do momento em que as assinaturas cheguem a um nível pré-definido, as publicações passam a estar em Acesso Aberto (sem APCs), permanecendo nessa modalidade desde que o número de assinantes não diminua substancialmente a fim de assegurar o equilíbrio financeiro das operações. O processo tem funcionado muito bem, garantindo um excelente serviço à sociedade e à comunidade matemática em geral. Ao utilizar tecnologias modernas, a Imprensa pretende aumentar a produção editorial.

O evento de maior dimensão, e num certo sentido emblemático, organizado pela EMS é o *European Congress of Mathematics (ECM)*. Trata-se de um grande congresso quadrienal, cobrindo todas as áreas de Matemática, que tem lugar nos anos bissextos[5], alternando assim com o também quadrienal *International Congress of Mathematicians (ICM)* organizado pela *International Mathematical Union (IMU)*.



Fig. 8. Sessão de abertura do 7.º ECM, Berlim, 2016.
(fonte: ICMAT, foto de Ágata Timón)

Estes dois eventos são as maiores conferências mundiais de Matemática. O primeiro ECM realizou-se em Paris, em 1992. Desde então, o congresso tem sido organizado em várias cidades europeias, com a preocupação de transportar a comunidade matemática a toda a diversidade geográfica e cultural do espaço europeu, promovendo assim a colaboração pan-europeia.

- 1992: Paris, França
- 1996: Budapeste, Hungria
- 2000: Barcelona, Espanha
- 2004: Estocolmo, Suécia
- 2008: Amsterdão, Países Baixos
- 2012: Cracóvia, Polónia
- 2016: Berlim, Alemanha
- 2021: Portorož, Eslovénia
- 2024: Sevilha, Espanha

A localização do ECM de 2028, escolhida em julho de 2024, será Bolonha.

O ECM é um evento científico de grandes dimensões; o 9.º ECM, Sevilha 2024, movimentou cerca de 1500 matemáticos.

Na sessão de abertura do ECM são apresentados os vencedores dos Prémios atribuídos pela EMS, criados em 1992 com o objetivo de reconhecer contribuições de excelência de investigadores em início de carreira. Os galardoados devem ter 35 anos de idade ou menos no momento da nomeação e devem ser de nacionalidade europeia ou estar a trabalhar na Europa. São atribuídos até dez Prémios EMS em cada ECM.

Os Prémios EMS são atribuídos por uma comissão especialmente constituída para o efeito, nomeada mais de dois anos antes e cuja composição permanece secreta até ao anúncio dos Prémios. Esta comissão avalia as nomeações, estuda os seus trabalhos e seleciona os galardoados.

Muitos dos vencedores do Prémio EMS alcançaram, posteriormente, outras elevadas distinções na área da Matemática, incluindo a mais prestigiada de todas: a Medalha Fields, atribuída de forma semelhante quadrienalmente nos ICM. Foram os casos, por exemplo, de Richard Borcherds (1992), Maxim Kontsevich (1992), Timothy Gowers (1996), Grigori Perelman (1996) – que provou a famosa conjectura de Poincaré e que, tendo ganho a Medalha Fields em 2006, a recusou –, Wendelin Werner (2000), Stanislav Smirnov (2004), Andrei Okounkov (2004), Elon Lindenstrauss (2004), Cédric Villani (2008), Artur Ávila (2008), Alessio Figalli (2012), Peter Scholze (2016), Hugo Dominil-Copin (2016), James Maynard (2016) e Maryna Viazovska (2020). Na realidade, pode estrabecer-se uma correlação bastante grande entre estes prémios matemáticos: cerca de dois terços das Medalhas Fields são atribuídas a matemáticos previamente galardoados com Prémios EMS, o que mostra bem o rigor com que ambas as seleções (completamente independentes) são

realizadas e também a relevância mundial que continua a ter a matemática feita na Europa ou por expatriados europeus.

Para além dos Prémios EMS foram, entretanto, estabelecidos outros cinco prémios: o Prémio Felix Klein, introduzido em 2000 para distinguir soluções excecionais para problemas industriais utilizando métodos matemáticos sofisticados; o Prémio Otto Neugebauer, estabelecido em 2012 para reconhecer trabalhos na História da Matemática; o Prémio EMS/ECMI Lánzos para software matemático, estabelecido em 2023; e o Prémio Paul Lévy em Teoria da Probabilidade, estabelecido também em 2023. Todos estes prémios são também apresentados na sessão de abertura do ECM.

Com estas atividades a European Mathematical Society tem procurado não apenas estimular o progresso científico mas também promover a coesão da comunidade matemática a nível continental, o que é particularmente importante numa altura em que as forças centrípetas, nacionalistas, mais uma vez agitam o continente europeu. Como matemáticos, portugueses e europeus, só podemos esperar que esta intenção seja bem-sucedida e contribuir, na medida das nossas capacidades, para este sucesso.

REMINISCÊNCIAS SOBRE A SPM E A FUNDAÇÃO DA EMS

por JOSÉ FRANCISCO RODRIGUES

A Sociedade Portuguesa de Matemática (SPM) foi uma das 27 sociedades europeias fundadoras da *European Mathematical Society*, no dia 28 de outubro de 1990, em Madralin, numa residência da Academia das Ciências Polaca, situada nos arredores de Varsóvia. Na altura Vice-Presidente da SPM e na qualidade de delegado desta, tive o privilégio de participar naquele acontecimento histórico. A SPM já tinha participado, através do anterior Vice-Presidente, José Esgalhado Valença, no EMC, criado

em 1978 e que antecedeu a EMS. Fui, ainda nessa mesma qualidade, o delegado da SPM à primeira assembleia geral da EMS, que se realizou em Paris em 1992, por ocasião do primeiro *European Mathematical Congress*, e se passou a chamar *European Mathematical Council*.

A reunião fundadora começou sob o signo de fortes divergências de opinião quanto à forma de organização da Sociedade Europeia de Matemática. A delegação francesa, sob a direção de Jean-Pierre Bourguignon, na altura o presidente da Sociedade Francesa de Matemática, suscitou a prévia discussão dos objetivos e das atividades da futura EMS, antes de se discutir e aprovar os estatutos e o regulamento. Em particular, os franceses não aceitaram uma versão inicial dos estatutos que implicava que a EMS seria uma federação de sociedades nacionais e assim, em alternativa a ser uma sociedade só de sócios individuais, foi proposta uma solução mista, de sociedade de sociedades e de membros individuais. O delegado português, que desde o início apoiara a convergência da posição francesa com o compromisso obtido, contribuiu para a discussão e para a obtenção consensual dos estatutos. Procedeu-se à eleição do Presidente, Fritz Hirzebruch (Bona), dos dois Vice-Presidentes, Alessandro Figà-Talamanca (Roma) e Czeslaw Olech (Varsóvia), do Secretário, do Tesoureiro e dos restantes cinco membros constituintes da Comissão Executiva, que incluiu António St Aubyn (Lisboa). Logo a seguir, este viria a ser Presidente da SPM tendo organizado, em Lisboa, uma das primeiras reuniões da Comissão Executiva da EMS.

Entre os vários fundadores presentes e já falecidos, recordo com especial apreço Michael Atiyah (1929-2019), último presidente do EMC e grande entusiasta da criação da EMS, que efetuou em Portugal a *Pedro Nunes' Lecture* do Centro Internacional de Matemática (em colaboração com

a SPM) em 2011, e o então Presidente da Sociedade Matemática Polaca, Andrzej Pelczar (1937-2010), que, enquanto ex-Reitor da Universidade Jaguelónica, e por ocasião da minha visita a Cracóvia em 1995, me mostrou o magnífico *Collegium Maius*, onde Copérnico estudou, e me proporcionou uma visita a Auschwitz, e, mais tarde, foi o responsável do 6th ECM se ter realizado naquela cidade em 2012, onde participei com uma conferência convidada sobre *Some mathematical aspects of the planet Earth*. Havendo desde o início da EMS a possibilidade de sócios individuais, manifestei a minha vontade de o ser desde o início, como aliás aconteceu com a maioria dos participantes, e, ainda antes do final da reunião em Mandralin, questionei diretamente a nova sociedade, já formalmente constituída, quem seria o sócio individual n.º 1. O primeiro e natural nome que se manifestou foi Michael Atiyah, mas a maioria dos presentes não aderiu à ideia e os sócios individuais ainda hoje não têm número.

Outro dos influentes fundadores presentes foi Jean-Pierre Bourguignon, que foi Diretor do *Institut de Hautes Études Scientifiques* (IHES) entre 1994 e 2013, presidente da EMS no período 1995-1998 e é, desde 2017, membro correspondente da Academia das Ciências de Lisboa. Jean-Pierre foi o grande animador do *European Post-Doctoral Institute for the Mathematical Sciences*, baseado no *Institut des Hautes Études Scientifiques*, de cujo *Scientific Committee* fui membro entre 1996 e 2005. A sua intervenção na recuperação do *Zentralblatt MATH* foi essencial desde os anos da sua presidência da EMS, começando um longo processo que, até ao acesso livre daquela base de dados das publicações matemáticas em 2021, contou com o apoio do *Electronic Publications Committee* da EMS, que integrei entre 2004 e 2012, e com a crítica construtiva do *Scientific Users Committee* do *Zentralblatt MATH*, a que tive a honra de presidir no

quadriénio 2013-2016.

A interação e colaboração entre a EMS e a SPM mantêm-se ativa em vários aspetos, em particular desde a criação da *EMS-Publishing House*, em 2001, que iniciou a publicação anual de revistas matemáticas em 2003 com *Interfaces and Free Boundaries*, uma revista que foi fundada na Universidade de Lisboa, que se começou a publicar em 1999 com a *Oxford University Press*, e que passou a publicar, desde 2007, a *Portugaliae Mathematica*, uma revista da SPM criada em 1937. Se a SPM não foi feliz na *Bid* para co-organizar o 9th *European Mathematical Congress* em Lisboa em 2024, irá no entanto acolher o *European Mathematical Council* no verão de 2026 na Academia das Ciências de Lisboa.

Eburobritium in Mari, 29 de outubro de 2024.



Fig.9. José Francisco Rodrigues nos anos 1990
(fonte: foto do autor)

Referências

AL-KHALILI, J. (2010). *Pathfinders*, Allen Lane. [A Casa da Sabedoria (2024), Edições 70]

CALINGER, R.S. (2016). *Leonhard Euler: Mathematical Genius in the Enlightenment*, Princeton University Press.

CASTRO, S., Mendes Lopes, M., Um Retrato das Mulheres Matemáticas em Portugal, *Boletim da Sociedade Portuguesa de Matemática*, 76 (2018) 181-192.

DOMINGUES, J.C., *Geometry and Analysis in Anastácio da Cunha's Calculus*, *Archive for History of Exact Sciences*, 77 (2023a) 579-600.

DOMINGUES, J.C., *The Repercussion of José Anastácio da Cunha in Britain and USA in the Nineteenth Century*, *BSHM Bulletin*, 29 (2023b) 32-50.

EDELSTEIN, D., Findlen, P., Ceserani, G., Winterer, C., Coleman, N., *Historical Research in a Digital Age: Reflections from the Mapping the Republic of Letters Project*, *The American Historical Review*, 122 (2), (2017) 400-424.

ESTRADA, M.J., Sá, C.C., Queiró, J.F., Silva, M.C., Costa, M.J. (2000). *História da Matemática*, Universidade Aberta.

Euclid's Elements. (2002). (Editado por D. Densmore; traduzido por T.L. Heath). Green Lion Press.

FRÄNGSMYR, T. (organização), (1990). *Solomon's House Revisited: The Organization and Institutionalization of Science*, Nobel Symposium 75, Science History Publications.

GOMES TEIXEIRA, F. (1934). *História das Matemáticas em Portugal*, Academia das Ciências de Lisboa.

GRAHAM, H., *Irish Monks and the Transmission of Learning*, *The Catholic Historical Review*, 11 (3), (1925) 431-442.

GRAY, J. (2008). *Plato's Ghost: The Modernist Transformation of Mathematics*, Princeton University Press.

GRAY, J. (2011). *Worlds Out of Nothing: A Course in the History of Geometry in the 19th Century*, Springer Undergraduate Mathematics Series, Springer-Verlag.

GRAY, J. (2015). *The Real and the Complex: A History of Analysis in the 19th Century*, Springer Undergraduate Mathematics Series, Springer-Verlag.

Greek Mathematical Works, Volume I: Thales to Euclid (1939). Loeb Classical Library 335, Harvard University Press.

Greek Mathematical Works, Volume II: Aristarchus to Pappus (1941). Loeb Classical Library 362, Harvard University Press.

HILBERT, D. (1899). *Grundlagen der Geometrie*, Teubner. [Fundamentos da Geometria (2003), Gradiva]

KATZ, V.J. (1998). *A History of Mathematics: An Introduction*, 2ª Edição, Addison Wesley. [História da Matemática (2010), Fundação Calouste Gulbenkian]

KLINE, M. (1972). *Mathematical Thought from Ancient to Modern Times*, Oxford University Press.

LEITÃO, H., *O primeiro matemático português? Rolando de Lisboa (fl. 1424)*. *Jornal de Matemática Elementar*, 292 (2011) 1-5. (<https://ludicum.org/wp-content/uploads/2024/01/JME-292-Novo.pdf>)

MALLETTE, K. (2010). *European Modernity and the Arab Mediterranean: Toward a New Philology and a Counter-Orientalism*, University of Pennsylvania Press.

MARTOS QUESADA, J., *Los estudios sobre el desarrollo de las matemáticas en al- Andalus: estado actual de la cuestión*, *Dynamis Acta Hisp. Med. Sci. Hist. Illus.*, 21 (2001) 269-293.

MELO, F. (2014). *Obras Matemáticas, vol. 1: Edição crítica e tradução* (Bernardo Mota, Henrique Leitão). Biblioteca Nacional de Portugal / Centro de Estudos Clássicos.

McCLELLAN III, J.E. (1985). *Science Reorganized: Scientific Societies in the Eighteenth Century*, Columbia University Press.

Oceanos, 49 (janeiro/março 2002). Número dedicado a Pedro Nunes, (organizado por Francisco C. Domingues e Henrique Leitão.)

ORNSTEIN, M. (1928). *The Rôle of Scientific Societies in the Seventeenth Century*. The University of Chicago Press.

PORTER, R., Teich, M. (organização), (1992). *Scientific Revolution in National Context*, Cambridge University Press.

SIMON, F. (2020). *The Republic of Letters (seventeenth-eighteenth centuries)*, Encyclopédie d'histoire numérique de l'Europe [online], publicado: 22/06/2020. <https://ehne.fr/en/node/12466>

Thirty Years of EMS: Report 2020. (2020). European Mathematical Society. (<https://directus.backend.euromathsoc.org/assets/dfc94c97-e006-4fa3-abc4-72b142a34223>)

VAN BRUMMELEN, G. (2009). *The Mathematics of the Heavens and the Earth: The Early History of Trigonometry*, Princeton University Press.

WALLACE, D.A.R. (1999). *The History of the European Mathematical Society: 1990-98*. [online], <https://directus.backend.euromathsoc.org/assets/b9b291ef-a803-4188-9648-d36972f60426>

WEGNER, B., Teschke, O., *EMIS – 20 Years of Cooperation of the EMS with FIZ Karlsruhe/zbMATH*, *EMS Newsletter*, No. 97 (2015) 18-20.

Notas

- [1] Em alguns casos a perda não foi definitiva, mas apenas muito recentemente, e no âmbito de projetos de investigação recorrendo a tecnologia de ponta, foi possível proceder à sua recuperação, como foi o caso do chamado Codex C, de Arquimedes (Netz, R., Noel, W. (2007). *Codex Arquimedes*, Edições 70), e, mais recentemente, com manuscritos não-matemáticos de uma biblioteca descoberta na cidade de Herculano (Weber, T. *The Race to Decode na Ancient Scroll*, Scientific American, 330, (4), (2024) 22-30).
- [2] Até ao final do século XIV a álgebra, mesmo a árabe, era inteiramente retórica e a introdução de simbologia própria nos trabalhos e textos matemáticos foi um processo extremamente lento tendo a notação e simbologia da álgebra ficado estabilizada apenas em meados do século XVII, e bastante depois desta data em outras áreas mais recentes da matemática, num processo que vai continuando à medida que novas áreas vão sendo criadas, necessitando de novas notações para representar novos conceitos (Cajori, F. (1993). *A History of Mathematical Notations*, Dover).
- [3] A astronomia na tradição da Antiguidade Clássica era, essencialmente, algo que hoje se poderia classificar como “matemática aplicada”, ou, nas palavras de Owen Gingerich numa recente edição do Almagesto: «In many respects Ptolemy’s Almagest is to applied mathematics as Euclid’s Elements is to pure mathematics» (vd. Toomer, G.J. (1998). *Ptolemy’s Almagest*, Princeton University Press, página viii.)
- [4] Nascido Giuseppe Lodovico Lagrangia, em Turim.
- [5] Com a exceção de 2020, em que o Congresso foi adiado um ano em virtude da pandemia.

Interdependências das sociedades e da natureza nas inovações democráticas para a transição ecológica no contexto do New Green Deal - o caso do Projeto H2020 Phoenix

Interdependencies between societies and nature in democratic innovations for the ecological transition in the context of the New Green Deal - the case of the H2020 Phoenix Project

Fátima Alves
Diogo Guedes Vidal

Resumo

Partindo da experiência de participação no projeto europeu “PHOENIX: the rise of citizens voices for a Greener Europe” este artigo propõe-se dar conta da abordagem desenvolvida para a integração das vozes da natureza nos processos deliberativos e participativos, como parte da Transição Ecológica delineada pelo *European Green Deal*. Desafiando as visões convencionais que historicamente relegaram os não humanos a uma posição marginal nos debates políticos e nos processos participativos, a proposta de integração de representantes da natureza nos processos democráticos reflete uma visão mais ampla, reconhecendo moralmente os não humanos como participantes legítimos da esfera política. Destaca-se, neste sentido, a necessidade de um modelo de cidadania discursiva, que seja pluralista, reflexivo e transnacional, promovendo a comunicação interespecies como parte essencial da transformação ecológica.

Palavras-chave: Direitos da Natureza; Inovação Democrática; Transição Ecológica; New Green Deal

Fátima Alves

Departamento de Ciências Sociais e Gestão, Universidade Aberta, Lisboa, Portugal
Centro de Ecologia Funcional – Ciências para as Pessoas & o Planeta (CFE), Laboratório Associado TERRA, Departamento de Ciências da Vida (DCV), Universidade de Coimbra (UC), Coimbra, Portugal

Diogo Guedes Vidal

Departamento de Ciências Sociais e Gestão, Universidade Aberta, Lisboa, Portugal
Centro de Ecologia Funcional – Ciências para as Pessoas & o Planeta (CFE), Laboratório Associado TERRA, Departamento de Ciências da Vida (DCV), Universidade de Coimbra (UC), Coimbra, Portugal

 [0000-0003-2600-8652](https://orcid.org/0000-0003-2600-8652)
[0000-0002-2777-2372](https://orcid.org/0000-0002-2777-2372)

Abstract

Based on the experience of participating in the European project “PHOENIX: the rise of citizens’ voices for a Greener Europe,” this article proposes an innovative approach to integrating the voices of nature into deliberative and participatory processes as part of the Ecological Transition outlined by the European Green Deal. Challenging conventional views that have historically relegated non-humans to a marginal position in political debates, the proposal to integrate representatives of nature into democratic processes reflects a broader vision, morally recognising non-humans as legitimate participants in the political sphere. In this regard, the need for a model of discursive citizenship is highlighted, one that is pluralistic, reflective, and transnational, promoting interspecies communication as an essential part of ecological transformation.

Keywords: Rights of Nature; Democratic Innovation; Ecological Transition; New Green Deal

1. Introdução

Historicamente, a Natureza tem sido entendida como uma condição de oposição à organização da vida social, afirma Latour (2004), reportando simbólica e pragmaticamente a elementos não humanos em coletivos natureza/cultura que variam de acordo com as posições relativas de cada um. Tendo isso em mente, o caminho de transição proposto pelo *European Green Deal* (EGD) (European Commission, 2019) é um grande desafio para a Europa, cuja ambição requer esforços conjuntos para articular diversos contextos e visões de coletivos humanos/natureza e as suas relações. O desafio está em compreender e considerar a construção social da natureza e do ambiente como contextuais, produzidos por uma teia de diferentes dimensões inter-relacionadas e interdependentes, abrangendo significados diversos que condicionam a implementação das medidas do EGD.

A Transição Ecológica (TE) delineada pelo EGD é fundamentalmente um conceito que visa implementar um novo modelo social e económico para enfrentar os principais desafios socioecológicos contemporâneos, com base num redesenhar das formas como vivemos, trabalhamos e produzimos. No entanto, a complexidade dessa transição reside na necessidade de adotar novos modelos deliberativos e participativos, uma vez que os tradicionais não conseguem atender aos desafios atuais (Andreta et al., 2022).

Quando se trata do papel da natureza, não significa simplesmente “verdejar” o sistema atual. É uma política transformadora profunda que deve superar séculos de história em que a humanidade afastou a natureza para a dominar e explorar (Aldeia & Alves, 2019; Alves & Vidal, 2024; Vidal et al., 2024). Isso só pode ser feito reconciliando a natureza com os humanos, mostrando os caminhos que os entrelaçam em um único organismo vivo (Figura 1). Restaurar a totalidade, as relações interdependentes e as conexões naquilo que Jason W. Moore

(2016) chamou de “Teia da Vida”, onde todas as formas de vida pertencem e estão relacionadas de várias maneiras (Alves & Vidal, 2023).



Fig. 1. Integração harmoniosa da Natureza em contexto urbano. Tartu, Estónia, 2024.

A adoção de modelos democráticos inovadores, seguindo a definição de Smith (2009), implica aprofundar as instituições de maior participação social nas políticas públicas. Essa perspectiva reconhece a importância da ação coletiva e, mais crucialmente, o papel dos “interessados da sociedade além dos cidadãos” (Hendriks, 2019, p. 445). A questão-chave aqui permanece sobre quem está incluído na categoria de “interessados da sociedade”. Se há um apelo para restaurar a relação sociedade-natureza, talvez trazer a natureza para o cerne da TE possa ser assumido como uma inovação democrática. Portanto, a questão que se coloca é: como desenhar novos modelos participativos integrando a realidade sociocultural de cada território e as suas relações com a natureza? O desafio está em superar a proposta de Habermas (1989; 1974) em relação aos princípios delineados para espaços de deliberação e participação cidadã - acessibilidade geral, eliminação de privilégios e descoberta de normas e legitimações racionais. De fato, esses princípios podem não se adequar à transição necessária, pois podem excluir e marginalizar, primeiro, os grupos desfavorecidos com acesso limitado a esses espaços de deliberação (Caselunghe et al., 2019) e, segundo, os “interessados da sociedade” não humanos, historicamente deixados de fora do debate, negligenciando a

sua agência (Čapek, 2010; Vidal & Alves, 2024) e com uma possibilidade reduzida de serem ouvidos, já que precisam de alguém para representar, traduzir e mediar os seus interesses. Reconhecemos, no entanto, que pode ser arriscado aplicar o conceito de agência, tradicionalmente atribuído aos humanos como a “capacidade de converter ideias em ações propositadas” (Nash, 2005, p. 67) aos não-humanos, uma vez que pode reproduzir uma abordagem antropocêntrica que ainda limita o reconhecimento dos não humanos como agentes de mudança e sujeitos da história. Apesar disso, talvez o que precisa ser feito seja repensar o próprio significado do conceito de agência e propor a sua resignificação ou esclarecimento, pois se é inegável que a natureza e os seus elementos são uma força poderosa que pode assumir o controlo da paisagem e moldá-la, restringindo as ações humanas, também é inegável que a natureza por si só transborda de agência sobre o mundo da vida de múltiplas formas. Por exemplo, ao regular ciclos climáticos, moldar ecossistemas, influenciar a saúde dos seres vivos e determinar a disponibilidade de recursos. Esses processos subjacentes à regeneração de florestas, a erosão costeira ou as migrações de espécies, exercem uma influência direta e contínua sobre o planeta em geral e sobre a organização social em particular, muitas vezes de formas que vão além da capacidade de controle ou previsão humana.

O reconhecimento dos Direitos da Natureza, que está relacionado com este conceito de agência da natureza, foi enquadrado por várias disposições constitucionais, legislativas e judiciais, que defendem que não humanos e sistemas naturais têm direito ao *status* de personalidade jurídica (Alves, Costa, et al., 2023; Stone, 1972). Apesar dessa importância, e no emaranhado do debate sobre a TE, pode haver um risco de deixar os não humanos de fora do processo deliberativo e presos numa discussão puramente jurídica, crescendo a evidência de que os Direitos da Natureza raramente são reconhecidos na Europa, prevalecendo visões antropocêntricas e instrumentais (Alves, Costa, et al., 2023).

Em contrapartida, o Direito Humano à Natureza é amplamente reconhecido em todos os países, referindo-se ao direito de todos os indivíduos ao acesso e à vida num ambiente saudável. Para evitar isso e fortalecer a cidadania democrática e a participação, adotar uma “cidadania discursiva” nas palavras de Dryzek (2000) pode ajudar a repensar esta problemática. A cidadania discursiva é

pluralista ao abraçar a necessidade de se comunicar através da diferença sem apagar a diferença, reflexiva em sua orientação questionadora às tradições estabelecidas (incluindo a tradição da democracia deliberativa em si), transnacional em sua capacidade de se estender além das fronteiras estatais para configurações onde não há estrutura constitucional, e ecológica em termos de abertura à comunicação com a natureza não humana, e dinâmica em sua abertura a restrições e oportunidades sempre em mudança para a democratização (Dryzek, 2000, p. 3).

Neste tipo de cidadania, a comunicação entre espécies é valorizada, constituindo uma mudança ecológica onde a superioridade da espécie humana é substituída pelo reconhecimento moral dos não humanos. A dualidade cartesiana histórica entre natureza e sociedade também pode ser desconstruída pela cidadania discursiva, através do abandono da exclusividade da narrativa antropocêntrica que não apenas excluiu, ao longo do tempo, diferentes classes de humanos, mas também tornou irrefutável que os não humanos estão fora dos limites da esfera política e numa condição de “natureza”. No entanto, isso é, como Latour (1993) afirmou, “eticamente problemático e empiricamente falso”.

As interdependências entre todas as espécies, incluindo os humanos, são inegáveis, e as interações biológicas e simbióticas ocorrem em diferentes escalas. Portanto, a inovação democrática em direção a uma TE não deve restringir a participação apenas aos humanos. Se esse critério for usado, o risco de isolamento do todo, a “Teia da Vida” (Moore, 2015), aumenta, limitando as possibilidades de enfrentar os desafios socioecológicos e

atender às necessidades de humanos e não humanos, bem como respeitar os seus direitos. É, perante isto, necessário reimaginar novos processos participativos que se baseiem no reconhecimento moral de toda a teia da vida e não apenas em algumas espécies. Os não humanos podem não participar diretamente nos processos deliberativos, mas isso não significa que as suas necessidades e interesses não possam ser aí representados. A implementação de uma cidadania discursiva implica que os cidadãos humanos são responsáveis por representar os direitos dos não humanos. Isto pode ser o cerne da inovação democrática de que a TE tanto precisa.

Considerando este enquadramento, este artigo tem como objetivo desafiar as perceções convencionais sobre a relação entre sociedade-natureza, propondo uma visão mais inclusiva e participativa na formulação de processos decisórios e participativos de forma a promover uma TE mais abrangente, empática e sustentável, impulsionando uma nova dinâmica democrática que considera as necessidades e direitos de todas as espécies na procura por soluções socioambientais.

2. Modelos tradicionais de deliberação e inovações democráticas: breve revisão da literatura

A deliberação é uma parte essencial dos processos democráticos, procurando alcançar decisões informadas e inclusivas. Tradicionalmente, os modelos de deliberação baseavam-se em ideias de filósofos políticos clássicos, como Habermas (1984) e Rawls (1971), que enfatizavam a razão, a imparcialidade e a inclusão.

O modelo de deliberação Habermasiano assenta na ação comunicativa e postula que a deliberação eficaz deve ocorrer em espaços públicos onde os cidadãos possam discutir questões políticas de maneira igualitária, procurando atingir um consenso racional (Habermas, 1989). Este tipo de ação comunicativa

implica uma comunicação aberta e livre de coerção, onde os participantes têm a oportunidade de expressar as suas opiniões e argumentar em favor das suas perspetivas, encontrando um entendimento mútuo – não uma uniformidade de opiniões, mas sim um acordo fundamentado numa discussão informada – livre de pressões externas. Este tipo de ação deve ocorrer em espaços públicos físicos ou virtuais que devem ser acessíveis a todos os cidadãos. Neste modelo é já visível o reconhecimento da importância de uma variedade de vozes e perspetivas de forma a garantir a legitimidade e a representatividade.

Já o modelo de deliberação Rawlsiano (1971) assenta na teoria da justiça e da democracia deliberativa, fundamentando-se na ideia do “véu da ignorância” onde se procura criar condições imparciais para a tomada de decisões políticas justas. Uma das características deste modelo é de que os participantes na deliberação devem tomar as suas decisões sem conhecimento das suas próprias características pessoais, tais como classe social, género, religião ou pertença étnica/cultural. De acordo com Rawls, não considerar estas informações é vital para garantir que as decisões sejam desprovidas de preconceitos ou vantagens injustas.

Ainda que ambos os modelos tenham contribuído para uma abertura de campo no que se refere a processos de deliberação, a verdade é que contemplam na sua génese fragilidades que não podem ser desconsideradas. O modelo de Habermas encontra a sua maior fragilidade na dificuldade de encontrar espaços neutros de deliberação, pois a própria seleção desse espaço pode refletir viés e poder, comprometendo a neutralidade pretendida. Além disso, diferentes contextos culturais e sociais podem influenciar a interpretação do que constitui uma discussão racional e imparcial, levantando questões sobre a universalidade do modelo. Por outro lado, este modelo é assente numa perspetiva antropocêntrica, colocando a razão humana no centro da deliberação, negligenciando considerações mais

amplas sobre ecossistemas, biodiversidade e os interesses de alguns humanos e dos não humanos (Crenshaw, 1989).

Já o modelo de Rawls encontra no seu princípio basilar, o “véu da ignorância”, a sua principal fragilidade pois desconsidera as desigualdades e diferenças substanciais entre os indivíduos. Ao não considerar as diversas circunstâncias sociais, económicas e culturais que moldam a vida das pessoas, o modelo de Rawls pode gerar decisões que não consideram adequadamente as necessidades específicas de grupos marginalizados. Na verdade, ao insistir-se na ocultação das características sociais dos indivíduos corre-se o risco de inadvertidamente perpetuar uma visão de justiça que não aborda efetivamente as disparidades e a diversidade real existente nas sociedades e nos territórios. Estes modelos, ao enfatizarem a razão e a imparcialidade, podem negligenciar as perspetivas de grupos sociais historicamente sub-representados, perpetuando desigualdades e injustiças (Fraser, 1990). Estas críticas destacam a necessidade de uma abordagem mais reflexiva e adaptável à teoria deliberativa, incitando o desenvolvimento de modelos que sejam sensíveis à diversidade, representativos e capazes de lidar com as complexidades dos desafios atuais. Nessa linha, a teoria da democracia deliberativa de Cohen (1989) oferece uma abordagem mais inclusiva à deliberação, reconhecendo a importância das diferenças sociais. Cohen destaca a necessidade de considerar as desigualdades sociais ao projetar processos deliberativos, assegurando que grupos marginalizados tenham voz significativa na tomada de decisões (Cohen, 1989).

A literatura é reveladora de um conjunto de inovações em termos de processos de deliberação pública que procuram superar as limitações dos modelos tradicionais, sobretudo destacando a importância da participação direta dos cidadãos na tomada de decisões (Dryzek, 2000; Pateman, 2012). Experiências práticas, como as Assembleias de Cidadãos, Fóruns Deliberativos e Conselhos Cívicos, têm sido exploradas para

promover uma participação mais inclusiva e informada (Fishkin, 2009). Mas também a incorporação de tecnologias digitais tem transformado a dinâmica da participação cívica. Plataformas *online*, aplicativos móveis e redes sociais são utilizados para envolver um número maior de cidadãos em debates, consultas públicas e processos decisórios, introduzindo uma era de democracia digital (Wilhelm, 2000). Tais estratégias questionam as estruturas hierárquicas tradicionais em prol de formas mais horizontais e igualitárias de governança. Pese embora os importantes contributos destas inovações democráticas, questões de representatividade, participação desigual, e as complexidades práticas de implementar novos modelos são temas recorrentes que identificam algumas das fragilidades destas novas abordagens, implicando a necessidade da sua constante redefinição (Gaventa, 2006).

Tal necessidade de redefinição é sustentada pela incapacidade que tais abordagens participativas têm em responder às complexidades dos desafios socioecológicos contemporâneos, multifacetados, transnacionais, intergeracionais e interespecies. De facto, há uma necessidade de aprofundar e de resignificar uma democracia ecológica, postulada por Dryzek (2000, 2012), através da integração de considerações ambientais nas práticas democráticas, reconhecendo a interdependência entre sistemas sociais e ecológicos, transcendendo fronteiras epistémicas tradicionais, reconhecendo a “teia da vida” entre humanos e não humanos e promovendo um diálogo ético sobre a coexistência, algo já largamente defendido há vários anos por Leopold (1949). Através desta expansão das fronteiras do diálogo deliberativo ocorre um exercício de superação do antropocentrismo tradicional que coloca os humanos como protagonistas exclusivos, reconhecendo a agência dos não humanos (Latour, 1993; Plumwood, 1993). No entanto, e tal como a literatura evidencia, persistem e resistem desafios à integração das múltiplas vozes da natureza nestes processos (Tabela 1).

Tabela 1. Desafios e soluções para a integração de representantes da natureza como partes interessadas nos processos deliberativos

	Desafios	Soluções possíveis
Ausência de personalidade jurídica da natureza	A atribuição de personalidade jurídica à natureza e aos seus elementos é um desafio, uma vez que os sistemas jurídicos reconhecem principalmente os interesses e direitos humanos (Alves, Costa, et al., 2023)	Defender o reconhecimento dos direitos da natureza nos quadros jurídicos e nas constituições, estabelecendo precedentes jurídicos que considerem a natureza como uma entidade jurídica.
Comunicação e representação	Os representantes da natureza não podem comunicar na linguagem humana tradicional, o que torna difícil exprimir eficazmente os seus interesses e preocupações durante a deliberação (Strang, 2023).	Desenvolver abordagens inovadoras para compreender e incorporar o <i>feedback</i> da natureza, tais como a empatia, indicadores ecológicos, investigação científica, observação participativa e identificação dos seus representantes em conjunto com as comunidades locais.
Conflito com os interesses humanos	Os interesses da natureza podem, por vezes, entrar em conflito com os interesses humanos e/ou com os objetivos económicos, o que dificulta o equilíbrio entre as considerações relativas à conservação e ao desenvolvimento (Alves, Costa, et al., 2023).	Implementar processos de tomada de decisões em colaboração que envolvam partes interessadas de diversas origens para negociar e encontrar um terreno comum entre a natureza e os interesses humanos.
Barreiras institucionais	As estruturas políticas e de governação existentes podem não estar preparadas para acolher os representantes da natureza (Gonzalez-Ricoy & Rey, 2019).	Defender reformas institucionais que incluam órgãos específicos ou conselhos consultivos que representem a natureza, bem como as gerações futuras, nos processos de tomada de decisão.

Fonte: Adaptado de Vidal e Alves (2024).

Além disso, emergem dilemas éticos que devem ser considerados ao atribuir voz aos elementos da natureza nestes processos. Quem, ou o que, pode legitimamente representar a natureza? Como garantir que os interesses da natureza não sejam distorcidos ou manipulados por agendas humanas? Estas questões levam a debates complexos sobre como identificar e selecionar representantes da natureza, considerando a sua diversidade ecológica e a ampla gama de ecossistemas. A um nível prático, a integração das vozes da natureza nos processos participativos exige uma revisão radical das estruturas legais e governamentais existentes. Os sistemas legais atuais raramente reconhecem a natureza como uma entidade com direitos próprios, o que significa que qualquer avanço nesse sentido exigirá uma

revisão completa das leis e regulamentos existentes.

Assim, a democracia ecológica não é meramente uma resposta técnica aos desafios ambientais, mas uma transformação profunda na forma como a sociedade concebe, delibera e toma decisões, estabelecendo uma narrativa fluída, onde humanos e não humanos coexistem na co-construção de soluções sustentáveis e equitativas para os dilemas ecológicos do nosso tempo. O grande desafio coloca-se em como operacionalizar esta transformação.

3. O caso do Projeto H2020 PHOENIX como oportunidade

3.1. O projeto

O projeto “PHOENIX: the rise of citizens voices for a Greener Europe” (H2020; GA 101037328) (PHOENIX, 2022) é um projeto que visa aumentar a eficácia e eficiência potenciais de ferramentas participativas e deliberativas para melhor adaptá-las à discussão de tópicos complexos relacionados com o EGD, apoiando a disseminação e ampliação dessas discussões para uma variedade maior de instituições administrativas e territórios diferenciados em sete países europeus. O projeto, baseado na premissa de “não deixar para trás nenhuma voz e nenhum ponto de vista”, procura gerar uma sólida cadeia de relações de confiança e apoio social e cooperação para a formação e implementação de políticas do *Green Deal* a um nível pan-europeu, por forma a visualizar novas formas de participação para promover uma TE sustentável, inclusiva e justa para todos. Para tal, o projeto propõe-se produzir novos conhecimentos sobre abordagens metodológicas participativas para o EGD além do espaço académico, com a produção de recomendações políticas, *podcasts* e até documentários destinados ao público.

Organizado em seis grandes *Working Packages* (WP), a nossa participação desenvolve-se em dois WP que são

complementares: Práticas participativas e deliberativas (WP2) e Avaliação e análise de impacto (WP5). Num primeiro momento (WP2) o contributo baseou-se na construção das bases teóricas e analíticas para entender a relação entre sociedade, natureza e processos participativos, considerando não apenas a diversidade de narrativas sobre a natureza e o ambiente, mas também fornecendo pistas necessárias para orientar a abordagem dos territórios pilotos onde serão implementados e testados os processos participativos (Alves, Vidal, et al., 2023). Num segundo momento (WP5) o trabalho desenvolvido procurou cocriar um processo de avaliação participativa através da criação de uma abordagem personalizada das Comissões Territoriais para o Processo de Codesign (CTPC) dos pilotos, que considere os contextos e as suas especificidades, dado que não é possível nem recomendável, pelo exposto, ter uma solução única para todos (Figura 2).



Fig. 2. Processo participativo de co-criação com os membros das TCCDs de 7 países Europeus de uma análise SWOT do processo de co-design. Tartu, Estónia, 2024.

3.2. A voz da natureza e dos seus representantes nos processos participativos

A inclusão das vozes da natureza como partes interessadas tem emergido como uma estratégia inovadora para promover mudanças regenerativas, desafiando paradigmas e estruturas de governança tradicionais. Esta abordagem envolve conceder à natureza uma posição legal e uma voz ativa nos processos de tomada de decisão, redefinindo a nossa perspetiva sobre a vida e reestruturando a totalidade da nossa existência (Vidal & Alves, 2024).

Tal proposta inspira-se no quadro dos Direitos da Natureza, que reconhece entidades além dos seres humanos como titulares de direitos. O reconhecimento desses direitos é um reconhecimento legal e filosófico de que a natureza tem valor intrínseco e deve ser tratada como mais do que apenas propriedade ou um recurso para uso humano. Neste contexto, Boyd (2017) discute como a concessão de direitos legais à natureza começou a transformar a proteção ambiental e fornece uma análise abrangente das leis que estabelecem os Direitos da Natureza em constituições legais, como as do Equador e da Bolívia. Essas preocupações sobre o reconhecimento dos Direitos da Natureza como forma de protegê-la e defendê-la de agressões antropogénicas e naturais refletem, em parte, a cosmologia indígena (Burdon, 2015). Neste caso em específico, a nossa experiência no projeto PHOENIX destaca que a Europa ainda tem um longo caminho a percorrer, o que implica reestruturar um arcabouço legal tradicionalmente baseado numa perspetiva antropocêntrica (Alves, Costa, et al., 2023).

As CTPC são responsáveis pela implementação de diferentes inovações democráticas para fomentar a TE em diferentes escalas. No entanto, como mencionado anteriormente, existem desafios significativos em como escolher, identificar e integrar as vozes da natureza nos processos deliberativos. Essa dificuldade também foi expressa por alguns dos parceiros do PHOENIX

durante um diagnóstico preliminar: embora seis parceiros estejam dispostos a incluir um representante da natureza nas suas CTPC, dois não sabem como fazê-lo. Além disso, cinco parceiros não têm opinião sobre essa possibilidade. Isto revela uma oportunidade de fornecer assistência e informações para os parceiros que enfrentam dificuldades e/ou dúvidas em relação à integração de um representante da natureza. Perante esta dificuldade pragmática, existe a necessidade de propor soluções que procurem dar resposta a este desafio. Nesse sentido, foi desenvolvido um modelo que propõe uma abordagem holística para a integração das vozes da natureza nos processos deliberativos e participativos. O modelo reconhece a necessidade de adaptabilidade e sensibilidade às diversas especificidades socioculturais e ecológicas presentes em cada contexto local (Figura 3).



Fig. 3. Proposta de modelo para integração de representantes da natureza como partes interessadas nos processos deliberativos e participativos

Este modelo é fundamental na medida em que reconhece que a inclusão das vozes da natureza não é apenas um processo técnico, mas também uma reflexão sobre crenças, valores e perspetivas locais. Daí que adaptação e flexibilidade são essenciais para garantir que essas vozes sejam ouvidas e consideradas adequadamente. O desenvolvimento desta proposta de modelo parte não só da revisão da literatura realizada, mas também da nossa experiência no projeto, pelo que cada dimensão inscrita no modelo procura responder aos desafios identificados que importa agora refletir.

- i. O “Reconhecimento Contextualizado da Natureza como Stakeholder” destaca a importância de reconhecer a natureza como um stakeholder legítimo nos processos decisórios através do reconhecimento que envolve adaptar as leis e as diretrizes éticas para refletir as crenças e contextos locais. Assim, numa comunidade que valoriza fortemente os rios como entidades sagradas, por exemplo, o reconhecimento legal desses rios como portadores de direitos pode ser fundamental. Mas tal reconhecimento não deve ficar retido num processo puramente jurídico, deve ser instituído através de consultas comunitárias, integrando saberes indígenas e/ou tradicionais e legislação existente para garantir uma abordagem sensível e culturalmente contextualizada, que considere uma pluralidade de saberes e entendimentos sobre a natureza e os seus elementos;
- ii. Intimamente relacionada está a necessidade de uma “Governança Sensível às Diversidades Culturais” uma vez que a integração das vozes da natureza requer uma estrutura de governança sensível e inclusiva, pelo que implica uma adaptação das estruturas de tomada de decisão para refletir a diversidade cultural;
- iii. Do mesmo modo, as “Estruturas Governamentais Flexíveis” são cruciais para que seja possível acomodar as diferenças culturais e ecológicas e parte desta flexibilidade envolve a adaptação de políticas, regulamentos e estruturas institucionais que considerarem os interesses e Direitos da Natureza;

- iv. Facilitar um “Diálogo Multifacetado e Adaptável”, inclusivo e que respeite as diferentes perspectivas ecológicas e culturais é essencial. Tal implica uma abordagem aberta, onde a diversidade de vozes seja ouvida, nomeadamente através da realização de fóruns deliberativos, grupos de discussão e encontros comunitários que integrem conhecimentos científicos, indígenas, tradicionais e leigos para promover uma compreensão mais abrangente das necessidades ecológicas e culturais locais;
- v. Promover “Métodos Adaptados de Comunicação Não-Humanos” torna-se, assim, vital, uma vez que a comunicação com os elementos da natureza frequentemente envolve entender e interpretar sinais não-verbais. Em algumas culturas, a observação de padrões climáticos, migração de animais ou mesmo a floração de plantas são consideradas formas de comunicação. O modelo proposto sugere a integração desses métodos de interpretação na tomada de decisões, valorizando saberes tradicionais e conhecimentos ancestrais transmitidos por gerações;
- vi. Todavia e dada a complexidade inerente à implementação deste modelo, bem como considerando as especificidades sociais, culturais, económicas e políticas que cada contexto tem de considerar aquando a sua implementação, a necessidade de uma “Reflexão e Avaliação Contínua” é necessária. Esta avaliação deve incluir a monitorização e avaliação dos impactos das vozes da natureza nas decisões, possibilitando ajustes constantes e refinamentos nas abordagens adotadas, podendo ser realizada através de avaliações regulares do processo participativo, entrevistas comunitárias e recolha de *feedbacks*.

Importa referir que a proposta aqui apresentada é uma entre muitas possíveis, sendo que no seu âmago reside a missão de propor uma abordagem adaptativa e sensível às especificidades socioculturais de cada contexto, permitindo a integração efetiva das vozes da natureza. Acresce que a aplicação deste modelo deve ser feita de maneira colaborativa, em estreita cooperação

com as comunidades locais e parceiros relevantes, assegurando uma abordagem holística e inclusiva para a TE.

4. Considerações finais e horizontes futuros

O desígnio da sustentabilidade e agora mais recentemente da TE, exige a ampliação dos horizontes de participação nas tomadas de decisão. Ampliar os horizontes de participação é mais do que incluir diferentes vozes. É reconstruir para integrar e resignificar de modo a que seja possível reconhecer moral e eticamente toda a teia da vida. Inspirados pelo reconhecimento legal da natureza como um *stakeholder* legítimo, sendo um marco fundamental na redefinição das relações humanos-não humanos, bem como pelas experiências de Constituições, como as do Equador e Bolívia, que abrem caminho para uma compreensão mais holística da natureza, transcendendo a sua visão como mero recurso e elevando-a ao *status* de entidade com direitos próprios, e considerando, naturalmente, a nossa experiência no projeto europeu PHOENIX, procuramos contribuir com uma abordagem que possibilite esta resignificação, integrando as vozes da natureza nos processos de deliberação e participação rumo a uma TE justa, sustentável, empática e equitativa.

Esta resignificação envolve, da mesma forma, uma recomposição das formas de comunicação, integrando saberes tradicionais e culturais ancestrais no diálogo contemporâneo. A integração destes conhecimentos pode enriquecer as discussões sobre os grandes desafios socioecológicos contemporâneos que enfrentamos e fortalecer a compreensão das necessidades da natureza. Para tal, é necessária flexibilidade institucional e sensibilidade à diversidade cultural para a criação não de espaços neutros, mas de espaços de governança adaptados às especificidades locais, que não ocultem as diferenças, mas que as reconheçam e valorizem.

O futuro da integração das vozes da natureza nestes processos exige um compromisso renovado e contínuo. É essencial promover

espaços de diálogo e deliberação inclusivos, explorando soluções flexíveis e adaptáveis a diferentes contextos culturais e ecológicos. Para tal, afigura-se necessária a construção de pontes entre diferentes culturas e perspectivas, juntamente com a capacitação de novas lideranças, requerendo abertura epistémica para aprender com a natureza e suas múltiplas formas de expressão. Estes horizontes futuros requerem mais do que meras intenções. Requerem ações concretas, colaborativas e comprometidas de toda a sociedade, desafiando-nos a repensar o nosso papel no mundo e convocando-nos a construir uma convivência mais harmoniosa entre humanos e não humanos. Esta é a grande inovação democrática que a TE precisa, a de moldar uma narrativa que honre a diversidade de vozes que habitam o nosso planeta.

Agradecimentos

Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do projeto “PHOENIX: the rise of citizens voices for a greener Europe”, financiado pelo Programa de Investigação e Inovação Horizonte 2020 da União Europeia (GA 101037328). Os autores também agradecem o apoio da Unidade de I&D Centro de Ecologia Funcional - Ciência para Pessoas e o Planeta (CFE), com referência UIDB/04004/2020, financiado pela FCT/MCTES através de fundos nacionais (PIDDAC) e ao Laboratório Associado TERRA, com a referência LA/P/0092/2020. Fátima Alves agradece à CAPES o apoio à pesquisa com referência 88887.832797/2023-00 (CAPES-PRINT) da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) no âmbito do Programa Institucional de Internacionalização (Aviso n.º 41/2017). Os autores agradecem aos membros da linha de investigação “Sociedades e Sustentabilidade Ambiental” do Centro de Ecologia Funcional da Universidade de Coimbra e da sua extensão na Universidade Aberta pelas valiosas contribuições e discussões sobre a temática explorada neste artigo. Também somos gratos aos nossos parceiros no Projeto PHOENIX, cujas discussões colaborativas contribuíram para

aprofundar esta problemática.

Referências

- ALDEIA, J., & Alves, F. (2019). Against the Environment. Problems in Society/Nature Relations. *Frontiers in Sociology*, 4. <https://doi.org/10.3389/fsoc.2019.00029>
- ALVES, F., Costa, P. M., Novelli, L., & Vidal, D. G. (2023). The rights of nature and the human right to nature: an overview of the European legal system and challenges for the ecological transition. *Frontiers in Environmental Science*, 11(1175143), 1–10. <https://doi.org/10.3389/fenvs.2023.1175143>
- ALVES, F., & Vidal, D. G. (2024). Plural Nature (s): An Overview of Their Sociocultural Construction. *Encyclopedia*, 4(1), 1–12. <https://doi.org/10.3390/encyclopedia4010001>
- ALVES, F., Vidal, D. G., Valentim, C. S., Guazzini, A., Duradoni, M., Costa, P. M., Novelli, L., & Puttini, S. (2023). *Deliverable 2.3 - Research Report on Society and Nature*.
- ANDRETA, E., Moretti, P. F., & Tondelli, L. (2022). The ecological transition needs new governance models. *Nature Italy*. <https://doi.org/10.1038/d43978-022-00091-4>
- BOYD, D. R. (2017). *The Rights of Nature: A Legal Revolution That Could Save the World*. ECW Press.
- BURDON, P. D. (2015). *The Earth Charter, Ecological Integrity and Social Movements*. Routledge.
- ČAPEK, S. M. (2010). Foregrounding nature: An invitation to think about shifting nature-city boundaries. *City and Community*, 9(2), 208–224. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6040.2010.01327.x>
- CASELUNGHE, E., Bergeå, H., & von Essen, E. (2019). Public

Spheres for Deliberation on Nature? Democratic Qualities of Visitor Centres in Sweden. *Journal of Deliberative Democracy*, 15(1). <https://doi.org/10.16997/jdd.316>

COHEN, J. (1989). Deliberation and Democratic Legitimacy. In A. Hamlin & P. Pettit (Eds.), *The Good Polity: Normative Analysis of the State* (pp. 17–34). Blackwell.

CRENSHAW, K. (1989). Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*, 1(8), 139–167.

DRYZEK, J. (2000). *Deliberative Democracy and Beyond*. Oxford University Press.

DRYZEK, J. (2012). *The Politics of the Earth: Environmental Discourses* (3rd ed.). Oxford University Press.

EUROPEAN COMMISSION. (2019). *Communication from the Commission to the European Parliament, the European Council, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions the European Green Deal-Com/2019/640 Final*. European Commission. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/ALL/?uri=CELEX:52019DC0640>

FISHKIN, J. S. (2009). *When the People Speak: Deliberative Democracy and Public Consultation*. Oxford University Press.

FRASER, N. (1990). Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. *Social Text*, 25/26, 56–80. <https://doi.org/10.2307/466240>

GAVENTA, J. (2006). Finding the Spaces for Change: A Power Analysis. *IDS Bulletin*, 37(6), 23–33.

GONZALEZ-RICOY, I., & Rey, F. (2019). Enfranchising the future: Climate justice and the representation of future generations. *Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change*, 10(5). <https://doi.org/10.1002/wcc.598>

HABERMAS, J. (1984). *The Theory of Communicative Action: Volume One. Reason and the Rationalization of Society*. Beacon Press.

HABERMAS, J. (1989). *The structural transformation of the public sphere: An inquiry into a category of bourgeois society*. Polity Press.

HABERMAS, J., Lennox, S., & Lennox, F. (1974). The public sphere: An encyclopedia article (1964). *New German Critique*, 3, 49–55.

HENDRIKS, F. (2019). Democratic innovation beyond deliberative reflection: the plebiscitary rebound and the advent of action-oriented democracy. *Democratization*, 26(3), 444–464. <https://doi.org/10.1080/13510347.2018.1547896>

LATOUR, B. (1993). *We Have Never Been Modern*. Harvard University Press.

Latour, B. (2004). *Politics of Nature. How to Bring the Sciences into Democracy*. Harvard University Press.

LEOPOLD, A. (1949). *A Sand County Almanac: And Sketches Here and There*. Oxford University Press.

MOORE, J. W. (2015). *Capitalism in the Web of Life: Ecology and the Accumulation of Capital*. Verso.

NASH, L. (2005). The agency of nature or the nature of agency? *Environmental History*, 10(1), 67–69.

PATEMAN, C. (2012). Participatory democracy revisited. *Perspectives on Politics*, 10(1), 7–19. <https://doi.org/10.1017/S1537592711004877>

PHOENIX. (2022). *What is PHOENIX?* <https://phoenix-horizon.eu/project/>

PLUMWOOD, V. (1993). *Feminism and the Mastery of Nature*. Routledge.

RAWLS, J. (1971). *A Theory of Justice*. Harvard University Press.

SMITH, G. (2009). *Democratic Innovation: Designing Institutions for Citizen Participation*. Cambridge University Press. [https://doi.org/Democratic Innovation: Designing Institutions for Citizen Participation](https://doi.org/Democratic%20Innovation:%20Designing%20Institutions%20for%20Citizen%20Participation)

STONE, C. D. (1972). Should Trees Have Standing?—Towards Legal Rights for Natural Objects. *Southern California Law Review*, 45, 450–501.

STRANG, V. (2023). Listening to the river: Representing non-human needs and interests in debates about water governance and management. *River Research and Applications*. <https://doi.org/10.1002/rra.4137>

VIDAL, D. G., & Alves, F. (2024). Voices of the absent: The agency of Nature and Future in climate regeneration. *PLOS Climate*, 3(6), e0000420. <https://doi.org/10.1371/journal.pclm.0000420>

VIDAL, D. G., Alves, F., Valentim, C. S., & Freitas, H. (2024). Natures instead of nature—plural perceptions and representations of nature and its challenges for ecological transition: a systematic review of the scientific production. *Environmental Sciences Europe*, 36, 108. <https://doi.org/10.1186/s12302-024-00934-5>

WILHELM, A. G. (2000). *Democracy in the Digital Age: Challenges to Political Life in Cyberspace*. Routledge.



VARIA

Emigração para o Brasil na segunda metade do século XIX. Na imprensa diária portuense

Portuguese emigration to Brasil through the daily press on the the fifth and sixth decades of the 19th century

Maria de Jesus Antunes da Cruz Pereira

Resumo

O presente artigo tem como objetivo divulgar à comunidade científica o trabalho de investigação realizado sobre a emigração portuguesa para o Brasil, entre 1859 e 1971, com particular incidência no período de 1859 a 1863, através do olhar do diário portuense O Jornal do Porto. Este projeto foi concretizado no âmbito do estudo da vida quotidiana na sociedade portuguesa, na segunda metade do século XIX, através do olhar de Júlio Dinis (1839-1871), escritor que era leitor do Jornal do Porto, onde foi sendo publicada a sua obra.

[1]

Palavras-chave: Sociedade portuguesa do século XIX – décadas de 1850 e 1860, vida quotidiana, emigração para o Brasil, imprensa diária – O Jornal do Porto.

Abstract

This manuscript focuses on the study of Portuguese 19th century society, particularly the fifth and sixth decades. Through the pages of "O Jornal do Porto", a daily publication, it's possible to identify the problems, the struggles and 'zeitgeist' of that time, as well as attempts at a political influence. This study aims to contribute to a better understanding of Portuguese society and underlines the role of the press in the understanding of community life, especially in what concerns emigration, from the North of Portugal to Brazil.

Keywords: Portuguese 19th century society – the fifth and sixth decades, daily life, portuguese emigration to Brazil, daily press – O Jornal do Porto.

Maria de Jesus Antunes da Cruz Pereira
Universidade Aberta, CHAM

 [0009-0005-2887-3465](https://orcid.org/0009-0005-2887-3465)

A diáspora portuguesa tem mantido ao longo dos tempos a capacidade de suscitar muitas páginas de análise e reflexão, na ciência, na política e na imprensa. Pensar a emigração contribui para se compreender a história e a vida cultural do país, bem como a realidade económica e social de muitas famílias e de muitas aldeias e vilas portuguesas. O fenómeno da emigração portuguesa para o Brasil, na 2ª metade do século XIX, tem suscitado interesse nas universidades portuguesas e brasileiras. Dos dois lados do Atlântico, muitos documentos têm permitido enriquecer e diversificar as fontes para o estudo deste fenómeno social português, que levou muitos milhares de homens para o Brasil, na fase pós colonial. Esse trabalho permite encontrar novas perspectivas, novas explicações e novos significados para a realidade que hoje ainda nos define, enquanto portugueses. Realizam-se estudos de caso – incluindo, por exemplo, o estudo de cartas de chamada, que permitem verificar a existência de emigração familiar e em rede – que trazem ao nosso conhecimento memórias familiares e coletivas em muitas aldeias e vilas de Portugal, reforçando traços identitários, elaborando e reelaborando memórias coletivas, que permitem fazer e refazer histórias familiares e a história local, assim como contribuir para o conhecimento da nossa história coletiva.

O Jornal do Porto

A propósito do estudo da obra de Júlio Dinis, médico e escritor português, em que a emigração surge de forma recorrente, da poesia ao romance, e uma vez que o escritor publicou alguns dos seus contos e romances nas páginas do Jornal do Porto, de que era leitor assíduo, decidimos obter um outro olhar sobre a emigração para o Brasil, no início da 2ª metade do século XIX, através das páginas deste periódico. A nossa pesquisa centrou-se no período entre 1859 e 1871, uma vez Júlio Dinis escreveu o conto *Justiça de Sua Majestade*, em 1858/59, com 19 anos, e morreu em 1871, o ano em que foi publicado o seu último romance. No entanto, neste artigo, iremos focar-nos no

período entre 1859 e 1863, porque o autor, até 1863, já tinha escrito poesia e contos, dois romances e terá sido nesse ano que planeou o romance *A morgadinha dos canaviais*.

Uma vez que o Norte do Reino forneceu um imenso contingente de homens e rapazes para as terras brasileiras, consideramos que os jornais do Porto são fundamentais para o estudo deste período da emigração portuguesa. A análise posterior do *Diário de Notícias* (periódico publicado em Lisboa, desde 29 de dezembro de 1864), permite concluir que, na capital, no período entre 1864 e 1871, a emigração para o Brasil não sendo uma preocupação para a redação, nem um assunto entre colaboradores ou leitores, não seria uma temática socialmente tão relevante como a Norte.

Nesta pesquisa, centrámo-nos no trabalho desenvolvido e apresentado pela redação e pelos seus colaboradores e também nas cartas dos leitores do diário português. No *Jornal do Porto* (1859/1892), apesar de distribuído a nível nacional, encontramos, desde a sua fundação, grande incidência em temas de interesse na região norte, incluindo muitas notícias e artigos de opinião relativos à emigração para o Brasil, uma das soluções encontradas pelas populações para procurar

concretizar sonhos ou ambições, fugir ao serviço militar ou ultrapassar a pobreza. O diário nunca abandona o tema e, muitas vezes, denuncia o papel de engajadores locais e a ligeireza com que muitos embarcam rumo aos portos do Brasil.



Fig.1. Leão, José Barbosa, 1818-1888, ed. com. Porto : Typ. Commercial, 1859-1892. Disponível em <http://purl.pt/14338>

As relações comerciais entre Portugal e o Brasil

Após a independência do Brasil, como se pode verificar pelo movimento de navios que cruzavam o Atlântico, partindo e chegando ao Porto (Cf *Jornal do Porto*, 1859-1871, que publica regularmente notícias e anúncios de partidas e de chegadas), o Brasil continuou a manter o consumo de produtos agrícolas portugueses e intensas relações comerciais, exportando para Portugal, entre outros produtos, algodão, açúcar e couros. Neste intenso movimento comercial marítimo do Norte para os portos do Brasil – Rio de Janeiro, Baía, Maranhão, Pará, Pernambuco – exportamos farelo, cebolas, alhos, tábuas, presunto, feijão, rodas de arcos, caixas com palitos, tecidos, sal, coxins, vinho, barris com carne, cadeiras, como verificamos pela lista divulgada, no diário portuense, na edição de 22 de junho de 1859. A atividade marítima e comercial, de importação e exportação, envolvendo os portos do Brasil ocupa diariamente espaço relevante nas páginas do *Jornal do Porto*, adequando-se aos interesses dos burgueses do Porto e das classes laboriosas. Mas, a assistência aos passageiros nos navios nacionais apresenta problemas, que são denunciados nas páginas do diário portuense, como, por exemplo, por falta de médico a bordo nos navios que partem do Porto e a falta de rigor na sua seleção, como nos conta a redação na edição de 5 de dezembro de 1862: “No Porto qualquer leigo se apresenta à repartição de saúde com uma carta cirúrgica de um terceiro e obtem matricular-se cirurgião para a viagem ao Rio de Janeiro em um navio mercante!”.

Importa salientar que o facto de o comércio com o Brasil assentar em produtos agrícolas é tido como positivo poder contribuir para desenvolver a agricultura portuguesa, mas a concorrência de produtos de outros países europeus foi prejudicando esse comércio. O nosso periódico revela alguns aspetos relevantes: Em novembro de 1859, notícia, com honras de primeira página, o acordo obtido pelo embaixador no Brasil, que vai ajudar a atenuar os prejuízos da concorrência aos vinhos portugueses no

Brasil, dos vinhos de outros países europeus - notícia que “tem sido jubilosamente recebida pela imprensa de todas as côres e matizes políticos”.

São muitas as referências ao problema nas relações entre Portugal e o Brasil, defendendo-se os interesses da produção nacional, no contexto do comércio internacional:

Em algumas especialidades de commercio já não supportamos a concorrência da importação allemã e inglesa, e retiramos vergonhosamente diante da barateza, e melhora dos seus productos. (...) Já estamos desappareados do commercio de alguns generos, e artigos de consumo, e onde tambem os productores estrangeiros de vinhos estão espiando o ensejo de nos darem o golpe fatal, e de nos excluirem da concorrência. (*Jornal do Porto*, 23 de agosto de 1859, artigo de primeira página intitulado *Commercio Internacional*).

Em 1861, do Brasil, fazem-se recomendações quanto aos produtos que vão de Portugal: O correspondente afirma que os produtos portugueses só conseguiam ser vendidos no Brasil sob “o nome de outra qualquer nação da Europa”, porque “a industria portugueza esteve aqui de todo desacreditada”. Mas, a situação parece-lhe estar a mudar o que trará “grandes vantagens na sua exportação para o Brazil” (*Jornal do Porto*, de 6 de abril de 1861, correspondência do Rio de Janeiro, datada de 11 de março de 1861). Afirma-se que, quem beneficia, e muito, com as importações são os ingleses e os franceses. Em carta do mês seguinte, datada de 8 de abril de 1861, o correspondente continua: o doce de fruta que vai do Porto para o Rio de Janeiro chega estragado por ir mal acondicionado; mas, alguns produtos alimentares e os tecidos portugueses já trazem mais qualidade e rivalizam com os ingleses e os franceses (*Jornal do Porto*, edição de 2 de maio de 1861).

Em 1863, os correspondentes no Brasil continuam a fazer eco das queixas dos consumidores brasileiros: o azeite do Mediterrâneo, continua a apresentar-se com melhor qualidade que o português,

que continua com pouca qualidade e pouco cuidado no fabrico e no acondicionamento, tal como ainda acontece com os vinhos (*Jornal do Porto*, 4 de abril de 1863, correspondência do Rio de Janeiro, datada de 10 de março). Portugal não cuida da apresentação dos seus produtos e, por isso, são vendidos baratos, sendo que é no ramo dos vinhos que mais se salienta a dificuldade de obter boas vendas: nas tabernas do Rio de Janeiro vende-se vinho francês e espanhol (*Jornal do Porto*, 20 de fevereiro de 1863 e 20 de junho de 1863, correspondência do Brasil, datada de 25 de janeiro e de 25 de maio). E conclui-se: se os produtos portugueses não forem “enfeitados com lindas etiquetas” e os objetos da indústria, feitos com perfeição, serão vendidos muito baratos (*Jornal do Porto*, de 4 de julho de 1863, correspondência do Brasil, datada de 8 de junho).

O movimento marítimo de mercadorias e passageiros

O comércio internacional intensificava-se e, apesar dos avisos sobre a perda do mercado brasileiro, continuavam a ser muitos os navios que faziam a carreira entre os portos portugueses e brasileiros. Muitos dos navios usados neste circuito comercial, pertenciam a portugueses, como afirma Eugénio dos Santos relativamente ao comércio com Salvador da Baía:

(...) grande parte dos barcos (veleiros) que navegavam entre a Baía e Portugal era propriedade de portugueses (...). Os seus consignatários eram homens de cabedal e prestígio consideráveis (...). Além disso, uma parte muito considerável da tripulação (pilotos e marinheiros) era também de origem portuguesa (SANTOS, s/d, p. 21).

Das carreiras que operam entre Inglaterra, Portugal e o Brasil são exemplo a *Real Companhia Anglo-Luzo-Brasileira*. A 4 de janeiro de 1860, o *Jornal do Porto* apresenta um anúncio em que se indica que um vapor de 2500 toneladas e com a força de 500 cavalos, sairá de Inglaterra a 1 de outubro e chegará a Lisboa no dia 8; transportando carga e passageiros, passando

por Lisboa, seguia para S. Vicente, indo servir vários portos brasileiros. No anúncio, apresenta-se a tabela de preços e aos passageiros indica-se que os preços incluem cama, mesa com vinho ordinário, roupas, propinas a criados, estando excluídas despesas com vinhos superiores, aguardentes e águas minerais. Antes, em dezembro de 1859, nas notícias de Pernambuco, anunciava-se que o vapor *Milford Haven*, navio de serviço entre Portugal e Brasil, da nova companhia a *Anglo-Luzo-Brasileira* só chegou a 27 de outubro, apesar de a companhia ter anunciado a chegada deste seu primeiro navio para meados do mês. Foram 17 dias de viagem entre Lisboa e Pernambuco, “quando os vapores ingleses só gastão 14 ou 15” com a “regularidade em que a companhia inglesa tanto prima” (*Jornal do Porto*, 7 de dezembro de 1859).

A vida quotidiana no Porto

Nestas décadas de 1850 e 1860, a vida quotidiana no Porto e os seus reflexos na região envolvente está ainda muito ligada à vida rural, a par do desenvolvimento comercial ligado ao comércio marítimo e ao vinho do Porto e à influente comunidade britânica na cidade e na região.



Fig. 2. “Reprodução de uma gravura de Joseph James Forrester de 1834, representando a Rua Nova dos Ingleses no Porto (atual Rua do Infante D. Henrique), onde aparecem 34 comerciantes ingleses e 9 portugueses. O original que estava nos escritórios da Offley Forrester em Londres, foi destruído na II Guerra Mundial.”

Fonte: <http://gisaweb.cm-porto.pt>

Irene Vaquinhas e Rui Cascão, sobre a burguesia dominante na cidade do Porto, afirmam que “compunham-na sobretudo comerciantes e negociantes ligados ao comércio do vinho, subsidiariamente ao tráfego brasileiro e, a partir da década de 70, também as operações bancárias relacionadas com as remessas dos emigrantes.” (Vaquinhas e Cascão, 1993, p. 441). O Porto teria, em 1850, de acordo com Francisco Ribeiro da Silva, cerca de metade da população de Lisboa e ainda menos de 100.000 habitantes, passando para 106.000 habitantes em 1878 e 139.000 em 1890 (Cf. Silva, 1990, pp. 119 a 142). Na época, o Porto apresentaria, menos de 50% da sua população alfabetizada, uma vez que, em 1890, 64,7% da população masculina portuense com idade superior a 7 anos era alfabetizada, contra 36,5% da população feminina, o que dá uma média de 50% de indivíduos capazes de ler (Idem, pp. 121-122).

A emigração nas páginas do Jornal do Porto

Logo nos primeiros meses de atividade do diário portuense, é importante a atenção ao problema da emigração massiva, como constatamos num longo artigo de dia 30 de junho de 1859, intitulado *Alliciação de Colonos Portuguezes*. Estas saídas eram facilitadas pelo constante movimento de navios entre Portugal e o Brasil, que transportavam carga comercial e passageiros. Muitos passageiros: uns analfabetos, outros não, uns com documentação, outros indocumentados, ilegais, sujeitos aos problemas que a ilegalidade lhes acarretaria no destino. Muitos tornar-se-iam substitutos da mão de obra escrava, na agricultura, no «café, na borracha, no cacau ou no tabaco» (Santos, s/d, p 23). Muitos iriam vaguear pelas ruas do Rio de Janeiro, sem emprego e, entre eles, muitos menores. A uns seguiam-se outros e mais outros, principalmente de Braga, do Porto e de Aveiro, num movimento populacional que respondeu a uma realidade interna, mas também a uma necessidade exterior, no âmbito da conjuntura internacional, europeia e americana, desde as questões da

abolição da escravatura, à mecanização e à industrialização, passando pelo aumento geral da população, pela facilitação da mobilidade e pela atração pelo Novo Mundo, como também refere Eugénio dos Santos (Idem).

Desde o início da sua publicação, O Jornal do Porto dedicou especial atenção e espaço aos problemas da saída ilegal dos cidadãos portugueses rumo ao Brasil e à condenação dos maus tratos a que são sujeitos. Procurava manter os seus leitores informados e intervir na definição da política da emigração pelo que reservava frequentemente muito espaço para os artigos da redação, as cartas dos leitores e a correspondência dos seus colaboradores. Os alertas são muitos, bem como os pedidos para que outros colaborem no esclarecimento de quem embarca e no controlo dos engajadores desonestos, como podemos ler, por exemplo, na edição de 7 de abril de 1862, com as palavras do correspondente do Rio de Janeiro, em carta datada de 11 de março de 1862. Na mesma edição, os correspondentes e colaboradores no Brasil esclarecem e informam:

Portugal envia ao imperio, não só os braços livres e superabundantes, como também aquelles individuos, que se deixam tentar pela esperança de fazer fortuna rapidamente, o que não é possível. O Brazil aceita-os porque tem necessidade de gente, mas não os emprega nos sortões sob uma fiscalização bem humana e vigilante; pelo contrario, deixa-os levar aos barbaros fazendeiros para os escravizar e sorrar com azorrague!.

Também são vários os artigos de abertura de edição dedicados a esta problemática e a redação tem o cuidado de explicitamente referir a sua preocupação informativa. A 4 de janeiro de 1860, surge um extenso artigo de primeira página, que se estende pela segunda página do jornal, intitulado *Emigração*, onde se afirma que os valentes portugueses, no “trabalho de negro de roça”, aguentam algumas semanas e caem doentes, com febres e «por cada dois mezes de trabalho tem outros tantos de doença». Alerta-se para o facto de, no Brasil, a maioria dos nossos

emigrantes encontrarem a febre, os pântanos e a morte: “(...) não está ali a fortuna de braços abertos á espera do portuguez (...) a maior parte dos emigrantes encontram unicamente, desde logo e sempre, uma serie não interrompida de desenganos e decepções.” A este propósito, Costa Leite (1987, p 463-48) refere que “a legislação portuguesa proibia o incitamento à emigração, mas, na prática, quase tudo era permitido, desde os anúncios das companhias de navegação até ao estabelecimento de agências de emigração” (*Idem*, p 469), o que nos ajuda a refletir sobre a extensa informação dada aos leitores na edição de 13 de setembro de 1871, sobre partidas de navios para o Brasil.

Muitos portugueses integram-se em terras brasileiras casando por lá, embora sejam muitos os que na lista de óbitos sejam declarados solteiros, em todas as idades. O governo brasileiro gosta destes casamentos porque fazem aumentar a população. Há relatos de raptos e fugas de casa, quando a família não consente o casamento – a polícia só persegue o raptor se ela é rica e ele pobre, se for o contrário não se incomoda. Há casamentos de moças brasileiras com negociantes portugueses – e. Diz-nos o correspondente do Rio de Janeiro, que “entre as nossas lindas mulatinhas brasileiras e subditos portugueses, pela maior parte artistas e trabalhadores”. Sendo que, para obter casamento, a jovem brasileira, apresenta como dote saber ler, escrever e tocar piano e “capricha no emprego d’expressões agradáveis, de lindas habilidades de agulha, d’aturada leitura de bonito folhetins dos periodicos, de trajos faustuosos etc. etc., (...)” (Cf. *Jornal do Porto*, 18 de fevereiro de 1862, carta datada de 25 de janeiro).

Assistência e proteção

A falta de proteção do emigrante e a sua deficiente capacidade de defesa fazem com que entre os portugueses se tenham criado associações de proteção e auxílio, bem como hospitais.

Em momentos de epidemia e de fraco estado sanitário, seja de febre amarela, de cólera ou varíola, são os emigrantes quem mais sofre, como vemos na notícia que se segue: “brasileiros e imigrantes têm sido atacados pela febre amarela que se tornou endêmica no Brasil desde 1850 – os estrangeiros morrem logo e os nacionais chegam a durar 15 dias doentes. Os preços estão muito altos, há falta de alimentos de primeira necessidade.” (Cf. *Jornal do Porto*, 3 de janeiro de 1860). Nesta a edição de 3 de janeiro de 1860, na correspondência datada de 13 de dezembro de 1859, de Pernambuco, com notícias do Pará, refere-se a carestia de vida, que faltam alimentos frescos e que há falta de salubridade na cidade (Cf. *Jornal do Porto*, 3 de janeiro de 1860). Em 1861, notícias do Amazonas indicam que na capital, Manaus, há uma epidemia de febre, “que supõe-se ser febre amarela”, com 10 a 12 vítimas diárias e faltam médicos para zelar pela “caridade publica” (Cf. *Jornal do Porto*, 6 de abril de 1861 Correspondência do Rio de Janeiro, datada de 11 de março). A dimensão da pobreza exige o exercício da caridade, cá e lá, e os emigrantes portugueses no Brasil, à semelhança do que fazem na terra que os recebeu, onde reúnem capitais para socorrer os seus compatriotas doentes, abandonados e desprotegidos, também olham para a sua terra natal, dando exemplo de caridade e de afeto pelo seu país. Para Adília Fernandes e Odete Paiva, o denominado brasileiro desempenhou um importante papel na sociedade e na economia do Brasil e, depois, da sua terra natal, passando “pela banca, pela indústria, pelo comércio, pela construção imobiliária, pela instrução (construção de escolas e subsídios), pela saúde e assistência, fez mudar gentes e territórios” (Fernandes e Paiva, 2009, p. 411). Segundo as autoras, para estes portugueses enriquecidos no Brasil, a “participação em irmandades, bem como a criação de vínculos com pessoas da elite foi elemento de salvaguarda e trânsito social” (*Idem*), confirmando a tese de que muitos alcançaram prestígio e poder social através da participação na vida religiosa, no desenvolvimento do ensino e da assistência local. Concluem as autoras que

a geografia minhota não mais foi a mesma, após a ida e muitas vezes vinda, dos emigrantes que demandaram terras brasileiras. Contribuíram para alterar o *modus vivendi* das regiões onde se fixaram (normalmente as de origem), e tiveram peso em diversos sectores económicos. O hermetismo social ia-se desvanecendo com a sua presença marcante (*Ibidem*, p. 422).

Surgiu a Santa Casa da Misericórdia, assim como outras associações de assistência e apoio, criadas por portugueses que delas beneficiavam, no dia a dia, ou para pagamento de sepultura de pobres e mendigos (Cf. Arroteia, 2009, p. 47), como assinalam alguns historiadores. Também a *Sociedade Portuguesa de Beneficência* providencia alguma assistência na doença e na pobreza e tem um hospital que, no dia do seu 16.º aniversário esteve aberto ao público, para ser visitado por quem quisesse apreciar as instalações e o serviço prestado aos enfermos. A atividade assistencial do hospital desta *Sociedade*, junto de doentes, viúvas e órfãos é notícia que o correspondente sublinha e elogia (Cf. *Jornal do Porto*, de 16 de outubro de 1863, correspondência do Rio de Janeiro, datada de 24 de setembro). O correspondente no Rio de Janeiro, elogia a perseverança dos que criaram e construíram o hospital português da sociedade portuguesa de beneficência (Cf. *Jornal do Porto*, 5 de fevereiro de 1863, carta do correspondente no Rio de Janeiro, datada de 8 de janeiro).

É neste contexto que surgem no Brasil subscrições e donativos individuais e de instituições, frequentemente para apoio a pobres, órfãos e viúvas e dirigidas a instituições na sua terra natal, para aliviar pobreza e as dificuldades dos seus familiares e concidadãos, e de que o diário portuense faz eco:

- Do Brasil vieram muitos donativos para a construção do hospital da caridade em Fafe (Cf. *Jornal do Porto*, de 2 de novembro de 1859, na correspondência de Fafe, datada de 27 de outubro);
- Subscrição promovida pelo visconde da Trindade, a favor do

Liceu da Trindade, que conseguiu 18 contos de reis, tendo o capital permanecido no Brasil, a receber juros no valor de 8 por cento (Cf. *Jornal do Porto*, 5 de novembro de 1859);

- Nota informativa do Ministério do Reino, no Diário do Governo, datada de 26 de outubro de 1859, manda entregar ao asilo da Ajuda, o donativo de 500\$ réis oferecido pela Sociedade Dezasseis de Setembro, do Rio de Janeiro, para ser dado a um dos asilos de órfãos das vítimas da cólera e da febre amarela (Cf. *Jornal do Porto*, 29 de outubro de 1859);
- Do Rio de Janeiro, o comendador Joaquim José Ferreira, enviou donativo para a paróquia de Santa Maria dos Anjos e para a Santa Casa da Misericórdia de Valença, pelo que “repicarão os sinos da villa” e se iluminou “o hospital da caridade, a torre da Misericórdia e Santa Maria”, (Cf. *Jornal do Porto*, 13 de junho de 1861);
- O correspondente de Coimbra elogia a caridade de um *capitalista brasileiro*, Francisco Augusto Mendes Monteiro, que ofereceu o donativo de 108\$000 reis para os pobres, sendo 45\$000 para o asilo de mendicidade (Cf. *Jornal do Porto*, 8 de janeiro de 1861);
- Um *brasileiro* ofereceu camas e outro ofereceu “todos os enxergões precisos”. **Não é indicada a povoação que recebe os donativos, mas é afirmado que** “São dignas de louvor todas as pessoas que concorrem para a prosperidade de tão humanitário estabelecimento” (Cf. *Jornal do Porto*, 22 de abril de 1863).

E, neste contexto, também Sua Majestade, o rei D. Luís recebe donativos e procede à sua distribuição (Cf. *Jornal do Porto*, 9 de dezembro de 1862), tal como a rainha D. Maria Pia (Cf. *Jornal do Porto*, 31 de dezembro de 1862). Os governos conhecem bem as vantagens destes movimentos populacionais, daí que a relação de sua majestade com a comunidade portuguesa no Brasil fosse amistosa e de apreço mútuo. A 13 de junho de 1863, em *Apontamentos do noticiário* o periódico apresenta um extrato da resposta de el-rei D. Luís aos portugueses residentes

no Rio de Janeiro que pertencem a associações de beneficência e de instrução e que fazem subscrições a favor de asilos em Portugal. O rei agradece aos emigrados toda a contribuição para os pobres e desprotegidos no reino:

As associações de beneficencia e de instrução, que os meus súbditos residentes no Brazil têm fundado em varias cidades daquele florescente imperio, merecem a minha real consideração e louvor, não só porque manifestam a sua fraternidade e civilização, mas pelos seus repetidos testemunhos de philantropia e amor patrio, as valiosas subscrições com que espontaneamente acodem ao infortunio dos seus concidadãos neste reino e auxiliam as empresas que tendem ao progresso e gloria de Portugal. (Cf *Jornal do Porto*, 13 de junho de 1863).

Quem emigrava, sabia que partia, não sabia se voltava. Muitos por lá ficaram, uns ricos ou, pelo menos bem sucedidos e outros pobres, sem sair da condição e dos empregos antes reservados aos escravos negros. Muitos por lá morreram, cedo, cedo demais. Voltaram alguns: uns ricos, com capitais para investir, outros com ânsia de poder, outros remediados ou pobres, com mais conhecimentos e capacidade de intervir na economia local, outros vieram doentes e envergonhados. Rosana Barbosa cita um exemplo: “em 1839, Rosa da Cunha de Jesus, natural de Barcelinhos, recorreu ao consulado português para a auxiliar no seu retorno a Portugal por causa do seu estado de miséria naquele país.” (Barbosa, 2003, p. 175).

O *Jornal do Porto* alerta as autoridades para uma outra questão: A generosidade e as saudades andam de mãos dadas, mas a comunicação e a receção de notícias são dificultadas pelo preço do serviço nacional de correio, de Portugal para o Brasil; na edição de 20 de fevereiro de 1862, na correspondência do Rio de Janeiro, datada de 25 de janeiro, afirma-se que o Porto é a cidade de Portugal mais ligada ao Brasil, mas que é demasiado caro o selo das cartas e que, por isso, muitas pessoas não escrevem aos familiares que estão no Brasil. Uma carta para o Brasil é cinco vezes mais cara que do Brasil para cá – em

Portugal, uma carta precisa de um selo de 300 réis, e de lá para cá são apenas 60 réis.



Fig.3. A leitura da carta – Ilustração de Roque Gameiro, para a capa da 28ª edição de *A Morgadinha dos Canaviais*, de Júlio Dinis, em 1930. Disponível em <https://tribop.pt>

Condições de trabalho e salário

Pelo *Jornal do Porto*, ficamos a saber que muitos dos que partiam do Porto passavam depois muito tempo vagueando pelas ruas do Rio de Janeiro: “As ruas andão cheias desses recém-chegados do Porto” (Cf. *Jornal do Porto*, 2 de maio de 1861, carta do correspondente do Rio de Janeiro, carta datada de 11 de março de 1862). Ficavam à espera que os viessem buscar ou, como afirma o correspondente, que os viessem comprar: “Parece que os portugueses recém-chegados ao Rio, continuam allí a ser retidos a bordo dos navios que os conduzirão, á espera de quem os vá comprar”. (Cf *Jornal do Porto*, 4 de outubro de 1859, correspondência de Pernambuco, datada de 14 de setembro).

Se agricultura é a atividade principal e da qual depende o futuro da economia brasileira, continua o correspondente do diário portuense, são os robustos colonos portugueses quem tem feito muito trabalho e quem povoa o território, apesar de serem tão mal tratados, o que considera ser um mau precedente para as futuras gerações de emigrantes:

O governo perde os colonos se os não quizer vigiar pelo interior; e elles não querem sahir das cidades, temendo com justa razão os maus tratos dos compradores Mas nas cidades ha grandes dificuldades em se arranjamem, e então eil-os entregues á vagabundagem. A imprensa liberal do Brazil por varias vezes tem falado n'este sentido, fazendo ver ao governo a necessidade de olhar pelo bem-estar dos colonos porque com isso lucra o imperio grandes interesses. (Cf. *Jornal do Porto*, 5 de abril de 1862)

Pouco antes, a 5 de dezembro de 1861, na carta do correspondente do Rio de Janeiro, datada de 7 de novembro, podíamos ler “exemplos de enganar vis”, pois que se compara o que ganha um homem, um menor de 14 anos, ou uma mulher de 14, 16, 18, 20 anos como rameira: “É por isso que os contractadores e fazendeiros levantão palacios e as traviatas comprão sedas e veludos”. Um homem paga de “passagem 35\$000 réis fracos e em 24 meses ganha 720\$000 réis fracos”; um menor, em 24 meses ganha 480\$000 réis fracos; uma mulher entregue “ao mister de rameira”, de 14,16,18 e 20 anos, em 24 meses ganha 3:000\$000, 4:000\$000 e 5:000\$000 réis. Mas, sentença e avisa o correspondente: ao fim de algum tempo vão parar ao hospital de caridade com a saúde arruinada e serão enterradas num cemitério público.

Emigração clandestina

O Porto e os Açores são as duas regiões de Portugal de onde partem mais homens e mulheres para o Brasil, onde muitos chegam sem passaporte, ainda que a maior parte deles sejam contratados pela Associação Central, com agentes em Portugal

(Cf. *Jornal do Porto*, 6 de abril de 1861) . Na correspondência recebida de Pernambuco, datada de 15 de novembro de 1859 (Cf. *Jornal do Porto*, 16 de dezembro de 1859) encontramos o relato de um caso de embarque ilegal de emigrantes de Portugal para o Brasil, retirado da *Gazetilha do Jornal do Commercio*, sob o título *Escravidão branca*. O capitão levava apenas 47 passageiros com passaporte e confessou que “os outros haviam sido apanhados nos rochedos da costa”. São homens, mulheres e crianças que viajam sem condições, sujeitos a maus tratos durante a viagem, que chegam ao Brasil magros e com fome. Mandaram separar os que vieram legalmente, “dos que tinham sido preza do lucro” e a estes foi dito “que ficavão livres do pagamento da passagem (...)”. Mas, não foi preso o capitão. Mas, já na edição de 13 de junho de 1859, sobre o problema do transporte dos passageiros sem passaporte se noticia que haviam sido instaurados, pelo ministério do reino, processos aos capitães de dois navios, um americano, a barca Asor, e um português, o brigue Esperança.

Na edição de 23 de março de 1861, através de um periódico local açoriano, o *Jornal do Porto* dá notícias de Angra, informando que nas costas do arquipélago anda um navio brasileiro a desafiar a emigração clandestina, tendo sido presa a tripulação de um navio local que foi ao largo levar gente a bordo do navio brasileiro. Ainda a propósito da emigração clandestina e indiferenciada, relata o correspondente do Rio de Janeiro que, no carnaval de 1862, fora colocada numa rua de grande movimento, durante os festejos de carnaval, uma forte crítica “á importação de colonos portugueses”, que iam para o interior, “carne para o corral”, o que “equivale á sorte que tem o gado no açougue” (Cf. *Jornal do Porto*, 5 de abril de 1862, carta datada de 11 de março de 1862).

A partida ilegal, sem passaporte, e a partida aventureira fazem parte da emigração, tal como a tentativa de contornar a legalidade. São muitos os exemplos que o jornal nos fornece;

na edição de 4 de janeiro de 1860, refere-se ilegalidades na obtenção de passaporte, numa freguesia de Penafiel, com a ajuda do regedor da paróquia.

Em 1862, o correspondente do Rio de Janeiro acusa a polícia portuguesa de não fiscalizar as saídas do Porto e das ilhas: no Rio de Janeiro, num navio chegado do Porto, com 118 passageiros declarados, encontravam-se 181, noutra estavam declarados 160, mas as autoridades contaram 220 passageiros, noutros a diferença é de 96 para 150, de 140 para 173, de 118 para 181; nos navios que chegaram das ilhas, encontrava-se o mesmo quadro, com uma diferença muito significativa entre o número de passageiros legais e os não declarados, portanto, ilegais: 170 contra 479; de 100 para 280, de 66 para 250, de 50 para 299 e num outro de 103 para 223. Mas, os números também não são iguais nos registos do consulado e do governo civil, do Porto, de Viana do Castelo e das ilhas (Cf. *Jornal do Porto*, 1 fevereiro de 1862, correspondência datada de 7 de janeiro de 1862). Era aos empregadores de mão de obra que se atribuía as condições para a emigração clandestina e o facilitismo, isto é, a ilusão de que o Brasil traria a todos a riqueza que alguns retornados exibiam, mesmo aos que não eram instruídos, sendo que, para os empregadores, a instrução podia tornar-se um obstáculo, por criar expectativas e ambições a que não seria possível corresponder.

Em 22 de abril de 1863, *A emigração para o Brasil*, é o título de um artigo de primeira página, em que se fala, mais uma vez, dos milhares que saem anualmente, quantos morrem por lá e quantos dos que regressam vêm doente e pobres, em que se defende que há um tipo de emigração útil, vantajosa a que não se deve pôr obstáculos: a emigração dos homens das artes e ofícios que recebem bons salários no Brasil e que podem trazer boas poupanças para o reino, se voltarem, porque a maioria estabelecer-se-á definitivamente por lá. Mas, há que não esquecer o lado horroroso da emigração com vida de escravidão, dos emigrados pobres que enviam dinheiro para as famílias e

dos que morrem nos sertões. Dos poucos que regressam, muitos vêm com passagem paga pela caridade pública (Cf. *Jornal do Porto*, edição de 22 de abril de 1863).

Alfabetização do emigrante

Se saber ler, escrever e contar era condição essencial para obter algum êxito no Brasil, Jorge Alves, ao estudar o fenómeno no distrito do Porto, informa que em “termos simples, podemos dizer que por cada 3 mulheres que emigravam só uma sabia escrever, em média, enquanto por cada três homens emigrantes dois o faziam” (Alves, 1999, p. 278). O autor acentua que, de 1860 até ao final do século, o nível de analfabetismo na emigração a partir do Porto rondava os 40%, sendo que a maioria dos analfabetos eram mulheres, e que a maioria dos alfabetizados eram jovens rapazes, subindo o número de analfabetos no grupo dos homens, de origem rural. Realça o facto de o Porto ter capacidade de mobilização de mão de obra rural e salienta que o êxodo rural foi também acompanhado de escolarização, porque saíram do campo, não só os mais jovens, mas também os mais instruídos. Conclui então que, quando a cidade não teve dinâmica económica para absorver população, a emigração surgiu como um destino e uma solução (*Idem*).

Com base nas informações obtidas nos registos dos passaportes emitidos pelo Governo Civil do Porto, Alves afirma que os emigrantes tinham a percepção da importância de saber ler e escrever, tendo contribuído para “o crescimento do parque escolar nacional” (*Ibidem*, p. 271), e em território brasileiro, mas que, só a partir de 1860, as autoridades passaram a incluir nos passaportes a informação “não sabe ler”, “não sabe assinar” (*Ibidem*). Jorge Alves realça ainda que os emigrantes se organizavam para melhorar as suas competências de leitura e escrita e que os retornados, eram defensores da necessidade de instrução e promoviam e financiavam o surgimento de escolas em Portugal – relata o caso do Conde de Ferreira que, “à hora

da sua morte deixou um legado para a construção e mobília de 120 casas para escolas primárias de ambos os sexos em terras que fossem cabeças de concelho (...)” (*Ibidem*, p. 284). Alves procura demonstrar que, face ao contexto nacional, o Porto era um distrito de sucesso emigratório o que se pode relacionar com o nível de alfabetização, porque “a emigração do distrito do Porto está longe de se reduzir às camadas sociais menos preparadas em termos escolares” (*Ibidem*, p. 278), sendo este fluxo migratório “mais alfabetizado do que a população do Continente em geral. E, sobretudo, é mais alfabetizado do que a população rural do distrito de origem” (*Ibidem*, p 279).

Consequências económicas da emigração

A emigração é sobretudo uma decisão individual ou familiar, mas tem consequências no reino, relacionando-se claramente a saída de rapazes e homens para a emigração com a subida de salários na agricultura e a falta de trabalhadores nos campos:

Quer-se vêr na desmesurada e rapida emigração para o Brazil a principal cauza d'este temeroso embaraço (...) a população laboriosa escaceia (...). A emigração tem-nos roubado annualmente numerosos contingentes (...) abandonando na patria as industrias, que os reclamam, e a família, que se amparava no auxilio dos seus braços. (Cf. *Jornal do Porto*, edição de 19 de agosto de 1859, artigo de abertura).

São igualmente necessários trabalhadores para a construção do caminho de ferro e nos altos salários aí praticados vê-se uma outra razão para o abandono dos campos, para além de se antever a sua ação sobre a emigração:

A emigração ha-de diminuir, ou cessar em grande parte, porque o salario elevado convidará os braços, que até hoje procuravão na emigração um futuro mais lizongeiro, e um destino mais lucrativo (...) a emigração não progredirá pelo menos na mesma escala, muitos braços aptos voltarão ao paiz attrahidos pela elevação dos salários (...) (*Idem*).

Mas, para além da fuga para os trabalhos na construção da rede de caminhos de ferro, o diário faz eco de um outro motivo que conduziu muitos jovens do campo à emigração: o serviço militar. Em 17 de novembro de 1859, na correspondência de Viana do Castelo, datada de 15 de novembro, o correspondente afirma que como a lei do recrutamento não está em vigor assim se “explica o limitadissimo numero, que agora emigra para o Brazil” demonstrando a atualidade do tema. Não sabemos exatamente quantos são os portugueses no Brasil, nem como vivem, mas diz o correspondente no Rio de Janeiro, em 1863, que supõe que serão mais de 400.000 pessoas, “vae talvez além de 400.000 pessoas”(Cf. *Jornal do Porto*, 20 de abril de 1863, carta datada de 23 de março).

A elevada mortalidade de emigrantes no Brasil

Nesta linha editorial de informação e intervenção política e social, em relação à problemática da emigração para o Brasil, o *Jornal do Porto* também utiliza as suas páginas para noticiar os óbitos, pois há muitos portugueses que por lá morrem:

- em janeiro de 1861, faleceram, no Rio de Janeiro, 142 *subditos portugueses*, informou o consul geral de Portugal no Rio de Janeiro (Cf. *Jornal do Porto*, 4 de abril de 1861);
- em novembro de 1860, faleceram 86 portugueses no Rio de Janeiro; a lista dos falecidos foi publicada no *Diário de Lisboa* (Cf. *Jornal do Porto*, 22 de janeiro de 1861);
- no mês de dezembro de 1860, faleceram no Rio de Janeiro mais de três portugueses por dia, segundo o côsul geral de Portugal no Rio de Janeiro (Cf. *Jornal do Porto*, 1 de março de 1861 – correspondente de Lisboa, em correspondência datada de 27 de fevereiro).

E há muitas disposições testamentárias que revelam a ligação às origens:

- Elogio a um português benemérito, Geraldo José da Cunha,

do Porto, pela generosidade e ligação à terra natal. Notícia subordinada ao título *Um legado aos pobres*. (Cf. *Jornal do Porto*, 4 de abril de 1863);

- Faleceu no Rio de Janeiro um *capitalista* português e no seu testamento são beneficiadas entidades e pessoas no Brasil e em Portugal, como a Santa Casa da Misericórdia do Porto. No seu testamento, este *capitalista* português beneficia também a irmandade do Sacramento do Rio de Janeiro, os pobres, o vigário e a igreja da sua freguesia, no Porto (Cf. *Jornal do Porto*, 7 de janeiro de 1860);
- Faleceu um negociante português de 78 anos, há 59 anos no Brasil, e fez legados à família e à sua terra natal (Cf. *Jornal do Porto*, 4 de abril de 1863, correspondência do Rio de Janeiro, datada de 10 de março);
- Deixou testamento na Baía um português de Trás-os-Montes que faleceu na viagem entre a costa de África e a Inglaterra; deixou os seus bens a uma filha natural e alguns parentes também estão beneficiados (Cf. *Jornal do Porto*, 15 de março de 1861).

As informações chegam através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, no *Diário de Lisboa*, do cônsul geral de Portugal no Rio de Janeiro ou através dos correspondentes do jornal. Por vezes, as notícias sobre os falecimentos ocorridos no Brasil, são colunas cheias de nomes, porque incluem as listas nominais, indicando, nome, estado civil, idade, e, por vezes, também o motivo do óbito e a profissão:

- Lista nominal de portugueses falecidos no Rio de Janeiro, de 11 de novembro a 7 de dezembro de 1859 – maioritariamente homens e jovens rapazes, solteiros, entre os 15 e os 73 anos (Cf. *Jornal do Porto*, 7 de janeiro de 1860);
- Lista nominal de portugueses falecidos no Rio de Janeiro, de 25 de fevereiro a 10 de março – maioritariamente homens solteiros, entre os 23 e os 76 anos. (Cf. *Jornal do Porto*, 4 de abril de 1863);

- Lista nominal de emigrantes portugueses falecidos no Brasil, de 7 de janeiro a 23 de janeiro de 1862, com indicação da idade e da causa de morte. (Cf. *Jornal do Porto*, 18 de fevereiro de 1862).

Idade dos 34 emigrantes portugueses falecidos no Brasil entre 7 e 23 de janeiro de 1862

Idade	Nº de óbitos	Idade	Nº de óbitos
16	1	40-48	3
19	2	50-55	4
22-25	8	60-67	4
26-29	4	72	1
30-38	7		

Tabela 1. Fonte: Maria de Jesus Pereira, 2019, *Representações socioculturais oitocentistas – olhares de Júlio Dinis sobre o quotidiano português*, Tese de doutoramento, pag 246, disponível em <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/8030>

As causas de morte são várias mas, ao longo do tempo, vamos sendo prevenidos para o facto de a maioria falecer prematuramente, com problemas de saúde associados ao clima, ao trabalho duro e aos maus tratos. Na edição de 18 de fevereiro de 1862 (correspondência do Rio de Janeiro, datada de 25 de janeiro de 1862) é abundante a informação sobre os males de que padeciam os 34 portugueses falecidos entre 7 e 23 de janeiro desse ano: apenas cinco tinham mais de 55 anos, e sete tinham entre 40 e 55 anos, isto é, apenas doze tinham mais de 39 anos; Entre os 34 emigrantes portugueses falecidos no Brasil, no período de dezassete dias, em janeiro de 1862, faleceram três, entre os 16 e os 19 anos, doze, entre os 22 e os 29 anos, dez, entre os 30 e os 48; isto é, entre estes 34 portugueses emigrantes falecidos neste período, vinte e dois tinham menos de 39 anos, sendo que entre estes, quinze tinham entre 16 e 29 anos. Quanto às causas de morte são muitas as que constam do documento, salientando-se que quatro emigrantes portugueses faleceram com tísica pulmonar – entre os 22 e os 26 anos, três com queimadura – entre os 16 e os 25, um com 38 anos, com constipação, um com ataque nervoso, com 48 anos, um afogado, com 50 anos (idem)

A propósito de casos particulares que estudou, Maria da Conceição Meireles Pereira (Pereira, 2000, pp 359-377) confirma que, a par de muitos casos de sucesso no Brasil, ou dos dois lados do Atlântico, também não podemos esquecer os relatórios dos consulados portugueses no Brasil, com “as longas listas dos compatriotas aí falecidos, tantas vezes surpreendidos a meio do sonho ou do pesadelo americano (...) destituídos até da possibilidade de morrer na terra natal, rever, pela última vez, os entes queridos” (Pereira, 2000, p. 359).

O sucesso e o retorno – o brasileiro de torna-viagem

Como afirma Eugénio dos Santos, muitos voltaram, uns de forma mais discreta, com menos capacidade de intervenção na sua terra natal, outros com muita visibilidade e capacidade para influenciar, conseguindo “títulos de nobreza, espalharam ruidosas clientelas, chocaram os contemporâneos pela prodigalidade ou o seu exotismo de vida. Mas foi muitíssimo mais eficaz e omnipresente em todo o espaço geográfico.” (Santos, s/d, p.17). Muitos dedicaram-se “na sua terra de origem a tarefas idênticas aquela em que antes trabalharam, no comércio a retalho dos géneros mais variados e procurados, na pequena indústria ainda de estrutura quase artesanal, na agricultura à qual conferiam novas sementes, espécies mais variadas e maior dimensão pela incorporação de courelas vizinhas.” (*Idem*). Estes conseguiram criar postos de trabalho e atrair “jornaleiros, criados ou empregados aos seus empreendimentos, muitos deixaram-se tentar por uma actividade mais participativa na vida social e política, de acordo com o prestígio que foram conseguindo no seu meio” (*Ibidem*). Segundo o historiador, o retornado bem sucedido “Procede das cidades, é empreendedor, sabe investir e seleccionar épocas e lugares de lazer, deseja conhecer outras gentes. Por isso viaja. Repete mesmo ao longo da vida várias vezes o percurso oceânico, pois os vapores são rápidos e oferecem comodidades.” (*Ibidem*, pp. 23-24). Mas, os retornados “remediados, homens com alguns cabedais, bastante numerosos

talvez tenham sido quem maior influência permanente deixou no seu seio de origem (através de doações, mesadas, compras de bens, depósitos, acções” (*Ibidem*).



Fig. 4. Na taberna, com o brasileiro Seabra – Aquarela de Roque Gameiro, de 1930, para ilustração da 28ª edição de *A Morgadinha dos Canaviais*. Disponível em <http://tribop.pt>

Maria da Conceição Meireles Pereira apresenta dados biográficos de homens que, pela emigração no Brasil, conseguiram, nos dois lados do Atlântico, obter comendas e títulos nobiliárquicos e trazer para Portugal capitais, capacidade de empreendedorismo e dedicação a causas de beneficência. De entre eles, salientamos o caso de

- José João Martins de Pinho (Conde de Alto Mearim, 1849-1900), nascido em Matosinhos, que em “1862, terminada uma criteriosa educação a nível comercial, partiu para o Brasil onde se iniciou como empregado de escritório. Volvidos, alguns anos os seus empreendimentos e transacções multiplicaram-se, dirigiu o Banco de Crédito Real do Brasil e associou-se aos conselheiros Mayrink e Moia Machado para fundar o Banco Construtor do Brasil.(...) Regressado a Portugal, foi deputado pelo círculo de Santarém em três legislaturas (1892-1897) e nomeado par do Reino em 1898. (...) Em Matosinhos a sua

benemerência privilegiou sobretudo a instrução, tendo criado e mantido o Liceu Alto Mearim (1892) onde se ministrava um ensino gratuito” (Pereira, 2000, p. 367).

- José Joaquim Leite Guimarães (Barão de Nova Sintra, 1808-1870), nascido na freguesia de Pencelo, concelho de Guimarães. Com 17 anos de idade foi chamado por um irmão para o Brasil, onde desenvolveu rendosos negócios na área dos têxteis. De regresso a Portugal, os seus negócios dividiram-se por Lisboa e Porto. Na década de sessenta, “o industrialismo seduziu-o e, além do grande impulso que deu à Exposição do Porto de 1865, destacou-se pelo empenho no fabrico da seda cuja produção estimulou nos institutos caritativos que dirigia, recorrendo à orientação técnica de um especialista francês” (*Idem*, p. 362). Sobre a participação deste brasileiro, na mudança no ensino e na assistência às crianças órfãs e abandonadas, Maria da Conceição Meireles Pereira, indica que em 1866, foi inaugurado o Estabelecimento Humanitário Barão de Nova Sintra, criado “com o objectivo de educar os rapazes mais pobres, muitas vezes tirados das casas de correcção, e abrigar as crianças abandonadas”, e depois entregue à Santa Casa da Misericórdia do Porto (*Ibidem*, p. 363).

Mas, a autora conclui que “Como todas as histórias de emigração esta também se fez de risos e de lágrimas, de situações felizes e de casos dramáticos. A par de alguns percursos jubilatórios muitos foram os sonhos que não se cumpriram, desfeitos entre o trabalho opressor e a vida miserável de emigrado” (*Ibidem*, p. 359). Eugénio dos Santos salienta a criação de um imaginário coletivo, que alimentou ilusões, esperanças e sonhos:

(...) outros, ainda que poucos, haviam regressado ricos, honrados, casados ou solteiros, mas ascendendo ao estatuto burguês apetecido, comprando imóveis grandiosos, associando-se à nobreza decaída de outrora. E esses alimentavam constantemente o imaginário colectivo, usando botas largas, chapéu de abas fartas e cores claras, anéis de brilhantes, cordões de ouro. Eles fascinavam os empregados das câmaras municipais, os magistrados, os comerciantes, que tanto lhes

cobiçavam o dinheiro, o prestígio. O povo vê neles uma espécie de vingança para a sua condição e as mulheres casadoiras, disputam a sua atenção. Essas figuras emergem na Beira Litoral e no Entre-Douro e Minho com regularidade. (Santos, s/d, p. 19).

No entanto, realçando a importância dos emigrantes retornados e a sua intervenção social e económica, Jorge Alves considera que, quando regressam, já não são os homens partiram porque, mesmo quando volta pobre,

o ex-emigrante é outro homem, mesmo quando volta sem dinheiro (...) torna-se um construtor de modernidade, um inovador ainda que a um nível relativo, pois tanto assume frequentemente posições de conservantismo social, quando a sua reentrada na sociedade de origem se faz económica ou socialmente a um nível elevado, como pode ser um veiculador de ideias novas, bastando lembrar o seu papel na difusão das ideias republicanas em Portugal e dos ideais maçónicos nos finais do século (...). (Alves, 2009, p. 20-21).

A saída da sua terra natal, permitiu-lhe

romper com o horizonte paroquial, ao apreciar a diversidade de paisagens não só naturais como sociais (...) as estalagens das vilas ou cidades ou a renovação agrícola de muitas unidades camponesas, por compra e melhoramento de terras e construção ou renovação de casas rurais é uma constante no Entre-Douro-e-Minho para os pequenos investidores da emigração (*Idem*).

Por isso, biografias e autobiografias, como a de Francisco José Leite Lage, de Miguel Monteiro (Monteiro, s/d.), inscrevem-se no grupo de fontes importantes para o estudo dos emigrantes portugueses, na partida e no retorno. Porque, o emigrante, quando volta, vem diferente, traz as suas experiências na bagagem, as memórias íntimas dos lugares, das pessoas que “passam a fazer parte da totalidade complexa que constitui o ser migrante” (João, 2009, p. 273).

Como Jorge Alves, poderíamos citar Eduardo Lourenço:

o Brasil esteve para Portugal como um espaço compensatório (...)

Para além da pequenez geográfica, a pequenez de organização social, incapaz de aproveitar com eficiência os factores de trabalho que possuía, exportando mão-de-obra para o exterior, subproduto de uma vocação colonial de pobres. Por isso, no dizer tantas vezes repetido, de Herculano e Oliveira Martins, o Brasil se tornou na nossa melhor colónia, depois que o deixou de ser (...) (Alves, 2009, p. 25).

Em síntese, o retrato que o *Jornal do Porto* nos apresenta das dificuldades de integração, do quotidiano e da falta de proteção dos portugueses emigrados no Brasil, nas décadas de 1850 e 1860, especialmente daqueles que partem analfabetos, confiantes na sua força, na sua saúde e na palavra de quem os alicia, é o retrato também da incapacidade das autoridades dos dois reinos: na partida e no destino, a dificuldade de fazer aplicar regulamentos e legislação e de articular os interesses de empregadores e emigrantes. E assim se produziram as condições para um drama humano que transformou cidadãos emigrantes em seres humanos explorados em terras distantes, porque na sua terra natal não encontraram caminho para os seus sonhos ou para a sua sobrevivência.

Bibliografia

- ALVES, Jorge Fernandes, 1999, *Variações sobre o “brasileiro” – Tensões na emigração e no retorno do Brasil*, in *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXIII, p.191-222, Univ. Coimbra, disponível em <http://ler.letras.up.pt>
- ARROTEIA, Jorge Carvalho, 2009, "Emigrantes e irmandades de origem portuguesa no Brasil: as Santas Casas de Misericórdia", in SOUSA, Fernando de et al, (coord.), "Nas Duas Margens. Os Portugueses no Brasil".
- BARBOSA, Rosana, 2003, «Um panorama histórico da imigração portuguesa para o Brasil», in *Arquipélago • História*, 2ª série, VII, pp. 173-196, disponível em <https://repositorio.uac.pt>, consulta de 17.08.2018.
- FERNANDES Adília e PAIVA Odete, 2009, "Emigração dos minhotos para o Brasil (1850-1910). Os bem sucedidos e os outros" in Fernando de Sousa et al (coord.).
- JOÃO, Maria Isabel, 2009, «O Espontâneo e o Construído nas Memórias dos Migrantes», in Maria Beatriz Rocha-Trindade (org.) *Migrações, Permanências e Diversidades*, Edições Afrontamento, Porto.
- O JORNAL DO PORTO, 1859-1863, disponível em BNP , www.bnp.pt/
- LEITE, J. Costa, 1987, *Emigração Portuguesa: a Lei e os números (1855-1914)*, em *Análise Social*, vol XXIII (97), p 463-48, disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt>, consulta de 15.04.2015.
- MONTEIRO, Miguel, s/d, *Emigração para o Brasil (1834-1926): os números e autobiografia – sair, viver e regressar na primeira pessoa*, disponível em www.museu-emigrantes.org, consulta de 12.03.2015.
- PEREIRA, Maria da Conceição Meireles, 2000, *Os brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal, Os brasileiros notáveis e... os outros*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Lisboa, p. 359-377, disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt>, consulta de 13.03.2015.
- PEREIRA, Maria de Jesus Antunes da Cruz, 2012, *As Pupilas do Senhor Reitor – um retrato das mulheres na sociedade portuguesa do início da 2ª metade do século XIX*, dissertação de mestrado, Mestrado em Estudos Portugueses Multidisciplinares, Universidade Aberta, disponível em <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/2570>

PEREIRA, Maria de Jesus Antunes da Cruz, 2019, *Representações Socioculturais Oitocentistas – olhares de Júlio Dinis sobre o quotidiano português*, tese de doutoramento em História, especialidade Representações, Poderes e Práticas Culturais, Universidade Aberta, disponível em <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/8030>

SANTOS, Eugénio dos, s/d, *Os brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal*, disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt> , consulta de 20.02.2017.

SILVA, Francisco Ribeiro da, 1990, «Jornais e revistas do porto no tempo de Camilo», *História do Porto*, pp. 119 a 142, disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8265.pdf>, p.121, consulta de 02.03.2017.

VAQUINHAS, Irene e CASCÃO, Rui, 1993, «Evolução da sociedade em Portugal: a lenta e complexa afirmação de uma civilização burguesa», in *História de Portugal*, vol V, dir. de José Mattoso.

Notas

[1] Este artigo pretende ser a apresentação e divulgação do trabalho de investigação realizado para a realização da tese de doutoramento em História, especialidade Representações, Poderes e Práticas Culturais, sob o título, REPRESENTAÇÕES SOCIOCULTURAIS OITOCENTISTAS – OLHARES DE JÚLIO DINIS SOBRE O QUOTIDIANO PORTUGUÊS, disponível em <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/8030>.

Liberdade e rebeldia pela voz de Maria Teresa Horta[1]*Freedom and Rebellion Through Maria Teresa Horta's***Andreia Gonçalves****Elizabete Fernandes****Sónia Rodrigues****Tânia Caiano****Resumo**

Maria Teresa Horta, sob pressão do fascismo, inspirou-se na criação de *Novas Cartas Portuguesas*, obra de resistência ao regime ditatorial português. Juntamente com Maria Isabel Barreno e Maria Velho da Costa, a obra denunciou a opressão política e social, enfrentando a censura em 1972. A resistência literária feminina tem raízes históricas, como exemplificado no século XVIII pela Marquesa de Alorna, que desafiou os limites impostos às mulheres. A luta atual pelos direitos femininos reflete-se na relação com a palavra, contrastando as percepções históricas da mulher entre o sagrado e o perigoso, simbolizando a resistência contra a marginalização.

Palavras-chave: Resistência; Feminismo; Censura; Literatura; Ditadura

Andreia Gonçalves**Elizabete Fernandes****Sónia Rodrigues****Tânia Caiano**

Alunas Universidade Aberta

[0009-0003-1997-4438](https://orcid.org/0009-0003-1997-4438)[0009-0001-2250-765X](https://orcid.org/0009-0001-2250-765X)[0000-0002-5121-4370](https://orcid.org/0000-0002-5121-4370) [0009-0007-0592-9109](https://orcid.org/0009-0007-0592-9109)**Abstract**

Under the pressures of fascism, Maria Teresa Horta drew inspiration to create *Novas Cartas Portuguesas*, a work of resistance against Portugal's dictatorial regime. Co-authored with Maria Isabel Barreno and Maria Velho da Costa, the book denounced political and social oppression and faced censorship in 1972. Women's literary resistance has historical roots, as exemplified in the 18th century by the Marquesa de Alorna, who defied the limitations imposed on women. Today, the fight for women's rights is reflected in their connection to the written word, challenging historical perceptions of women as both sacred and dangerous, symbolizing resilience against marginalization.

Keywords: Resistance; Feminism; Censorship; Literature; Dictatorship

“Eu fui espancada pelos fascistas e a partir daí nasce as *Novas Cartas Portuguesas*.”[2]

Num período em que a liberdade de expressão era severamente cerceada, as palavras de Maria Teresa Horta ressoavam como um grito de resistência e um poderoso manifesto contra a opressão do regime. Ao partilhar a sua experiência de ser espancada pelos fascistas, Horta não só revela a brutalidade do regime, mas também destaca como essa violência influenciou a criação de uma das obras literárias mais icónicas da resistência portuguesa – *Novas Cartas Portuguesas*. Tal como as suas palavras e as das suas companheiras desafiaram o fascismo no século XX, há um fio de resistência que remonta ao passado, quando outras mulheres usaram a literatura como uma ferramenta de emancipação.

No século XVIII, a literatura começou a refletir os ideais iluministas de liberdade, razão e progresso, posicionando-se como um meio de contestação e mudança social. Da mesma forma que *Novas Cartas Portuguesas* enfrentaria a censura fascista, o movimento literário do século XVIII ajudou a expressar os valores emergentes de uma nova sociedade. A Marquesa de Alorna, por exemplo, destacou-se nesse contexto, enfrentando as limitações impostas às mulheres de sua época e usando a literatura para criticar o despotismo e defender a liberdade.

A obra revolucionária de Maria Teresa Horta, coautora com Maria Isabel Barreno e Maria Velho da Costa, visava denunciar o estado político e social do país. Essa criação conjunta foi fruto de um entendimento político, determinado a vencer o fascismo: “é um livro político, feito num país fascista”. Em 1972, a obra *Novas Cartas Portuguesas* foi apreendida e criticada por Marcello Caetano, consolidando-se como parte de um longo percurso de resistência literária.

Nos dias de hoje, a reivindicação pelos direitos femininos passa pela “invenção de novas relações com a Palavra”. Desde as

sociedades primitivas do Mediterrâneo, a imagem da mulher, inicialmente venerada como “Terra-Mãe” e criadora, foi substituída pela imagem de “força destruidora”, revelando contrastes entre as perceções femininas que oscilavam persistentemente entre a “impura e perigosa” e a “sagrada e protetora” (Besse, 2001). Este histórico de opressão reflete a longa marginalização da mulher, que persistiu em desafiar as normas impostas através da escrita.

No século XVII, D. Francisco Manuel de Melo[3] publicou a *Carta de Guia de Casados*, uma obra misógina que aconselhava os homens a controlar as mulheres. Para ele, a mulher ideal deveria ser pouco instruída, para não comprometer a estabilidade familiar. Esse medo de mudança na educação feminina, reflete o receio de que a emancipação intelectual ameaçasse a ordem social estabelecida. Em contraste, escritoras como Maria Teresa Horta e a Marquesa de Alorna romperam com essas limitações. No século XVIII, Alorna utilizou a sua escrita para desafiar as estruturas patriarcais e defender a autonomia feminina, abrindo caminho para uma tradição literária de resistência.

Ao longo do século XVIII, o mundo passou a ser visto como um campo de exploração científica e a literatura acompanhou essas transformações, não apenas esteticamente, mas também como meio de resistência política. Escritoras como Maria Teresa Horta são herdeiras dessa tradição, utilizando a palavra escrita como uma arma poderosa contra a opressão. Assim como Horta enfrentou o fascismo, a Marquesa de Alorna desafiou as limitações impostas ao seu género, defendendo a liberdade e criticando a ordem vigente.

Esse percurso de resistência literária, que atravessa séculos, demonstra o poder transformador da palavra. No século XVIII, a literatura consolidou os valores iluministas; no século XX, obras como *Novas Cartas Portuguesas* desafiaram diretamente o regime autoritário. Tanto a Marquesa de Alorna quanto Maria Teresa Horta, Barreno e Velho da Costa enfrentaram regimes

que temiam a liberdade de expressão e a emancipação das mulheres.

A literatura, em ambas as épocas, tornou-se uma força impulsionadora de progresso, uma plataforma de reivindicação de direitos e uma arma contra a opressão. Maria Teresa Horta destaca a ousadia dessas mulheres, que, assim como a Marquesa de Alorna, desafiaram os limites de suas épocas. As experiências partilhadas por Horta, Barreno e Velho da Costa tiveram repercussões não só em Portugal, mas internacionalmente, consolidando um legado de resistência literária.

Hoje, aos 86 anos, Maria Teresa Horta relembra a brutalidade do passado e celebra o poder transformador da literatura. Numa entrevista recente, ela fala sobre o impacto que a obra *Novas Cartas Portuguesas* teve no regime ditatorial. Em 1972, Marcello Caetano referiu-se às autoras como "não dignas de serem portuguesas" e afirmou que o livro era uma vergonha para o país, revelando o temor que essa obra inspirava nas estruturas de poder (Horta, 2024). A sua voz, unida à de tantas outras mulheres que recusaram o silêncio, continua a ser um símbolo de luta pela liberdade e igualdade através da palavra.

"Escrito por três mulheres e publicado por outra", assim se refere Maria Teresa Horta a Natália Correia, durante a entrevista, como sendo a única editora que acreditou na aventura a três. Apesar de serem jovens, não eram inconscientes e já tinham alguma participação política, mas realçando que a escrita em conjunto foi bastante divertida.

Não fosse ela uma mulher rebelde, não lhe assentaria tão bem o convite para prefaciar o livro de Natália Correia, publicado em 2003. Maria Teresa Horta foi convidada por Maria Antónia Pereira para escrever o prefácio do livro *Breve História da Mulher e Outros Escritos*, no ano em que, se estivesse viva, a autora completaria 80 anos.

O volume reúne artigos, estudos e crónicas de Natália Correia, sobre as mulheres e a sua condição feminina ao longo da vida. Maria Teresa Horta descreve-o como um "livro inesperado", destacando a sua ousadia. De facto, ao abordar o papel das mulheres nas mais variadas culturas, Natália Correia desafiou os tabus do regime do Estado Novo, que seguia princípios fascistas, segundo os quais a mulher deveria limitar-se às tarefas domésticas e à maternidade.

No prefácio, Maria Teresa Horta ainda confia que o que mais a atraiu em Natália Correia foi o seu traço de desobediência inata, a sua insubordinação e coragem. Embora Natália não se tenha assumido como feminista, partilhava muitas ideias com as defensoras dos direitos das mulheres e refutava injustiças sexistas, discriminações e normas impostas desde sempre.

O destino feminino era moldado ao bel-prazer dos homens, resultando numa vida de infelicidade e de subvalorização. E sendo Natália Correia "uma revolucionária; uma passionária", lutava pelo "amor, pela solidariedade, pela lealdade e pela diferença".

Ao recordá-la, Horta menciona que Correia lhe ensinou, no âmbito da escrita, "somos poetisas e não poetas. Teresa, nunca se esqueça. Para fazermos boa poesia não necessitamos de tomar para nós o que é do masculino" (Correia, 2003, pp. 17–18). À luz dos textos "inequivocamente provocadores; luminosos e desafiadores", Maria Teresa Horta afirma que Natália Correia assumiu muitos riscos que colocavam em causa a liberdade feminina.

Nesse contexto, em maio de 1971, foi escrito um livro a "seis mãos", referidas como sendo as mãos de autoras talentosas e as três "aranhas astuciosas".

Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa, todas elas, já tinham publicado, algum tempo antes,

livros que se destacaram pela diferença e pela forte dimensão política, desafiando as normas da sociedade.

Se a personagem em *Maina Mendes* (1969) de Maria Velho da Costa perde o seu protagonismo, levando à reinvenção de uma outra, no livro de Maria Isabel Barreno em *Os Outros Legítimos Superiores* (1970), já se verifica uma denúncia do silêncio das mulheres, através do nome "Maria" e, por outro lado, também a voz poética de Maria Teresa Horta, assumidamente feminina, em *Minha Senhora de Mim* (1971), reivindica o direito das mulheres de falar sobre a sua sexualidade, o desejo, enfim, o corpo.

A coragem da autora, ao abordar estes temas, representava um desafio às normas sociais e uma afronta ao regime repressivo do Estado Novo.

Este sistema autoritário de índole fascista, que se seguiu à ditadura militar instaurada após o golpe de 28 de maio de 1926, procurou suprimir as vozes dissidentes. No entanto, as suas obras literárias emergiram poderosas, como atos de resistência e afirmação da liberdade de expressão e dos direitos das mulheres.

Ao contrário do que se esperava, a instabilidade política, económica e financeira continuou a persistir. Perante esta situação, Óscar Carmona, o Presidente da República à data, convidou António de Oliveira Salazar para o Ministério das Finanças.

Logo no primeiro ano de mandato, Salazar, à custa do aumento de impostos, da redução dos salários dos funcionários públicos e de um apertado controlo dos orçamentos de todos os ministérios, conseguiu equilibrar as contas públicas, o que lhe conferiu um enorme prestígio.

Sendo visto como um "Salvador da Nação", um mito que, de acordo com Léonard (2017) foi sendo construído por António Ferro e elevado a modelo, Salazar foi, em 1932, nomeado

Presidente do Conselho.

Segundo-se, em 1933, a aprovação de uma nova Constituição que, oficialmente terminava com o período de Ditadura e dava início ao Estado Novo, uma ditadura que só haveria de ter fim a 25 de abril de 1974.

À semelhança de outros regimes ditatoriais, nomeadamente o italiano e o alemão, pretendeu-se construir um Estado forte e autoritário, dirigido por um chefe, a quem todos deviam obediência e culto, tendo sido estabelecida a existência de um partido único, a União Nacional.

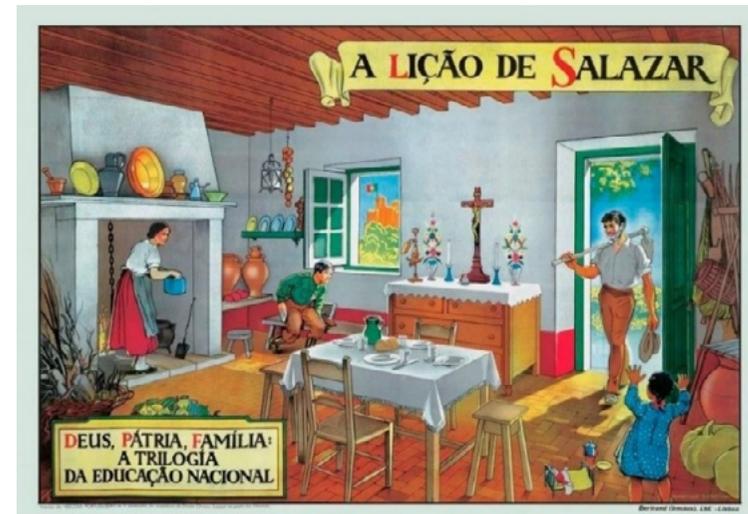


Fig. 1. Deus, Pátria, Família – A trilogia da Educação Nacional

De forma a pôr fim à luta de classes e ao controlo dos opositores ao regime, organizaram-se corporações de patrões e de empregados. Para controlar a população e aniquilar qualquer oposição ao governo, foram criadas diversas organizações e mecanismos repressivos.

De acordo com uma visão nacionalista exacerbada, a pátria

deveria estar sempre acima de qualquer valor individual. Este sistema, recém-estabelecido e legitimado pela Constituição de 1933, consolidou-se como profundamente conservador e tradicionalista.

No último dos sete cartazes, publicados em 1938 e distribuídos pelas escolas, intitulado “Deus, Pátria, Família: a Trilogia da Educação Nacional”, encontramos a súplica dos valores essenciais a preservar. O lar apresentado é humilde, rústico, sem qualquer aparelho tecnológico ou até mesmo um simples jornal, refletindo o apanágio da *aurea mediocitas*, da ausência de ambição, de uma felicidade que se alcança com muito pouco. Na verdade, o “viver habitual” uma fórmula que, após um encontro com Salazar, Henri Massis especificou em 1941.

Viver habitualmente é sentir-se contente no seu país, como se nos corresse nas veias; encontrar aí esse elemento de bem-estar habitual, de orgulhosa euforia, étnica ou territorial, que não se predestina às ambições irrazoáveis. Viver habitualmente, eis todo o nacionalismo, que não é outra coisa que um gesto de amor de si habitual no homem. Fazer viver habitualmente um país não é deixar contaminar os membros sãos, amputar as partes mortas; é impedir a chegada da desordem onde existe a ordem; onde existe a paz evitar que chegue a guerra; porque é precisamente isso que significa viver habitualmente. (Massis in Léonard, p. 182, 2017).

Dentro desta organização, a família era vista como a célula base que assegurava a participação sem sobressaltos. Obedecendo a uma estrutura hierárquica, o homem era considerado a cabeça da família, a quem os restantes deviam prestar obediência. Segundo Pimentel (2011), uma das máximas preferidas de António Carneiro Pacheco, ministro da Educação Nacional, era um “lugar para cada um e cada um no seu lugar”, o que refletia uma noção estanque de mobilidade social, na qual cada pessoa devia desempenhar a função para a qual parecia ter nascido, como se se tratasse de uma missão.

Segundo Pimentel (2011), a norma também se aplicava às

mulheres, que tinham um papel pré-definido dentro desta estrutura. Tratava-se não apenas de uma imposição social ou moral, mas também legal, uma vez que o artigo 5.º da Constituição de 1933 estipulava que não haveria “[...] qualquer privilégio de crescimento, nobreza, título nobiliárquico, sexo ou condição social [...]”. No entanto, uma exceção ficava estabelecida, “salvas, quanto à mulher, as diferenças resultantes da sua natureza e do bem da família [...]”.

Na clausura do lar e submissa à autoridade do poder patriarcal, de acordo com a propaganda do regime, o dever primordial da mulher deveria ser a salvaguarda dos valores morais e religiosos da família. Ficando também estabelecido que a realização da feminilidade seria a maternidade. Como refere Rosengarten (2005), havia uma enorme valorização simbólica da maternidade, até como forma de garantir a sucessão e a continuidade.

Em 1936 foi criada a Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN), uma organização feminina que servia para difundir e cimentar a importância da ideia da mulher como mãe, sempre atenta às responsabilidades domésticas e obediente à figura masculina.

De acordo com a perspetiva de submissão e de reclusão doméstica, o modelo aceitável de feminilidade seria a Virgem Maria, sendo extremamente fomentado o culto mariano, sobretudo após a assinatura da Concordata com o Vaticano em 1940.

Ilustrando esta visão determinista do papel da mulher na sociedade, em entrevista a António Ferro, após ser questionado sobre a legitimidade do movimento feminista e as restrições impostas pelo homem à liberdade da mulher, Salazar afirmou: “Queixou-se o homem, alguma vez de trabalhar de sol a sol, para a defender das tempestades que andam cá por fora? Não acha ele que é o seu dever natural e justo?” (Ferro, 1933, p. 134).

Em 1968, após uma doença inesperada, Salazar foi afastado do poder e substituído por Marcello Caetano. Por essa altura, esperava-se que houvesse uma renovação política e a necessária liberalização do regime. Na realidade, foram tomadas algumas medidas, como o abrandar da censura; o autorizar o regresso de alguns exilados políticos; o abrandamento da atuação da PIDE, agora designada como Direção-Geral de Segurança – DGS, entre outras. Devido a esta abertura, este período foi designado como “Primavera Marcelista”.

No entanto, a recusa da democratização tornou-se evidente nas eleições de 1969, nas quais, novamente, devido à existência de fraude eleitoral, o Partido do Governo, que em 1970 mudou a designação de União Nacional para Ação Nacional Popular, alcançou uma vitória esmagadora, conseguindo preencher todos os lugares da Assembleia.

Para além disso, a Guerra Colonial, iniciada a 15 de março de 1961 em Angola, com a revolta da UPA – União dos Povos de Angola, estendeu-se depois à Guiné-Bissau e a Moçambique, continuando sem solução à vista. Esta guerra implicava um enorme custo humano e económico para Portugal. O prolongamento do conflito provocava um descontentamento crescente, tanto entre a população civil, como também no seio das próprias Forças Armadas.

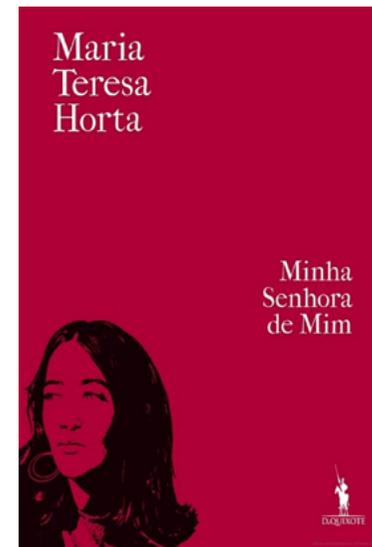
O desagrado que se ia exacerbando e a contestação das estruturas de poder durante a Guerra Colonial não se restringiram apenas às questões militares e sociais, mas também se refletiram nas esferas culturais e intelectuais. Neste contexto de agitação e mudança, figuras como Maria Teresa Horta emergiram, contribuindo de maneira significativa para o debate e transformação das normas impostas pela sociedade.

Nascida em Lisboa, a 20 de maio de 1937, numa família aristocrata – sendo quinta neta da Marquesa de Alorna –, Maria Teresa Horta frequentou a Faculdade de Letras de

Lisboa e participou ativamente nos movimentos feministas e de emancipação da mulher. O seu percurso incluiu o jornalismo, a poesia e a ficção, com a poesia destacando-se pela exploração do erotismo, da libertação feminina e da vivência da sexualidade, utilizando uma linguagem que apela à sensualidade através de um discurso conotativo.

Destaca-se, por isso, títulos como *Minha Senhora de Mim* (1971), – já referido anteriormente, – *A Paixão segundo Constança H.* (1994); *Poemas para Leonor* (2012), entre outras.

A temática do amor permeia a sua obra, onde se assiste à fusão do homem e da mulher como dois complementos na procura de encontro e plenitude.



*Colheste as flores
da tua chama
apagaste devagar
os teus sentidos*

*Sossegaste o corpo
em sua cama
desguarneceste em mim
os teus motivos*

*Que a vela acesa corte a
madrugada
E lhe desdiga a calma e a palavra
Colheste devagar o meu queixume*

*Ó meu amor!
Ó meu aceso lume!*
(Horta, 2023, 54).

Fig. 2. 3ª edição de *Minha Senhora de Mim*, cuja 1ª edição foi apreendida pela PIDE em 1971

Neste poema em concreto, *Minha Senhora de Mim*, a poetisa explora a fusão entre o amor e o desejo, envoltos numa atmosfera de intimidade e intensidade emocional. Na primeira estrofe, “Colheste as flores/da tua chama/apagaste devagar/os teus sentidos” sugere-se um abrandamento ou até uma ausência de paixão. As flores podem simbolizar esse desejo ou vitalidade, que são, contudo, retraídos. O verbo “colheste” parece indicar um certo controlo sobre essa chama, remetendo para uma situação de calma ou serenidade, especialmente quando se refere aos sentidos que foram apagados.

Estes e outros elementos apontam para a exploração da dualidade entre a paixão e a tranquilidade, o desejo e a serenidade, revelando a transformação no relacionamento. A chama do amor, ainda que controlada, permanece acesa, com uma visível tensão entre a quietude e o desejo latente.

São precisamente estas imagens sensuais, aliadas a uma linguagem emotiva, que a autora transmite na sua poesia, as quais tanto escandalizaram as mentalidades conservadoras da época.

Nesse contexto, é fundamental considerar a influência das obras que marcaram um período conturbado.

Assim, para a realização da escrita a três, as autoras basearam-se no romance epistolar *Lettres Portugaises* – uma compilação de cinco cartas de amor, supostamente redigidas por Mariana Alcoforado, uma freira enclausurada no convento de Beja, e publicadas anonimamente em 1969 pelo editor Claude Barbin.

Quando o burguês se revolta contra o rei, ou quando o colono se revolta contra o império, é apenas um chefe ou um governo que eles atacam, tudo o resto fica intacto, os seus negócios, as suas prioridades, as suas famílias, os seus lugares entre amigos e conhecidos, os seus prazeres.

Se a mulher se revolta contra o homem nada fica intacto[4].

A autoria das cartas ainda hoje é polémica, tendo sido sujeita a várias traduções e reedições. Em 1969 – trezentos anos depois – foi publicada uma edição bilingue pela Assírio & Alvim, com o título *Cartas Portuguesas*, traduzidas por Eugénio Andrade. Esta edição foi consultada pelas três autoras.

9 MAGGIO 2022 | 13:30 | AULA 13A/B | IN PRESENZA E IN STREAMING
GIORNATA MONDIALE DELLA LINGUA PORTOGHESE
**NOVAS CARTAS
PORTUGUESAS**
50 anos de um livro que marcou a História



Fig. 3. Fotografia da Manchete, Lisboa, 25 de junho de 1974

As "Três Marias" das *Novas Cartas Portuguesas*: Maria Teresa Horta, Maria Velho da Costa e Maria Isabel Barreno

Mas, mais importante do que descobrir a verdadeira autoria da obra, foi a transformação da figura de Mariana Alcoforado de uma autora anónima para uma representação da feminilidade nacional em geral. (Barreno, Horta, Costa, 2022, pp. 15-16).

Num ambiente de ditadura fascista, as manifestações de revolta das mulheres, a partir das *Novas Cartas Portuguesas*, agitaram todos os estratos sociais. Era necessário erradicar a repressão até aí implantada para que as mulheres não perdessem a sua identidade.

As mulheres viviam enclausuradas na sua escrita, gritando em silêncio. Quando ousavam partilhar os seus pensamentos, usavam pseudónimos masculinos. Procuravam alcançar a igualdade e descobrir a verdadeira identidade através do movimento feminista e da sua expressão na literatura, o que permitiu alguma notoriedade a vozes que se uniram em prol da mesma causa.

Desta forma, às *Novas Cartas Portuguesas* reconhece-se um estilo tradicional cultivado pelo género feminino na literatura, numa coletânea de textos esparsos que mesclam uma história vivida, ou talvez imaginada, pela freira, mas que rompem, e até, extravasam, o que parecia normalizado e de incontestável mudança.

Do ponto de vista literário, o livro exibe características de intertextualidade e alteridade, tecendo críticas à sociedade contemporânea portuguesa ao abordar temas censurados ou proibidos. Isso gerou desconforto entre os que estavam ligados ao poder, e o escândalo em torno da publicação, assim como o julgamento das autoras, atraíram a atenção da comunidade internacional, trazendo “consequências perversas” (Barreno, Horta, Costa, 2022, 29).

Numa das suas cartas – a terceira e última, datada de 25 de novembro de 1971–, lê-se: “em boa verdade vos digo: que continuamos sós mas menos desamparadas” (Barreno, Horta, Costa, 2022, 304).

Certas do que escreviam, é neste sentido que se considera que Maria Teresa Horta teve, e continua a ter, um papel preponderante na liberdade de escrita de autoria feminina, sendo fundamental para a afirmação das vozes femininas na literatura até aos dias de hoje.

Não há dúvida de que as *Novas Cartas Portuguesas* foi um “conteúdo insanavelmente pornográfico e atentatório da moral

pública” (Barreno, Horta, Costa, 2022, p. 18). Este e outros livros, ao longo da sua trajetória enquanto autora, ajudam a moldar o carácter de Maria Teresa Horta.

Os interrogatórios a que as três autoras foram submetidas separadamente visavam descobrir qual delas possuía escritos que mais atentavam contra a moral, mas nunca se chegou a revelar essa informação.

Como escreveu Fernando Pessoa: “A coragem que vence o medo tem mais elementos de grandeza que aquela que o não tem”^[5]. De facto, superar o medo para agir corajosamente implica um esforço maior e, portanto, uma demonstração de grandeza.

Durante o período da ditadura, expressar opiniões contrárias ao regime e desafiar as normas sociais conservadoras, revelou-se extremamente pernicioso. As três autoras, com as *Novas Cartas Portuguesas*, decidiram correr o risco de enfrentar a censura e a opressão.

A sua coragem não consistia na ausência de medo, mas na determinação em agir apesar dele. Ao escrever e publicar uma obra tão provocadora, estavam plenamente conscientes que desafiavam diretamente um regime autoritário, expondo-se a represálias severas, como interrogatórios, durante os quais, muitas vezes, eram aplicadas pesadas torturas para extrair notas de culpa, e até a prisão. Mesmo temendo as consequências, escolheram avançar, reivindicando a liberdade e os direitos das mulheres, apesar da ameaça constante. Assim, não recuaram, tornando-se um símbolo de resistência e grandeza num período de repressão.

O livro foi apreendido, o processo instaurado, mas as “Três Marias” conseguiram o apoio da comunidade literária e intelectual, tanto nacional como internacionalmente, resultando em grandes manifestações. De forma notável, receberam o respaldo de figuras como Simone de Beauvoir, Marguerite Duras,

Christiane Rochefort, entre outras. Beauvoir e outras mulheres chegaram a acender velas no final do dia, numa procissão que evocava o “culto mariano” (Reis, 2024, 245).

Temas como a guerra colonial, o enquadramento das famílias católicas a nível institucional e o estatuto social e legal das mulheres provocaram grande escândalo, atraíram a atenção dos meios de comunicação internacionais e, trouxeram, inevitavelmente, consequências nefastas. Assim, a autora continuou, ao longo da sua vida, a explorar temas de resistência e emancipação através das mulheres.

Numa entrevista com Patrícia Reis[6], autora da obra *A Desobediente – Biografia de Maria Teresa Horta*, foi questionada sobre a verdadeira razão para o título escolhido. Reis explicou que optou por esse nome, porque acredita que a biografada é, de facto, “desobediente”, um epíteto que Maria Teresa Horta apreciou. Patrícia Reis acrescentou ainda, que o sentido de liberdade de Horta decorre da sua maneira de estar, numa época em constante revolução, reafirmando o seu carácter: “A Teresa é um pedaço da história”.

A autora considera que, já nos anos 60, Teresa Horta devolvia às mulheres o sentido do seu corpo, sem nunca deixar de escrever sobre as desigualdades sociais e os tormentos que elas enfrentavam, uma situação que, apesar de alguma melhoria, persiste até hoje[7]. Como um fio condutor, Patrícia Reis acredita que, para descobrirmos a verdade –mesmo que ficcionada–, “a biografia de Maria Teresa Horta está toda na sua obra” (Reis, 2024, 16).

Neste contexto de exploração da identidade feminina e de resistência, Horta desenvolve a sua prosa poética em *A Paixão Segundo Constança H.* (1994), centrando-se na mulher que procura compreender-se e encontrar o seu lugar no mundo. A obra é marcada por uma grande intensidade emocional e pela profundidade na abordagem das relações humanas, da

sexualidade e do sentido da vida:

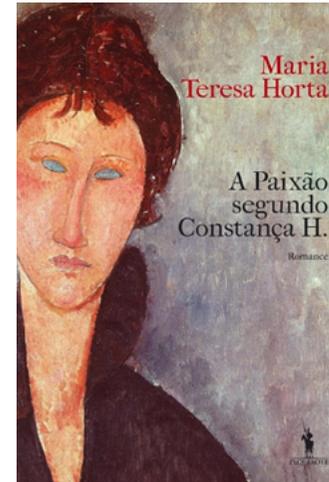


Fig. 4. O romance reeditado em 2018 – *A Paixão segundo Constança H.*

[...] poder acordar vivendo o medo
sozinha nos lençóis
e sem abraços
Tropeço, tu bem sabes
sobre as lágrimas
na busca, tu não sabes, do
começo [...]

Constança H. (poema encontrado entre os papéis de Henrique H.)

Constança H. encontra-se num processo de autodescoberta e reflexão, confrontando-se com questões de amor, desejo e liberdade. É uma personagem multifacetada que vive uma paixão arrebatadora, mas que lida com as angústias e desafios inerentes à condição feminina.

A história é narrada de forma introspetiva, através de um fluxo de consciência que revela os pensamentos, memórias e emoções da protagonista. Este estilo de narração remete, em alguns aspetos, para o romance de Clarice Lispector, *A Paixão Segundo G. H.*, onde a autora questiona: “...estou procurando, estou procurando. Estou tentando entender. Tentando dar a alguém o que vivi e não sei a quem, mas não quero ficar com o que vivi [...] Aconteceu-me alguma coisa que eu, pelo fato de não a saber viver, vivi uma outra?” (Lispector, 2013, p. 9).

Teresa Horta utiliza uma linguagem poética e sensorial, explorando os sentimentos e desejos, moldados pela complexidade das suas experiências e pela sua luta pela

autonomia e afirmação.

Da mesma forma, em *As Luzes de Leonor*, a escritora mergulha na vida de Leonor de Almeida, Marquesa de Alorna e poetisa portuguesa do século XVIII, a quem a autora chamou de “sedutora de anjos, poetas e heróis”. Apelidada de *Alcipe*, arcádico dado pelo professor Filinto Elísio, pseudónimo do Padre Francisco Manuel do Nascimento, este chega a compará-la às deusas: “nenhuma outra mulher chega à sua graça, ao seu encanto” (Horta, 2017), como recorda Teresa Horta no seu romance sobre a relação entre o padre e a marquesa. De facto, Leonor foi uma figura que desafiou as convenções sociais e políticas, sendo uma presença ativa nos salões de cultura da época.

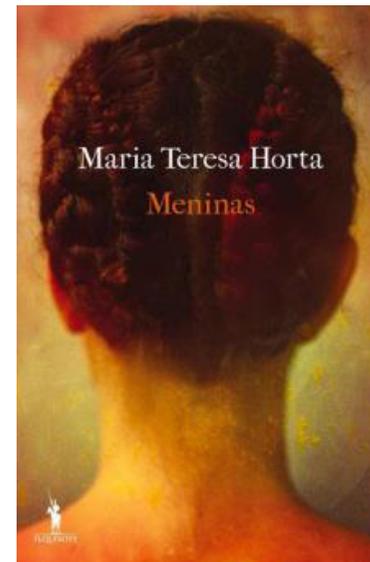
Embora se trate de um romance, o que nos é apresentado demonstra um profundo conhecimento sobre a vida da 4ª Marquesa de Alorna e, ao mesmo tempo, reflete os afetos nos contextos dos diferentes planos temporais. A escrita de Horta revisita dados históricos, acrescentando pormenores, que um historiador poderia eventualmente deixar de fora. Tudo é escrito de forma sensual e com um tom de intimidade, sugerindo uma proximidade entre o narrador e o que é narrado.

Diversas passagens destacam a ligação familiar da Marquesa de Alorna ao seu passado, assim como o impacto dos eventos vividos pelos seus antecessores na sua vida. Entre estes exemplos, destaca-se o episódio da prisão dos avós de Leonor no contexto do Processo dos Távora, que influenciou profundamente a sua visão sobre o poder e a justiça.

A vida enclausurada no Convento de Chelas, onde Leonor passou grande parte da sua infância após a prisão dos avós, é outra experiência marcante, sendo a desolação desse período retratada em algumas das suas memórias: “estávamos na verdade diante do convento de S. Félix, no vale de Chelas, cujas portas de madeira pesada e escurecida pelos anos [...] demoraram a abrir” (Horta, 2017).

As cartas trocadas com o seu pai, entretanto detido, constituem outro evento que a ligou à memória do sacrifício familiar. Além disso, a relação de Leonor com a avó recebe particular atenção por parte de Horta, especialmente no que toca aos ensinamentos e histórias transmitidas que estabeleceram um elo direto com as suas raízes.

Finalmente, o legado dos Távora, com toda a sua glória e desgraça, influenciou as escolhas de Leonor de Almeida, tanto na vida privada como na esfera pública. Este legado, que enfrentou a ruína e a perseguição excruciantes, constitui um tema recorrente que permeia o romance.



Neste percurso de introspeção e sensibilidade literária, surge também a obra *Meninas*, onde a autora explora uma tapeçaria de histórias enclavinhadas entre a angústia e a coragem.

Fig. 5. Contos reunidos na edição de 2014, em *Meninas*

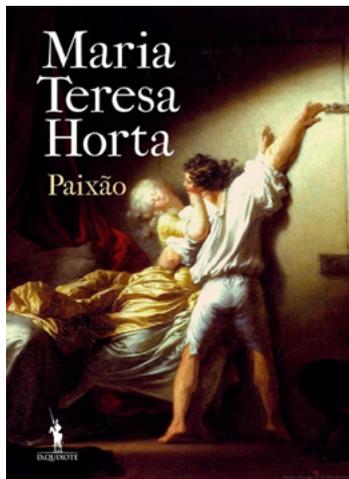
Nos contos “Recém-nascida”: “pouco a pouco estou a perder a memória do meu começo, da minha origem, da forma como cheguei até aqui. Para mim ainda não existe passado...” (Horta, 2014) e “Desobediência”: “...eu segui-a repetindo e também inventando baixinho palavras sem sentido, numa melopeia dolente que me instigava...” (Horta, 2014), a narrativa desenvolve-se num delicado percurso de descoberta, onde a poesia da revelação e a urgência da escrita se entrelaçam. A autora escreve um livro encantatório, onde cada

página representa uma imersão na complexidade e beleza das emoções humanas.

As obras de Maria Teresa Horta e as das outras duas "Marias" – Maria Isabel Barreno e Maria Velho da Costa – nas *Novas Cartas Portuguesas* representam mais do que uma mera contribuição literária. Elas constituem um grito de resistência e a afirmação poderosa da voz feminina num período de grande repressão.

Apesar dos riscos e do medo, as autoras enfrentaram um regime autoritário e desafiaram as normas sociais e políticas que subjogavam as mulheres. A coragem demonstrada diante da censura e da perseguição é um testemunho da sua determinação em lutar pelos seus direitos e pela liberdade de expressão.

Maria Teresa Horta, em particular, emerge como uma figura icônica de rebeldia e desobediência, valores que cultivou tanto na sua vida pessoal como na obra de outras mulheres, como Natália Correia. Através da sua poesia, prosa e envolvimento político, Horta continuou a desafiar as convenções, explorando a sensualidade, o desejo e a identidade feminina de uma forma que poucas ousaram fazer antes dela.



Foste um punhal de fogo

Com um
Coração tão álgido

Que parecia ser
De neve ou gelo
Que apunhalava

Meu coração
De mulher
Onde tu te abrigavas

(Horta, 2023,91)

Fig. 6. A 2ª edição de 2023, poemas reunidos em *Paixão*

Este poema, por exemplo, captura a intensidade e o conflito presentes na obra de Maria Teresa Horta. A imagem do “punhal de fogo” com um coração de gelo reflete a paixão e a frieza com que a autora aborda os temas de amor e dor, revelando a complexidade das suas emoções e a sua luta interna. Esta metáfora poderosa ilustra a profundidade da resistência e da força emocional que permeia o seu trabalho, evidenciando como as suas palavras resistentes desafiam as convenções.

A história de Maria Teresa Horta e das "Três Marias" não é apenas uma lembrança herdada de um período ditatorial, mas um legado de resistência e uma inspiração contínua para as futuras gerações que desejem afirmar-se.

As *Novas Cartas Portuguesas*, assim como todas as restantes obras de Horta, são um símbolo de liberdade, uma contribuição fundamental que moldou a literatura e a sociedade portuguesas. Elas destacam a importância da luta pela voz feminina e pela igualdade de género, ao denunciar questões cruciais como a guerra colonial, o sistema judicial, a emigração, a violência e a situação das mulheres.

Em suma, a coragem e a determinação de Maria Teresa Horta revelam a grandeza de quem, mesmo com receio, escolheu agir, deixando um impacto duradouro na história cultural e política de Portugal.

A obra de Horta não só ecoa as lutas das mulheres do passado, mas também pavimenta o caminho para novas gerações, que continuam a usar a palavra escrita como uma forma de resistência contra as opressões políticas e sociais.

Bibliografia ativa

BARRENO, I. M., Horta, M. T., Costa, M. V. da. (2022). *Novas Cartas Portuguesas*, (9ª edição), edição anotada de Ana Luísa Amaral, Lisboa, Dom Quixote;

HORTA, M. T. (2014). *Meninas*, Lisboa, Dom Quixote;

HORTA, M. T. (2017). *As Luzes de Leonor*, (8ª edição), Lisboa, Dom Quixote;

HORTA, M. T. (2018). *A Paixão segundo Constança H.*, Lisboa, Dom Quixote;

HORTA, M. T. (2022). *As Palavras do Corpo*, (4ª edição), Lisboa, Dom Quixote;

HORTA, M. T. (2023a). *Minha Senhora de Mim*, (3ª edição), Lisboa, Dom Quixote;

HORTA, M. T. (2023b). *Paixão*, (2ª edição), Lisboa, Dom Quixote.

Bibliografia Passiva

BESSE, M. G. (2001). *Percursos no Feminino*, Lisboa, Ulmeiro.

BORGES, J. J. (2017). A Mulher e a Crítica: Aspectos e Questões Na Fortuna Crítica Da Marquesa De Alorna. *Revista DESASSOSSEGO*, Vol. (18), Editora Universidade de São Paulo Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBiUSP, Português DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2175-3180.v9i18p42-62> [Última consulta em: 5 de setembro de 2025].

CABRAL, P. C. F. & Rodrigues, S. C. I. (2009). O sexual e o político na obra de Paula Rego. *Intermedias*, ano 5 (9ª edição) [<http://tinyurl.com/24ugrcs>, acessado em 21/08/2024].

CARINA, B. (2024). *Entrevista a Maria Teresa Horta*. RFI, <https://www.rfi.fr/pt/programas/revolu%C3%A7%C3%A3o-dos-cravos/20240317-maria-teresa-horta-a-ditadura-tremeu-com-o-poder-das-palavras>

Correia, N. (2003). *Breve História da Mulher e outros escritos*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira;

FERRO, A. (1933). *Salazar – O Homem e a sua Obra*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade.

LÉONARD, Y. (2017). Salazar, visto de fora. “Viver habitualmente?” Salazar e os media franceses. In Garcia, J.L., Alves, T. & Leonard, Y. (Eds), *Salazar, o Estado Novo e os Media*, Lisboa, Edições 70.

LIVET, G., MOUSNIER, R. (coord.) (1980). *Histoire Générale de l'Europe*, Paris, Presses Universitaires de France.

PIMENTEL, I. F. (2011). *A Cada um o Seu Lugar – A política feminina do Estado Novo*, Lisboa, Temas e Debates.

REIS, P. (2024). *A Desobediente – Biografia de Maria Teresa Horta*, Lisboa, Contraponto.

REPÚBLICA P. (1933). Constituição Política da República Portuguesa. In *Diário do Governo*. <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP-1933.pdf>

ROSENTHAL, T.G. (2005). *Paula Rego, obra gráfica completa*, Lisboa, Cavalo de Ferro.

SAMPAIO, T. (2011). Entrevista com Maria Teresa Horta [RTP]. Em *Ler mais e Ler melhor*. RTP. <https://www.youtube.com/watch?v=G7zqaTqQB08>

SILVA, V. M. de A. e (1990). *Teoria e Metodologia Literárias*, Lisboa, Universidade Aberta.



Torgal, L. R. (1989). *História e Ideologia*, Coimbra, Edições Minerva Coimbra.

Vieira, R. S. (2024). *Entrevista a Patrícia Reis*. Magazine Cultura Fnac. <https://www.youtube.com/watch?v=1rdyw7jlb5Q>

Notas

[1] Refira-se à escolha do sistema autor-data para a realização do presente artigo de investigação no âmbito da publicação na revista digital *Ad Astra*, por se considerar que apresenta uma organização fluída e coerente, pois as referências bibliográficas são inseridas entre parênteses dentro do próprio texto e no fim de cada parágrafo, evitando interrupções. Pretende-se que o fluxo argumentativo seja mantido para melhor compreensão do leitor. Assim sendo, quando necessário, proceder-se-á à introdução de informações adicionais ou esclarecimento sobre determinado conceito ou referência, através das notas de rodapé. Objetiva-se, também, que este sistema promova a flexibilidade na introdução de citações diretas e indiretas, seja para reproduzir fielmente as palavras do autor, seja para parafrasear as suas ideias, permitindo ao mesmo fornecer as informações necessárias ao leitor na localização da fonte original.

[2] Entrevista a Maria Teresa Horta na *RFI* por Carina Branco a 5 de fevereiro de 2024.

[3] Um dos escritores mais cultos desse tempo, Francisco Manuel de Melo foi historiador, pedagogo, autor teatral e poeta, o representante máximo da literatura barroca peninsular.

[4] Extratos do diário de D. Maria Ana, descendente de D. Mariana, sobrinha de D. Mariana Alcoforado. Freira do Convento de Nossa Senhora da Conceição (atual Museu Regional da cidade de Beja).

[5] *Aforismos e afins* (2006).

[6] Patrícia Reis é jornalista, escritora e editora.

[7] A 10 de abril deste ano, a rubrica *Magazine Cultura Fnac* entrevista Patrícia Reis sobre a sua obra centrada em Maria Teresa Horta, *A Desobediente – Biografia de Maria Teresa Horta*.

O Papel das Microcredenciais na Formação Contínua de Professores: uma análise do Projeto CRED4TEACH

The Role of Micro-Credentials in the Continuing Professional Development of Teachers: an analysis of the CRED4TEACH project

Isabel Huet

Glória Bastos

Diogo Casanova

Resumo

A formação de professores desempenha um papel fundamental no desenvolvimento e progresso dos países. No entanto, em países afetados por conflitos armados ou em vias de desenvolvimento, o acesso à educação e a qualidade do ensino ficam, muitas vezes, comprometidos. Este artigo explora o potencial das microcredenciais na formação contínua de professores, com foco em países em vias de desenvolvimento, como a Albânia e o Montenegro, e em contextos de conflito armado, como a Ucrânia. O objetivo é enquadrar e apresentar o trabalho em curso no âmbito do projeto internacional CRED4TEACH, destacando os resultados alcançados e a oportunidade que estes representam para fomentar a formação contínua dos professores e mitigar os obstáculos que estes enfrentam nos seus países.

Palavras-chave: formação de professores; microcredenciais; MOOC; CRED4TEACH.

Isabel Huet

Glória Bastos

Diogo Casanova

Universidade Aberta & LE@D

[0000-0002-6215-0448](#)

[0000-0002-8586-0370](#)

 [0000-0002-1432-225X](#)

Abstract

Teacher training plays a crucial role in the development and progress of countries. However, in countries affected by armed conflict or in the process of development, access to education and the quality of teaching are often compromised. This article explores the potential of micro-credentials in the continuous professional development of teachers, focusing on developing countries such as Albania and Montenegro, and conflict-affected contexts like Ukraine. The aim is to frame and present the ongoing work within the international CRED4TEACH project, highlighting the results achieved and the opportunities they represent for promoting the continuous professional development of teacher and mitigating the challenges faced by teachers in these countries.

Keywords: teacher training; micro-credentials; MOOC; CRED-4TEACH.

Pertinência e objetivos do projeto CRED4TEACH

O projeto CRED4TEACH[1], financiado pelo programa Erasmus+ Capacity Building no Ensino Superior, visa promover a utilização de Microcredenciais (MC) na formação contínua de professores de vários níveis de ensino nos três países beneficiários do projeto: Albânia, Montenegro e Ucrânia.

A UNESCO destaca que o desenvolvimento da educação deve focar-se, atualmente, em cursos de formação de curta duração, em detrimento da ênfase tradicional em programas conferentes de grau (UNESCO, 2022, p. 10). Os cursos de formação de curta duração permitem aos docentes acesso a desenvolvimento profissional dirigido e adequado às suas necessidades de formação algo que não seria possível em contextos de formação mais longos e tradicionais.

É neste contexto que o desenvolvimento profissional de professores através de MC ganha relevância, uma vez que estas formações oferecem uma resposta rápida às lacunas existentes, tornando os sistemas educativos mais eficazes, mais responsivos e mais relevantes para este tipo de público, com introdução de competências essenciais para a educação no século XXI, como as competências digitais.

No âmbito do projeto CRED4TEACH, pretende-se promover o desenvolvimento profissional dos professores nos três países beneficiários. Este compromisso está fortemente alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), subscritos por estes países, especificamente o Objetivo 4: de "garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos". A meta 4.7 foca-se, entre outros aspetos, na melhoria da qualificação dos professores, um objetivo central deste projeto. Assim, o projeto visa melhorar a formação contínua dos professores, procurando ter um impacto, a longo prazo, na qualidade dos sistemas educativos desses países.

Uma análise prévia dos problemas e desafios relacionados com a formação de professores nestes três países permitiu identificar tanto aspetos específicos como pontos em comum. De facto, a Albânia, o Montenegro e a Ucrânia enfrentam necessidades semelhantes no que diz respeito à conceção e organização de ofertas formativas inovadoras para professores em serviço, destacando-se os seguintes pontos:

- Fragilidades nas competências digitais dos professores, especialmente no trabalho em ambiente online, uma situação que se tornou mais evidente durante a pandemia do COVID-19 e, no caso da Ucrânia, agravada pela guerra;
- Lacunas ao nível das competências pedagógicas e instrucionais, particularmente na conceção e implementação de estratégias de aprendizagem baseadas no desenvolvimento de competências;
- Escassez de orientações políticas nacionais para a oferta de uma formação de professores adaptada às necessidades deste público-alvo baseadas no desenvolvimento de competências;
- Ausência de quadros de referência nacionais e institucionais para a acreditação de ofertas de curta duração.

O projeto CRED4TEACH propõe-se responder a estas necessidades e fragilidades identificadas através da criação de mecanismos de acreditação nacional e/ou institucional, desenvolvimento e implementação de MC e avaliação de MC piloto, com o objetivo de capacitar os países beneficiários a melhorar as oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional dos seus professores. O consórcio acredita que as MC, pelas suas características, constituem a melhor estratégia para responder às necessidades de desenvolvimento profissional dos professores.

Ensinar é uma competência em constante evolução sendo, de facto, um processo de aprendizagem ao longo da vida que requer um compromisso pessoal e profissional que permita

assegurar a qualidade da atividade docente. Para além do domínio de conhecimento científico das disciplinas que lecionam, os professores necessitam de demonstrar um leque cada vez mais diversificado de competências que reflitam os valores sociais, culturais e pessoais num mundo em constante mudança. Além disso, é fundamental que dominem pedagogias inovadoras que permitam envolver eficazmente os seus alunos no processo de aprendizagem e competências tecnológicas que lhes permitam tirar partido das tecnologias e ferramentas emergentes. Assim, a oferta de formações de curta duração, focadas no desenvolvimento de competências essenciais ou estratégicas para o desenvolvimento profissional docente, parece ser uma estratégia não só evidente como urgente. Durante este processo de aprendizagem, os professores envolvem-se em atividades de aquisição e desenvolvimento de conhecimentos, capacidades, atitudes e valores que irão ser fundamentais para o seu crescimento enquanto profissionais na área do ensino (Huet, 2024).

Microcredenciais na formação ao longo da vida

A diversificação dos formatos de formação ao longo da vida tem sido alvo de um debate alargado a nível europeu, frequentemente associado à questão da empregabilidade e à competitividade económica (OECD, 2023; Casanova & Bastos, 2024). Um aspeto central desta discussão é a certificação das formações realizadas. Muitas vezes, as instituições que oferecem cursos de curta duração não atribuem uma certificação ou créditos que garantam a sua portabilidade e reconhecimento. Se, por um lado, a flexibilidade destes cursos os torna mais atrativos, por outro lado, existe uma necessidade crescente de credibilidade da formação realizada, algo que uma certificação adequada pode proporcionar.

Neste contexto, a Comissão Europeia tem-se empenhado na criação de orientações e na disseminação de boas práticas que

enquadrem as formações de curta duração como formações de qualidade comparável às formações mais longas, tanto através de recomendações (Council of the EU, 2022) como do apoio a projetos concretos (Casanova, Bastos & Antonaci 2024). A UNESCO (2022; 2023) tem, também, produzido documentos orientadores sobre estas formações, que validam as aprendizagens e as competências adquiridas. A UNESCO, a Comissão Europeia e a ENQA (2023) recomendam a utilização do sistema Europeu de Transferência de Créditos (ECTS) e, preferencialmente, um alinhamento com o Quadro Europeu de Qualificações.

Embora a oferta de cursos de curta duração tenha uma longa tradição em várias instituições, o termo "microcredencial" só ganhou destaque nos últimos anos (Kato, Galán-Muros & Weko, 2020; Brown et al., 2021). Como salienta Cirlan (2023), a inovação está na intenção de "standardise micro-credential features to enhance their quality, recognition, portability, relevance and use" (p. 27). A preocupação com a uniformização das propostas formativas levou, por exemplo, à publicação recente de um documento destinado às instituições de ensino superior, que oferece diretrizes sobre a implementação de MC, abordando todas as fases do processo: conceção, implementação, creditação, reconhecimento e garantia de qualidade (Lantero et al., 2024).

Estes novos modelos de aprendizagem, mais curtos e flexíveis, nas modalidades de ensino a distância ou mista, geralmente alinhados com as exigências do mercado de trabalho, têm ganho relevância, especialmente em instituições de ensino superior (OECD, 2021; Lantero et al., 2024). O desenvolvimento de competências em profissionais já inseridos no mercado de trabalho, como os professores, levanta questões e desafios que esta diversificação nos formatos de formação procura responder. Projetos financiados pela Comissão Europeia, como o projeto E-SLP – European Short Learning Programmes^[2] ou do

projeto Modularization of Continuing Education and Professional Development by Microcredentials in Higher Education (MCE)[3], demonstram a relevância desta oferta formativa ao responder, de forma mais rápida e eficaz, às necessidades específicas, em comparação com as formações mais longas, como os cursos conferentes de grau.

Os estudos realizados no âmbito do projeto MCE revelaram a preferência dos participantes por estas formações, salientando aspetos como a flexibilidade, que permite gerir compromissos de tempo, dedicação e outras obrigações pessoais, e a possibilidade de atualização de conhecimentos e aquisição de novas competências de forma mais rápida e alinhada com os seus interesses (Bruguera et al., 2023).

Diante das vantagens apontadas por diversas entidades sobre a oferta de MC, é possível sistematizar os seguintes argumentos favoráveis às MC:

- Conferem maior flexibilidade à aprendizagem;
- Facilitam o acesso à aprendizagem ao longo da vida;
- Permitem explorar diferentes áreas temáticas e aprender novas competências em períodos curtos e com um investimento menor;
- Permitem colmatar necessidades específicas de formação e responder às exigências do mercado de trabalho e dos desafios levantados pela sociedade.

Do ponto de vista das Instituições de Ensino Superior (IES), como as que participam no projeto CRED4TEACH, as MC oferecem várias vantagens:

- Atraem novos e diferentes grupos de aprendentes diversificando o recrutamento das IES e atraindo novas fontes de receita;
- Apoiam os antigos estudantes no desenvolvimento de

novas competências oferecendo novos percursos para a aprendizagem ao longo da vida;

- Estreitam as relações entre as IES e os diversos stakeholders, em particular empregadores desejosos de ver os seus colaboradores desenvolverem competências necessárias no local de trabalho
- Permitem desenvolver novas ofertas, de forma mais ágil e rápida, sem os constrangimentos das ofertas de maior dimensão.

Modelo pedagógico das Microcredenciais

A flexibilidade da aprendizagem online oferece uma resposta mais adequada às necessidades formativas de populações adultas já inseridas no mercado de trabalho, como é o caso dos professores. A formação a distância permite acomodar os desafios e as necessidades de uma população distribuída geograficamente, com compromissos profissionais e pessoais decorrentes dos seus contextos profissionais e pessoais (Bastos, Sequeira & Barros, 2019). No âmbito do projeto e dos países membros Montenegro, Albânia e Ucrânia, a modalidade de ensino a distância permite chegar de forma mais rápida e massificada à capilaridade do território em países onde a dificuldade de acesso aos grandes centros urbanos é ainda mais evidente do que, por exemplo, em Portugal.

Relativamente ao desenho instrucional e à estratégia de disponibilização das MC para professores, o projeto CRED4TEACH assenta nas potencialidades dos modelos pedagógicos do ensino a distância, em particular os modelos pedagógicos derivados dos MOOC (Massive Open Online Courses). Importa salientar que os MOOC neste projeto são considerados adequados não só porque são orientados para o desenvolvimento de competências específicas, mas também porque permitem chegar a um número elevado de professores respondendo, assim, a uma necessidade emergente

de competências pedagógicas num curto espaço de tempo. O design instrucional dos MOOC favorece a aprendizagem colaborativa, promovendo a discussão e a troca de experiências entre os participantes, mas ao mesmo tempo encorajando uma apropriação autónoma e reflexiva dos conteúdos abordados. Promove, ainda, o desenvolvimento de competências de autorregulação e de pensamento crítico.

O contexto digital dos MOOC promove o desenvolvimento de competências digitais de interação, comunicação e colaboração em ambientes online. Assim, espera-se que o próprio formato inovador de conceção e disponibilização de MC baseadas em MOOC contribua para o desenvolvimento das competências digitais e transversais dos professores envolvidos.

Adicionalmente, o formato MOOC amplia o acesso às formações, sobretudo para professores em áreas remotas, que enfrentam maiores dificuldades em frequentar cursos presenciais de formação contínua e desenvolvimento profissional. Este formato possibilita alcançar um número significativamente maior de docentes, num menor espaço temporal, eliminando a necessidade de deslocações e os custos associados, tornando a formação mais sustentável ao longo do tempo, sobretudo, conforme já explorado, nos três países integrantes no projeto.

Finalmente, realça-se a componente da avaliação das aprendizagens que é essencial desenvolver nas MC. O requisito da avaliação sumativa assegura a validade e relevância das competências adquiridas. O processo deve começar pelo desenho da avaliação, onde é essencial definir as competências-chave que cada microcredencial irá certificar. Estas competências devem ser específicas, mensuráveis e estar alinhadas com os resultados de aprendizagem esperados, garantindo que os professores adquiram as competências propostas.

CRED4TEACH – resultados alcançados e os próximos passos

Os primeiros resultados alcançados neste projeto incluem a criação de quadros de referência nacionais e institucionais, concebidos para assegurar o reconhecimento e a acreditação das MC em cada um dos três países beneficiários. Estes quadros estabelecem princípios orientadores para o desenvolvimento e a implementação das MC, com ênfase particular nos seguintes aspetos:

- Reforçam a necessidade de promover a aprendizagem ao longo da vida, permitindo que os professores façam escolhas informadas para realizar MC onde e quando quiserem;
- Estabelecem uma definição nacional que enquadra a existência das MC, garantindo o reconhecimento deste tipo de formação por parte de professores, prestadores de serviços e empregadores;
- Fornecem orientações específicas sobre os requisitos de informação essenciais para todas as MC, com o objetivo de maximizar a transparência e a consistência, além de definir os padrões necessários para que estas façam parte do sistema educativo;
- Definem e acordam princípios unificadores para todas as partes interessadas – prestadores de serviços, empregadores e professores – no desenvolvimento e implementação de MC nos sistemas educativos dos países beneficiários;
- Garantem que as MC apoiam os professores na aquisição de competências profissionais, relacionando-as estreitamente com as necessidades das escolas ou das instituições de ensino superior, resultando em mais aprendizagens e potenciais oportunidades de emprego no futuro.

O passo seguinte envolve o desenvolvimento e a realização de ofertas piloto de MC em cada instituição beneficiária e em cada país beneficiário. Estas MC serão concebidas tendo em

conta as necessidades de formação contínua dos professores e em conformidade com os quadros de referência anteriormente mencionados.

Conclusão

O projeto CRED4TEACH apresenta uma abordagem inovadora no desenvolvimento profissional dos professores, incentivando-os a assumir uma maior responsabilidade pelo seu próprio percurso de desenvolvimento, ao combinar estratégias de aprendizagem formal e não formal. Simultaneamente, o projeto apoia os processos nacionais e institucionais de creditação das competências adquiridas, através da implementação de MC que seguem os parâmetros previamente definidos e em consonância com as recomendações da União Europeia.

A Universidade Aberta tem desempenhado um papel consultivo essencial ao desenvolver ações de formação que capacitam os países beneficiários para a criação destas MC, assim como para a elaboração e monitorização dos resultados alcançados no âmbito do projeto.

Agradecimentos

O projeto é co-financiado por fundos europeus, ao abrigo do programa ERASMUS+ Capacity Building no Ensino Superior e pela FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P., através dos projetos UIDB/04372/2020 e UIDP/04372/2020 – LE@D.

Referências

BASTOS, G., Sequeira, R. M., & Barros, D. (2019). O papel da educação online na formação de adultos: o caso da Universidade Aberta. *Revista Lusófona de Educação*, 45, 89-102. <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/6993>

BRUGUERA, C., Fitó, A., Pagés, C., & Antonaci, A. (2023). *Learner preferences and expectations regarding microcredential programs. Results of institutional focus groups and cross-institutional validation.* (ResearchReport No. 2.2). Zenodo. <https://doi.org/10.5281/zenodo.8435154>

CASANOVA, D., Bastos, G., & Antonaci, A. (2024). Follow-up and analysis of national and EU policy developments on micro-credentials (Research Report No. 6.1). Zenodo. DOI: 10.5281/zenodo.13850890

CIRLAN, E. (2023). Approaches to Quality Assurance of Micro-credentials. A report on policies and practices to assure the quality of micro-credentials in the European Higher Education Area. https://eadtu.eu/images/IMINQA-MC-report_Approaches-to-Quality-Assurance-of-Micro-credentials.pdf

Council Recommendation on a European approach to micro-credentials for lifelong learning and employability (2022). <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-9237-2022-INIT/en/pdf>

HUET, I. (2024). Desenvolvimento profissional docente no Ensino Superior: Contributos para uma reflexão. *Revista Portuguesa De Educação*, 37(2), e24034. <https://doi.org/10.21814/rpe.32680>

KATO, S., Galán-Muros, V., & Weko, T. (2020). The emergence of alternative credentials. *OECD Education Working Papers*, No. 216, OECD Publishing, Paris. <https://doi.org/10.1787/b741f39e-en>

LANTERO, L., Finocchietti, C., Petrucci, E., Eimers, M., Lokhoff, J., Wegewijs, B., Petrbaauer H., Tecilazić, A., Ramina, B., et al. (2024). Micro-credentials for higher education institutions: Approaches developed in the EHEA using peer support // MICRO-CREDENTIALS FOR HIGHER EDUCATION INSTITUTIONS: approaches developed in the EHEA using peer support. Rome, Italy: CIMEA. https://www.cimea.it/Upload/Documenti/Micro-credentials%20in%20HE_1.pdf

OECD (2021). Quality and value of micro-credentials in higher education: Preparing for the future, *OECD Education Policy Perspectives*, No. 40, OECD Publishing, Paris. <https://doi.org/10.1787/9c4ad26d-en>

OECD (2023). Micro-credentials for lifelong learning and employability: Uses and possibilities, *OECD Education Policy Perspectives*, No. 66, OECD Publishing, Paris. <https://doi.org/10.1787/9c4b7b68-en>



4Teach
Cred  Elevating Educators
with Micro-Credentials



Notas

[1] MOOC-based micro-credentials for teacher professional development <https://cred4teach.eu/>

[2] Página do projeto E-SLP: <https://e-slp.eadtu.eu/>

[3] Página do projeto MCE: <https://mce.eadtu.eu/index.php>



RECENSÕES

**Uwe Wittstock (2024), *Marseille 1940: Die grosse Flucht der Literatur*, München: C.H.Beck.
Steffen Dix**

A maioria das pessoas conhece (se é que o conhece de todo) o jornalista americano Varian Fry (1907-1967) provavelmente pela série *Transatlantic* da Netflix. Enquanto editor da revista americana *The Living Age*, Varian Fry visitou Berlim no verão de 1935, testemunhou pessoalmente a perseguição dos judeus pelos nacional-socialistas, e relatou as suas experiências no *New York Times*: “Vi um homem (judeu) a ser brutalmente pontapeado e cuspidado enquanto estava deitado no passeio, uma mulher a sangrar, um homem com a cabeça coberta de sangue, mulheres históricas a chorar. Em lado nenhum a polícia parecia fazer qualquer esforço para salvar as vítimas desta brutalidade.” Profundamente chocado pelas suas experiências, começou a angariar fundos para apoiar alguns movimentos europeus anti-nazi. A ocupação da França pelos alemães conduziu, no dia 25 de junho de 1940, à fundação do *Emergency Rescue Committee*, que procurou possibilitar a emigração de intelectuais, artistas, políticos e sindicalistas europeus para o estrangeiro. Logo depois da fundação, e por recomendação de Leonor Roosevelt, Varian Fry viajou para Marselha e coordenou o trabalho do *Emergency Rescue Committee*, conseguindo assim salvar a vida de mais do que 2.000 pessoas, entre eles nomes tão conhecidos como Hannah Arendt (1906-1975), Lion Feuchtwanger (1884-1958), Heinrich Mann (1871-1950), Marc Chagall (1887-1985), Anna Seghers (1900-1983), Claude Lévi-Strauss (1908-2009) ou André Breton (1896-1966). Apenas 13 meses depois da sua chegada, Varian Fry foi preso pela polícia francesa em agosto

Steffen Dix
Universidade Aberta

 [0000-0003-1491-2601](https://orcid.org/0000-0003-1491-2601)

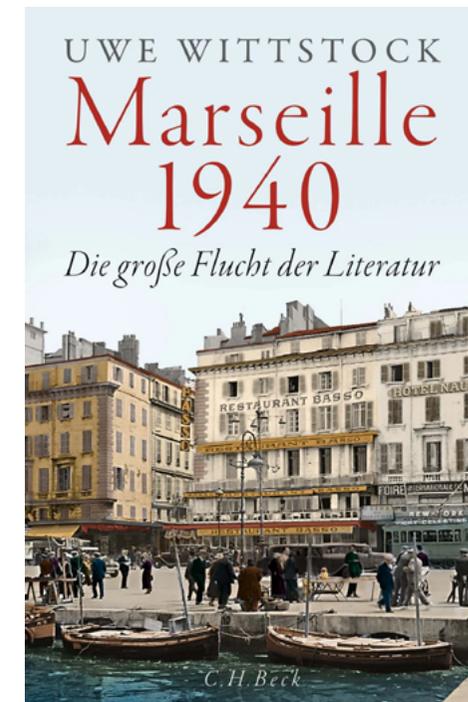
de 1941 e expatriado para os EUA. Foi esquecido pouco tempo depois do seu regresso para os EUA e só voltou à consciência pública com a série *Transatlantic* da Netflix, que pode ser entendida como uma boa série de entretenimento adequada para familiarizar um público mais vasto com as atividades de Varian Fry em Marselha. É uma série sofisticada e boa para ver, mas não se deve esperar um grande rigor histórico.

No entanto, o destino de Varian Fry em Marselha pode ser conhecido de forma mais detalhada e com maior rigor histórico no livro *Marseille 1940: Die große Flucht der Literatur* de Uwe Wittstock. O livro é escrito quase como um *thriller* histórico, mas todos os factos são comprovados por cartas, diários e memórias autobiográficas das pessoas que fugiram ou que ajudaram na fuga, organizada por Varian Fry e alguns colaboradores, tais como Mary Jayne Gold (1909-1997), Albert Otto Hirschman (1915-2012) ou Lisa Fittko (1909-2005). Mary Jayne Gold era uma mulher americana rica que doou uma grande parte da sua fortuna pessoal para salvar os perseguidos pelos nazis. Albert Otto Hirschman tornou-se, depois da guerra, um influente sociólogo cuja irmã colaborou, em 1941, ativamente na divulgação do *Manifesto de Ventotene* que se tornou famoso como texto programático para “uma Europa livre e unida”. Lisa Fittko tornou-se conhecida sobretudo pelo seu papel na fuga de Walter Benjamin. No seu livro, Uwe Wittstock descreve detalhadamente esta fuga trágica que acabou, na noite de 25 a 26 de setembro de 1940, no *Hotel Francia* em Portbou. Embora as circunstâncias exatas da morte de Walter Benjamin não sejam conhecidas, está sugerido, de forma credível, que o filósofo se suicidou por ter chegado à fronteira espanhola um dia demasiado cedo ou um dia demasiado tarde. Ou seja, exatamente no dia da sua chegada na fronteira, saiu de Madrid uma ordem para que todas as pessoas que entrassem ilegalmente em Espanha sem um visto de saída francês válido fossem imediatamente reenviadas para França. Isso significaria que seria entregue aos alemães, e Benjamin sabia perfeitamente

o que lhe aconteceria se caísse nas mãos dos nazis. Assim, a única saída era o suicídio. A grande tragédia, porém, consiste no facto de que a ordem de Madrid ter sido cancelada novamente logo no dia seguinte. Outros escritores, intelectuais e artistas tiveram mais sorte do que Walter Benjamin, mas Wittstock descreve vivamente como a fuga foi, em geral, bastante árdua e perigosa. Lion Feuchtwanger, por exemplo, foi um dos escritores alemães de maior sucesso antes da guerra, e emigrou, imediatamente depois da tomada do poder pelos nazis, para França. Em 1940, após a invasão alemã da França, foi declarado *étranger indésirable* e enviado para o campo de internamento *Les Milles* perto de Aix-en-Provence. Disfarçado de mulher e com ajuda de funcionários do consulado americano foi libertado e levado clandestinamente para Marselha. A partir daí, e com a ajuda de Varian Fry, conseguiu fugir, em circunstâncias difíceis, para os EUA, passando por Espanha e Lisboa. Junto com um pequeno grupo de fugitivos, que incluiu também o casal Franz Werfel (1890-1945) e Alma Mahler-Werfel (1879-1964), Heinrich Mann teve de atravessar os Pirenéus a pé antes de emigrar de Lisboa para os EUA. Para a maior parte do grupo, a rota de fuga secreta era uma travessia tortuosa. Heinrich Mann já tinha 69 anos e não escalava uma montanha há anos, Franz Werfel teve excesso de peso e sofreu de problemas cardíacos.

A partir de vários exemplos, Uwe Wittstock explica de forma muito clara e detalhada como várias personalidades importantes da vida intelectual alemã, anteriormente muito respeitadas e celebradas, foram obrigadas a abandonar o país nas circunstâncias mais desfavoráveis, e como procuraram, a partir de Marselha e arriscando a vida, o caminho para Lisboa, a fim de chegarem aos EUA. Embora não se trate de um livro propriamente científico, baseia-se numa investigação muito aprofundada e extensa. É precisamente este o fascínio do livro. O leitor aprende muitos detalhes sobre uma das partes mais obscuras da mais recente história intelectual alemã a partir de uma leitura que é emocionante em cada página. É uma história

de pessoas com grande coragem e dignidade que enfrentam uma barbárie insensata e salvam, de forma abnegada, a vida de muitos outros. E embora este livro seja principalmente sobre Arian Fry e os seus colaboradores, Uwe Wittstock não se esquece de salientar que a fuga de muitos intelectuais alemães não teria sido bem-sucedida sem a coragem de muitos outros ajudantes anónimos. E, por fim, o autor recorda-nos também que, para além dos salvos, houve milhares de outras pessoas que foram deportadas para campos de concentração e aí assassinadas. Uwe Wittstock apresenta um livro muito importante que tem, especialmente nos nossos tempos, uma atualidade tremenda. Por estas e outras razões, uma tradução para português seria mesmo muito recomendável.



The Future Soundscape: How Pierre Schaeffer's Radical Ideas Still Need to Shape Music

Pedro Pestana

We are entering the 30th anniversary of Pierre Schaeffer's death, which coincidentally roughly overlaps with the dominance of digital over analogue media, yet conceptually the work done in the Musique Concrete era remains as relevant today as it was during Schaeffer's time some 70 years ago. Particularly relevant, and the focus of this text, are his writings on a new approach to musical composition, which are unusually renaissance-like in their scope while maintaining a futuristic stance that is still years in the making.

His *Treatise on Musical Objects* [Schaeffer, 2017], which only saw the light of day in the English language in 2017, is a monumental revision of what musical composition could and should be. Schaeffer argues that the principles of musical organisation are guided by both tradition and technology and stem from the properties of the human voice, later expanded by the catalogue of musical instruments that were, at their time, disruptive technological evolutions. This results in an organisation based on the concept of musical notes: notes along time – melody – and notes superimposed in time – harmony. The dimension of timbre is mostly a fatal reflection of the available technologies. The composer has minimal control over it, and timbre is largely under-specified before audio recordings make it possible.

In Schaeffer's time, music no longer needed to be shackled by the limitations of musical instruments, and the key principle of his

compositional work may very well be based on the way recording influences the process of sound organisation, particularly in the sense that timbre could then be: 1) allowed to be fixed in time by the recording, 2) infinitely varied, drawing from any imaginable sound source, not just performable instruments. With this in mind, the *Treatise* diligently questions what novel strategies for sound organisation there are, in keeping with the limitation that music is "sound in time" - there is thus a need to rethink the sequencing of sounds (melody, if one focuses on notes) and the layering of sounds (harmony). Schaeffer does this by proposing a host of concepts that were revolutionary for the time, maybe even for our time, most notably the idea of reduced listening (excluding semantics and causality from sounds, listening purely as a sensory phenomenon [Chion, 2012]) and the concept of musical object (sound as an independent entity, not bound by traditional notions of notes, but as a distinct sonic event that can be analysed and manipulated).

With this theoretical underpinning, Schaeffer developed a body of work that is equally revolutionary and radical, and has influenced many posterior artistic movements, even outside the rigid bounds of "art music". One can easily say that turn-tablism, sampling, hip-hop and EDM have a great debt of gratitude to the electroacoustic pioneer.

Why is it then that a look at the musical landscape of the 21st century shows a majority of music bound by tradition and note, possibly more rigidly set on schemas (common meter, cliché harmonic progressions, 4-bar loops, harmonic simplicity and repetitiveness, repeated melodic motifs, minimal form variation, formulaic structures) than ever before?

The answer is surely riddled with complexity and deeply ingrained in cultural indeterminacies, but two tentative suggestions leave space for reflection and can help propel Schaeffer's work forward.

On the one hand, there is an interesting quote in the opening

Pedro Pestana
Universidade Aberta

[0000-0002-3406-1077](https://orcid.org/0000-0002-3406-1077)

of the Treatise “Work at your instrument”. It is relevant because subsequently “instrument” becomes diffuse, transformed into a never-ending array of techniques and possibilities. The language of tradition possibly came about through a loop between the technological advances in instruments, and the playing virtuosity they enabled. It is virtuosity that drives the language of music forward. One needs to redefine the concept of virtuosity and physicality on a laptop or on manipulating a recording so as to consolidate a way of moving forward other than simply through blind experimentation and chance.

On the other hand, the sheer openness of the musical material that Schaeffer advocated may paradoxically limit creative productivity rather than actually inspiring it. This ties in with modern notions such as the paradox of choice (more options leave one less satisfied [Schwartz, 2015]) or decision fatigue (in a creative context, too much time is spent browsing options [Peuquet, 2018]). Artists will often limit their materials so as to not feel overwhelmed, something that will frequently lead to much more creative outputs. There is a sense of irony in that it may come full circle to the idea that the tropes of musical tradition are actually inevitable responses to the paradox of choice, and Schaeffer’s proposals were too big of a leap forward to be synthesised in such a short amount of time. While the technology has perfectly adapted, the slow mechanism of brain evolution needs some more generations to come before a true shift in sound organisation takes root.

CHION, M. (2012). *The three listening modes. The sound studies reader*, 48-53.

PEUQUET, S. (2018). Electroacoustic Music, Pluralism, and the Intractability of Epistemological Limitation. *Journal SEAMUS*, 29.

SCHAEFFER, P. (2017). *Treatise on musical objects: An essay across disciplines* (Vol. 20). Univ of California Press.

SCHWARTZ, B. (2015). The paradox of choice. *Positive psychology in practice: Promoting human flourishing in work, health, education, and everyday life*, 121-138.



Fig. 1. Compositor, teórico e escritor Pierre Schaeffer, 1961.



Fig. 2. Imagem criada através de IA.



TESTEMUNHO(S)



Reminiscências sobre Rafael Sasportes (1960-2024)

Conheci Rafael Sasportes no Instituto Superior Técnico, no início da década de 1990, quando eramos ambos jovens docentes, Assistentes do Departamento de Matemática e membros juniores do *Centro de Análise Matemática, Geometria e Sistemas Dinâmicos*. O Rafael tinha acabado de ingressar no Técnico, vindo da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, onde tinha obtido a licenciatura e o mestrado em matemática. A partir de 1996 (se a memória não me traiçoa...) partilhámos um gabinete de trabalho no departamento. Era um belo gabinete: confortável, se bem que infernalmente quente no verão, sempre com uma ténue (e por vezes não tão ténue) nuvem de fumo dos cigarros que ambos ainda fumávamos nessa época a pairar por entre as pilhas de artigos e os livros de matemática das nossas bibliotecas pessoais, sempre com algum jazz como música de fundo e com o grande quadro na parede escrevinhado com garatujadas semi-incompreensíveis.

Foi nesses anos que verdadeiramente se iniciou a nossa amizade, feita de alguns interesses partilhados (em matemática, jazz, livros, política...), de muito trabalho conjunto em algumas cadeiras, e de um convívio diário de vários anos. Depois, em 1999, o Rafael

trocou o Técnico pela UAb e o nosso contacto deixou ser tão frequente: alguns almoços mais ou menos apressados durante a semana, por vezes uma “excursão” à saudosa Trem Azul, na Rua do Alecrim, um ou outro concerto.

No final de fevereiro de 2005 foi a minha vez de mudar do IST para a UAb e o convívio intenso reiniciou-se, agora no 2^a andar do n^o 9 da Rua Fernão Lopes. Nessa altura o Rafael estava a trabalhar no seu doutoramento, orientado por um colega exterior à UAb e considerou que seria melhor ter um orientador interno, pelo que me perguntou se eu poderia orientá-lo. Após alguma reflexão, aceitei. Mas para que eu fosse um orientador que verdadeiramente orientasse (como deveria sempre acontecer...) o tema da tese teria de mudar, e o Rafael lá começou a estudar um tema para ele novo: as equações de coagulação-fragmentação. E após 3 anos de intenso trabalho apareceu a tese e a Secção de Matemática da UAb ganhou um novo doutor.

O trabalho de investigação do Rafael pós-doutoramento prosseguir na área da Análise Matemática das equações diferenciais de coagulação, nomeadamente sobre questões de existência e unicidade de soluções para o problema de Cauchy, comportamento assintótico das soluções, auto-semelhança, bifurcações, etc. Este trabalho, desenvolvido regularmente em conjunto comigo e com o prof. João Teixeira Pinto, amigo comum de longa data (meu colega de mestrado...), professor do IST, amante de jazz e de outras músicas, decorria em intensas sessões de trabalho, ora no IST, ora na UAb, que não raras vezes terminavam ao final da tarde à frente de umas imperiais, numa esplanada, após uma “excursão” à *Jazz Messengers*, na *Lx Factory*, em Alcântara, ou à *Carbono*, na Rua do Telhal, para reabastecer as nossas coleções de CDs, e a conversa sobre os CDs recém-comprados e cuja audição estava a aguardar a chegada às respetivas casas, misturava-se com as contas e os argumentos matemáticos que ainda andavam à volta nas nossas cabeças (sem verdadeiramente encaixarem como nós gostaríamos) numa



animada conversa que, se não fazia avançar a Ciência, pelo menos deixava-nos felizes.

O Rafael deixou de nos acompanhar nestas andanças no passado dia 2 de abril. Nesse dia fui à *Jazz Messengers* e comprei um CD do Ahmad Jamal, pianista de que ambos gostávamos. Sempre que ouvir o piano do Jamal, ouvi-lo-emos juntos...

Fernando Pestana da Costa
25 de outubro de 2024

